

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS

Relatório Final

(Versão apresentada pelo relator em 11/12/2020)

Relator: Deputado Roberto Andrade

Aprovado na Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras em 11/12/2020

Publicado no *Diário do Legislativo* em 16/12/2020

Belo Horizonte

2020

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS

Comissão extraordinária com a finalidade de fomentar debates sobre as potencialidades do transporte ferroviário de cargas e de passageiros; de discutir as possibilidades de investimento em ferrovias mineiras, bem como seus impactos; de ampliar a discussão em torno da renovação das concessões ferroviárias e suas contrapartidas necessárias; de promover ações que visem à recuperação e à ampliação da malha ferroviária do Estado; e a combater o descaso com o patrimônio ferroviário de caráter histórico.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	4
2 – A SOCIEDADE CIVIL E A COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS	7
3 – A RETOMADA FERROVIÁRIA DE MINAS GERAIS.....	10
3.1 – A criação da Superintendência de Transporte Ferroviário	11
3.2 – A elaboração de políticas públicas estaduais para as ferrovias	12
3.3 – O Plano Estratégico Ferroviário	16
3.4 – O novo marco legal ferroviário do Estado	23
3.4.1 – <i>Lei nº 23.230, de 4/1/2019</i>	24
3.4.2 – <i>Emenda à Constituição nº 105/2020</i>	24
3.4.3 – <i>Projeto de Lei nº 1.699/2020</i>	26
3.4.4 – <i>Projeto de Lei nº 2.222/2020</i>	28
3.5 – Outras atuações da comissão	29
3.5.1 – <i>Multa da Ferrovia Centro-Atlântica e o metrô da RMBH</i>	29
3.5.2 – <i>Destinação do patrimônio ferroviário abandonado</i>	30
3.5.3 – <i>Reparações devidas pelos rompimentos das barragens em Mariana e Brumadinho</i>	31
4 – A COMISSÃO PRÓ-FERROVIAS E O PROCESSO DE RENOVAÇÃO ANTECIPADA DAS CONCESSÕES FERROVIÁRIAS DA UNIÃO	33
4.1 – A malha ferroviária concedida da União.....	33
4.2 – Atuação da comissão	37
5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	43
5.1 – Conclusões	43
5.2 – Recomendações	46
5.2.1 – <i>Ao governador do Estado</i>	46
5.2.2 – <i>À presidência da República, ao Ministério da Infraestrutura e à ANTT</i>	47
5.2.3 – <i>Ao Ministério da Infraestrutura e à ANTT</i>	47
5.2.4 – <i>À bancada mineira no Congresso Nacional</i>	47
5.2.5 – <i>Aos presidentes das Mesas do Senado da República e da Câmara dos Deputados</i> ..	47
5.2.6 – <i>Ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade</i>	48
5.2.7 – <i>Ao Tribunal de Contas da União</i>	48
5.2.8 – <i>À Vale S.A.</i>	48
5.2.9 – <i>À Mesa da ALMG</i>	49
6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54
ANEXO I – REUNIÕES E VISITAS REALIZADAS PELA COMISSÃO	55
ANEXO II – REQUERIMENTOS APROVADOS PELA COMISSÃO	61
ANEXO III – RESUMOS DAS AUDIÊNCIAS REALIZADAS PELA COMISSÃO	108

1 – INTRODUÇÃO

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decidiu, em 14/3/2019, criar novamente a Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. Baseada no art. 115-A, inciso III, do Regimento Interno, a decisão tem como base

- a imprescindibilidade do investimento em infraestrutura para a retomada do crescimento econômico em Minas Gerais e no Brasil;
- a necessidade de superação dos problemas de mobilidade e de logística;
- a existência de estrutura ferroviária subutilizada ou abandonada em diversos pontos do Estado de Minas Gerais;
- as possibilidades de aprimoramento do transporte de carga e de passageiros por meio da recuperação e da ampliação da malha ferroviária do Estado;
- a relevância do debate sobre a renovação das concessões ferroviárias; e
- a importância econômica, histórica e sociocultural das ferrovias mineiras e sua relevância para o patrimônio público.

Os objetivos a serem perseguidos por esse novo período da comissão foram igualmente definidos como os mesmos daqueles do período anterior, quais sejam:

- fomentar debates sobre as potencialidades do transporte ferroviário de cargas e de passageiros;
- discutir as possibilidades de investimento em ferrovias mineiras, bem como seus impactos;
- ampliar a discussão em torno da renovação das concessões ferroviárias e suas contrapartidas necessárias;
- promover ações que visem à recuperação e à ampliação da malha ferroviária do Estado; e
- combater o descaso com o patrimônio ferroviário de caráter histórico¹.

A composição da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras – CFM – foi indicada pelos blocos e bancadas deste Parlamento e, no dia 20 de março de 2019, foi realizada

¹ Vide em:

<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DCM&num=17&comp=&ano=2019>. Acesso em: 24 nov. 2020.

reunião especial, quando tomaram posse os membros da comissão e foram eleitos o presidente e o vice-presidente, de modo que a composição, as suplências, a presidência e a relatoria da comissão ficaram da seguinte forma:

Membros Efetivos	Membros Suplentes
João Leite/PSDB (presidente)	Raul Belém/PSC
Gustavo Mitre/PSC (vice-presidente)	Bosco/AVANTE
Roberto Andrade/AVANTE (relator)	Gláycion Franco/PV
Coronel Henrique/PSL	Ione Pinheiro/DEM
Marília Campos/PT	Celinho Sintrocel/PCdoB

Desde então a comissão realizou

- 41 audiências públicas ou de convidados,
- 28 reuniões para apreciação de matérias, e
- 1 visita a local relacionado à temática discutida pela comissão.

No Anexo I, apresentamos um quadro que detalha todos os eventos realizados.

No Anexo III, apresentamos um relato resumido das discussões ocorridas em cada uma das audiências públicas realizadas pela comissão.

Durante os trabalhos, foram aprovados 340 requerimentos dos mais diversos, entre os quais estão aqueles solicitando informações ou providências a órgãos públicos e outras entidades, bem como aqueles relacionados a providências internas, como pedidos para realização de audiências públicas ou de visitas. A relação dos requerimentos aprovados consta do Anexo II, ao final deste relatório.

Além desses eventos oficiais da comissão, alguns de seus membros também se fizeram presentes em audiência pública realizada em Belo Horizonte pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – no bojo do processo de renovação da concessão da MRS Logística, em 25/9/2019.

Já no ano de 2020, em função da pandemia da Covid-19, a comissão teve que restringir reuniões e visitas técnicas, e suas audiências passaram a ocorrer de forma remota, logo após o período de quarentena mais estrita, no 2º trimestre do ano. Nesse contexto de distanciamento social, muito contribuíram para os trabalhos as visitas e reuniões realizadas pontualmente por parlamentares, cujas

informações e desdobramentos ajudaram a compor o quadro geral de atuação da comissão e, conseqüentemente, deste relatório.

Destacam-se desse período a reunião remota entre o presidente da CFM, deputado João Leite, o presidente da ALMG, deputado Agostinho Patrus, e o ministro do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, no dia 9/6/2020, para tratar do processo de renovação antecipada da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM.

2 – A SOCIEDADE CIVIL E A COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS

Antes de nos aprofundarmos no relato das questões discutidas ao longo dos últimos anos pela Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, consideramos importante ressaltar neste relatório o papel fundamental das organizações da sociedade civil, de outras entidades, dos cidadãos conhecidos como ferroviaristas e da população mineira preocupada com a questão ferroviária como impulsionadora desta comissão.

Em agosto de 2017 alguns desses atores procuraram a ALMG, preocupados com o completo abandono de vários trechos ferroviários por todo o Estado; com o processo em andamento das renovações das concessões ferroviárias da União – vistos como lesivos ao Estado de Minas Gerais; com a degradação do patrimônio histórico ferroviário; com a destruição e o desmonte de vias férreas e de material rodante em vários municípios; com a aplicação de multas às concessionárias em projetos de desenvolvimento do modal ferroviário; com a dificuldade imposta por vários órgãos – com destaque para a ANTT – para que operadores ferroviários e turísticos conseguissem aval para a utilização de trechos ferroviários; e com uma quase completa ausência de abertura das atuais concessionárias para escutar as demandas da população mineira.

Esse cenário levou à realização de um debate público, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, em 12/12/2017, intitulado Minas de Volta aos Trilhos. Apesar da riqueza das discussões, percebeu-se ali que era necessário espaço adicional para debater a temática das ferrovias. A greve dos caminhoneiros, em maio de 2018, expôs de forma dramática a necessidade de expansão do modal ferroviário.

Assim, em articulação com a Mesa da Assembleia da legislatura anterior, presidida no ano de 2018 pelo deputado Adalclever Lopes, definiu-se a criação de uma comissão extraordinária para tratar exclusivamente do tema.

A opção pela criação de uma comissão extraordinária em vez de uma frente parlamentar se deu devido ao caráter formal de uma comissão. Embora uma frente parlamentar seja um instrumento muito importante de pressão política por uma causa comum, ela não está prevista no Regimento Interno da Casa e, por esse motivo, não pode dispor da estrutura técnico-administrativa

que a ALMG oferece nem tem competências e atribuições claramente definidas. A comissão extraordinária, por sua vez, está prevista no regimento, que dispõe:

Art. 96 – As **comissões** da Assembleia Legislativa são:

I – permanentes, as que subsistem nas legislaturas;

II – **temporárias, as que se extinguem com o término da legislatura ou antes dele, se atingido o fim para que foram criadas ou findo o prazo estipulado para seu funcionamento.**

(...)

Art. 100 – **Às comissões, em razão da matéria de sua competência, da matéria compreendida em sua denominação ou da finalidade de sua constituição, cabe:**

I – **discutir e votar proposições**, dispensada a apreciação do Plenário, nos termos do art. 103;

II – **apreciar os assuntos e as proposições submetidos ao seu exame e sobre eles emitir parecer;**

III – **iniciar o processo legislativo e apresentar emendas;**

(...)

V – **realizar audiência pública e audiência de convidados**, nos termos do art. 125-A;

VI – **realizar visita**, nos termos do art. 297-A;

VII – **convocar Secretário de Estado, dirigente de entidade da administração indireta ou titular de órgão diretamente subordinado ao Governador do Estado** para prestar, pessoalmente, informação sobre assunto previamente determinado, sob pena de responsabilidade no caso de ausência injustificada;

(...)

IX – **encaminhar**, por intermédio da Mesa da Assembleia, **pedido escrito de informação** a Secretário de Estado, a dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais;

X – **receber petição, reclamação, representação ou queixa de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade ou entidade públicas;**

(...)

XVI – **exercer a fiscalização e o controle dos atos da administração pública;**

(...)

XVIII – **estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático** ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferência, exposição, seminário, debate público ou evento congênere;

(...)

XX – **acompanhar e avaliar a execução das políticas públicas** no Estado, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG;

(...)

Art. 115-A – São comissões extraordinárias as constituídas para:

I – tratar de assunto atinente à defesa de direitos coletivos;

II – proceder a estudo sobre matéria determinada;

III – tratar de tema relacionado à competência de mais de uma comissão permanente.

(...)

§ 5º – A comissão extraordinária apresentará relatório, na forma do art. 114, e suas conclusões poderão ser revistas pelo Plenário, na forma do art. 104.

Destacamos na citação acima, entre outros aspectos, o importantíssimo papel das comissões no acompanhamento e na fiscalização das políticas e das autoridades públicas e na escuta e nos encaminhamentos das demandas da população. No caso das comissões extraordinárias, elas também tratam de assuntos relacionados à defesa dos direitos coletivos e daqueles de competência de mais de uma comissão permanente. Como os problemas apresentados pela sociedade civil envolviam não só questões relacionadas ao transporte ferroviário propriamente dito, mas também questões relacionadas à defesa do patrimônio histórico, ao desenvolvimento do turismo e ao desenvolvimento econômico do Estado, a criação da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras foi uma decisão que se revelou acertada, tanto que, na atual legislatura, já sob a presidência do deputado Agostinho Patrus, a comissão foi novamente criada pela Mesa da Assembleia e trabalhou proficuamente, conforme demonstra este relatório.

Ressaltamos, por fim, que, sem a crucial participação das entidades a seguir relacionadas – e dos cidadãos que dela fazem parte –, esta comissão não teria conseguido contribuir para o desenvolvimento das ferrovias em Minas e no Brasil.

- Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF –, de Cruzeiro (SP)
- Associação Locomotiva Zezé Leone, de Santos Dumont
- Associação Trem Bão de Minas, de Sarzedo
- Circuito Ferroviário Vale Verde, de Lavras
- Circuito Turístico Serras de Minas, de Viçosa
- Instituto Cidades, de Ipatinga
- Instituto Machadense de Artes e Ciências, de Machado
- Movimento Nacional ONG Amigos do Trem, de Juiz de Fora
- ONG Apito, Belo Horizonte
- ONG Trem, Belo Horizonte
- Reinserção Ferroviária do Sul de Minas, de Varginha

3 – A RETOMADA FERROVIÁRIA DE MINAS GERAIS

A forte e contínua pressão exercida pela Comissão Pró-Ferrovias e por entidades e cidadãos ferroviaristas – conhecidos como Frente Ferroviária – sobre os órgãos públicos e empresas ferroviárias para que o transporte ferroviário ganhasse a importância devida e Minas Gerais assumisse as rédeas do planejamento desse modal no âmbito de seu território trouxe conquistas históricas para o Estado.

A primeira delas decorre de uma ação concreta da comissão. Aproveitando o envio pelo governador do Estado de projeto de lei contendo a reestruturação da administração direta e indireta², a comissão articulou emenda, incluindo na estrutura da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade³ a Superintendência de Transporte Ferroviário, que será mais bem explicada adiante.

Como já citado, Minas Gerais nunca assumiu, em âmbito estatal, qualquer tipo de operação ferroviária em sua história. (MINAS GERAIS, 2019) Diferentemente de São Paulo, por exemplo, que ao longo do tempo (e até hoje), explorou (e explora) direta ou indiretamente vários trechos ferroviários – como Fepasa⁴, CPTM⁵ e EFCJ⁶ –, por aqui nunca houve empresas com participação direta ou indireta do Estado – ou mesmo autorizadas por ele – que operassem trechos ferroviários.

Contraditoriamente, Minas é um dos estados com a maior malha ferroviária do País, mas toda ela é de responsabilidade da União, seja como poder concedente, como no caso da Estrada de Ferro Vitória a Minas, da MRS Logística e da Ferrovia Centro-Atlântica – FCA –, atual VLI, ou como operadora direta, como no caso da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU. (IPEA, 2010)

Essa extensão da malha ferroviária aqui presente, o tamanho do território estadual, bem como a complexidade e o dinamismo da economia mineira denotam o quanto é importante, como política pública de transportes, planejar, implantar ou simplesmente autorizar que terceiros operem trechos ou linhas ferroviárias em âmbito estadual. Da forma como até então se configurava a estrutura administrativa estadual, sequer espaço institucional havia para se pensar sobre ferrovias. E o papel da

2 Projeto de Lei nº 367/2019.

3 Órgão que veio substituir a então Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, após a aprovação do Projeto de Lei nº 367/2019.

4 Ferrovia Paulista S.A., que operou entre 1971 – após a fusão entre várias companhias que operavam trens no Estado – e 1997, quando foi cindida, com algumas linhas de trens urbanos incorporadas à CPTM e as demais transferidas à União para concessão à iniciativa privada.

5 Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, em operação desde 1992, após a fusão de várias operações ferroviárias, e responsável pelos trens metropolitanos de passageiros da Região Metropolitana de São Paulo.

6 Estrada de Ferro Campos do Jordão, fundada em 1914 e hoje de propriedade do governo estadual, que realiza passeios essencialmente turísticos entre Pindamonhangaba e Campos do Jordão.

ALMG em inovar nessa questão tornou-se fato notório local e nacional, como incentivador do desenvolvimento ferroviário.

3.1 – A criação da Superintendência de Transporte Ferroviário

Desde a primeira edição da Comissão Pró-Ferrovias Mineiras, finda em dezembro de 2018, causou preocupação entre os parlamentares a inexistência de uma legislação específica e de políticas públicas estaduais voltadas para o setor ferroviário. Contrastando com vários estados da Federação, Minas Gerais apresentava um quadro de quase inexistência de políticas públicas para o modal ferroviário e sequer possuía um órgão específico na administração direta do Poder Executivo para elaborar e executar ações nesse setor. Na administração indireta do Estado, estava constituída e instalada a empresa Metrominas, que, entretanto, devido à não conclusão de seu processo de assunção da operação da CBTU em Belo Horizonte e Contagem, tinha uma existência apenas simbólica, sem ações efetivas em execução.

Havia o diagnóstico de que a ausência de um órgão que representasse os interesses de Minas no transporte ferroviário era muito prejudicial para o Estado, justamente em um momento em que as renovações antecipadas das concessões ferroviárias federais estavam em curso e as propostas de investimentos bilionários sobre a “mesa” da ANTT negligenciavam Minas Gerais. Dessa maneira, a preocupação com a construção de um marco legal e de políticas públicas estaduais para as ferrovias no Estado tornou-se uma prioridade para a comissão nesta sessão legislativa.

No relatório de 2018, a comissão já apontava, como sua primeira recomendação ao governo do Estado, “a criação de um órgão na administração com competência tanto para planejar e executar projetos ferroviários estaduais, como também para regular a prestação de serviços ferroviários mediante concessões cujo titular seja o Estado de Minas Gerais.” (MINAS GERAIS, 2019).

Logo que o governador Romeu Zema enviou ao Parlamento Mineiro sua proposta de reforma administrativa, por meio do Projeto de Lei nº 367/2019, a comissão percebeu que tal órgão ainda estava ausente na estrutura prevista para o Poder Executivo. Dessa forma, membros da comissão iniciaram articulações com o Poder Executivo para que o órgão fosse implementado, o que acabou sendo viabilizado pela Emenda nº 10 ao projeto, que resultou na criação da Superintendência de Transporte Ferroviário, integrante da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade.

A criação dessa superintendência foi um marco, pois não há notícia na história recente do Estado de um órgão com essa missão. Para assumir o cargo, o governo nomeou a Sra. Vânia Silveira Cardoso, que, antes de ocupar a superintendência, atuava na superintendência de Minas Gerais do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit –, como chefe regional da

inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA. Portanto, ela é uma profunda conhecedora do patrimônio ferroviário existente em Minas Gerais.

3.2 – A elaboração de políticas públicas estaduais para as ferrovias

Além da ausência até então de um órgão no Estado para tratar da política de transporte ferroviário, a comissão voltou-se para o problema da ausência de políticas públicas efetivas para o setor. Foi diagnosticada a dificuldade de implementação de novos projetos ferroviários no Estado, inclusive os de pequeno porte. Logo, ficou evidenciado que Minas Gerais deveria assumir um maior protagonismo na elaboração de políticas públicas ferroviárias.

Nesse contexto, ainda em 2018, quando tramitou na Casa o projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o ano de 2019, a comissão apresentou emendas a ele. Uma delas teve a finalidade de elaborar estudos e modelagens para o desenvolvimento, inclusive de novas linhas, do transporte ferroviário urbano de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte, envolvendo também a transferência de domínio entre entes federados. A outra, para a ampliação, restauração e assunção de ferrovias, teve o objetivo de resgatar a importância do transporte ferroviário de passageiros e de cargas no Estado, envolvendo negociações com o governo federal e com as empresas concessionárias do transporte ferroviário que operam em Minas Gerais.

Já no segundo semestre de 2019 – período da atual formação desta comissão –, quando o novo governo enviou para a ALMG o Projeto de Lei nº 1.166/2019, que continha a proposta do PPAG para o período 2020-2023, os membros da comissão buscaram novamente aperfeiçoar essa peça orçamentária. Nesse sentido, aprovaram o Requerimento nº 5.444/2019, para que fossem apresentadas emendas ao referido projeto, com o objetivo de restaurar as ações propostas pela comissão em 2018 e de concentrar todas as políticas públicas referentes às ferrovias em um único programa estratégico, cujo nome sugerido pela comissão e aprovado pelo Plenário da ALMG foi Ferrovias Mineiras⁷. As sugestões foram acatadas pelo Plenário, aprovadas e sancionadas pelo governador e passaram a fazer parte da Lei nº 23.578, de 2020. Na Figura 1 são apresentadas as ações do programa Ferrovias Mineiras, em vigor no momento da aprovação deste relatório.

7 Essas emendas visavam criar um programa específico para as ferrovias no PPAG e vincular a elas três ações, sendo que duas delas já haviam sido propostas e aprovadas na revisão anterior do PPAG e excluídas no texto original do PL 1.166/2019. Essas ações excluídas eram destinadas ao investimento na infraestrutura ferroviária geral e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, permitindo que ao longo dos anos seguintes fossem viabilizadas melhorias na malha, seja por meio do planejamento, do oferecimento de contrapartidas, de parcerias público-privadas e da aquisição de recursos orçamentários da União ou de organismos de fomento de crédito.

Figura 1 – Ações do programa Ferrovias Mineiras em vigor no PPAG 2020-2023

AÇÃO : 1073 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS IAG: DEMAIS PROJETOS E ATIVIDADES

UNIDADE RESPONSÁVEL: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
FINALIDADE: ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E MODELAGENS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, ENVOLVENDO TAMBÉM A TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO ENTRE ENTES FEDERADOS
PRODUTO: ESTUDO ELABORADO **UNIDADE DE MEDIDA:** ESTUDO
PÚBLICO-ALVO: CIDADÃO, ESTADO, SOCIEDADE, EMPREENDEDOR

METAS

(R\$ 1,00)

REGIÕES	2020		2021		2022		2023	
	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira
Região Intermediária de Belo Horizonte	1	1.000	1	1.000	1	1.000	1	1.000
TOTAL	1	1.000	1	1.000	1	1.000	1	1.000

AÇÃO : 4161 - PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IAG: DEMAIS PROJETOS E ATIVIDADES

UNIDADE RESPONSÁVEL: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
FINALIDADE: DESENVOLVER ESTUDOS E PLANEJAR A INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS.
PRODUTO: PLANO DE AÇÃO IMPLEMENTADO **UNIDADE DE MEDIDA:** PERCENTUAL
PÚBLICO-ALVO: POPULAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

METAS

(R\$ 1,00)

REGIÕES	2020		2021		2022		2023	
	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira
Estadual	10	155.576	1	3.000.000	0	0	0	0
TOTAL	10	155.576	1	3.000.000	0	0	0	0

AÇÃO : 4523 - INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA

IAG: DEMAIS PROJETOS E ATIVIDADES

UNIDADE RESPONSÁVEL: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
FINALIDADE: AMPLIAÇÃO, RESTAURAÇÃO E ASSUNÇÃO DE FERROVIAS, COM O OBJETIVO DE RESGATAR A IMPORTÂNCIA DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS E DE CARGAS NO ESTADO, ENVOLVENDO NEGOCIAÇÕES COM O GOVERNO FEDERAL E COM AS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO QUE OPERAM EM MINAS GERAIS.
PRODUTO: KM OPERADO **UNIDADE DE MEDIDA:** KM
PÚBLICO-ALVO: CIDADÃO, ESTADO, SOCIEDADE, EMPREENDEDOR

METAS

(R\$ 1,00)

REGIÕES	2020		2021		2022		2023	
	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira
Estadual	1	1.000	1	1.000	1	1.000	1	1.000
TOTAL	1	1.000	1	1.000	1	1.000	1	1.000

Fonte: Volume I da Lei nº 23.578, de 2020 – Programas por Área Temática⁸

Já neste ano de 2020, o Poder Executivo, por meio do Projeto de Lei nº 2.201/2020, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício de 2021, apesar de manter o programa Ferrovias Mineiras, proposto pela comissão em 2019, e prever três ações voltadas para as ferrovias, sugeriu pequenas modificações. Na Figura 2 são apresentadas as ações propostas no referido projeto de lei.

⁸ Disponível em

https://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/ppag/index.html?lei=2020-2023&revisao=2020. Acesso em 1º dez. 2020.

Figura 2 – Ações do programa Ferrovias Mineiras propostas pelo governo na revisão 2021 do PPAG 2020-2023

AÇÃO : 1073 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS									
									IAG : DEMAIS PROJETOS E ATIVIDADES
UNIDADE RESPONSÁVEL:		1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE							
FINALIDADE:		DESENVOLVER ESTUDOS E PLANEJAR A INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA URBANA E METROPOLITANA							
PRODUTO:		ESTUDO ELABORADO				UNIDADE DE MEDIDA: ESTUDO			
PÚBLICO-ALVO:		CIDADÃO, ESTADO, SOCIEDADE, EMPREENDEDOR							
METAS									
(R\$ 1,00)									
REGIÕES	2021		2022		2023		2024		
	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira	
Região Intermediária de Belo Horizonte	1	1.000	1	0	1	0	1	0	
TOTAL	1	1.000	1	0	1	0	1	0	

AÇÃO : 4161 - PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS									
									IAG : DEMAIS PROJETOS E ATIVIDADES
UNIDADE RESPONSÁVEL:		1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE							
FINALIDADE:		DESENVOLVER ESTUDOS E PLANEJAR A INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS.							
PRODUTO:		PLANO DE AÇÃO IMPLEMENTADO				UNIDADE DE MEDIDA: PERCENTUAL			
PÚBLICO-ALVO:		POPULAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS							
METAS									
(R\$ 1,00)									
REGIÕES	2021		2022		2023		2024		
	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira	
Região Intermediária de Belo Horizonte	1	425.229	1	425.229	1	425.229	1	425.229	
TOTAL	1	425.229	1	425.229	1	425.229	1	425.229	

AÇÃO : 4523 - INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA									
									IAG : DEMAIS PROJETOS E ATIVIDADES
UNIDADE RESPONSÁVEL:		1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE							
FINALIDADE:		AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA MALHA FERROVIÁRIA EXISTENTE NO ESTADO							
PRODUTO:		KM OPERADO				UNIDADE DE MEDIDA: KM			
PÚBLICO-ALVO:		CIDADÃO, ESTADO, SOCIEDADE, EMPREENDEDOR							
METAS									
(R\$ 1,00)									
REGIÕES	2021		2022		2023		2024		
	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira	
Estadual	1	1.000	1	0	1	0	1	0	
TOTAL	1	1.000	1	0	1	0	1	0	

Fonte: Volume I do Projeto de Lei nº 2.201/2020 – Programas por área temática⁹

Não obstante, colhendo sugestões da sociedade civil, especialmente da Frente Ferroviária, a comissão decidiu apresentar o Requerimento nº 7.667/2020, em novembro de 2020, encaminhando 10 emendas para acrescentar novas ações para o setor ferroviário do Estado. Essas emendas são apresentadas resumidamente no Quadro 1.

⁹ Vide em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/ppag/index.html?lei=2020-2023&revisao=2021. Acesso em: 3 dez. 2020.

Quadro 1 – Resumo das emendas apresentadas pela comissão ao PPAG 2020-2023 (Revisão 2021)

Nº	Ação	Detalhes	
1	Nova	Nome	Recuperação de ferrovias
		Unidade Responsável	1301 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
		Finalidade	Recuperar/restaurar trechos ferroviários sob gestão estadual já existentes e que se encontrem abandonados
		Produto	Km recuperado/restaurado
		Unidade de Medida	Km
		Público-Alvo	Operadores ferroviários
		Metas	*janela orçamentária*
2	Nova	Nome	Construção de ferrovias
		Unidade Responsável	1301 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
		Finalidade	Construir/implantar novos trechos ferroviários
		Produto	Km construído/implantado
		Unidade de Medida	Km
		Público-Alvo	Operadores ferroviários
		Metas	*janela orçamentária*
3	Nova	Nome	Estações ferroviárias
		Unidade Responsável	1301 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
		Finalidade	Construção ou reconstrução de estações de trechos ferroviários sob gestão estadual ou de interesse histórico ou turístico
		Produto	Estações construídas/reconstrução
		Unidade de Medida	Unidade
		Público-Alvo	Operadores ferroviários ou turísticos e entidades de promoção cultural
		Metas	*janela orçamentária*
4	Nova	Nome	Pátios ferroviários
		Unidade Responsável	1301 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
		Finalidade	Construir, ampliar ou restaurar pátios de estacionamento, manobra e transbordo de trechos ferroviários sob gestão estadual
		Produto	Pátios ferroviários construídos, ampliados ou restaurados
		Unidade de Medida	Unidade
		Público-Alvo	Operadores ferroviários ou turísticos
		Metas	*janela orçamentária*
5	Nova	Nome	Oficinas ferroviárias
		Unidade Responsável	1301 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
		Finalidade	Construção, restauração e manutenção de oficinas ferroviárias, incluindo seus bens móveis ou imóveis, de trechos ferroviários sob gestão estadual
		Produto	Oficinas construídas, restauradas ou mantidas
		Unidade de Medida	Unidade
		Público-Alvo	Operadores ferroviários ou turísticos
		Metas	*janela orçamentária*
6	Nova	Nome	Escolas ferroviárias
		Unidade Responsável	1301 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
		Finalidade	Implantar escolas de formação de profissionais para o setor ferroviário
		Produto	Escola implantada
		Unidade de Medida	Unidade
		Público-Alvo	Estado, municípios e entidades da sociedade civil
		Metas	*janela orçamentária*
7	Nova	Nome	Reforma de material rodante ferroviário
		Unidade Responsável	1301 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
		Finalidade	Reformar material rodante (vagões, locomotivas, autos de linha, etc...) a serem utilizados em trechos ferroviários sob gestão estadual
		Produto	Material rodante reformado
		Unidade de Medida	Unidade
		Público-Alvo	Operadores ferroviários ou turísticos
		Metas	*janela orçamentária*
8	Nova	Nome	Aquisição de material rodante ferroviário
		Unidade Responsável	1301 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
		Finalidade	Adquirir material rodante (vagões, locomotivas, autos de linha, etc...) a serem utilizados em trechos ferroviários sob gestão estadual
		Produto	Material rodante adquirido
		Unidade de Medida	Unidade
		Público-Alvo	Operadores ferroviários ou turísticos
		Metas	*janela orçamentária*
9	Nova	Nome	Apoio a operações ferroviárias
		Unidade Responsável	1301 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
		Finalidade	Apoiar financeiramente operações ferroviárias sob gestão de entidades da sociedade civil
		Produto	Operação ferroviária apoiada
		Unidade de Medida	Unidade
		Público-Alvo	Operadores ferroviários ou turísticos
		Metas	*janela orçamentária*
10	Nova	Nome	Transporte de material ferroviário
		Unidade Responsável	1301 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
		Finalidade	Viabilizar financeiramente o transporte de material ferroviário a ser utilizado na operação de trechos ferroviários no Estado
		Produto	Operação de transporte realizada
		Unidade de Medida	Unidade
		Público-Alvo	Entidades da sociedade civil e operadores ferroviários e turísticos
		Metas	*janela orçamentária*

No parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária o relator do Projeto de Lei nº 2.201/2020 acolheu parcialmente as emendas propostas pela Comissão Pró-Ferrovias. As Emendas nºs 1 a 5 foram acolhidas na forma de alteração na finalidade da ação nº 4523 – Infraestrutura Ferroviária, no entendimento de que essas emendas seriam relacionadas à infraestrutura, e seus objetivos poderiam ser por ela atendidos. A finalidade da ação nº 4523 ficou assim definida, deixando mais claro os investimentos ferroviários que poderão ser nela enquadrados: “Ampliação e melhoria da malha ferroviária, incluindo a construção de novas linhas, recuperação e ampliação de linhas existentes, a construção e reforma de estações, pátios e oficinas, bem como apoio financeiro às operações ferroviárias”.

Já a Emenda nº 6, relativa à implantação das escolas ferroviárias e a Emenda nº 9, relativa ao apoio financeiro às operações ferroviárias, foram acatadas na forma original. Por fim, as ações nºs 7 e 8 foram acatadas de forma conjunta, configurando uma única ação com a finalidade de “Adquirir e reformar material rodante (vagões, locomotivas, autos de linha, etc.) a serem utilizados em trechos ferroviários sob gestão estadual”.

Os membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, juntamente com representantes de membros das demais comissões permanentes, e, posteriormente, o Plenário da ALMG, ratificaram o entendimento do relator, fazendo com que o PPAG, com as citadas emendas, fosse encaminhado ao governador para análise e sanção.

Embora não tenham sido acolhidas na sua forma original, entendemos que as alterações que a comissão sugeriu ao PPAG acabaram por ampliar o espaço de atuação do Estado de Minas Gerais no setor ferroviário. Caberá agora ao governo do Estado capitalizar sua atuação nessa área, com o olhar atento da ALMG e da sociedade civil.

3.3 – O Plano Estratégico Ferroviário

Outra conquista que pode ser creditada à atuação da comissão é a elaboração do Plano Estratégico Ferroviário do Estado – PEF. Dada a completa inexistência de planejamento estadual acerca dos investimentos ferroviários necessários, como já citado, as discussões no âmbito da comissão sempre esbarraram na falta de planos ou projetos que pudessem ser apresentados por Minas Gerais para captar investimentos externos, seja de fontes governamentais ou privadas.

Já com a nova estrutura administrativa instalada e instado pela comissão para dar encaminhamento às inúmeras demandas por investimento ferroviário, o governo estadual entrou em acordo com a Associação Nacional de Transportadores Ferroviários – ANTF –, entidade representativa dos principais operadores ferroviários do País, para que, com aporte financeiro dela,

fosse elaborado um plano com o objetivo de estudar as demandas – apresentadas pela comissão e outras – em um nível mais aprofundado, cotejando-as com aspectos econômicos, geográficos e de engenharia do Estado e do País.

Destacando que o PEF estava sendo realizado em parceria com a Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras – “Será um guia, um farol, a partir do trabalho realizado pela Assembleia. Daí a importância da parceria institucional¹⁰” – o então secretário da Seinfra, Marco Aurélio Barcelos, na cerimônia oficial de seu lançamento, realizada em 14/8/2019, deu mais detalhes dos objetivos na construção desse plano:

Estamos falando de um conjunto de medidas estruturadas, racionalizadas para colocar Minas nos trilhos de uma vez por todas. (...) É importante não só fazer esse mapeamento da infraestrutura existente, mas também levantar como ela se desenvolveria, a partir da avaliação da demanda de carga e de passageiros. Estamos pedindo uma projeção até 2035¹¹.

A Fundação Dom Cabral – FDC –, entidade de ensino e pesquisa de Minas Gerais reconhecida por sua excelência na área de gestão e negócios, foi escolhida para a elaboração dos estudos técnicos do PEF. Também foi definido que, durante o cronograma de elaboração do estudo, a FDC realizaria, em conjunto com a Seinfra, *workshops* para debater o andamento dos trabalhos.

Já na primeira reunião técnica prévia de elaboração do PEF, realizada em 16/10/2019, o secretário da Seinfra frisou:

O principal objetivo do Plano é aprofundar as questões relativas ao modal ferroviário em Minas Gerais. Quais projetos têm condições de se tornar realidade? Precisamos construir uma carteira de projetos factível e sustentável¹².

Quatro *workshops* foram realizados até dezembro de 2020 para compartilhamento do andamento dos trabalhos, todos com a participação de deputados e equipe técnica da ALMG, além de entidades da Frente Ferroviária.

A equipe técnica responsável pelo PEF, tendo como base o que foi apresentado nesses *workshops*, adotou metodologias técnicas de apreciação da viabilidade da implementação de novas operações ferroviárias que fizeram com que algumas propostas de projetos ferroviários sugeridas e

10 Vide em https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2019/08/14_plano_estrategico_ferrovuario.html. Acesso em 19 nov. 2020.

11 Vide em <http://www.infraestrutura.mg.gov.br/transparencia-publica/pef/story/2540-governo-de-minas-gerais-lanca-plano-estrategico-ferrovuario-do-estado>. Acesso em 19 nov. 2020.

12 Vide em <http://www.infraestrutura.mg.gov.br/transparencia-publica/pef/story/2566-secretaria-de-infraestrutura-e-mobilidade-faz-reuniao-tecnica-inaugural-do-plano-estrategico-ferrovuario>. Acesso em 19 nov. 2020.

pleiteadas por organizações da sociedade civil organizada foram consideradas inviáveis, o que causou descontentamento entre algumas entidades e deputados.

Em audiência realizada pela comissão em 13/7/2020¹³, o presidente da comissão e outros parlamentares questionaram o fato de muitos dos trechos pleiteados como importantes pela frente ferroviária e pela própria comissão não estarem considerados no PEF, tendo como base os *workshops* realizados até então. Citaram trechos da antiga ferrovia Bahia-Minas, do Expresso do Rei, em Lavras, da linha Belvedere-Inhotim, da ligação ferroviária entre Pirapora e Unaí, entre outros. Segundo André Tenuta, diretor da ONG Trem, presente naquela audiência, o estudo estaria sendo conduzido pela fundação “dentro dos gabinetes, sem ouvir as pessoas e comunidades envolvidas com o assunto” e que a metodologia estaria privilegiando ramais ferroviários de carga e desconsiderando trechos existentes, mas abandonados pelas concessionárias, ao longo das análises.

A FDC, por sua vez, por meio de um dos coordenadores do estudo, o Prof. Ramon Victor César, disse que a equipe envolvida teria “que priorizar projetos que têm maior viabilidade econômica e social” e que ela estaria “apenas assessorando o governo”, o qual, segundo ele, teria também “que fazer escolhas”.

Na visão do governo estadual, o PEF, dado seu ineditismo, por utilizar como base estudos de fontes diversas e pela quase completa inexistência de projetos de ferrovias de âmbito estadual, não poderia ser considerado como estudo final sobre as ferrovias em Minas Gerais. Pelo contrário, ele teria a função de sistematizar as informações existentes, hierarquizar projetos e municiar o governo e a sociedade de informações para a tomada de decisão de investimentos ferroviários futuros.

No *hotsite* do PEF hospedado no sítio eletrônico da Seinfra, há a informação de que o plano

é composto por um portfólio de projetos priorizados para a implantação e operação de uma nova estrutura ferroviária em Minas Gerais. Como ponto de partida, está sendo construído um diagnóstico do atual sistema ferroviário mineiro, de forma a serem definidas estratégias, e elaborado um plano de investimentos que atenda à demanda do setor e da população mineira¹⁴.

Divergências de entendimento do alcance e da metodologia do PEF ainda persistiam entre todos os atores envolvidos. Após novo *workshop*, outra audiência pública foi realizada pela

13 Relatos apresentados a seguir retirados de https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2020/07/13_comissao_ferrovias_debate_pef.html. Acesso em 20 nov. 2020.

14 Vide em <http://www.infraestrutura.mg.gov.br/transparencia-publica/pef>. Acesso em 20 nov. 2020.

comissão para discussão do tema, em 29/10/2020¹⁵. As principais discordâncias em relação à metodologia e aos resultados preliminares do plano foram em relação à não inclusão do trecho Belvedere-Inhotim entre os trens turísticos em avaliação; à segmentação entre tipos de serviço dos ramais ferroviários do entorno de Varginha – o que dificultaria o atendimento ao porto seco existente naquele município – e a um possível viés excessivo no transporte de cargas, com foco em grandes corredores de exportação.

Representantes da FDC e do governo presentes na audiência ressaltaram, em seu turno, que “aspectos relacionados ao compartilhamento de linhas para transporte de cargas e de passageiros ainda estão em análise e deverão ser apresentados no próximo *workshop* do PEF”; que “terminais intermodais e plataformas logísticas serão um novo capítulo do plano”; e que “o PEF será somente um ponto de partida para a discussão do modal no Estado”.

Por sua vez, o coordenador-geral da pesquisa, professor Paulo Resende, diretor do Núcleo de Logística e Supply Chain e Infraestrutura da FDC assegurou que o ambiente computacional criado para as simulações de viabilidade dos trechos ferroviários seria disponibilizado na internet para que todos que se interessarem pudessem consultar e fazer suas próprias simulações, dando maior transparência aos estudos realizados.

Importa ressaltar que o Projeto de Lei nº 1.699/2020, já aprovado pela ALMG, e que será analisado mais adiante neste relatório, trata da institucionalização do PEF como um dos instrumentos de planejamento ferroviário no Estado e determina que os critérios por ele adotados devem ser objeto de validação pela sociedade. Essa transparência verbalizada pela fundação corrobora, portanto, com tal determinação.

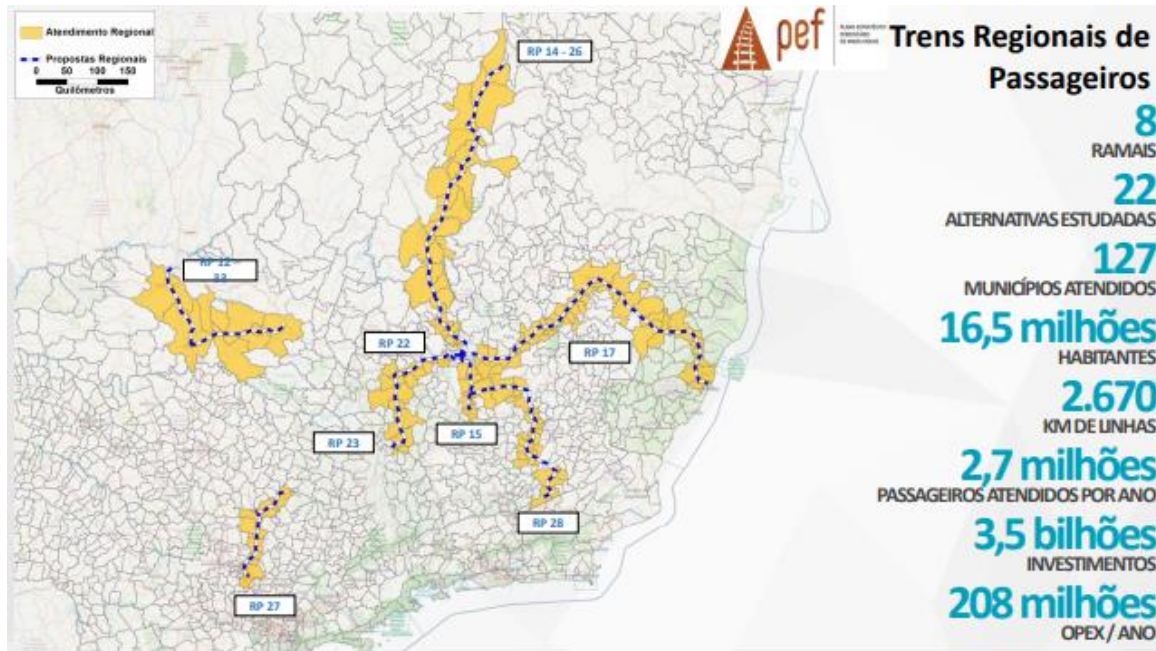
No dia 3/12/2020, pouco antes do encerramento dos trabalhos desta comissão, foi realizada audiência pública para debater com o secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Fernando Marcato, e com a FDC a situação atual do PEF. Anúncios importantes realizados pelo governo e pela equipe responsável pelo plano se mostraram alentadores¹⁶. O professor Paulo Resende apresentou o cronograma de elaboração do plano e o seu sumário e disse que o PEF deverá ser concluído em janeiro de 2021. Acrescentou também que o plano será divulgado à população, para que todos os interessados, tanto potenciais usuários quanto empresas, tenham acesso aos detalhes de

15 Relatos a seguir expostos disponíveis em https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2020/10/29_ferrovias_workshop_plano_ferrovionario.html. Acesso em 20 nov. 2020.

16 Informações e relatos subsequentes adaptados de matéria disponível no portal da ALMG em https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2020/12/03_audiencia_ferrovias_plano_ferrovionario.html. Acesso em 9/12/2020.

O total de linhas previstas para o transporte de passageiros, incluindo os trens regionais, abrange 3.310km de linhas férreas, com um volume de investimentos de R\$9,4 bilhões nos próximos anos.

Figura 4 – Trens regionais de passageiros em análise pelo PEF



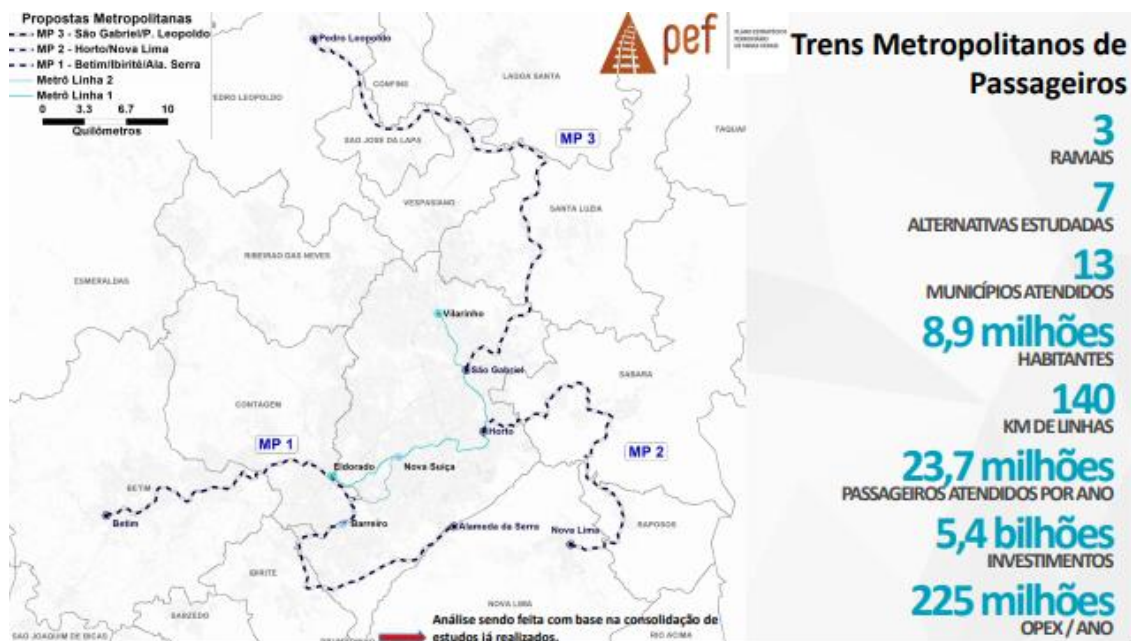
Fonte: Apresentação realizada pela FDC em audiência da Comissão em 3/12/2020¹⁸

Também consta do plano a implantação de linhas metropolitanas de passageiros, que atenderia a 13 cidades na Região Metropolitana de Belo Horizonte, integradas ao metrô.

¹⁸ Disponível em

https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/comissoes/internaPauta.html?idCom=1152&dia=03&mes=12&ano=2020&hr=09:00&tpCom=2&aba=js_tabPauta. Acesso em 9/12/2020.

Figura 5 – Trens metropolitanos de passageiros em análise pelo PEF



Fonte: Apresentação realizada pela FDC em audiência da Comissão em 3/12/2020¹⁹

Sobre o transporte de cargas por trens, o estudo da Fundação Dom Cabral demonstra que, hoje, 84,7% das toneladas úteis transportadas por trem, no Brasil, são de minério de ferro. A recomendação do PEF é que se busque a expansão da carteira de produtos transportados, de modo que, no prazo de 15 anos, o minério represente 51% da carga transportada; e que os outros 49% sejam de granéis agrícolas, combustíveis e outros produtos manufaturados. Em toneladas úteis, o PEF prevê crescimento médio anual do volume transportado em ferrovias de 2,4%, entre 2030 e 2040, e 1,9%, entre 2041 e 2050.

A principal recomendação do PEF, de acordo com as exposições feitas nessa última audiência, é para que o Estado incentive as chamadas *short lines*, linhas menores, com trechos de no máximo 100km de extensão, exploradas pela iniciativa privada, que depois podem ser interligadas a outras estruturas multimodais. O professor Paulo Resende disse que há grande oportunidade de captação de recursos para as ferrovias em Minas Gerais, a partir de um plano estratégico que é único no Brasil em amplitude, diversidade e volume de investimentos.

¹⁹ Disponível em

https://www.almgov.br/atividade_parlamentar/comissoes/internaPauta.html?idCom=1152&dia=03&mes=12&ano=2020&hr=09:00&tpCom=2&aba=js_tabPauta. Acesso em 9/12/2020.

Figura 6 – Trens de cargas em análise pelo PEF



Fonte: Apresentação realizada pela FDC em audiência da Comissão em 3/12/2020²⁰

O secretário Fernando Marcato comemorou durante essa audiência o momento ferroviário vivido por Minas Gerais, ressaltou que o governo do Estado iria apoiar o esforço que a Comissão Pró-Ferrovias tem feito, comprometeu-se com a regulamentação da PEC nº 43/2019 (transformada posteriormente na Emenda à Constituição nº 105/2020) e do Projeto de Lei nº 1.699/2020 – que serão objetos de análise a seguir neste relatório – e opinou que Minas Gerais estaria na liderança do processo de retomada do modal ferroviário no Brasil.

Cumpre-nos frisar, por fim, que a execução da política ferroviária é papel constitucional do Poder Executivo. Assim, a consecução das ações governamentais – no caso específico das políticas públicas adotadas pela Seinfra, por meio da Superintendência de Transporte Ferroviário, e da elaboração e finalização do PEF – é de responsabilidade do governo estadual. Devem ser essas ações, contudo, permanentemente acompanhadas pela sociedade e por esta Casa.

3.4 – O novo marco legal ferroviário do Estado

Se não bastasse o importantíssimo papel na estruturação do serviço público mineiro – com a criação da Superintendência de Transporte Ferroviário – e na consolidação de ações e programas voltados para as ferrovias nos instrumentos de planejamento gerais do Estado – PPAG e leis orçamentárias anuais –, e na elaboração do PEF, questões já discutidas nas linhas anteriores, a

²⁰ Disponível em

https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/comissoes/internaPauta.html?idCom=1152&dia=03&mes=12&ano=2020&hr=09:00&tpCom=2&aba=js_tabPauta. Acesso em 9/12/2020.

Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras também contribuiu decisivamente na construção de um novo marco legal para o desenvolvimento do transporte ferroviário em Minas Gerais.

Trataremos aqui da Lei nº 23.230, de 2019, da Emenda à Constituição nº 105/2020 e dos Projetos de Lei nºs 1.699/2020 e 2.222/2020. Correspondem a legislação vigente ou ainda em tramitação, que, em conjunto e de forma complementar, tendem a impulsionar sobremaneira o desenvolvimento do modal ferroviário do Estado.

3.4.1 – Lei nº 23.230, de 4/1/2019²¹

Essa norma reconhece como de relevante interesse cultural as linhas e os ramais ferroviários existentes em Minas Gerais e tem por finalidade instituir mecanismos de proteção ao patrimônio cultural associado ao transporte ferroviário, em razão da importância, da extensão e do risco de degradação desse patrimônio no Estado.

Diante da grande quantidade de bens culturais do patrimônio ferroviário mineiro, percebeu-se como evidente a necessidade de atuação conjunta entre os diferentes níveis de governo, razão pela qual a norma aprovada enfatiza a importância da colaboração institucional interfederativa. Essa necessidade de articulação entre os vários órgãos governamentais foi discutida como um dos aspectos mais sensíveis para a proteção do patrimônio ferroviário, durante audiências realizadas pela comissão em seu período anterior (ano de 2018).

Além da previsão dessa articulação interfederativa, a lei também tornou ilegal a destruição do patrimônio ferroviário, móvel ou imóvel, mesmo que esteja abandonado ou inutilizado, sem o aval dos órgãos governamentais afins. Esse ditame previsto nessa lei de que a destinação do patrimônio ferroviário para outros fins prescinde da aprovação dos órgãos responsáveis pela política de preservação do patrimônio cultural e dos demais órgãos públicos competentes acabou por incentivar a criação de novos protocolos por vários deles.

Em audiências promovidas pela comissão foram citadas ações empreendidas pela Polícia Militar de Minas Gerais, pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que visavam ao cumprimento dos dispositivos presentes na Lei nº 23.230, o que dá sinais bastante claros, no nosso entendimento, da eficácia da norma.

3.4.2 – Emenda à Constituição nº 105/2020²²

Um avanço considerável na legislação encaminhado por esta comissão foi a Emenda à Constituição nº 105/2020, que se originou da Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2019

21 Explanação sobre a referida norma parcialmente adaptada do “Entenda a Norma”, disponível em <https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/356/493/1356493.pdf>. Acesso em 26 nov. 2020.

22 Texto adaptado parcialmente do parecer de 1º turno na Comissão Especial da Proposta de Emenda Constitucional nº 43/2019, disponível em

https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2019&n=43&tipoProjeto=PR

(aprovada definitivamente pela ALMG no dia 2/12/2020 e promulgada no dia 4/12/2020). Ela visa a dois objetivos principais: incluir o regime de autorização e permissão entre aqueles passíveis de exploração das ferrovias no Estado e instituir a obrigatoriedade de elaboração de um plano estratégico de transportes para servir como subsídio ao Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI –, esse último o instrumento de planejamento de longo prazo do Estado.

Quanto à questão da previsão de operação ferroviária por autorização, além de dar similaridade ao dispositivo correlato já presente na Constituição Federal, possibilitar que trechos ferroviários sejam explorados por particulares sem a necessidade de estudos ou licitação prévia pelo Estado, facilitará o investimento e o surgimento de tramos ferroviários viáveis e operantes.

Entre os potenciais beneficiários estão desde linhas turísticas, que podem utilizar infraestruturas (abandonadas ou não) de concessões ferroviárias já existentes, até *short lines* ou trens regionais de passageiros ou cargas, que interligariam e alimentariam os troncos ferroviários atuais, ou mesmo que possam vir a conectar, de forma inédita e não necessariamente interligadas a outros tramos ferroviários, localidades espalhadas por todo o território do Estado. Na reunião em que houve a aprovação deste relatório, por exemplo, uma *short line* entre Diamantina e Corinto foi citada como muito importante para o desenvolvimento daquela região.

Aqui vale uma explanação sobre a especificidade do transporte ferroviário frente aos demais modais de transporte existentes: sua grande capacidade potencial de transporte de cargas e de passageiros advém de sua rigidez locacional. Sua operação é completamente adstrita aos locais onde há infraestrutura – trilhos, em uma concepção simplificada – para sua circulação, infraestrutura essa que tem que ser construída especificamente para tal fim e exige elevados investimentos. Em resumo, no transporte ferroviário há de existir previamente ou de se construir nova infraestrutura para que seja possível a exploração do serviço propriamente dito.

Permitir então que a exploração indireta do transporte ferroviário – especialmente no tocante à implantação da infraestrutura – possa ser feita por particulares por meio de autorização, antes de estudos prévios realizados pelo Estado, traria riscos apenas para o investidor, que, se pressupõe, fará sua análise de viabilidade antes de iniciar o projeto. As projeções de transporte, de receitas e de custos, caso não se confirmem ao longo do tempo, não onerariam, assim, o Estado.

Já a decisão por incluir na Constituição Estadual a obrigatoriedade da elaboração de um plano estratégico de transportes, com horizonte de médio e longo prazos advém da ideia de que os projetos de transportes sejam perenes, perpassem governos distintos e considerem todas as modalidades de transporte, no melhor a ser oferecido por cada uma delas. Os estudos nessa área

[OPOSTA%20DE%20EMENDA%20C3%80%20CONSTITUI%20C3%87%20C3%83O&s=PEC&link=%20Fproposicoes%20Fpesquisa%20Favancada%3Fexpr%3D%28PEC20190004304ESP%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26pesqProp%3Dtrue](#). Acesso em 27 nov. 2020.

geralmente são bastante complexos, envolvem a participação de especialistas e atores sociais diversos e têm a faculdade de, se bem elaborados, servirem como importante subsídio para orientar o planejamento estadual. Merecem, assim, ser desenvolvidos previamente ao PMDI, atuando como importantíssimo subsídio a ele e como garantidor da perenidade dos projetos de transporte.

É importante ressaltar que ambas as inovações trazidas pela Emenda Constitucional nº 105 foram inspiradas nas discussões promovidas por esta comissão nos últimos anos. Sobre o regime de autorização ferroviária, cabe ressaltar que se trata de um tema também discutido no âmbito do Congresso Nacional, por meio do PLS 261/2018. Ao longo de várias audiências promovidas pela comissão chamou-se muito a atenção para a elevada concentração de operadores ferroviários no País, com grande influência de um agente em especial – a mineradora Vale. Reduzir as amarras para que novos atores possam entrar nesse cartelizado setor foi visto como a principal forma de aumentar a concorrência e, assim, ampliar a oferta e reduzir os custos para o transporte de bens e pessoas.

Já a necessidade de um planejamento multimodal de transportes de longo prazo também perpassou várias discussões da comissão, mas destaca-se a reunião, realizada em 29/8/2019, em que o Sr. Gustavo Gardini, representante da Deutsche Bahn, maior operadora de trens da Alemanha, deu detalhes de como a rede de transportes daquele país é pensada, planejada e operada. Ele ressaltou que as peças orçamentárias não podem desconsiderar os planejamentos feitos em anos ou governos anteriores – fazendo com que obras não sejam paralisadas – e que o planejamento de transportes germânico tem características profundamente multimodais, o que garante que cada tipo de transporte seja utilizado da forma mais eficiente.

Assim, em última instância, com essa emenda à Constituição, pretende-se que todos os mineiros – e conseqüentemente todos os brasileiros – sejam beneficiados, pois poderão ter à sua disposição – em médio e longo prazos – uma rede de transporte mais densa, barata e multimodal.

3.4.3 – Projeto de Lei nº 1.699/2020²³

Esse projeto de lei, aprovado definitivamente pela ALMG no dia 2/12/2020, traz propostas inovadoras para o setor ferroviário do Estado. Primeiramente, prevê que a política estadual de transporte ferroviário e o Sistema Estadual de Transporte Ferroviário estejam em consonância com a Lei Federal nº 12.379, de 6/1/2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação. A proposta também estabelece os princípios da política estadual de transporte ferroviário – tornando-a abrangente – e o Sistema Estadual de Transporte Ferroviário. Além disso, define que o Plano Estratégico Ferroviário do Estado – PEF – é um dos instrumentos da política estadual de transporte ferroviário e

23 Texto parcialmente adaptado do parecer de 1º turno emitido pela Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas durante a tramitação do referido projeto de lei. Disponível em https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2020&n=1699&tipoProjeto=PROJETO%20DE%20LEI&s=PL&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PL.2020016990412%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26pesqProp%3Dtrue. Acesso em 28 nov. 2020.

que conterà um portfólio de projetos planejados para o Sistema Estadual de Transporte Ferroviário. Há também a previsão de avaliação e acompanhamento pela sociedade dos critérios de elaboração do plano.

O mesmo documento incorpora ainda a possibilidade de o Estado explorar diretamente, ou mediante concessão, permissão ou autorização, a infraestrutura ferroviária sob sua jurisdição ou a ele delegada ou cedida por outro ente da Federação e prevê um prazo atrativo de duração – para potenciais investidores privados – dos contratos de autorização ferroviária em regime de direito privado: de 25 a 99 anos (nos mesmos moldes do Projeto de Lei do Senado nº 261/2018).

Por fim, prevê objetivos ligados ao transporte ferroviário urbano de passageiros, define a obrigatoriedade de articulação da rede ferroviária com os planos diretores municipais e das regiões metropolitanas e acrescenta dispositivo restringindo a possibilidade de destruição de materiais considerados inservíveis remanescentes de trechos ou veículos ferroviários, reforçando as regras de proteção do patrimônio ferroviário já dispostas na Lei nº 23.230, de 2019.

É importante ressaltar que o projeto traz algumas inovações já vigentes no Estado do Pará e que também estão em pauta no Congresso Nacional, devido à tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 261/2018. O Pará, que, assim como Minas Gerais, tem uma dimensão territorial equivalente à de importantes países do mundo, tem se destacado no cenário nacional em termos de investimentos no setor de ferrovias. Desde novembro de 2019, os paraenses contam com uma lei com os mesmos objetivos do projeto de lei mineiro citado, que estrutura seu sistema ferroviário estadual. Não por acaso, naquele mesmo mês, o governo paraense anunciou um protocolo de intenções para a construção de um projeto ferroviário ambicioso, em parceria com a China, no valor de R\$7 bilhões.

No jargão ferroviário, há três categorias de ferrovias que serão beneficiadas pelo Projeto de Lei nº 1.699/2020. Na categoria *brownfield* se enquadra boa parte da atual malha ferroviária do País, composta de trechos concedidos a partir da extinção da Rede Ferroviária Federal, nos anos 1990. Os trechos dessas concessões que estão ociosos ou abandonados, devido ao não interesse das atuais concessionárias, poderiam ser revitalizados se o Estado firmar convênios com a União para assumir sua operação direta ou indiretamente, mediante concessão, permissão ou autorização.

Na categoria *shortline*, temos as ferrovias de linha curta, muito comuns nos Estados Unidos, que funcionam em uma distância relativamente pequena em comparação a redes ferroviárias de grande porte. Na experiência norte-americana, muitas *shortlines* surgiram devido ao abandono de trechos por grandes operadoras, que foram assumidos por prestadores de pequeno e médio porte. Ao invés das grandes ferrovias, que no Brasil são basicamente corredores de exportação de *commodities*, as *shortlines* têm como foco conectar indústrias entre si ou com as fontes de matéria-prima,

interconectar grandes ferrovias e também operar trens turísticos de passageiros. Sua implementação é de custo mais baixo, seja porque são trechos curtos, seja porque podem aproveitar trechos existentes ociosos.

A terceira categoria é a das *greenfields*, que são ferrovias novas de grande porte, cujo custo de implementação é mais elevado. Tais ferrovias demandam grandes investimentos e sua viabilização tende a depender de ligações do território estadual com portos, para fins de exportação.

Todas essas categorias de ferrovias poderão ser fortemente impulsionadas com as inovações trazidas por esse projeto de lei e pelas demais legislações aprovadas ou em discussão pela ALMG que foram trazidas para o debate público em razão do trabalho da Comissão Pró-Ferrovias.

3.4.4 – Projeto de Lei nº 2.222/2020²⁴

O referido projeto de lei tem o escopo de trazer para Minas Gerais benefícios fiscais para o setor ferroviário e assim fomentar a expansão da nossa malha ferroviária. Ele tem similaridade, assim como a norma citada anteriormente, com legislação já implantada pelo Estado do Pará, que, devidamente lastreado em acordo no Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz –, aprovou lei equivalente em 2019.

A ausência de conexão ferroviária de diversas regiões do Estado impacta negativamente a competitividade mineira. Uma das consequências é o atraso da expansão ou a inviabilização da criação de novos projetos minerais e agrícolas, especialmente em regiões como o Norte de Minas. Um caso amplamente discutido por esta comissão – a mineração em Conceição do Mato Dentro, que optou pela construção de um mineroduto para escoar a produção de minério de ferro para o Porto de São João da Barra, no Rio de Janeiro – reflete a dificuldade de se viabilizar projetos ferroviários aqui.

É importante ressaltar que a concessão de benefícios fiscais para o setor ferroviário virtualmente não reduz receitas para o Estado, dada a inexistência de ferrovias sob gestão estadual. Por outro lado, poderá, além de viabilizar a expansão da malha ferroviária, trazer investimentos fabris para Minas Gerais, amplificando o potencial benefício do projeto, assim que ele for aprovado.

Além disso, a demanda por baratear a implantação de infraestrutura e serviços ferroviários foi pauta constante das reuniões promovidas por esta comissão. Muitos dos potenciais operadores de serviços ferroviários de passageiros, notadamente os de caráter turístico, que aqui estiveram, são entidades ou empresas de menor porte, com pequena capacidade de financiamento.

24 Texto parcialmente adaptado da justificativa do citado projeto de lei. Disponível em: https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2020&n=2222&t=PL. Acesso em 30 nov. 2020.

Assim, tornar mais acessível a aquisição, o transporte e a operação de equipamentos ferroviários, com certeza, é uma medida importante e necessária para o desenvolvimento do setor ferroviário no Estado.

3.5 – Outras atuações da comissão

Mesmo com todas essas ações citadas nas linhas anteriores, a Comissão Pró-Ferrovias Mineiras preocupou-se e realizou discussões sobre muitas outras questões relativas ao setor ferroviário. Dentre elas, destacaremos algumas pautas muito caras para o desenvolvimento ferroviário mineiro.

3.5.1 – Multa da Ferrovia Centro-Atlântica e o metrô da RMBH

Uma pauta muito importante da Comissão Pró-Ferrovias Mineiras foi a retomada dos trechos ferroviários abandonados por concessionárias da União ao longo dos últimos anos. Ociosos e não despertando interesse das três concessionárias que operam em Minas – Vale, MRS e VLI –, os trechos em apreço foram devolvidos ou estão em processo de devolução para a União e podem ser aproveitados por novos *players* da logística, para o transporte de passageiros e para linhas de cunho turístico.

No caso específico da VLI Logística, responsável pela concessionária FCA, houve uma judicialização, promovida pelo Ministério Público Federal, em razão do abandono indevido de centenas de trechos ferroviários, que resultaram em acordo para que ela realize o pagamento de R\$1,2 bilhões de indenização. A abandonatária já iniciou, de forma parcelada, o pagamento da indenização para a União, e a comissão lutou para que esses recursos fossem investidos em projetos ferroviários.

A bancada mineira no Congresso Nacional articulou para que esses recursos fossem utilizados na criação da linha 2 do metrô da capital, que ligaria o Bairro Calafate ao Barreiro. Essa articulação ganhou força após o presidente Jair Bolsonaro garantir em suas redes sociais a destinação desses recursos para a construção da linha 2 do metrô de Belo Horizonte, e o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, se reunir no dia 2/9/2020 com a bancada mineira no Congresso Federal para explicar esse repasse²⁵. A construção da linha 2 do metrô de Belo Horizonte, segundo o ministro, estaria articulada à privatização da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

Todavia, logo após esses anúncios, de acordo com a imprensa, setores do Ministério da Economia passaram a questionar detalhes técnicos da negociação, alegando que o repasse teria que ser aprovado na Lei Orçamentária, que tramita no Congresso. Devido a esse entrave, a multa da

25 Vide em https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/09/03/interna_gerais,1182041/nova-promessa-da-linha-2-do-metro-de-bh-deixa-populacao-entre-a-espera.shtml, em <https://www.itatiaia.com.br/noticia/bolsonaro-pode-vir-a-minas-em-setembro-para-anunciar-recursos-para-o-metro-de-bh> e em <https://www.otempo.com.br/politica/bolsonaro-confirma-verba-para-expandir-metro-de-belo-horizonte-1.2379834>. Acesso em 9/12/2020.

FCA está sendo depositada na conta única do Tesouro Nacional e a ela pode ser dada qualquer destinação²⁶.

Essa articulação causou polêmica, pois outros municípios atingidos pelo abandono de trechos da malha da FCA, prefeituras e movimentos em favor do transporte ferroviário alegam que não seria justa essa concentração da indenização em investimentos no metrô, e, por isso, defendem que ela também financie outros projetos.

Até o momento da elaboração deste relatório ainda não havia definição sobre como será resolvido esse impasse técnico-jurídico, que envolve a destinação da multa que está sendo paga pela FCA, o processo de privatização da CBTU, a assunção da malha metroviária da RMBH pela Metrominas – empresa estadual criada em 1997 para essa finalidade – e os pleitos por reativação e investimentos em vários trechos ferroviários por todo o Estado, notadamente naqueles abandonados pela citada concessionária. Corre-se seriamente o risco de os recursos dessa multa serem utilizados para outros fins que não o desenvolvimento ferroviário.

3.5.2 – Destinação do patrimônio ferroviário abandonado

A destinação de material rodante, trilhos, dormentes, estações, pátios, oficinas, etc, que não estão mais em uso no Estado foi pauta constante da comissão. Em especial, no dia 12/11/2020, foi realizada audiência pública para debater a possibilidade de cessão para o Estado dos bens vinculados a trechos e serviços ferroviários desativados, os quais estão sob a guarda e a gestão do Dnit. Uma vez com a tutela desses bens e trechos, o Estado poderia promover a sua exploração. Essas cessões já têm ocorrido para vários municípios, embora, de maneira geral, tem sido dada destinação a esse patrimônio distinta à do transporte ferroviário, quando não tem havido a sua dilapidação.

O coordenador de Manutenção Ferroviária do Dnit, Renan Oliveira Teixeira, que participou da reunião no dia 12 de dezembro citada, esclareceu que todos os termos de cessão de uso de bens destinados a prefeituras são aprovados pela procuradoria e que é uma preocupação do departamento a preservação dos bens, assim como entende que o desmantelamento das linhas é uma grande perda para o Estado. Esclareceu que o processo de cessão segue um padrão e, nesse processo, são solicitados documentos de comprovação da finalidade social do equipamento. O coordenador, todavia, afirmou que em alguns casos as prefeituras desmantelam linhas e retiram trilhos e que a

²⁶ Vide em <https://diariodocomercio.com.br/economia/recursos-para-ferrovias-em-mg-sao-abocanhados-pelo-tesouro/>. Acesso em 9/12/2020.

proposta do Dnit é ampliar a fiscalização desse uso com a ideia de diminuir os desvios de função dos equipamentos cedidos.

Segundo o coordenador, o Dnit possui poucos recursos financeiros para a área ferroviária, principalmente para a manutenção do patrimônio e de transportes dos bens e que os termos de cessão firmados já contemplam, como responsabilidade do requerente, a retirada desses bens das localidades. Para ele, a manutenção desses bens é de responsabilidade dos requerentes. Ainda segundo Renan Oliveira Teixeira, nos casos de denúncias de mau uso dos equipamentos e trechos, são realizadas inspeções no local e a Polícia Federal pode ser acionada nesses casos. Esclareceu também que o departamento atua no sentido de tentar mitigar esse problema. O coordenador do Dnit esclareceu, por fim, que todos os pleitos para cessão de bens e projetos desenvolvidos para as ferrovias devem ser encaminhados para esse órgão.

Diante do exposto, mostra-se fundamental que o Estado de Minas Gerais se estruture e busque o Dnit para receber esses bens ociosos e promover a retomada de sua utilização para fins ferroviários.

Merece destaque também que vários estados, além de Minas Gerais, foram prejudicados também pelo abandono de linhas férreas pelas concessionárias. Uma das inúmeras ferrovias que se tornaram ociosas foi a que ligava Minas Gerais à Bahia, imortalizada na música “Ponta de Areia”, do cantor Milton Nascimento. Foi realizada visita, pelo deputado João Leite, em 24/7/2020 ao Município de Caravelas, na Bahia, para conhecer o porto local e defender, junto com autoridades locais, a reativação da ferrovia Bahia-Minas, evento que contou com a participação do prefeito, do presidente da Câmara e de outras autoridades baianas.

3.5.3 – Reparações devidas pelos rompimentos das barragens em Mariana e Brumadinho

Outra frente de atuação da comissão foi a busca de uma reparação das mineradoras Vale e Samarco para os municípios atingidos pelos rompimentos das barragens de Brumadinho e Mariana, bem como para comunidades que foram muito prejudicadas pela interdição de áreas devido a riscos de rompimento de outras barragens de rejeitos.

A comissão realizou reuniões e aprovou requerimentos defendendo a implementação de linhas ferroviárias, como medida compensatória, em municípios como Mariana, Brumadinho, Ouro Preto, Barra Longa, Ponte Nova, Barão de Cocais, Nova Lima, Belo Horizonte e tantos outros que, se não foram atingidos diretamente pelo rompimento das barragens, tiveram áreas inteiras de seus territórios prejudicadas pela evacuação forçada pelo risco de novos rompimentos, com grandes prejuízos econômicos para a população.

Em uma dessas reuniões, especificamente a do dia 19/11/2020, a comissão realizou

audiência pública para debater a situação das negociações do Estado com a Vale, relativas à implantação de ramal ferroviário entre Belo Horizonte e Brumadinho como parte das indenizações e reparações devidas pela referida mineradora pelo rompimento da Barragem do Córrego do Feijão.

A Associação de Moradores do Bairro Belvedere e os representantes de algumas ONGs defensoras da ideia e do Instituto Cultural Inhotim, participantes da audiência, sugeriram um projeto para a construção de uma linha turística para ligar o Bairro Belvedere, em Belo Horizonte, ao Instituto Inhotim, usando um ramal ferroviário abandonado que atualmente sofre com um foco de ocupação ilegal e de incêndios. A proposta é que o parque seja implantado nos moldes do *High Line*, de Nova York, abrigando estruturas de lazer, área verde e uma estação de trem turístico para Inhotim. Defendeu-se que esse projeto fosse bancado pelos recursos de indenização da Vale, visto que melhorar o acesso ao museu terá como consequência o desenvolvimento de toda a região de Brumadinho e do próprio Estado, amplificando a importância de Inhotim no cenário cultural do Estado e do Brasil.

Na mesma reunião, o secretário adjunto de Planejamento e Gestão, Luís Otávio Milagres de Assis informou que o Estado estaria bastante interessado no projeto do trem Belvedere-Inhotim. Contudo, ele ressaltou que o grande desafio é avaliar como seria feita a manutenção e a operação, pensando em uma modelagem técnica, econômica e financeira que as viabilize e permita sua continuidade. Essa viabilidade, contudo, segundo os defensores do projeto, já está demonstrada nos estudos que realizaram.

Já para alguns representantes de outras ONGs presentes, a compensação deveria ser destinada a vários projetos, de natureza mais ampla, que viabilizassem também, além do trem turístico Belvedere-Inhotim, um trem metropolitano de passageiros entre o Centro de Belo Horizonte e o Município de Brumadinho – atendendo também outros municípios atingidos pelo desastre ambiental – e diferentes projetos ferroviários existentes em todas as regiões do Estado.

O fato é que a compensação pelos danos causados ao Estado pelo desastre de Brumadinho é de elevada monta, calculada pela Fundação João Pinheiro e defendida pela Advocacia-Geral do Estado – AGE – e outros órgãos jurídicos em R\$54 bilhões, e que está em processo de conciliação no âmbito do poder judiciário. Utilizar pelo menos parte desses recursos para a reativação de trechos ferroviários ociosos e a implantação de novos serviços de transporte ferroviário de passageiros seria factível e de grande valia, visto que impulsionaria o turismo e o transporte nos municípios contemplados, em benefício de todo o Estado.

4 – A COMISSÃO PRÓ-FERROVIAS E O PROCESSO DE RENOVAÇÃO ANTECIPADA DAS CONCESSÕES FERROVIÁRIAS DA UNIÃO²⁷

O processo de renovação antecipada das concessões ferroviárias de titularidade da União é sem dúvida um dos fatos de maior importância debatidos ao longo deste período da comissão, bem como do período anterior. Esse processo, polêmico, é reflexo de escolhas políticas tomadas no último século – desde seus primórdios –, que fizeram com que a malha ferroviária do País sofresse com modificações expressivas de gestão, e de marcos regulatórios e supressões de fontes de financiamento que culminaram com o abandono de trechos, fazendo assim com que, ao final do século, a extensão de ferrovias fosse inferior à de seus meados.

O relatório final do período anterior desta comissão (MINAS GERAIS, 2019) apresenta esse histórico com bastante profundidade. Optamos por contextualizar aqui apenas o período mais recente, a partir dos anos 1990, de vigência dos atuais contratos de exploração da malha ferroviária federal, que se relaciona com as discussões que tiveram cabo nos últimos anos nesta comissão.

4.1 – A malha ferroviária concedida da União

Durante os anos 1990, a União promoveu uma completa reestruturação de gestão das ferrovias sob sua gestão. A então Rede Ferroviária Federal foi desmembrada em diversas malhas, inseridas em um programa nacional de desestatização e repassadas, após licitação, para concessionárias constituídas especificamente para esse fim. Além disso, ferrovias então de propriedade da Companhia Vale do Rio Doce (Estrada de Ferro Vitória a Minas e Estrada de Ferro Carajás) também foram privatizadas conjuntamente com a própria companhia.

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2012) aponta uma série de falhas nos contratos de concessões ferroviárias firmados nos anos 1990, como pouca clareza quanto ao direito de passagem; assimetria de informações entre as operadoras e entre estas e o poder concedente; dúvidas sobre responsabilidades das partes decorrentes de contratos de concessão (para exploração do serviço ferroviário) e de arrendamentos (para gestão dos ativos de

²⁷ Este capítulo utiliza parcialmente como base a publicação MINAS GERAIS (2020), com acréscimo de informações que sobrevieram após a publicação da citada obra além de adaptações estilísticas e do texto tento em vista a finalidade deste relatório.

infraestrutura) com muitas lacunas; e a não revisão das tarifas de custo, base para o cálculo da remuneração das concessões.

Em outras palavras, aqueles contratos limitariam os investimentos apenas ao montante de arrecadação previsto inicialmente, desestimulando assim ganhos de produtividade, não traziam com clareza as regras para o direito de passagem por terceiros e deixavam muitas lacunas quanto aos trechos considerados antieconômicos, que acabaram por ser abandonados pelas concessionárias.

Houve – e continua havendo –, também, questionamentos de que essas concessões ferroviárias são em sua grande maioria operadas por concessionárias cujos sócios controladores são em parte comuns, com a Vale tendo papel proeminente nas malhas mais importantes.

Lazzarini (2018) afirma que o processo de desestatização dos anos 1990 envolveu um número surpreendentemente pequeno de atores. Dessa maneira, verifica-se que em diversos empreendimentos há participação de acionistas que, em outros mercados, são concorrentes. Dessa forma, discute Lazzarini, fica prejudicada a concorrência nos setores desestatizados, visto que a participação cruzada em diversas empresas e setores acaba interligando esses diferentes agentes, que, interessados em manter uma rentabilidade mais alta que aquela que seria obtida em ambiente concorrencial, podem entrar em colusão, resultando em concorrência relativamente reduzida.

Como exemplo, no caso específico da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM –, ela atualmente opera como braço operacional da mineradora Vale, cumprindo principalmente a função de transporte de minério de ferro. Dessa maneira, pode-se esperar que a atuação da Vale seja, dentro da lógica de remuneração de seu capital e de seus acionistas, tomar o complexo Vale+EFVM e maximizar sua lucratividade. No entanto, não é claro que a maximização do retorno Vale+EFVM seja a mais benéfica do ponto de vista social. Para a sociedade em geral, proprietária, via governo federal, dos ativos ferroviários da EFVM, seria interessante que a EFVM fosse remunerada adequadamente pelos serviços ferroviários prestados. Do ponto de vista da Vale, porém, pode ocorrer que a maximização de sua lucratividade se dê com patamar menor de remuneração pelos serviços ferroviários prestados.

Assim, ainda de forma exemplificativa, é possível que a operação da EFVM como empresa independente, sem ligações acionárias com a Vale, acabasse resultando em gestão diferente daquela realizada sob comando da mineradora. Nesse cenário, visto que seria a EFVM uma empresa independente, teria ela interesse de maximizar a rentabilidade de seus ativos próprios. Assim, a EFVM potencialmente teria interesse em diversificar os clientes e os setores atendidos. Nesse cenário, é possível ainda que o retorno da Vale seja diminuído, que o maior retorno da EFVM mais que compense as eventuais perdas da mineradora. Assim, pode ser que o maior retorno econômico seja obtido com a EFVM atuando como empresa independente, e não como apenas um braço operacional

da Vale, cenário atual e em que se espera que a EFVM atue no sentido de maximizar o retorno do complexo Vale+EFVM.

Esse problema envolvendo uma cadeia vertical de produção da Vale é verificado também em outras concessionárias nas quais ela tem participação direta ou indireta de capital, como a VLI e a MRS. Dessa forma, pode-se esperar que a atuação conjunta da EFVM, VLI e MRS – entre si, com a Vale, com seus demais clientes efetivos e potenciais, incluindo potenciais concorrentes da Vale, e com as demais empresas ferroviárias – seja distinta daquela que seria obtida caso não houvesse participação cruzada, cenário em que se esperaria maior concorrência.

De fato, seria possível até se contemplar um cenário em que os ativos ferroviários pudessem ser usados como instrumento anticoncorrencial. Há tipos de cargas em que, por seu peso e volumes elevados, a logística acaba se tornando elemento essencial dos custos. O próprio minério de ferro é um produto desse tipo. Negar acesso ao transporte ferroviário a seus concorrentes, ou concedê-lo em condições desfavoráveis, pode ser elemento anticoncorrencial e que tende a aumentar a rentabilidade dos acionistas das concessionárias em setores outros que não o de transporte ferroviário em si. Ressalte-se que o transporte de minério de ferro representou, entre 2014 e 2019, mais de 90% da produção ferroviária, apurada em tonelada-quilômetro útil, da EFVM.

Pode-se também questionar a utilização quase exclusiva de um ativo concedido por apenas um cliente, como ocorre com parcela importante das ferrovias. Essa situação pode gerar um problema de governança corporativa: o pagamento mínimo pelo uso da ferrovia acaba por desvalorizar um ativo que não é propriedade do concessionário, mas proporciona economia ao seu principal cliente, maximizando o valor de seus ativos. Dessa maneira, é como se houvesse transferência de recursos da ferrovia – ativo de propriedade da União, explorado mediante concessão – para o seu principal cliente, que é a concessionária, o que se conhece como *tunneling*.

Pois bem, tendo como pano de fundo esse quadro sucintamente apresentado nas linhas anteriores, em novembro de 2016 o Poder Executivo Federal encaminhou para deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 752, com o objetivo declarado de reparar problemas e desafios históricos em importantes setores de infraestrutura, inclusive o setor ferroviário, buscando viabilizar a realização imediata de novos investimentos em projetos de parceria público-privada e sanear contratos de concessão vigentes para os quais a continuidade da exploração do serviço pelos respectivos concessionários se mostrasse inviável.

A referida medida provisória foi convertida na Lei Federal nº 13.448, de 5/6/2017, que estabelece diretrizes gerais para prorrogação e relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei Federal nº 13.334, de 13/9/2016, nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário da

administração pública federal, e altera a Lei Federal nº 10.233, de 5/6/2001, e a Lei Federal nº 8.987, de 13/2/1995.

Nos termos do art. 6º da Lei Federal nº 13.448, de 2017, a prorrogação antecipada ocorrerá por meio da inclusão de investimentos não previstos no instrumento contratual vigente, apenas no contrato de parceria cujo prazo de vigência, à época da manifestação da parte interessada, encontrar-se entre 50% e 90% do prazo originalmente estipulado e estará condicionada ao atendimento da prestação de serviço adequado, aqui entendido como o cumprimento, no período antecedente de cinco anos contados da data da proposta de antecipação da prorrogação, das metas de produção e de segurança definidas no contrato, por três anos, ou das metas de segurança definidas no contrato, por quatro anos.

Da malha ferroviária federal concedida, passível de renovação, três concessionárias atuam em Minas Gerais: a Ferrovia Centro-Atlântica S.A.²⁸, a MRS Logística S.A. e a Vale, na Estrada de Ferro Vitória a Minas. Em contexto de crise econômica e pressionado pelo movimento de paralisação dos caminhoneiros em maio de 2018, que evidenciou a necessidade de investimento em outros modais além do rodoviário, o governo federal, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos, aprovou mais dois projetos ferroviários no plano de concessões: a Ferrovia de Integração Centro-Oeste – Fico – e o Ferroanel de São Paulo. A construção da Fico seria viabilizada pelos recursos da outorga da EFVM e o Ferroanel de São Paulo pela antecipação da Malha Paulista (Rumo S.A.) e da MRS.

No caso de Minas Gerais, o processo que está mais adiantado é o da renovação da EFVM, cuja contrapartida principal, em se efetivando a prorrogação do contrato dessa concessão, seria a construção da Fico. A avaliação dos técnicos da Agência Nacional de Transportes Terrestres, expressada na visita a esse órgão que a comissão realizou em 3/7/2018²⁹, é de que os contratos de concessões, em vigência até 2027, estariam ultrapassados e possuiriam fragilidades quanto às obrigações das empresas. O governo federal também alegava que tinha o interesse de antecipar investimentos, de modo a favorecer a recuperação da economia.

A atual gestão federal, uma vez iniciada em 2019, manteve, em linhas gerais, o planejamento do PPI do governo anterior.

Especificamente no caso da EFVM, processo mais adiantado entre as malhas federais que atravessam Minas Gerais, a ANTT encaminhou os estudos para o Ministério da Infraestrutura,

28 Atualmente incorporada à empresa VLI Logística.

29 Vide em

https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2018/07/03_audiencia_brasilia_ferrovias.html. Acesso em: 3 dez. 2020.

que se mostrou favorável à prorrogação antecipada. Em 22/7/2019, os estudos elaborados foram encaminhados para a análise do TCU. Em 29/7/2020, apesar do posicionamento contrário da área técnica³⁰, o Pleno do tribunal autorizou o Ministério da Infraestrutura e a ANTT a prosseguirem com a negociação para a renovação da concessão da EFVM: “Parte do valor de outorga devido pela prorrogação antecipada do contrato será destinada à construção de 383km da Ferrovia de Integração Centro-Oeste – Fico –, entre Mara Rosa (GO) e Água Boa (MT)”.³¹

No caso das demais malhas – FCA e MRS –, os processos encontram-se ainda em análise administrativa no âmbito do Poder Executivo Federal, etapa inicial, antes do envio da proposta ao órgão de controle externo, o TCU. Em ambos os casos, contudo, o governo admite que parte majoritária da outorga desses projetos “poderá ser direcionada para investimentos de interesse público, como novos investimentos na própria malha ou em outras intervenções da malha ferroviária nacional (investimentos cruzados)”.³²

É de se esperar que as concessionárias – e seus acionistas – tenham grande interesse na renovação antecipada, pois a ausência de uma licitação lhes permite negociar diretamente com o governo federal os termos dos novos contratos.

4.2 – Atuação da comissão

Inúmeros problemas na operação, o abandono de linhas das atuais concessionárias e a proposta de investimento em ferrovias em outros estados como destinação dos recursos das outorgas das renovações antecipadas motivaram várias audiências públicas e um sem número de requerimentos enviados pela comissão a diversos entes públicos e privados.

De fato, esse foi um dos principais temas que a comissão atacou de frente – tanto neste atual período, que ora termina, quanto no seu período anterior –, muitas vezes contrariando interesses das atuais concessionárias e instigando os órgãos de controle a interferirem na consecução dessa política pública, no entendimento de que os interesses dos cidadãos e do Estado estão sendo violados.³³ Várias audiências públicas trataram direta ou indiretamente desse assunto, as quais podem ser consultadas nos Anexos I e III deste relatório.

Além disso, durante o período de consulta pública do processo em que se discutia a renovação da concessão da EFVM, a Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias e a Advocacia-Geral do

30 “Em vista das graves irregularidades e falhas metodológicas constatadas, conclui-se pela impossibilidade de a Unidade Técnica manifestar-se favoravelmente ao prosseguimento da presente proposta de prorrogação antecipada do contrato de concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas.” (Brasil, 2020 [1])

31 Vide em <https://www.ppi.gov.br/efvm-estrada-de-ferro-vitoria-a-minas>. Acesso em 22 nov. 2020.

32 Vide em <https://www.ppi.gov.br/mrs-logistica-sa> e em <https://www.ppi.gov.br/fca-ferrovia-centro-atlantica-sa>. Acessos em 22 nov. 2020.

33 Recomenda-se fortemente a leitura de MINAS GERAIS (2019), relatório final do período anterior desta comissão, em que se aborda com mais detalhes vários aspectos históricos e jurídicos relacionados ao processo de renovação antecipada das concessões das malhas ferroviárias federais.

Estado se posicionaram contrariamente ao modelo proposto de renovação antecipada. A AGE, inclusive, encaminhou à ANTT, naquele momento, vários questionamentos sobre esse processo, considerando que as condições até então estabelecidas não atenderiam aos interesses do Estado de Minas Gerais e do povo mineiro³⁴.

Ainda especificamente quanto a esse assunto, houve também o envio, por parte do deputado João Leite – presidente desta comissão – e pelo deputado federal Fábio Ramalho, de ofício ao presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Raimundo Carreiro, encaminhando denúncia de irregularidades no processo de renovação antecipada da EFVM. O documento apontou, ainda, a impropriedade do investimento cruzado na construção da Fico, a dúvida sobre o valor adequado da concessão – fato que deveria, por si só, conduzir a um novo processo licitatório –, o dano ambiental que a operação da EFVM causa em Minas Gerais e no Espírito Santo e a não definição de forma explícita da obrigatoriedade de manutenção, pela concessionária, do funcionamento do trem de passageiros entre Belo Horizonte e Cariacica – uma das únicas linhas de trem de longa distância do País e extremamente importante para Minas Gerais. Não houve resposta por parte da ANTT sobre se esses questionamentos foram considerados como subsídio para o processo de renovação da concessão da EFVM.

Contudo, a ação da comissão que mais se destaca acerca do tema foi o envio ao Tribunal de Contas da União de um memorial (MINAS GERAIS, 2020), contendo uma manifestação formal do posicionamento da ALMG acerca do processo de renovação da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Assumindo a dianteira na defesa dos interesses do Estado de Minas Gerais, esse memorial trouxe uma extensa e bem fundamentada miríade de argumentos questionando aquele processo nos termos defendidos pelo governo federal.

34 Mais detalhes em MINAS GERAIS (2019).

Figura 7 – Capa do Memorial enviado pela ALMG ao Tribunal de Contas da União para o processo de renovação da concessão da EFVM



Em linhas gerais, o documento afirmava que

a proposta de renovação da concessão ferroviária nos moldes propostos é prejudicial ao Brasil e, em especial, a Minas Gerais. Essa constatação se dá pelos questionamentos, inclusive em torno dos montantes adequados para a outorga, levantados pelo próprio TCU, bem como pelo risco do modelo que está em discussão não favorecer a ampliação do transporte ferroviário e a diversificação de clientes e de mercadorias que transitam pela EFVM. [Assim] O Estado de Minas Gerais se opõe, também, à aplicação dos recursos arrecadados na outorga do projeto ferroviário na Fico, pois vê nessa

ação uma nova injustiça histórica que está sendo perpetrada contra os mineiros.

Além da exposição dos motivos técnicos e jurídicos, o memorial também trouxe os pleitos que Minas Gerais considerava justos para que se desse prosseguimento ao processo de renovação da referida concessão:

- aumento do valor da outorga devida pela concessão antecipada;
- aplicação dos recursos em projetos ferroviários em Minas Gerais e no Espírito Santo, entre os quais a construção do ferroanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a requalificação de trecho ferroviário conhecido como Serra do Tigre, na região do Alto Paranaíba, o Terminal Multimodal do Vale do Aço, a ligação Ferroviária Bahia-Minas Gerais e o aporte de recursos para financiamento de projetos do Plano Plurianual de Ação Governamental e do PEF;
- diversificação dos clientes da EFVM, de forma a se ampliar a participação das cargas gerais entre os produtos transportados pela ferrovia, beneficiando toda a cadeia produtiva do Estado;
- melhoria da interconexão entre as redes, dentro e fora do Estado, e das regras de direito de passagem e tráfego mútuo, facilitando a operação de operadores independentes – como trens turísticos – e de composições de outras concessionárias;
- melhoria da estrutura de concorrência, evitando a cartelização dos serviços ferroviários;
- ampliação do transporte de passageiros pela EFVM, como, por exemplo, com a criação de um horário noturno no transporte de passageiros;
- redução dos prazos da resolução dos conflitos urbanos previstos nos documentos iniciais apresentados pelo governo federal;
- realização de consulta ao Cade sobre o processo de renovação antecipada, tendo em vista as fortes suspeitas de excessiva concentração no mercado ferroviário; e
- *spin-off* da EFVM, que consistiria, no mínimo, na separação operacional entre a entidade controladora (Vale) e a controlada (EFVM), maximizando os retornos da concessão para a sociedade.

Como já adiantado, o Pleno do TCU autorizou o prosseguimento da negociação entre a União (poder concedente) e a Vale (concessionária), visando à renovação antecipada do contrato de concessão, apesar de manifestação contrária da área técnica.

Decidiu também que a ANTT deverá atender a diversas recomendações. Destacamos, a seguir, trecho do voto do ministro-relator Bruno Dantas – que foi seguido por todos os demais ministros –, em que se acolhe o memorial enviado pela ALMG, inserindo-o no processo de renovação e indicando aos órgãos competentes que se analise a viabilidade de atendimento dos pleitos nele constantes.

520. À peça 134, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais apresentou extenso arrazoado em que manifestou objeção à proposta de prorrogação antecipada da EFVM nos moldes propostos. Se opôs à aplicação de recursos da outorga na implantação da Fico. Finalmente, defendeu que no procedimento de prorrogação seja atendida uma série de demandas elencadas no documento.

521. Como visto ao longo deste voto, foram endereçadas no acórdão medidas para correção de impropriedades e para o tratamento de riscos identificados relativos aos apontamentos acerca da base de ativos, dos estudos de demanda e da definição da tarifa utilizada na modelagem econômico-financeira que considere pertinentes.

522. Quanto à escolha da Fico como malha de interesse da administração a receber investimento oriundo da prorrogação antecipada, trata-se de uma escolha do poder concedente, fundamentada nas diretrizes do Plano Nacional de Logística, razão pela qual não vislumbro razão legítima para impugnação por este tribunal. Também consta do aditivo aprimoramento de regras contratuais concernentes ao compartilhamento da infraestrutura, conforme determina a Lei 13.448/2017.

523. Sobre as outras demandas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, considero oportuno o envio de cópia da documentação ao Ministério da Infraestrutura para que avalie a conveniência, oportunidade e viabilidade de incluir alguma das pretensões nas obrigações da prorrogação em exame. (BRASIL, 2020 [2])

Percebe-se, assim, que embora os questionamentos principais apontados no memorial não tenham sido reconhecidos, o TCU entendeu como manifestação oficial de Minas Gerais – na ausência de outro – o documento enviado pela ALMG. E entendeu que os órgãos responsáveis analisem as demandas nele contidas antes da consumação da renovação do referido contrato. É, a

nosso ver, uma vitória significativa desta comissão – embora não a ideal – no enfrentamento dos problemas relacionados a essas renovações.

5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Como se viu ao longo deste relatório, a Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras teve uma extensa e profícua atuação neste período de 2019 a 2020. Somados aos esforços iniciais – mas não menos importantes – levados a cabo no segundo semestre de 2018, esta comissão espera ter contribuído de forma importante para o processo de retomada ferroviária de Minas Gerais.

5.1 – Conclusões

No Capítulo 1, apresentamos os objetivos, a finalidade e a composição da comissão. Também resumimos sua atuação em números, tanto na forma de centenas de requerimentos contendo pedidos de providências e de informações, quanto de dezenas de audiências e reuniões por ela realizadas. Esses dados lá apresentados são a síntese do conteúdo dos Anexos I, II e III, trazidos ao final deste documento.

Relembramos em seguida o papel vocalizador das demandas da sociedade civil desempenhado por esta comissão. No Capítulo 2 detalhamos todo o processo de construção político-institucional que culminou com a criação deste colegiado ainda em 2018. Expressamos lá também o contexto de sua recriação no início de 2019 e nossa opinião de como foi acertada a escolha por institucionalizar esse espaço de discussão ferroviária na forma de uma comissão extraordinária. Ao final do capítulo manifestamos os agradecimentos, que ora reiteramos, aos cidadãos e entidades que lutam pela causa ferroviária em nosso estado.

Já no Capítulo 3, apresentamos em detalhes as principais conquistas que podem ser creditadas – direta ou indiretamente – a esta comissão, naquilo que convençamos chamar de Retomada Ferroviária de nosso estado. Destacamos a criação da Superintendência de Transporte Ferroviário, que passou a ser o *locus* de formulação e execução da política ferroviária do Estado e a estruturação do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, com novo programa e novas ações destinadas ao desenvolvimento desse modal de transporte.

Abordamos também nesse capítulo o Plano Estratégico Ferroviário – PEF –, que, ao longo dos últimos meses, trouxe à luz planos e projetos ferroviários antes desconexos e desatualizados. Especificamente sobre essa questão, ressaltamos divergências expostas no âmbito da comissão acerca de sua metodologia de trabalho e de sua possível não aderência aos anseios da sociedade mineira. Os últimos *workshops* de elaboração do PEF demonstraram que houve uma maior preocupação da equipe responsável por sua elaboração no atendimento das demandas expressas no âmbito da comissão. Esperamos, assim, que, logo que for concluído, no início de 2021, possa de fato

ser um importante orientador – e não só isso, também um significativo catalisador – dos investimentos governamentais e privados em ferrovias.

Tratamos com profundidade também do novo marco legal do Estado, relacionado à regulação e ao incentivo ao desenvolvimento ferroviário, capitaneado pela Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. A aprovação da Emenda à Constituição nº 105, de 2020, da Lei 23.230, de 2019, e do Projeto de Lei nº 1.699/2020 pode ser creditada diretamente ao empenho de seus membros em trazer para Minas o estado da arte em relação à legislação ferroviária. Esperamos também que, com brevidade, o Projeto de Lei nº 2.222/2020, que trata de incentivos fiscais e tributários para o desenvolvimento do setor, também possa vir a compor esse novo quadro legal do Estado.

Ainda no Capítulo 3, abordamos também as polêmicas relacionadas à multa devida pela concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S.A. – FCA – e à sua destinação. É consenso, a nosso ver, que esses recursos devam ser aplicados majoritariamente no setor ferroviário de Minas Gerais, estado que tem a maior malha ferroviária abandonada por essa companhia. Contamos com que o governo estadual, agora apoiado pela Superintendência de Transporte Ferroviário, não se furte a lutar com todas as forças para que os recursos fiquem em Minas Gerais e que, de maneira clara e transparente, articule uma destinação adequada para eles, diante da diversidade de projetos e de necessidades de várias regiões mineiras.

Não nos furtamos, contudo, de lastimar e repudiar o desencontro de informações relacionadas ao trem metropolitano da RMBH, assunto recorrente em várias audiências dessa comissão. Como terceiro maior aglomerado urbano do País, Belo Horizonte não poderia patinar – como tem feito há várias décadas – na expansão de seu transporte sobre trilhos. Oportunidades de investimento nesse modal têm sido recorrentemente perdidas por problemas de articulação interfederativa. E neste ano não foi diferente. O imbróglio técnico, financeiro, político e jurídico envolvendo a operação mineira da Companhia Brasileira de Trens Urbanos deu as caras novamente neste ano, como demonstramos também no Capítulo 3. Infelizmente este relatório é concluído sem que se saiba, com um mínimo de detalhes razoáveis, qual será o destino desse “trem”. Esta comissão conclama por soluções rápidas, definitivas e significativas para que o transporte coletivo da RMBH dê o salto de qualidade que sua população merece.

Não poderíamos deixar de lembrar, como o fizemos em detalhes no referido capítulo deste relatório, da dilapidação do patrimônio ferroviário no Estado e do papel desta comissão em frear esse processo e articular minimamente com os diversos órgãos afetos ao tema ações e protocolos visando a sua proteção. Foram várias as reuniões em que foi possível vislumbrarmos uma luz no fim do túnel para que a história de Minas Gerais, intimamente ligada ao trem, não se perdesse. Esse

esforço, contudo, em nosso entendimento, deve ser contínuo, articulado e aprofundado pelos diversos órgãos envolvidos.

Por fim, destacamos também no Capítulo 3 a dívida que as companhias mineradoras Samarco e Vale têm com Minas Gerais em função das tragédias ocorridas em suas barragens de Mariana e Brumadinho. Reparações aos danos socioeconômicos causados por esses desastres devem passar necessariamente por investimentos no modal ferroviário, para que Minas Gerais seja capaz de diversificar sua matriz produtiva e dar maior qualidade de vida aos cidadãos mineiros que transitam pelo Estado. O processo judicial em curso – e em vias de conciliação –, especificamente envolvendo o desastre de Brumadinho, é uma oportunidade de ouro para que alguns dos inúmeros projetos de investimento ferroviário discutidos no âmbito desta comissão saiam do papel. Conclamamos os atores envolvidos nessa possível conciliação a analisar o extenso trabalho realizado por esta comissão – que este relatório busca sintetizar – e a definir com a maior transparência possível os projetos que poderão ser viabilizados com os recursos dessa reparação.

Já no Capítulo 4, trouxemos o relevante debate envolvendo as renovações antecipadas das concessões ferroviárias da União que atravessam Minas Gerais. Relatamos a intensa luta da comissão para que os interesses mineiros não fossem deixados em segundo plano. Desde os idos de 2018, seus membros, em diversas ações coordenadas e que contaram com o apoio da liderança da ALMG, arguíram autoridades e instaram seus órgãos a inserir nas renovações pretendidas pela União, cláusulas envolvendo o desenvolvimento do modal ferroviário em Minas Gerais.

O ápice dessa atuação foi, como já relatado, o envio de um memorial pela ALMG, no bojo do processo que estava em análise no Tribunal de Contas da União sobre a renovação da Estrada de Ferro Vitória a Minas, contendo as pretensões de Minas Gerais em relação a essa renovação, em junho de 2020. No documento, a ALMG endossou os diversos problemas que a equipe técnica do próprio TCU levantou sobre esse processo. Também criticou a cláusula da renovação que prevê investimento a ser realizado pela Vale – proprietária da EFVM – na construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste – Fico –, como destinação da outorga devida pela eventual renovação. Esse investimento cruzado em outro estado da Federação, que nada tem a ver com a malha da EFVM, nem tampouco com a degradação socioambiental causada pela exploração do minério em Minas, é defendido pelos órgãos federais responsáveis por esse processo – Ministério da Infraestrutura e Agência Nacional de Transportes Terrestres, e infelizmente, foi validado pelos ministros do TCU. Isso, repetimos, apesar de técnicos dessa corte de contas não recomendarem tal decisão. No mesmo processo, porém, o TCU solicitou que o Memorial da ALMG fosse encaminhado para os citados órgãos para que avaliassem a inclusão dos pleitos nele contidos no eventual aditamento de contrato. Até o encerramento deste relatório, não houve resposta formal por parte da ANTT, nem do Ministério

da Infraestrutura, aos questionamentos apresentados no memorial elaborado pelo Parlamento Mineiro.

Notícias recentes, infelizmente, dão conta que nenhum dos pleitos do Estado foram acatados na minuta do aditamento contratual em vias de ser assinado. A Assembleia e esta comissão não aceitarão que a renovação do contrato da EFVM – que cruza diversas regiões e está umbilicalmente ligada à história mineira – signifique a manutenção de prejuízos para o desenvolvimento do Estado por mais 30 anos adicionais.

5.2 – Recomendações

Diante do exposto, esta comissão expressa as seguintes recomendações, que no nosso entendimento, sintetizam os anseios da população mineira no tocante ao desenvolvimento ferroviário do Estado:

5.2.1 – Ao governador do Estado

- para que interceda junto ao governo federal para evitar que investimentos decorrentes de outorgas pela renovação antecipada de ferrovias que atravessam Minas Gerais – EFVM, MRS e FCA – sejam destinados a outras unidades da Federação e para que essas possíveis renovações também incluam cláusulas claras sobre o direito de passagem, sobre o investimento no transporte de passageiros, sobre a solução dos conflitos urbanos e sobre a mitigação dos passivos ambientais dessas ferrovias;
- para que organize uma força-tarefa visando iniciar imediatamente a requisição estadual de bens ferroviários móveis e imóveis sob a guarda do Dnit, da Secretaria do Patrimônio da União, da ANTT e de concessionárias da União – que pretendam devolver bens ferroviários para a União – de interesse para a preservação do patrimônio histórico e ambiental e para o desenvolvimento ferroviário de Minas Gerais; uma vez que o Estado tem mais capilaridade para coibir a dilapidação desse acervo;
- para que solicite ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual – Iepha –, à Polícia Militar de Minas Gerais, ao Corpo de Bombeiros Militar e à Superintendência de Transporte Ferroviário da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade que instituem protocolos internos e conjuntos visando ao cumprimento das disposições da Lei nº 23.230, de 2019, que trata da preservação do patrimônio ferroviário do Estado;
- para que forneça a estrutura material e de recursos humanos necessários para uma efetiva atuação da Superintendência de Transporte Ferroviário da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade;
- para que institua mecanismos de participação e controle social no processo de planejamento e execução da política de transporte ferroviário do Estado;

- para que assumam as articulações visando à expansão da rede metroviária da RMBH;
- para que viabilize no menor espaço de tempo possível a regulamentação do novo marco legal ferroviário do Estado;

- para que interceda ativamente nas negociações e na resolução das pendências técnicas que estão impedindo o cumprimento do acordo judicial envolvendo a multa aplicada à FCA, o qual define a obrigatoriedade da aplicação dos valores dessa multa em investimentos ferroviários em Minas Gerais;

5.2.2 – À presidência da República, ao Ministério da Infraestrutura e à ANTT

- para que nos processos de renovação antecipada dos contratos de concessões ferroviárias sejam garantidos a implantação de trens de passageiros, a intermodalidade, o direito de passagem e mecanismos que viabilizem o surgimento de novos operadores ferroviários, em consonância, inclusive, com o PLS 261/2018, em tramitação no Congresso Nacional;

- para que, no bojo do processo de renovação antecipada das concessões da EFVM, da MRS e da FCA, observem as recomendações expressas no memorial enviado ao TCU pela ALMG;

5.2.3 – Ao Ministério da Infraestrutura e à ANTT

- para que respondam formalmente a esta Casa sobre os questionamentos e pleitos apresentados pela ALMG no citado memorial, conforme determinação do acórdão exarado pelo Tribunal de Contas da União;

- para que respondam formalmente a esta Casa os seguidos e inúmeros ofícios contendo pedidos de providências e informações enviados desde 2018 relacionados aos processos de renovação antecipada das concessões ferroviárias, à preservação do patrimônio ferroviário e aos inadimplementos verificados por esta comissão em relação ao cumprimento dos contratos pelas concessionárias de ferrovias;

5.2.4 – À bancada mineira no Congresso Nacional

- para que mantenha e amplie os esforços para impedir que o Estado de Minas Gerais seja prejudicado e alijado de investimentos nos processos de renovações antecipadas das concessões ferroviárias da União que operam no seu território;

- para que apoie a tramitação do PLS 261/2018, que institui um novo marco legal para ferrovias no Brasil, sempre tendo em vista os interesses do desenvolvimento ferroviário mineiro;

5.2.5 – Aos presidentes das Mesas do Senado da República e da Câmara dos

Deputados

- para que priorizem a votação do Projeto de Lei do Senado nº 261/2018, que trata do novo marco regulatório das ferrovias no Brasil;

5.2.6 – Ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade

- para que atue no sentido de promover a concorrência no transporte ferroviário no Brasil e em Minas Gerais, reduzindo as tendências monopolistas do setor e ampliando as possibilidades para que novos atores e operadores atuem no transporte ferroviário;

- para que atue especificamente nos processos de renovação antecipada das concessões da EFVM, MRS e FCA verificando a existência de conflitos de interesses entre essas empresas e suas controladoras que impliquem na cartelização do transporte ferroviário do País;

5.2.7 – Ao Tribunal de Contas da União

- para que se abstenha de dar o aval à renovação contratual das concessões da EFVM, da MRS e da FCA enquanto o Ministério da Infraestrutura e a Agência Nacional de Transportes Terrestres não atenderem às recomendações expressas no memorial enviado a esse tribunal pela ALMG, no bojo do processo de renovação da concessão da EFVM;

- para que os processos de renovação das concessões da MRS e da FCA observem o máximo possível as recomendações expressas pela área técnica do próprio tribunal;

5.2.8 – À Vale S.A.

- para que contribua para o desenvolvimento econômico e social do Estado, visando à diversificação de cargas transportadas nas linhas por ela controladas direta ou indiretamente e viabilizando trechos ferroviários a título de compensação para as populações atingidas pelos desastres de Mariana e Brumadinho, bem como para as comunidades prejudicadas pela interdição de áreas devido a riscos de rompimento de outras barragens de rejeitos. Entre os projetos ferroviários que a comissão defende, incluem-se:

- implantação de trem de passageiros entre Belo Horizonte e Brumadinho, entre o Parque Linear no Bairro Belvedere, em Belo Horizonte, e o Instituto Cultural Inhotim, em Brumadinho;

- reativação do trecho ferroviário de Belo Horizonte a Mariana, passando também por Sabará, Rio Acima, Itabirito e Ouro Preto, parte da chamada Linha Mineira, com cerca de 100km abandonados pela FCA – sua controlada indireta;

- reativação do trecho ferroviário entre Belo Horizonte e Santa Bárbara, passando por Sabará, Caeté e Barão de Cocais, como compensação pelos prejuízos causados pelo risco de rompimento da Barragem de Gongo Soco;

- reativação do trecho ferroviário entre Belo Horizonte e Belo Vale, passando por Ibirité, Sarzedo, Brumadinho e Moeda;

5.2.9 – À Mesa da ALMG

- para que avalie junto à Procuradoria da Casa a **propositura urgente** de ações judiciais para impedir o prosseguimento da renovação antecipada da concessão da EFVM, levando em consideração os argumentos a seguir elencados, já expostos anteriormente no memorial enviado pela Casa ao TCU.

- *Irregularidades identificadas pela área técnica do TCU* – Os termos propostos possuem várias irregularidades apontadas pela equipe técnica do Tribunal de Contas da União que não contemplariam compensações ao Estado de Minas Gerais, estado da Federação onde está localizada a maior parte da EFVM e de onde se extrai, com todos os efeitos adversos disso, o minério de ferro, principal carga da ferrovia (BRASIL, 2020 [1]).

- *Necessidade de aumento do valor da outorga devida pela renovação antecipada* – Um dos pontos basilares do memorial, as avaliações apontam que o valor de R\$639,84 milhões, calculado em 2018 pela ANTT, para a outorga, está subavaliado. O valor da outorga definirá o que será e o que não será possível de se realizar com ela. O estudo técnico elaborado pelo TCU mostra que os parâmetros selecionados pela ANTT relativos a taxas, preços, valores, premissas e metodologias levam a valores excessivamente baixos de outorga a serem pagos pela Vale. A valoração das malhas cuja concessão se pretende renovar antecipadamente somente poderia ter a precisão necessária caso a ANTT lançasse uma tomada pública de subsídios, procedimento de manifestação de interesse, ou uma consulta pública em que atores privados apresentassem seu interesse e seus estudos, e isso não foi feito até o momento. Dessa maneira, o Estado de Minas Gerais rejeita a valoração da malha proposta pela ANTT.

- *Importância de aplicação dos recursos em projetos ferroviários em Minas Gerais e no Espírito Santo* – A mineração é a principal atividade econômica que vem sustentando o funcionamento das ferrovias em operação no Estado e no País. É uma atividade econômica importante, que favoreceu fortemente os resultados positivos da balança comercial brasileira, mas que deixou sequelas em Minas Gerais. Entre essas sequelas, os recentes desastres de Mariana e de Brumadinho são as mais devastadoras. Além da legalidade questionável, a definição de que os recursos advindos de eventual renovação antecipada sejam investidos no Centro-

Oeste do País foi tomada à revelia dos principais estados envolvidos com as operações da Vale e da EFVM – a EFVM tem 905km de extensão, sendo 240km (26%) no Espírito Santo e 665km (74%) em Minas Gerais. Consideramos, portanto, que uma eventual outorga pela renovação antecipada da concessão da EFVM deva ser aplicada em projetos ferroviários nesses dois estados, na proporção das linhas em cada um. Além disso, cada estado deve ter voz ativa e definidora sobre quais projetos serão executados em seu território com os recursos que lhes cabem.

- *Investimento em projetos ferroviários no Estado* – Defendemos que o valor das outorgas de eventual renovação antecipada da EFVM, MRS e FCA seja investido, no prazo de 10 anos, entre outros, para o financiamento de projetos prioritizados no Plano Estratégico Ferroviário, para o Ferroanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, para a requalificação de trecho ferroviário conhecido como Serra do Tigre, para o Terminal Multimodal do Vale do Aço, para a Ligação Ferroviária Bahia-Minas Gerais e para o acesso ferroviário ao porto seco de Varginha.

- *Diversificação dos clientes da EFVM e melhoria da interconexão entre as redes, dentro e fora do Estado* – Isso inclui regras mais claras de direito de passagem e tráfego mútuo e a interveniência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica para se evitar ou mitigar a cartelização no setor ferroviário brasileiro.

- *Ampliação do transporte de passageiros pela EFVM e criação dessa modalidade nas concessões da MRS e da FCA* – As rodovias mineiras, notadamente as adjacentes aos principais troncos ferroviários do Estado, são palcos constantes de acidentes e mortes. O investimento em trens de passageiros poderia mitigar significativamente esses riscos para a população mineira.

- para que envie cópia deste relatório aos seguintes órgãos, empresas, organizações não governamentais, entidades e autoridades:

- Advocacia-Geral da União;
- Advocacia-Geral do Estado;
- Agência Metropolitana da RMBH;
- Agência Metropolitana da RMVA;
- Agência Nacional de Transportes Terrestres;

- Agenda de Convergência do Vale do Aço;
- AngloGold Ashanti;
- Arquivo Público Mineiro;
- Assembleia Legislativa da Bahia;
- Assembleia Legislativa do Espírito Santo;
- Assembleia Legislativa do Pará;
- Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro;
- Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF (Cruzeiro-SP)
- Associação Locomotiva Zezé Leone (Santos Dumont)
- Associação Mineira de Municípios;
- Associação Trem Bão de Minas (Sarzedo);
- Bancada Mineira no Congresso Nacional;
- Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais;
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (escritório brasileiro);
- Banco Mundial (escritório brasileiro);
- BHP Billington do Brasil;
- Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, *campus* Belo Horizonte;
- Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa, da Universidade Federal de Viçosa;
- Circuito Ferroviário Vale Verde;
- Circuito Turístico Serras de Minas;
- Comissão de Valores Mobiliários;
- Companhia Brasileira de Trens Urbanos;
- Companhia Vale do Rio Doce – Vale – e seus acionistas controladores;
- Confederação Nacional da Indústria;
- Confederação Nacional dos Transportes;
- Conselho Administrativo de Defesa Econômica;
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais;
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
- Deputado Estadual Robinho (BA);

- Desembargadores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;
- Deutsche Bahn (escritório brasileiro);
- Federação das Indústrias de Minas Gerais;
- Fundação Dom Cabral;
- Fundação João Pinheiro;
- General Eletric do Brasil (Unidade Contagem);
- Governador de Minas Gerais;
- Governador do Espírito Santo;
- Governador do Pará;
- Governador do Rio de Janeiro;
- Instituto Cidades (Ipatinga)
- Instituto Cultural Inhotim;
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais;
- Instituto Machadense de Artes e Ciências (Machado)
- Juiz Titular da 12ª Vara da Justiça Federal em Minas Gerais;
- Juiz Titular da 18ª Vara da Justiça Federal em Minas Gerais;
- Juiz Titular da 2ª Vara da Fazenda da Justiça Federal em Minas Gerais;
- Ministério da Infraestrutura;
- Ministério do Turismo;
- Ministros do Supremo Tribunal Federal;
- Ministros do Tribunal de Contas da União;
- Movimento Nacional ONG Amigos do Trem (Juiz de Fora);
- MRS Logística;
- Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation – Escritório Brasil;
- ONG Trem – Transporte e Ecologia em Movimento;
- Oscip Apito;
- Prefeitos da Região Metropolitana de Belo Horizonte;
- Prefeitos da Região Metropolitana do Vale do Aço;
- Presidente da Câmara dos Deputados;
- Presidente da República;

- Presidente do Senado da República;
- Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais;
- Procuradoria da República em Minas Gerais (citar na correspondência o Processo nº 122000003878/2016-50);
- Procuradoria-Geral da República;
- Reinscrição Ferroviária do Sul de Minas (Varginha);
- Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais;
- Samarco;
- Secretaria de Estado de Cultura e Turismo;
- Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade;
- Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferrovias do TCU;
- Sociedade Mineira de Engenheiros;
- Sul Americana de Metais – subsidiária da chinesa Honbridge Holdings - Projeto de Mineração em Grão-Mogol;
- Superintendência de Transporte Ferroviário do Estado de Minas Gerais;
- Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte da CBTU;
- Superintendência do Patrimônio da União;
- Superintendência Regional em Minas Gerais do Dnit;
- Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A. – Metrominas;
- Usiminas;
- Vale S.A;
- Valec;
- VLI – Ferrovia Centro-Atlântica.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2020.

João Leite, presidente

Gustavo Mitre, vice-presidente

Roberto Andrade, relator

Gustavo Santana (colaborador)

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Prorrogação Antecipada do contrato de concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas – Relatório TC 018.842/2019-4 da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferrovias – Brasília, mai. 2020. [1]

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Acórdão TC 018.842/2019-4. Ata nº 28/2020 – Plenário. Data da Sessão: 29/7/2020 – Telepresencial. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1947-28/20-P. Brasília, jul. 2020. [2]

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS – IPEA. Considerações sobre os marcos regulatórios do setor ferroviário brasileiro – 1997-2012. Nota Técnica nº 6. Ipea, 21 dez. 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/presenca/images/presenca_web_2aed.pdf. Acesso em 19 nov. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS – IPEA. Presença do Estado no Brasil: Federação, suas unidades e municipalidades. 2.ed. rev. e ampl. / Organizador: Milko Matijascic. – Brasília: Ipea, 2010.

LAZZARINI, Sérgio. Capitalismo de laços. 2. ed. São Paulo: BEI, 2018.

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS. Relatório final. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2019. 102 p. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/31984>. Acesso em: 19 nov. 2020.

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. Memorial ao Tribunal de Contas da União para o processo de renovação da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, jun. 2020. 23 p. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes_assembleia/obras_referencia/arquivos/memorial-ferrovias.html. Acesso em: 20 nov. 2020.

ANEXO I – REUNIÕES E VISITAS REALIZADAS PELA COMISSÃO

#	Tipo de Reunião	Data	Hora	Finalidade	Local
1	Especial	20/03/19	14:15	Eleger o presidente e o vice-presidente	ALMG
2	Ordinária	21/03/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
3	Ordinária	28/03/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
4	Extraordinária	02/04/19	15:00	Debater com a coordenadora do Comitê Gestor Pró-Brumadinho as compensações da Vale, em virtude do rompimento da barragem no Município de Brumadinho.	ALMG
5	Extraordinária	03/04/19	14:30	Debater a priorização de trechos ferroviários no Estado com a participação da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres.	ALMG
6	Ordinária	11/04/19	14:15	Ouvir o subsecretário de Regulação de Transportes de Minas Gerais sobre o prognóstico de projetos ferroviários para o Estado e Região Metropolitana de Belo Horizonte.	ALMG
7	Ordinária	25/04/19	14:15	Ouvir o presidente e o diretor-executivo da Confederação Nacional do Transporte - CNT - sobre o Plano CNT de Transporte e Logística, que trata do desenvolvimento do setor, inclusive do modal ferroviário.	ALMG
8	Extraordinária	30/04/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
9	Extraordinária	07/05/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
10	Ordinária	16/05/19	14:15	Debater o suposto deslocamento de vagões do Município de Oliveira para o pátio da empresa Valor Logística Integrada - VLI - no Município de Bom Sucesso, com a finalidade de desmanche e sucateamento dos vagões.	ALMG
11	Extraordinária	22/05/19	18:00	Debater a importância da reativação do trecho ferroviário que liga Belo Horizonte a Ouro Preto e Mariana.	Ouro Preto
12	Ordinária	23/05/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
13	Ordinária	30/05/19	14:15	Conhecer os projetos ferroviários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU - para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.	ALMG
14	Ordinária	06/06/19	14:15	Debater, com a presença do Ministério Público Federal, o calendário de liberação da multa aplicada às concessionárias de transporte ferroviário, em razão do abandono das linhas férreas, bem como a metodologia de aplicação da mesma.	ALMG
15	Ordinária	13/06/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
16	Extraordinária	19/06/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
17	Ordinária	27/06/19	14:15	Debater com a VLI Multimodal S.A. a possibilidade de investimentos na região do Triângulo Mineiro como compensação por danos materiais, sociais e ambientais supostamente provocados pela empresa.	ALMG

#	Tipo de Reunião	Data	Hora	Finalidade	Local
18	Extraordinária	02/07/19	15:00	Debater possíveis investimentos e linhas de crédito para o modal ferroviário em Minas Gerais, com a presença do secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, do presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG, do presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg- e do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais - Faemg.	ALMG
19	Ordinária	04/07/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
20	Ordinária	11/07/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
21	Ordinária	01/08/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
22	Ordinária	08/08/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
23	Extraordinária	16/08/19	14:00	Debater a renovação da concessão da malha ferroviária no município de Juiz de Fora.	Juiz de Fora
24	Extraordinária	20/08/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
25	Ordinária	22/08/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
26	Ordinária	29/08/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
27	Ordinária	05/09/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
28	Ordinária	12/09/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
29	Ordinária	19/09/19	14:15	Debater os estudos realizados pela Agência Metropolitana para o desenvolvimento do transporte ferroviário na Região Metropolitana de Belo Horizonte.	ALMG
30	Ordinária	26/09/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
31	Extraordinária	27/09/19	18:00	Debater a importância da reativação do transporte ferroviário de passageiros entre Conselheiro Lafaiete e Belo Horizonte.	Conselheiro Lafaiete
32	Ordinária	03/10/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
33	Ordinária	10/10/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
34	Conjunta	15/10/19	15:00	Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade relativa ao segundo quadrimestre de 2019 - Assembleia Fiscaliza.	ALMG
35	Extraordinária	23/10/19	16:00	Debater a assinatura do termo de cooperação para a elaboração do Plano Estratégico Ferroviário do Estado de Minas Gerais.	ALMG
36	Extraordinária	24/10/19	9:30	Debater a criação de um trem turístico entre Divinópolis e Bom Sucesso.	ALMG
37	Ordinária	24/10/19	14:15	Debater a extensão da ferrovia conhecida como Trem das Águas ao Município de Itanhandu.	ALMG
38	Ordinária	31/10/19	14:15	Debater a importância do desenvolvimento econômico do Estado no tocante à utilização dos recursos provenientes da antecipação das renovações das concessões ferroviárias.	ALMG
39	Ordinária	07/11/19	14:15	Debater a possibilidade de implantação de transporte ferroviário de passageiros entre os Municípios de Santa Luzia e Belo Horizonte, tendo em vista que a ferrovia já existe e está sendo administrada pela concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA.	ALMG

#	Tipo de Reunião	Data	Hora	Finalidade	Local
40	Extraordinária	12/11/19	18:30	Apresentar um relato dos trabalhos da comissão para a Sociedade Mineira de Engenheiros - SME - e participar da palestra "As reformas governamentais e a intermodalidade dos transportes" a ser ministrada pelo Sr. Vander Francisco Costa, presidente da Confederação Nacional do Transporte - CNT.	Sociedade Mineira de Engenheiros - BH
41	Ordinária	14/11/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
42	Ordinária	21/11/19	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
43	Extraordinária	21/11/19	18:00	Debater a possível extensão de ramais ferroviários de passageiros para atender àquela cidade e outras do seu entorno.	Sarzedo
44	Ordinária	28/11/19	14:15	Debater os problemas da linha férrea no Município de Oliveira.	ALMG
45	Extraordinária	02/12/19	13:00	Debater, com os prefeitos e entidades da região, a retomada do transporte ferroviário.	Ubá
46	Ordinária	05/12/19	14:15	Debater a importância de ser viabilizada a ligação do Aeroporto de Confins com os corredores ferroviários do Estado, de forma a ampliar sua competitividade para receber e exportar cargas.	ALMG
47	Visita	06/12/19	11:00	Conhecer o significativo acervo patrimonial ferroviário existente no município, o qual está se deteriorando devido à falta de uso e manutenção.	Araguari
48	Ordinária	06/02/20	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
49	Ordinária	13/02/20	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
50	Extraordinária	19/02/20	14:00	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
51	Extraordinária	04/03/20	15:45	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
52	Ordinária	05/03/20	14:15	Discutir e votar proposições da comissão	ALMG
53	Ordinária	12/03/20	14:15	Ouvir o Sr. Jairo Misson Cordeiro, secretário de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária do Tribunal de Contas da União, sobre o processo de renovação antecipada da concessão da ferrovia Vitória a Minas.	ALMG
54	Extraordinária	19/06/20	10:30	Apresentar e debater o relatório técnico do Tribunal de Contas da União sobre a antecipação da renovação da concessão do trecho ferroviário Vitória - Minas Gerais, bem como para que sejam apresentados os trabalhos relativos ao Plano Estratégico Ferroviário, a ser elaborado pela Fundação Dom Cabral.	ALMG
55	Extraordinária	13/07/20	9:00	Analisar os avanços dos estudos da implantação e operação do desenvolvimento ferroviário do Estado que foram apresentados pela Fundação Dom Cabral, durante a segunda edição do "workshop" do Plano Estratégico Ferroviário - PEF.	ALMG
56	Extraordinária	23/09/20	9:00	Debater a retomada da Linha Mineira para o Porto do Açú.	ALMG
57	Extraordinária	28/09/20	9:00	Debater com o procurador Federal Fernando Martins a homologação pela Justiça Federal da multa referente ao abandono dos trechos ferroviários concedidos à Vale SA.	ALMG

#	Tipo de Reunião	Data	Hora	Finalidade	Local
58	Extraordinária	02/10/20	14:00	Debater a atuação do Tribunal de Contas da União na fiscalização do setor ferroviário.	ALMG
59	Extraordinária	09/10/20	9:00	Debater o aprimoramento da escola ferroviária do Município de Lavras.	ALMG
60	Extraordinária	15/10/20	9:00	Debater os impactos e as oportunidades promovidos pelo Decreto Federal nº 10.161, de 2019, que regulamenta a alienação ou a disposição dos bens móveis ferroviários inservíveis do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.	ALMG
61	Extraordinária	22/10/20	9:00	Debater com a concessionária VLI Logística, com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e com a comunidade interessada a implantação do trem turístico de Além Paraíba.	ALMG
62	Extraordinária	29/10/20	14:00	Debater os desdobramentos do 3º Workshop do Plano Estratégico Ferroviário.	ALMG
63	Extraordinária	05/11/20	14:00	Debater o ramal ferroviário Águas Claras, que corta a Serra do Curral ligando o Município de Brumadinho à Estação Águas Claras, atualmente na divisa do Bairro Belvedere e o Município de Nova Lima.	ALMG
64	Extraordinária	12/11/20	9:00	Conhecer e debater a possibilidade de doação dos bens vinculados a trechos e serviços ferroviários desativados que estão sob a guarda e gestão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.	ALMG
65	Extraordinária	19/11/20	9:00	Debater a situação atual das negociações do Estado com a Vale S.A., relativas à implantação de ramal ferroviário entre Belo Horizonte e Brumadinho como parte das indenizações e reparações devidas pela referida mineradora pelo rompimento da Barragem do Córrego do Feijão.	ALMG
66	Conjunta	27/11/20	15:00	Obter informações sobre a gestão da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras - Assembleia Fiscaliza.	ALMG
67	Extraordinária	3/12/20	9:00	Debater as atualizações dos estudos do Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais.	ALMG
68	Extraordinária	10/12/20	9:00	Debater a preservação de linhas ferroviárias no Horto Florestal, em Belo Horizonte, evitando sua erradicação e destinação para outras finalidades.	ALMG

#	Tipo de Reunião	Data	Hora	Finalidade	Local
69	Extraordinária	11/12/20	14:00	Apreciar o relatório final das atividades da comissão.	ALMG

ANEXO II – REQUERIMENTOS APROVADOS PELA COMISSÃO

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
1	RQC 676/2019	Requer seja realizada audiência pública no Município de Poços de Caldas para debater a relevância da restauração das ferrovias desse município.	Mauro Tramonte, PRB	21/3/2019	
2	RQC 749/2019	Requerem seja realizada audiência pública para ouvir as propostas anunciadas pelo governo do Estado no tocante à implantação de um trem turístico ligando o Museu de Artes e Ofícios, na Praça da Estação de Belo Horizonte, ao centro de Inhotim, em Brumadinho.	João Leite, PSDB; Roberto Andrade, PSB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	21/3/2019	
3	RQC 750/2019	Requerem seja realizada visita ao Ministério de Infraestrutura – Departamento de Transportes Ferroviários – com a finalidade de discutir a priorização de trechos ferroviários no Estado.	João Leite, PSDB; Roberto Andrade, PSB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	21/3/2019	
4	RQC 751/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater a priorização de trechos ferroviários no Estado com a participação da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres.	João Leite, PSDB; Roberto Andrade, PSB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	21/3/2019	
5	RQC 811/2019	Requerem seja encaminhado à Valor da Logística Integrada – VLI – pedido de providência com vistas a que seja autorizado o uso das linhas ociosas existentes na sua parte do complexo ferroviário do Bairro Horto, em Belo Horizonte, para o estacionamento provisório dos carros que serão trazidos de Santos Dumont e que serão reformados para uso em operações ferroviárias de cunho turístico e de cunho de mobilidade na região do Alto Paraopeba, ressaltando-se que essas operações ferroviárias são necessárias dentro do esforço para se criarem condições que minimizem os efeitos danosos do rompimento da barragem de rejeitos no Município de Brumadinho.	João Leite, PSDB; Roberto Andrade, PSB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	21/3/2019	
6	RQC 812/2019	Requerem seja encaminhado à Polícia Civil e à Polícia Militar nos Municípios de Barão de Cocais e Santa Bárbara pedido de providências com vistas a reprimir o furto de trilhos e a invasão da faixa de domínio em trechos ferroviários desativados entre essas localidades, esclarecendo-se que a Lei nº 23.230, de 4/1/2019 , reconheceu como de relevante interesse cultural as linhas e os ramais ferroviários existentes no Estado, inclusive bens móveis e imóveis associados a linhas e ramais ferroviários operacionais ou não operacionais e seus remanescentes, em qualquer grau de conservação.	João Leite, PSDB; Roberto Andrade, PSB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	21/3/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
7	RQC 813/2019	Requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT – e à Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão pedido de providências com vistas a reprimir o furto de trilhos e invasão da faixa de domínio em trechos ferroviários desativados entre os Municípios de Barão de Cocais e Santa Bárbara, inclusive com projeto de instalação de arruamento público em Barão de Cocais em leito ferroviário, esclarecendo-se que a Lei nº 23.230, de 4/1/2019 , reconheceu como de relevante interesse cultural as linhas e os ramais ferroviários existentes no Estado, inclusive bens móveis e imóveis associados a linhas e ramais ferroviários operacionais ou não operacionais e seus remanescentes, em qualquer grau de conservação.	João Leite, PSDB; Roberto Andrade, PSB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	21/3/2019	
8	RQC 817/2019	Requerem seja encaminhado à MRS Logística S.A. pedido de providências com vistas à retirada dos carros de passageiros atualmente estacionados no Município de Santos Dumont e sua condução até o complexo ferroviário do Bairro Horto, em Belo Horizonte, onde ficarão estacionados e serão reformados para seu uso em operações ferroviárias de cunho turístico e de mobilidade na região do Alto Paraopeba, bem como à revisão dos <i>trucks</i> desses carros e à eventual reparação de rolamentos e sistemas de freio, de forma que possam transitar em segurança até o Município de Belo Horizonte.	João Leite, PSDB; Roberto Andrade, PSB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	21/3/2019	Ofício 074/2019 – MRS Logística S.A.
9	RQC 818/2019	Requerem seja realizada visita ao trecho ferroviário de Formiga e às respectivas estações ferroviárias do município, a fim de se fazer o reconhecimento de suas condições de preservação e de seu potencial turístico.	João Leite, PSDB; Roberto Andrade, PSB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	21/3/2019	
10	RQC 819/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater com a coordenadora do Comitê Gestor Pró-Brumadinho as compensações da Vale, em virtude do rompimento de barragem no Município de Brumadinho.	João Leite, PSDB; Roberto Andrade, PSB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	21/3/2019	
11	RQC 821/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico o desenvolvimento do transporte ferroviário no Estado, incluindo-se o processo de renovação das concessões, as multas aplicadas às concessionárias e as compensações da Vale pelo ocorrido em Brumadinho.	João Leite, PSDB; Roberto Andrade, PSB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	21/3/2019	
12	RQC 985/2019	Requer seja realizada audiência pública para debater o retorno do funcionamento da ferrovia denominada Bahia- Minas e o impacto dessa medida nas regiões do Vale do Mucuri e Jequitinhonha.	Doutor Jean Freire, PT	28/3/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
13	RQC 1.037/2019	Requerem seja encaminhado à Secretaria do Patrimônio da União pedido de informações consubstanciadas na relação de bens móveis e imóveis remanescentes da RFFSA no Estado, com a solicitação de que essa secretaria interrompa qualquer leilão desse patrimônio até que esta Casa receba tal relação, com vistas a garantir a proteção desse patrimônio histórico, nos termos da Lei nº 23.230, de 2019, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado as linhas e os ramais ferroviários existentes em Minas Gerais, e da Lei Federal nº 11.483, de 2007 , que dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.	João Leite, PSDB; Doutor Jean Freire, PT; Raul Belém, PSC; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	28/3/2019	
14	RQC 1.038/2019	Requerem seja formulada manifestação de repúdio ao Dnit pela realização de leilões de material ferroviário da extinta RFFSA sob a guarda da autarquia, acervo que pode ser recuperado para a reativação de linhas ferroviárias.	João Leite, PSDB; Doutor Jean Freire, PT; Raul Belém, PSC; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	28/3/2019	
15	RQC 1.039/2019	Requerem seja realizada audiência pública no Município de Brumadinho, com a presença de representantes da Vale, da Advocacia-Geral do Estado, do Ministério Público Federal e outros, para debater a reativação da linha de trem de passageiros entre Belo Horizonte e Brumadinho, objetivando incrementar a exploração turística do complexo de Inhotim e possibilitar a recuperação econômica local.	João Leite, PSDB; Doutor Jean Freire, PT; Raul Belém, PSC; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	28/3/2019	
16	RQC 1.040/2019	Requerem seja realizada visita à antiga Estrada de Ferro Bahia-Minas, no Município de Araçuaí, para vistoriar suas condições de abandono e verificar as possibilidades da retomada do seu funcionamento.	João Leite, PSDB; Doutor Jean Freire, PT; Raul Belém, PSC; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	28/3/2019	
17	RQC 1.042/2019	Requerem seja realizada audiência pública, com a presença do subsecretário de Regulação de Transportes de Minas Gerais, para conhecer e debater os projetos ferroviários para o Estado e a Região Metropolitana de Belo Horizonte.	João Leite, PSDB; Doutor Jean Freire, PT; Raul Belém, PSC; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	28/3/2019	
18	RQC 1.099/2019	Requerem seja realizada audiência pública com a finalidade de ouvir a Confederação Nacional do Transporte – CNT – a respeito do Plano CNT de Transporte e Logística, que trata do desenvolvimento do setor, inclusive do modal ferroviário.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Coronel Henrique, PSL	2/4/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
19	RQC 1.114/2019	Requerem seja encaminhado ao Comitê Gestor Pró-Brumadinho e à Advocacia-Geral do Estado pedido de providências para que, nas negociações para implementação, pela mineradora Vale, de uma linha de passageiros entre Belo Horizonte e Brumadinho, seja assegurada uma estação ferroviária no centro do Município de Brumadinho, além da que ficará localizada no Museu do Inhotim, objetivando permitir o turismo em outras regiões de Brumadinho e também a melhor mobilidade da população local na Região Metropolitana de Belo Horizonte.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Glaycon Franco, PV; Gustavo Mitre, PSC	2/4/2019	
20	RQC 1.125/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional políticas públicas de proteção e resgate de vagões, locomotivas e trilhos para sua utilização em novos projetos de transporte ferroviário de passageiros.	João Leite, PSDB; Glaycon Franco, PV; Gustavo Mitre, PSC	2/4/2019	
21	RQC 1.195/2019	Requerem sejam encaminhados à Secretaria Nacional de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura o Relatório Final da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras da última legislatura e as notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária dessa comissão, que teve por finalidade debater a priorização de trechos ferroviários no Estado, com a participação da referida secretaria, mediante videoconferência.	Gil Pereira, PP; João Leite, PSDB; Dalmo Ribeiro Silva, PSDB; Marília Campos, PT; Celinho Sintrocel, PCdoB; Gustavo Mitre, PSC	3/4/2019	
22	RQC 1.346/2019	Requer seja realizada audiência pública para debater a implantação de uma linha de transporte de passageiros por via férrea entre Barbacena e Santos Dumont, passando pelo Museu de Cabangu, dedicado à memória de Santos Dumont e localizado a 16 quilômetros do centro da cidade de Santos Dumont.	Coronel Henrique, PSL	11/4/2019	
23	RQC 1.411/2019	Requer seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres pedido de informações substanciadas em cópia do relatório da Audiência Pública 008/2018.	Celinho Sintrocel, PCdoB	11/4/2019	Ofício 4827/2019 – Agência Nacional de Transportes Terrestres
24	RQC 1.429/2019	Requer seja realizada audiência de convidados para debater a utilização concomitante do trem turístico a ser implantado entre Belo Horizonte e Brumadinho, no trecho operado pela MRS Logística, para o transporte em massa de passageiros.	Marília Campos, PT	11/4/2019	
25	RQC 1.430/2019	Requer seja realizada visita à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas para acompanhar a reunião que discutirá a implantação do trem turístico entre Belo Horizonte e Brumadinho.	Marília Campos, PT	11/4/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
26	RQC 1.431/2019	Requer seja realizada audiência de convidados para debater o suposto deslocamento de vagões do Município de Oliveira para o pátio da empresa Valor Logística Integrada – VLI – no Município de Bom Sucesso, com a finalidade de desmanche e sucateamento dos vagões.	Gustavo Mitre, PSC	11/4/2019	
27	RQC 1.672/2019	Requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para a imediata suspensão da execução dos leilões destinados à venda dos bens móveis ferroviários de domínio desse departamento.	Celise Laviola, MDB; João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Gustavo Mitre, PSC	25/4/2019	Ofício 58069/2019 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
28	RQC 1.673/2019	Requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de informações consubstanciadas na relação de bens móveis ferroviários destinados a venda por esse departamento.	Celise Laviola, MDB; João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Gustavo Mitre, PSC	25/4/2019	Ofício 58069/2019 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
29	RQC 1.681/2019	Requerem seja realizada audiência pública no Município de Itabirito para debater a reativação da linha ferroviária que liga Belo Horizonte a Ouro Preto.	Celise Laviola, MDB; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	25/4/2019	
30	RQC 1.682/2019	Requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de informações sobre a situação atual dos terminais ferroviários de Fecho do Funil e sobre o órgão responsável por sua manutenção.	Celise Laviola, MDB; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	25/4/2019	Ofício 58069/2019 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
31	RQC 1.683/2019	Requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de informações sobre a situação atual dos terminais ferroviários de Caeté e de Rancho Novo e sobre o órgão responsável por sua manutenção.	Celise Laviola, MDB; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	25/4/2019	Ofício 58069/2019 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
32	RQC 1.688/2019	Requer seja realizada audiência pública no Município de Ouro Preto para debater a importância da reativação do trecho ferroviário que liga Belo Horizonte a Ouro Preto e Mariana.	Marília Campos, PT	3/4/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
33	RQC 1.811/2019	Requerem seja informado ao presidente desta Casa que os temas a serem abordados pela comissão na audiência de convidados sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 do secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, em atendimento ao disposto no art. 54 da Constituição do Estado , são o metrô, a Metrominas, a utilização de trilhos para o transporte de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte e a revitalização da malha ferroviária de Belo Horizonte até Mariana; e a realização de gestões pela Seinfra perante a MRS Logística e a mineradora Vale para a implementação de um trem de passageiros entre Barbacena e o Museu Cabangu, em Santos Dumont, tendo em vista o potencial turístico da região e a preexistência da linha férrea.	João Leite, PSDB; Celinho Sintrocel, PCdoB; Glaycon Franco, PV	7/5/2019	
34	RQC 1.812/2019	Requerem seja realizada audiência pública para conhecer as tecnologias utilizadas pelos fabricantes de trens regionais e suas experiências na utilização dessas tecnologias em outros países.	João Leite, PSDB; Celinho Sintrocel, PCdoB; Glaycon Franco, PV; Raul Belém, PSC	7/5/2019	
35	RQC 1.813/2019	Requerem seja realizada audiência pública para conhecer os projetos ferroviários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU – para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.	João Leite, PSDB; Celinho Sintrocel, PCdoB; Glaycon Franco, PV; Raul Belém, PSC	7/5/2019	
36	RQC 1.814/2019	Requerem seja realizada audiência pública com a presença do Ministério Público Federal para debater o calendário de liberação da multa aplicada à mineradora Vale em razão do abandono das linhas férreas concedidas, bem como a metodologia de aplicação dessas multas.	João Leite, PSDB; Celinho Sintrocel, PCdoB; Glaycon Franco, PV; Raul Belém, PSC	7/5/2019	
37	RQC 1.815/2019	Requer seja realizada audiência pública para debater com a VLI Multimodal S.A. a possibilidade de investimentos na região do Triângulo Mineiro como compensação por danos materiais, sociais e ambientais provocados pela empresa.	Raul Belém, PSC	7/5/2019	
38	RQC 1.817/2019	Requer seja realizada audiência pública no Município de Araguari para debater o patrimônio ferroviário do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, bem como os investimentos para o transporte sobre trilhos da região, com o objetivo de promover o turismo regional e ampliar as alternativas de transporte de passageiros.	Raul Belém, PSC	7/5/2019	
39	RQC 2.046/2019	Requerem seja realizada audiência pública, com a presença do secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, para apresentar os projetos ferroviários existentes e pretendidos para o Estado.	Marília Campos, PT; Raul Belém, PSC; Gustavo Mitre, PSC	16/5/2019	
40	RQC 2.047/2019	Requerem seja realizada audiência pública, com a presença do Ministério Público Federal, para debater o calendário de liberação da multa aplicada às concessionárias de transporte ferroviário em razão do abandono das linhas férreas, bem como a metodologia de aplicação dessa multa.	Marília Campos, PT; Raul Belém, PSC; Gustavo Mitre, PSC	16/5/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
41	RQC 2.122/2019	Requerem seja realizada audiência pública no Município de Mariana para debater a implementação de trem de passageiros ligando Belo Horizonte a Ouro Preto e Mariana.	Alencar da Silveira Jr., PDT; João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Gustavo Mitre, PSC	22/5/2019	
42	RQC 2.123/2019	Requerem seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado, à Defensoria Pública e ao Ministério Público pedido de providências para que os assuntos debatidos na 5ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada no dia 22/5/2019, sejam incorporados nas ações judiciais que tramitam contra as mineradoras Vale e Samarco devido ao rompimento das suas barragens de mineração; e sejam as notas taquigráficas da referida reunião encaminhadas aos órgãos citados e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, ao Comitê Gestor Pró-Brumadinho e à Subsecretaria de Regulação de Transportes do Estado.	Alencar da Silveira Jr., PDT; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	22/5/2019	
43	RQC 2.124/2019	Requerem seja encaminhado ao presidente desta Casa pedido de providências para que, em caso de omissão do Poder Executivo do Estado, seja garantida pelo Poder Legislativo a realização da cerimônia cívica do Dia do Estado de Minas Gerais no Município de Mariana.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT	22/5/2019	
44	RQC 2.125/2019	Requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja realizada, nos termos da Constituição do Estado , a cerimônia cívica oficial do Dia do Estado de Minas Gerais, ato que simboliza a importância de Mariana como primeira sede do governo do Estado.	Alencar da Silveira Jr., PDT; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	22/5/2019	Ofício 66/2020 – Secretaria de Estado de Governo
45	RQC 2.126/2019	Requerem seja encaminhado ao Dnit pedido de providências para que sejam suspensos todos os processos de doação ou cessão de trechos ferroviários para os municípios situados ao longo da antiga linha férrea mineira.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Gustavo Mitre, PSC	22/5/2019	
46	RQC 2.127/2019	Requerem sejam encaminhados ao Dnit as notas taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 22/5/2019, e pedido de providências para a preservação do trecho ferroviário conhecido como "Linha Mineira" e para a adoção de medidas administrativas com vistas a que os trechos da referida linha cedidos para municípios sejam retomados a fim de viabilizar sua reabertura.	Marília Campos, PT; Gustavo Mitre, PSC	22/5/2019	
47	RQC 2.128/2019	Requerem seja realizada audiência pública no Município de Itabirito para debater a implementação de trem de passageiros ligando Belo Horizonte a Ouro Preto e Mariana, passando pela cidade de Itabirito.	Alencar da Silveira Jr., PDT; João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Gustavo Mitre, PSC	22/5/2019	
48	RQC 2.129/2019	Requerem seja realizada visita ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais para acompanhar a audiência que debaterá projetos ferroviários a serem implementados pelas mineradoras Samarco e Vale a título de compensação pelas catástrofes causadas pelo rompimento de suas barragens.	Alencar da Silveira Jr., PDT; João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Gustavo Mitre, PSC	22/5/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
49	RQC 2.130/2019	Requerem seja realizada audiência pública no Município de Rio Acima para debater a implementação de trem de passageiros ligando Belo Horizonte a Ouro Preto e Mariana, passando pela cidade de Rio Acima.	Alencar da Silveira Jr., PDT; João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Gustavo Mitre, PSC	22/5/2019	
50	RQC 2.131/2019	Requerem seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado e à ONG Trem pedido de providências para que, no projeto de retomada da Linha Mineira, entre Belo Horizonte e Mariana, seja incluído o Distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Doutor Jean Freire, PT; Gustavo Mitre, PSC	23/5/2019	
51	RQC 2.196/2019	Requer seja realizada audiência pública para debater a importância da reativação do trecho ferroviário que liga Caeté a Belo Horizonte.	João Vítor Xavier, CIDADANIA	30/5/2019	
52	RQC 2.243/2019	Requer seja realizada audiência pública em Juiz de Fora para debater a renovação da concessão da malha ferroviária nesse município.	Noraldino Júnior, PSC	30/5/2019	
53	RQC 2.303/2019	Requer seja realizada audiência pública no Município de Conselheiro Lafaiete para debater a importância da reativação do transporte ferroviário de passageiros entre Conselheiro Lafaiete e Belo Horizonte.	Glaycon Franco, PV	30/5/2019	
54	RQC 2.305/2019	Requerem seja encaminhado à VLI – Ferrovia Centro-Atlântica pedido de providências para manter e recuperar a superinfraestrutura, a infraestrutura e o material rodante dos ramais ferroviários que passam pelo Município de Bom Sucesso, em função da desativação de locomotivas, dos vagões e demais equipamentos pela empresa, o que tem causado o abandono dos trilhos.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Glaycon Franco, PV; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre, PSC	30/5/2019	
55	RQC 2.306/2019	Requerem seja encaminhado ao Senado da República pedido de providências para que não seja pautado em Plenário o Projeto de Lei nº 26/2018, da Câmara Federal, que retira a necessidade de observância de faixa não edificável de 15 m de trechos ferroviários nas condições que especifica.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Glaycon Franco, PV; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre, PSC	30/5/2019	Ofício 805/2019 – Senado Federal
56	RQC 2.307/2019	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para que seja verificada a capacidade de carga da ponte localizada no centro do Município de Rio Acima para transposição de uma carreta com vagão com peso estimado de 16t.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Glaycon Franco, PV; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre, PSC	30/5/2019	
57	RQC 2.308/2019	Requerem seja realizada visita ao presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais- BDMG – para discutir possíveis investimentos no sistema ferroviário do Estado.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Glaycon Franco, PV; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre, PSC	30/5/2019	
58	RQC 2.310/2019	Requerem seja realizada audiência pública para tratar da utilização da mão de obra do Exército Brasileiro na implantação de projetos ferroviários.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Glaycon Franco, PV; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre, PSC	30/5/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
59	RQC 2.311/2019	Requerem seja realizada audiência pública para tratar da concessão de locomotivas e carros ferroviários sob a guarda da empresa Valor Logístico Integrado – VLI.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Glaycon Franco, PV; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre, PSC	30/5/2019	
60	RQC 2.313/2019	Requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte – Dnit – pedido de providências para que seja elaborado um levantamento das condições operacionais das máquinas da marca Plasser que se encontram no pátio ferroviário do Horto e do Município de Ibiá.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Glaycon Franco, PV; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre, PSC	30/5/2019	
61	RQC 1.683/2019	Requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de informações sobre a situação atual dos terminais ferroviários de Caeté e de Rancho Novo e sobre o órgão responsável por sua manutenção.	Celise Laviola, MDB; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	25/4/2019	Ofício 58069/2019 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
62	RQC 1.688/2019	Requer seja realizada audiência pública no Município de Ouro Preto para debater a importância da reativação do trecho ferroviário que liga Belo Horizonte a Ouro Preto e Mariana.	Marília Campos, PT	30/4/2019	
63	RQC 1.811/2019	Requerem seja informado ao presidente desta Casa que os temas a serem abordados pela comissão na audiência de convidados sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 do secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra -, em atendimento ao disposto no art. 54 da Constituição do Estado, são o metrô, a Metrominas, a utilização de trilhos para o transporte de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte e a revitalização da malha ferroviária de Belo Horizonte até Mariana; e a realização de gestões pela Seinfra perante a MRS Logística e a mineradora Vale para a implementação de um trem de passageiros entre Barbacena e o Museu Cabangu, em Santos Dumont, tendo em vista o potencial turístico da região e a preexistência da linha férrea.	João Leite, PSDB; Celinho Sintrocel, PCdoB; Glaycon Franco, PV	7/5/2019	
64	RQC 1.812/2019	Requerem seja realizada audiência pública para conhecer as tecnologias utilizadas pelos fabricantes de trens regionais e suas experiências na utilização dessas tecnologias em outros países.	João Leite, PSDB; Celinho Sintrocel, PCdoB; Glaycon Franco, PV Raul Belém, PSC	7/5/2019	
65	RQC 1.813/2019	Requerem seja realizada audiência pública para conhecer os projetos ferroviários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU – para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.	João Leite, PSDB; Celinho Sintrocel, PCdoB; Glaycon Franco, PV Raul Belém, PSC	7/5/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
66	RQC 1.814/2019	Requerem seja realizada audiência pública com a presença do Ministério Público Federal para debater o calendário de liberação da multa aplicada à mineradora Vale em razão do abandono das linhas férreas concedidas, bem como a metodologia de aplicação dessas multas.	João Leite, PSDB; Celinho Sintrocel, PCdoB; Glaycon Franco, PV Raul Belém, PSC	7/5/2019	
67	RQC 1.815/2019	Requer seja realizada audiência pública para debater com a VLI Multimodal S.A. a possibilidade de investimentos na região do Triângulo Mineiro como compensação por danos materiais, sociais e ambientais provocados pela empresa.	Raul Belém, PSC	7/5/2019	
68	RQC 1.817/2019	Requer seja realizada audiência pública no Município de Araguari para debater o patrimônio ferroviário do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, bem como os investimentos para o transporte sobre trilhos da região, com o objetivo de promover o turismo regional e ampliar as alternativas de transporte de passageiros.	Raul Belém, PSC	7/5/2019	
69	RQC 2.046/2019	Requerem seja realizada audiência pública, com a presença do secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, para apresentar os projetos ferroviários existentes e pretendidos para o Estado.	Marília Campos, PT; Raul Belém, PSC; Gustavo Mitre, PSC	16/5/2019	
70	RQC 2.047/2019	Requerem seja realizada audiência pública, com a presença do Ministério Público Federal, para debater o calendário de liberação da multa aplicada às concessionárias de transporte ferroviário em razão do abandono das linhas férreas, bem como a metodologia de aplicação dessa multa.	Marília Campos, PT; Raul Belém, PSC; Gustavo Mitre, PSC	16/5/2019	
71	RQC 2.122/2019	Requerem seja realizada audiência pública no Município de Mariana para debater a implementação de trem de passageiros ligando Belo Horizonte a Ouro Preto e Mariana.	Alencar da Silveira Jr., PDT; João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Gustavo Mitre, PSC	22/5/2019	
72	RQC 2.123/2019	Requerem seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado, à Defensoria Pública e ao Ministério Público pedido de providências para que os assuntos debatidos na 5ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada no dia 22/5/2019, sejam incorporados nas ações judiciais que tramitam contra as mineradoras Vale e Samarco devido ao rompimento das suas barragens de mineração; e sejam as notas taquigráficas da referida reunião encaminhadas aos órgãos citados e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, ao Comitê Gestor Pró-Brumadinho e à Subsecretaria de Regulação de Transportes do Estado.	Alencar da Silveira Jr., PDT; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	22/5/2019	
73	RQC 2.124/2019	Requerem seja encaminhado ao presidente desta Casa pedido de providências para que, em caso de omissão do Poder Executivo do Estado, seja garantida pelo Poder Legislativo a realização da cerimônia cívica do Dia do Estado de Minas Gerais no Município de Mariana.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT	22/5/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
74	RQC 2.125/2019	Requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja realizada, nos termos da Constituição do Estado, a cerimônia cívica oficial do Dia do Estado de Minas Gerais, ato que simboliza a importância de Mariana como primeira sede do governo do Estado.	Alencar da Silveira Jr., PDT; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	22/5/2019	Ofício 66/2020 – Secretaria de Estado de Governo
75	RQC 2.126/2019	Requerem seja encaminhado ao Dnit pedido de providências para que sejam suspensos todos os processos de doação ou cessão de trechos ferroviários para os municípios situados ao longo da antiga linha férrea mineira.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Gustavo Mitre PSC	22/5/2019	
76	RQC 2.127/2019	Requerem sejam encaminhados ao Dnit as notas taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 22/5/2019, e pedido de providências para a preservação do trecho ferroviário conhecido como "Linha Mineira" e para a adoção de medidas administrativas com vistas a que os trechos da referida linha cedidos para municípios sejam retomados a fim de viabilizar sua reabertura.	Marília Campos, PT; Gustavo Mitre PSC	22/5/2019	
77	RQC 2.128/2019	Requerem seja realizada audiência pública no Município de Itabirito para debater a implementação de trem de passageiros ligando Belo Horizonte a Ouro Preto e Mariana, passando pela cidade de Itabirito.	Alencar da Silveira Jr., PDT; João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Gustavo Mitre, PSC	22/5/2019	
78	RQC 2.129/2019	Requerem seja realizada visita ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais para acompanhar a audiência que debaterá projetos ferroviários a serem implementados pelas mineradoras Samarco e Vale a título de compensação pelas catástrofes causadas pelo rompimento de suas barragens.	Alencar da Silveira Jr., PDT; João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Gustavo Mitre, PSC	22/5/2019	
79	RQC 2.130/2019	Requerem seja realizada audiência pública no Município de Rio Acima para debater a implementação de trem de passageiros ligando Belo Horizonte a Ouro Preto e Mariana, passando pela cidade de Rio Acima.	Alencar da Silveira Jr., PDT; João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Gustavo Mitre, PSC	22/5/2019	
80	RQC 2.131/2019	Requerem seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado e à ONG Trem pedido de providências para que, no projeto de retomada da Linha Mineira, entre Belo Horizonte e Mariana, seja incluído o Distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Doutor Jean Freire, PT; Gustavo Mitre, PSC	23/5/2019	
81	RQC 2.196/2019	Requer seja realizada audiência pública para debater a importância da reativação do trecho ferroviário que liga Caeté a Belo Horizonte.	João Vítor Xavier, CIDADANIA	30/5/2019	
82	RQC 2.243/2019	Requer seja realizada audiência pública em Juiz de Fora para debater a renovação da concessão da malha ferroviária nesse município.	Noraldino Júnior, PSC	30/5/2019	
83	RQC 2.303/2019	Requer seja realizada audiência pública no Município de Conselheiro Lafaiete para debater a importância da reativação do transporte ferroviário de passageiros entre Conselheiro Lafaiete e Belo Horizonte.	Glaycon Franco, PV	30/5/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
84	RQC 2.305/2019	Requerem seja encaminhado à VLI – Ferrovia Centro-Atlântica pedido de providências para manter e recuperar a superinfraestrutura, a infraestrutura e o material rodante dos ramais ferroviários que passam pelo Município de Bom Sucesso, em função da desativação de locomotivas, dos vagões e demais equipamentos pela empresa, o que tem causado o abandono dos trilhos.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Glaycon Franco, PV; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre, PSC	30/5/2019	
85	RQC 2.306/2019	Requerem seja encaminhado ao Senado da República pedido de providências para que não seja pautado em Plenário o Projeto de Lei nº 26/2018, da Câmara Federal, que retira a necessidade de observância de faixa não edificável de 15 m de trechos ferroviários nas condições que especifica.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Glaycon Franco, PV; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre, PSC	30/5/2019	Ofício 805/2019 – Senado Federal
86	RQC 2.307/2019	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para que seja verificada a capacidade de carga da ponte localizada no centro do Município de Rio Acima para transposição de uma carreta com vagão com peso estimado de 16t.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Glaycon Franco, PV; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre, PSC	30/5/2019	
87	RQC 2.308/2019	Requerem seja realizada visita ao presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais- BDMG – para discutir possíveis investimentos no sistema ferroviário do Estado.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Glaycon Franco, PV; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre, PSC	30/5/2019	
88	RQC 2.310/2019	Requerem seja realizada audiência pública para tratar da utilização da mão de obra do Exército Brasileiro na implantação de projetos ferroviários.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Glaycon Franco, PV; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre, PSC	30/5/2019	
89	RQC 2.311/2019	Requerem seja realizada audiência pública para tratar da concessão de locomotivas e carros ferroviários sob a guarda da empresa Valor Logístico Integrado – VLI.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Glaycon Franco, PV; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre, PSC	30/5/2019	
90	RQC 2.313/2019	Requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte – Dnit – pedido de providências para que seja elaborado um levantamento das condições operacionais das máquinas da marca Plasser que se encontram no pátio ferroviário do Horto e do Município de Ibiá.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Glaycon Franco, PV; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre, PSC	30/5/2019	
91	RQC 2.315/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater as implicações para o modal ferroviário do Projeto de Lei Federal nº 26/2018, que visa a excluir a necessidade de observância de faixa não-edificável ao longo de ferrovias, nas condições que especifica, para a qual sejam convidados os senadores por Minas Gerais, a Agência Nacional de Transportes Terrestres- ANTT- e a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Glaycon Franco, PV; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre, PSC	30/5/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
92	RQC 2.318/2019	Requer seja encaminhado ao diretor da Ferrovia Centro-Atlântica pedido de informações sobre a existência de cláusula contratual de cessão do ramal ferroviário Santa Luzia – Belo Horizonte, passando por General Carneiro, em Sabará, para o trem de passageiros, em horários pré-determinados.	Mauro Tramonte, PRB	30/5/2019	
93	RQC 2.319/2019	Requer seja encaminhado à Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU – e à Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A. – Metrominas – pedido de providências para analisar a viabilidade de se elaborar projeto de extensão da linha do metrô de Betim até o Município de Igarapé.	Coronel Henrique; PSL	30/5/2019	Ofício 29/2020 – Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A.
94	RQC 2.319/2019	Requer seja encaminhado à Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU – e à Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A. – Metrominas – pedido de providências para analisar a viabilidade de se elaborar projeto de extensão da linha do metrô de Betim até o Município de Igarapé.	Coronel Henrique; PSL	30/5/2019	
95	RQC 2.320/2019	Requer seja realizada audiência de convidados para debater a articulação, a consolidação e a priorização dos projetos de transporte e mobilidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte em todos os seus modais – ônibus, BRT, VLT, metrô, entre outros – com a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas desta Casa.	Marília Campos, PT	30/5/2019	
96	RQC 2.487/2019	Requerem seja realizada audiência pública, no Município de Sarzedo, para debater a possível extensão de ramais ferroviários de passageiros para atender àquela cidade e outras do seu entorno.	João Leite, PSDB; Roberto Andrade, PSB	6/6/2019	
97	RQC 2.488/2019	Requerem seja realizada visita à ministra Carmem Lúcia, no Supremo Tribunal Federal, em Brasília (DF), para conversar sobre a inconstitucionalidade dos investimentos cruzados nas prorrogações antecipadas dos contratos de concessão de ferrovias apontado na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI – 5991.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade, PSB	6/6/2019	
98	RQC 2.586/2019	Requerem seja encaminhado ao Ministério Público Federal pedido de providências para que sejam realizados estudos para a propositura de uma ação direta de inconstitucionalidade em caso de aprovação do Projeto de Lei Federal nº 26/2018, que cria o direito de permanência de edifícios construídos ao longo de faixas de domínio de ferrovias, rodovias e dutos.	João Leite, PSDB; Cássio Soares, PSD; Gustavo Mitre, PSC	13/6/2019	Ofício 60/2019 – Procuradoria-Geral da República
99	RQC 2.587/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater os investimentos no modal ferroviário em Minas Gerais, com a presença do secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade.	João Leite, PSDB; Cássio Soares, PSD; Gustavo Mitre, PSC	13/6/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
100	RQC 2.588/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater os possíveis investimentos e linhas de crédito para o modal ferroviário em Minas Gerais, com a presença do presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG.	João Leite, PSDB; Cássio Soares, PSD; Gustavo Mitre, PSC	13/6/2019	
101	RQC 2.589/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater os investimentos no modal ferroviário em Minas Gerais, com a presença do secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico.	João Leite, PSDB; Cássio Soares, PSD; Gustavo Mitre, PSC	13/6/2019	
102	RQC 2.668/2019	Requerem seja realizada audiência pública no Município de Moeda para debater o transporte ferroviário.	João Leite, PSDB; Celinho Sintrocel, PCdoB; Noraldino Júnior, PSC	19/6/2019	
103	RQC 2.672/2019	Requerem seja realizada audiência pública, com a presença do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais – Faemg –, para debater o modal ferroviário.	João Leite, PSDB; Celinho Sintrocel, PCdoB; Noraldino Júnior, PSC	19/6/2019	
104	RQC 2.674/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – a renovação antecipada da malha ferroviária concedida à MRS Logística.	João Leite, PSDB; Celinho Sintrocel, PCdoB; Noraldino Júnior, PSC	19/6/2019	
105	RQC 2.675/2019	Requerem seja realizada audiência pública, com a presença dos prefeitos dos municípios por onde passa a Estrada de Ferro Vitória-Minas, para debater a anuência desses municípios à possível passagem de composição ferroviária por seu território.	João Leite, PSDB; Celinho Sintrocel, PCdoB	19/6/2019	
106	RQC 2.949/2019	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja garantida a destinação integral dos recursos advindos da aplicação de multas às concessionárias Ferrovia Centro Atlântica e MRS Logística ao desenvolvimento do transporte ferroviário no Estado, em especial nas regiões afetadas pelas ações e omissões dessas empresas.	Marília Campos, PT	27/6/2019	Ofício 2768/2019 – Secretaria de Estado de Governo
107	RQC 2.950/2019	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja estruturada a Superintendência Ferroviária do Estado, órgão com competência para planejar e executar projetos ferroviários estaduais, com prioridade para a viabilização das ações necessárias para a ampliação do metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte.	Marília Campos, PT	27/6/2019	Ofício 1687/2019 – Secretaria de Estado de Governo
108	RQC 2.951/2019	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que sejam retomadas com urgência as obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – na região do Ribeirão Ferrugem, no Município de Contagem, bem como sejam iniciadas as intervenções para a implementação das bacias de contenção B5, B6 e B7 no mesmo município.	Marília Campos, PT	27/6/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
109	RQC 2.965/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater as possibilidades e as perspectivas de fabricação de material rodante, inclusive locomotivas, em Minas Gerais, e sejam convidadas para a citada audiência as empresas GE Transportes Ferroviários, EMD Locomotivas do Brasil e Viga Caldeiraria, localizadas, respectivamente, nos Municípios de Contagem, Sete Lagoas e Ipatinga.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Raul Belém, PSC; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique; PSL	27/6/2019	
110	RQC 2.976/2019	Requerem seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT- pedido de providências para que seja realizada nova audiência no Estado, na Assembleia Legislativa, para debater a renovação da concessão da malha ferroviária concedida à MRS Logística.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Raul Belém, PSC; Gustavo Mitre, PSC	27/6/2019	
111	RQC 3.051/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater as possibilidades de atuação do cooperativismo na área de transporte com vistas à retomada do transporte ferroviário no Estado.	Antonio Carlos Arantes, PSDB; João Leite, PSDB; Guilherme da Cunha, NOVO; Leninha, PT	2/7/2019	
112	RQC 3.084/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater a realização de operações urbanísticas no transporte ferroviário de cargas e de passageiros.	João Leite, PSDB; Celinho Sintrocel, PCdoB; Coronel Henrique, PSL	2/7/2019	
113	RQC 3.086/2019	Requerem seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que seja criada uma linha de crédito específica para o financiamento de projetos de ferroviários, envolvendo o transporte de cargas e de passageiros, as linhas turísticas e também terminais de cargas, buscando também orientar empresas, prefeituras e organizações do terceiro setor sobre os procedimentos necessários à captação desses recursos.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Coronel Henrique, PSL	2/7/2019	
114	RQC 3.087/2019	Requer seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG – pedido de providências para incluir em suas captações internacionais a busca de recursos para projetos ferroviários no Estado.	Marília Campos, PT	2/7/2019	
115	RQC 3.129/2019	Requerem seja encaminhado à Oscip Apito pedido de providências para que proceda a um levantamento das condições de preservação das locomotivas e vagões que se encontram estacionados no pátio da MRS Logística, em Santos Dumont.	João Leite, PSDB; Roberto Andrade, PSB; Coronel Henrique, PSL	4/7/2019	
116	RQC 3.130/2019	Requerem seja encaminhado ao Sesc pedido de providências com vistas à cessão de uma das nove locomotivas baseadas na unidade de Grussaí (RJ) para ser utilizada pelo Circuito Ferroviário Vale Verde, nos mesmos moldes em que se deu a parceria com o Movimento Pró Trem Turístico em Miguel Pereira (RJ).	João Leite, PSDB; Roberto Andrade, PSB; Coronel Henrique, PSL	4/7/2019	Ofício 696/2020 – Serviço Social do Comércio

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
117	RQC 3.131/2019	Requerem seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT -, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT – e ao Ministério Público Federal – MPF – pedido de providências para a imediata paralisação do processo de corte das locomotivas modelo GL8 que se encontram em Curitiba (PR) e que estas sejam destinadas à negociação para comporem projetos ferroviários em todo o Brasil, visto que essa paralisação já foi objeto de recomendação do MPF.	João Leite, PSDB; Roberto Andrade, PSB; Coronel Henrique, PSL	4/7/2019	Ofício 122145/2019 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
118	RQC 3.131/2019	Requerem seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT -, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT – e ao Ministério Público Federal – MPF – pedido de providências para a imediata paralisação do processo de corte das locomotivas modelo GL8 que se encontram em Curitiba (PR) e que estas sejam destinadas à negociação para comporem projetos ferroviários em todo o Brasil, visto que essa paralisação já foi objeto de recomendação do MPF.	João Leite, PSDB; Roberto Andrade, PSB; Coronel Henrique, PSL	4/7/2019	
119	RQC 3.290/2019	Requerem seja encaminhado à MRS Logística pedido de providências para disponibilização da Locomotiva 370 da Estrada de Ferro Central do Brasil, maria-fumaça conhecida como Zezé Leone, e os vagões de passageiros que se encontram no Município de Santos Dumont, para comporem o trem turístico entre esse município e o Museu de Cabangu.	João Leite, PSDB; Doutor Jean Freire, PT; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	11/7/2019	
120	RQC 3.291/2019	Requer seja realizada audiência pública para debater a extensão da ferrovia conhecida como Trem das Águas ao Município de Itanhandu.	Gustavo Mitre, PSC	11/7/2019	
121	RQC 3.373/2019	Requer seja realizada audiência pública no Município de Oliveira para debater os problemas da linha férrea nesse município.	Sávio Souza Cruz, MDB	1º/8/2019	
122	RQC 3.463/2019	Requer seja realizada audiência pública, em município a ser definido, para debater a revitalização da linha férrea entre Barbacena e Santos Dumont.	Coronel Henrique, PSL	1º/8/2019	
123	RQC 3.581/2019	Requerem seja encaminhado ao Dnit pedido de providências para que sejam cedidos três ou quatro carros de passageiros que estão no quarto depósito em Santos Dumont para utilização da Associação Locomotiva Zezé Leone.	João Leite, PSDB; Charles Santos, PRB; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre PSC	8/8/2019	Ofício 100916/2019 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
124	RQC 3.582/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater as propostas da Sociedade Mineira de Engenheiros para o desenvolvimento ferroviário do Estado.	João Leite, PSDB; Charles Santos, PRB; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre PSC	8/8/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
125	RQC 3.583/2019	Requerem seja realizada audiência pública para conhecer e debater o Plano Ferroviário Estadual.	João Leite, PSDB; Charles Santos, PRB; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre PSC	8/8/2019	
126	RQC 3.584/2019	Requerem seja encaminhado à MRS Logística pedido de providências para auxiliar a Associação Locomotiva Zezé Leone na restauração da locomotiva Zezé Leone e dos carros de passageiros que hoje estão estacionados na estação de Santos Dumont e para, após a referida restauração, conceder permissão de uso do trecho de 17km entre Santos Dumont e Cabangu para a operação do trem turístico nos finais de semana e feriados.	João Leite, PSDB; Charles Santos, PRB; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	8/8/2019	Ofício 178/2019 – MRS Logística S.A.
127	RQC 3.585/2019	Requer seja encaminhado à Valor Logístico Integrado – VLI – pedido de providências para que sejam solucionados os problemas do trecho ferroviário localizado no Município de Oliveira, que se encontra abandonado e causa diversos transtornos para os moradores da região.	Gustavo Mitre, PSC	8/8/2019	
128	RQC 3.586/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater novos projetos ferroviários da empresa MRS Logística no Estado.	João Leite, PSDB; Charles Santos, PRB; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre, PSC	8/8/2019	
129	RQC 3.587/2019	Requer seja realizada audiência pública para debater a recuperação e utilização do trecho ferroviário localizado no Município de Itaúna.	Gustavo Mitre, PSC	8/8/2019	
130	RQC 3.588/2019	Requer seja realizada audiência pública no Município de Itaúna para debater a recuperação e a utilização do trecho ferroviário no município.	Gustavo Mitre, PSC	8/8/2019	
131	RQC 3.589/2019	Requerem seja encaminhado à Polícia Federal, à Polícia Civil de Minas Gerais, à Polícia Militar de Minas Gerais, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte e ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que seja apurada denúncia de retirada de 15 quilômetros de trilhos e dormentes no Município de Itabirito para fins de construção civil.	João Leite, PSDB; Charles Santos, PRB; Fernando Pacheco, PHS; Gustavo Mitre, PSC	8/8/2019	
132	RQC 3.690/2019	Requerem sejam encaminhadas à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, à Câmara Municipal de Juiz de Fora, à Promotoria de Justiça de Juiz de Fora, à Polícia Militar em Juiz de Fora, à Polícia Civil em Juiz de Fora, à ONG Trem em Juiz de Fora, ao Ministério da Infraestrutura e Logística e à Superintendência Ferroviária da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade as notas taquigráficas da 8ª Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT Noraldino Júnior, PSC; Coronel Henrique, PSL	20/8/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
133	RQC 3.691/2019	Requerem seja encaminhado à Câmara Municipal de Juiz de Fora pedido de providências para que seja criada uma comissão especial de acompanhamento do processo de prorrogação da concessão contratual da malha ferroviária da MRS Logística, sugerindo que essa comissão, em conjunto com a Prefeitura Municipal e com o Ministério Público de Meio Ambiente, elabore proposta para a plataforma logística de Minas Gerais e proposições para o Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais no âmbito da região de Juiz de Fora.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT Noraldino Júnior, PSC; Coronel Henrique, PSL	20/8/2019	Ofício 3629/2019 – Câmara Municipal de Juiz de Fora
134	RQC 3.692/2019	Requerem sejam encaminhadas à Agência Nacional de Transportes terrestres – ANTT – as notas taquigráficas da 8ª Reunião Extraordinária da comissão e pedido de providências para que o seu conteúdo seja anexado aos estudos para a prorrogação do prazo de vigência contratual da concessionária MRS Logística.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT Noraldino Júnior, PSC; Coronel Henrique, PSL	20/8/2019	Ofício 489/2020 – Agência Nacional de Transportes Terrestres
135	RQC 3.693/2019	Requerem sejam encaminhadas à MRS Logística as notas taquigráficas da 8ª Reunião Extraordinária da comissão e pedido de providências para que as sugestões e apontamentos de problemas na operação da linha férrea na região sejam considerados.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT Noraldino Júnior, PSC; Coronel Henrique, PSL	20/8/2019	
136	RQC 3.694/2019	Requerem seja encaminhado à MRS Logística em Juiz de Fora pedido de providências para que seja melhorada a iluminação na ponte de ferro na Avenida Rivelli no município, bem como seja reforçada a guarda ferroviária na linha férrea nos Bairros Poço Rico e Santa Tereza visando evitar acidentes envolvendo pedestres.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT Noraldino Júnior, PSC; Coronel Henrique, PSL	20/8/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
137	RQC 3.696/2019	Requerem seja encaminhado ao Sr. Alex Fernandes Santiago, promotor de justiça, pedido de providências para que seja elaborado termo de acordo entre a MRS, as Comissões de Meio Ambiente e Pró-Ferrovias Mineiras da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, no qual deverão constar acordos e compromissos de investimentos da MRS, com recursos próprios, fora dos recursos provenientes da prorrogação da concessão, para manutenção do Centro de Operação durante todo o período da concessão renovada; instalação e manutenção pela MRS de um sistema de videomonitoramento das passarelas da empresa nas vias de Juiz de Fora, bem como nas passagens de nível da malha ferroviária local, compartilhando as imagens com o projeto Olho Vivo da PMMG; patrocínio, pela MRS, de estudo de viabilidade do compartilhamento das linhas em Juiz de Fora para o transporte de cargas concomitante ao de passageiros; elaboração de projeto de revitalização das margens do Rio Paraibuna, prevendo ciclovia, pista de caminhada, espaço de convivência com bicicletário e equipamentos de ginástica, e sua imediata execução após a conclusão dos estudos e a prorrogação da concessão; credenciamento pela MRS de uma clínica veterinária para o atendimento a animais que por ventura se acidentem na linha; requer ainda que as demandas elencadas no acordo sejam consideradas adicionais às que serão assumidas pela MRS por força da renovação da concessão junto à ANTT.	João Leite, PSDB; Noraldino Júnior, PSC; Coronel Henrique, PSL	20/8/2019	
138	RQC 3.746/2019	Requerem seja realizada visita ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG -, para apresentar um relato do andamento dos trabalhos da comissão.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Coronel Henrique, PSL	20/8/2019	
139	RQC 3.747/2019	Requerem seja realizada visita à Sociedade Mineira de Engenheiros – SME – para apresentar um relato do andamento dos trabalhos da comissão.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Coronel Henrique, PSL	20/8/2019	
140	RQC 3.752/2019	Requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para que sejam suspensas novas tratativas visando a doação de trechos ferroviários desativados para municípios, tendo em vista os esforços do Estado para a retomada do funcionamento dessas ferrovias.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Coronel Henrique, PSL	20/8/2019	
141	RQC 3.753/2019	Requerem sejam encaminhadas ao Tribunal de Contas da União as notas taquigráficas da 8ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater a renovação da concessão da malha ferroviária no Município de Juiz de Fora.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Coronel Henrique, PSL	20/8/2019	
142	RQC 3.754/2019	Requerem seja realizada audiência pública no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG -, para apresentar um relato do andamento dos trabalhos da comissão.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Coronel Henrique, PSL	20/8/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
143	RQC 3.755/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater os estudos realizados pela Agência Metropolitana para o desenvolvimento do transporte ferroviário na Região Metropolitana de Belo Horizonte.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Coronel Henrique, PSL	20/8/2019	
144	RQC 3.756/2019	Requerem seja realizada audiência pública na Sociedade Mineira de Engenheiros – SME – para apresentar um relato do andamento dos trabalhos da comissão.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Coronel Henrique, PSL	20/8/2019	
145	RQC 3.818/2019	Requerem seja realizada Audiência Pública desta comissão para conhecer os estudos de viabilidade econômica realizados pela Sysfer Consultoria e Sistemas com vistas à implantação de sistema ferroviário entre os municípios de Belo Horizonte e Brumadinho.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; João Magalhães, MDB	31/12/2019	
146	RQC 3.819/2019	Requerem seja realizada audiência pública, no Município de Ubá, para debater, com os prefeitos e entidades da região, a retomada do transporte ferroviário.	João Leite, PSDB; João Magalhães, MDB; Roberto Andrade, PSB	22/8/2019	
147	RQC 3.820/2019	Requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para que sejam suspensas novas tratativas visando a doação de trilhos e dormentes desativados, tendo em vista os esforços do Estado para a retomada do transporte ferroviário.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; João Magalhães, MDB	22/8/2019	
148	RQC 3.821/2019	Requerem seja encaminhado ao Ministério Público Federal em Belo Horizonte pedido de providências para fiscalização das doações, feitas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit -, de trilhos e dormentes desativados, tendo em vista os esforços do Estado para a retomada da infraestrutura ferroviária.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; João Magalhães, MDB	22/8/2019	
149	RQC 3.823/2019	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, à Superintendência de Infraestrutura Ferroviária da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, à Agência Nacional de Transportes Terrestres, à Associação Nacional de Transportadores Ferroviários, ao Tribunal de Contas da União, à Vale do Rio Doce e ao Ministério da Infraestrutura o ofício do prefeito do Município de Coronel Fabriciano, encaminhado à comissão, em que relata os impactos causados pela Estrada de Ferro Vitória Minas no referido município e na região.	João Leite, PSDB	22/8/2019	
150	RQC 3.823/2019	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, à Superintendência de Infraestrutura Ferroviária da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, à Agência Nacional de Transportes Terrestres, à Associação Nacional de Transportadores Ferroviários, ao Tribunal de Contas da União, à Vale do Rio Doce e ao Ministério da Infraestrutura o ofício do prefeito do Município de Coronel Fabriciano, encaminhado à comissão, em que relata os impactos causados pela Estrada de Ferro Vitória Minas no referido município e na região.	João Leite, PSDB	22/8/2019	Ofício 5/2019 – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
151	RQC 3.823/2019	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, à Superintendência de Infraestrutura Ferroviária da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, à Agência Nacional de Transportes Terrestres, à Associação Nacional de Transportadores Ferroviários, ao Tribunal de Contas da União, à Vale do Rio Doce e ao Ministério da Infraestrutura o ofício do prefeito do Município de Coronel Fabriciano, encaminhado à comissão, em que relata os impactos causados pela Estrada de Ferro Vitória Minas no referido município e na região.	João Leite, PSDB	22/8/2019	Ofício 5/2019 – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
152	RQC 3.949/2019	Requerem seja realizada audiência pública no Município de Montes Claros para debater a retomada e o desenvolvimento do transporte ferroviário.	Gil Pereira, PP; João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade, PSB; Gustavo Mitre, PSC; Bruno Engler, PSL	29/8/2019	
153	RQC 3.950/2019	Requerem seja realizada audiência pública no Município de Mariana para debater a retomada e o desenvolvimento do transporte ferroviário.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Thiago Cota, MDB; Roberto Andrade, PSB; Gustavo Mitre, PSC; Bruno Engler, PSL	29/8/2019	
154	RQC 3.951/2019	Requerem seja realizada audiência pública no Município de Curvelo para debater a retomada e o desenvolvimento do transporte ferroviário.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade, PSB; Gustavo Mitre, PSC, Bruno Engler, PSL	29/8/2019	
155	RQC 3.952/2019	Requerem seja realizada audiência pública no Município de Teófilo Otôni para debater a retomada e o desenvolvimento do transporte ferroviário.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT, Neilando Pimenta, PODE; Roberto Andrade, PSB; Gustavo Mitre, PSC; Bruno Engler, PSL; Coronel Sandro, PSL	29/8/2019	
156	RQC 3.953/2019	Requerem seja realizada audiência pública no Município de Sete Lagoas para debater a retomada e o desenvolvimento do transporte ferroviário.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Douglas Melo, MDB; Roberto Andrade, PSB; Gustavo Mitre, PSC; Bruno Engler, PSL	29/8/2019	
157	RQC 4.018/2019	Requer seja realizada audiência pública para debater a criação de um trem turístico entre Divinópolis e Bom Sucesso.	Cleitinho Azevedo; CIDADANIA	5/9/2019	
158	RQC 4.082/2019	Requer seja realizada audiência pública no Município de Unai para debater a retomada e o desenvolvimento do transporte ferroviário.	Inácio Franco, PV	5/9/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
159	RQC 4.104/2019	Requerem seja realizada audiência pública no Município de Sarzedo para dar ciência aos municípios da região dos investimentos que serão feitos pela MRS Logística nesse município.	João Leite, PSDB; Rosângela Reis, PODE; Betão PT	5/9/2019	
160	RQC 4.258/2019	Requer seja realizada audiência pública para debater a possibilidade de implantação de transporte ferroviário de passageiros entre os Municípios de Santa Luzia e Belo Horizonte, tendo em vista que a ferrovia já existe e está sendo administrada pela concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S.A. – FCA.	Professor Wendel Mesquita, SOLIDARIEDADE	12/9/2019	
161	RQC 4.285/2019	Requerem sejam informados à Mesa desta Casa os temas priorizados pela Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras para as reuniões de prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade no segundo quadrimestre de 2019.	Roberto Andrade PSB; Professor Cleiton PSB; Coronel Henrique, PSL	12/9/2019	
162	RQC 4.414/2019	Requer seja encaminhado à Sra. Denise da Supra, vereadora da Câmara Municipal de Uberaba pedido de informações sobre a via férrea na região de Uberaba que pode ser indicada para a implementação de um trem turístico, para que a proposta subsidie os estudos do Plano Estratégico Ferroviário do Estado de Minas Gerais.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT Gustavo Mitre, PSC	19/9/2019	
163	RQC 4.415/2019	Requer seja encaminhado ao Sr. Felipe Ribeiro, doutorando do Programa de Engenharia de Transportes da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Coppe – UFRJ -, pedido de informações sobre os estudos que podem subsidiar a elaboração de projetos ferroviários no Estado de Minas Gerais.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT Gustavo Mitre, PSC	19/9/2019	
164	RQC 4.421/2019	Requerem seja realizada audiência com convidados para a assinatura do termo de cooperação para a elaboração do Plano Estratégico Ferroviário do Estado de Minas Gerais.	Antonio Carlos Arantes, PSDB; João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	19/9/2019	
165	RQC 4.490/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater a implantação do projeto turístico da Locomotiva a Vapor nº 51, em Além Paraíba.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade; PSB	26/9/2019	
166	RQC 4.491/2019	Requerem seja encaminhado à empresa VLI Logística, em Belo Horizonte, pedido de providências para que sejam implementadas as demandas da Prefeitura de Oliveira relativas ao projeto básico da passagem de nível ligando o Bairro Graças ao Bairro Segredo.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade; PSB	26/9/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
167	RQC 4.493/2019	Requerem seja encaminhado ao Serviço Social do Comércio e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, no Rio de Janeiro, pedido de providências para que os equipamentos ferroviários situados no Sesc-Senac do Município de Grussaí (RJ) sejam doados para o Estado de Minas Gerais desenvolver novos projetos ferroviários de cunho turístico e histórico.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade; PSB	26/9/2019	
168	RQC 4.515/2019	Requerem seja encaminhadas as notas taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária, realizada em Conselheiro Lafaiete, à equipe da Fundação Dom Cabral responsável pela elaboração do plano estratégico ferroviário.	João Leite, PSDB; Glaycon Franco, PV; Professor Cleiton, PSB; Osvaldo Lopes, PSD	3/10/2019	
169	RQC 4.516/2019	Requerem seja realizada audiência pública para a apresentação, pelo Tribunal de Contas da União, dos estudos e análises feitos pelo órgão sobre o cálculo dos valores da outorga da possível renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória-Minas.	João Leite, PSDB; Glaycon Franco, PV; Professor Cleiton, PSB; Osvaldo Lopes, PSD	3/10/2019	
170	RQC 4.517/2019	Requerem seja realizada visita técnica aos trechos ferroviários Brumadinho-Conselheiro Lafaiete e Conselheiro Lafaiete-Ouro Preto (via Miguel Burnier), para conhecimento da situação atual de conservação e infraestrutura da ferrovia.	João Leite, PSDB; Glaycon Franco, PV; Professor Cleiton, PSB; Osvaldo Lopes, PSD	3/10/2019	
171	RQC 4.593/2019	Requerem seja realizada audiência pública com a presença do Sr. Luiz Antônio Athayde Vasconcelos, consultor de desenvolvimento integrado, para debater a importância do desenvolvimento econômico do Estado no tocante à utilização dos recursos provenientes da antecipação das renovações das concessões ferroviárias.	João Leite, PSDB; Professor Cleiton, PSB; Osvaldo Lopes, PSD	3/10/2019	
172	RQC 4.594/2019	Requerem seja encaminhado à Sra. Giselle Ribeiro de Oliveira, coordenadora da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, pedido de providências no que tange à denúncia do Sr. André Luiz de Melo, vereador de Carandaí, sobre a destruição da antiga estação ferroviária de Pedra do Sino, conforme documentação encaminhada à comissão.	João Leite, PSDB; Professor Cleiton, PSB; Osvaldo Lopes, PSD	3/10/2019	
173	RQC 4.705/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater as dificuldades encontradas pelas pequenas e médias mineradoras para o embarque de cargas nas ferrovias do Estado.	João Leite, PSDB; Celinho Sintrocel, PCdoB; Gustavo Mitre, PSC	10/10/2019	
174	RQC 4.706/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater com os operadores dos terminais logísticos as demandas para o incremento do modal ferroviário no Estado.	João Leite, PSDB; Celinho Sintrocel, PCdoB, Gustavo Mitre, PSC	10/10/2019	
175	RQC 5.021/2019	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja agendada visita técnica, em conjunto com deputados estaduais e lideranças locais, a trechos ferroviários abandonados na região do Vale do Jequitinhonha, entre os quais os da extinta Ferrovia Bahia-Minas.	João Leite, PSDB; Betinho Pinto Coelho, SOLIDARIEDADE; Gustavo Santana, PL; Coronel Sandro, PSL	23/10/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
176	RQC 5.022/2019	Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as ações da pasta e a situação atual das negociações com o governo federal para se utilizarem as multas devidas pela concessionária Ferrovia Centro-Atlântica (atual VLI) para implantação da Linha 2 (Calafate-Barreiro) do metrô de Belo Horizonte.	João Leite, PSDB; Betinho Pinto Coelho, SOLIDARIEDADE; Gustavo Santana, PL; Coronel Sandro, PSL	23/10/2019	Ofício 135/2019 – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
177	RQC 5.025/2019	Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as estimativas do órgão para os valores das outorgas das três malhas ferroviárias – EFVM, FCA e MRS – cujas concessões com o governo federal estão em processo de renovação antecipada e o percentual desses valores que será destinado a Minas Gerais.	João Leite, PSDB; Betinho Pinto Coelho, SOLIDARIEDADE; Gustavo Santana, PL; Coronel Sandro, PSL	23/10/2019	Ofício 138/2019 – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
178	RQC 5.028/2019	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que defenda como ações prioritárias no Plano Estratégico Ferroviário: a reativação de trem de passageiros entre Belo Horizonte e Ouro Preto/Mariana; a criação de ligação ferroviária entre Belo Horizonte e Brumadinho; a reativação total ou parcial da Ferrovia Bahia-Minas; a ampliação da malha metroviária da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH; a solução do gargalo ferroviário para escoamento da produção agrícola do Triângulo Mineiro e do Noroeste de Minas; a reativação ou a construção de ramais ferroviários em substituição a minerodutos existentes ou planejados; a reativação ou a construção de trechos ferroviários para fomentar a utilização do porto de Salvador como destino da produção agrícola e industrial mineira; a resolução dos gargalos logísticos da malha ferroviária da RMBH, de modo a viabilizar a sua utilização para o transporte de passageiros; a construção do ferroanel da RMBH; e a ampliação do número de horários do trem de passageiros da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM.	João Leite, PSDB; Betinho Pinto Coelho, SOLIDARIEDADE; Gustavo Santana, PL; Coronel Sandro, PSL	23/10/2019	
179	RQC 5.036/2019	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e à Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF – pedido de providências para a inclusão do contorno ferroviário da região de Governador Valadares no Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais e também para que as linhas já existentes sejam utilizadas para o uso de transporte urbano de passageiros.	João Leite, PSDB; Betinho Pinto Coelho, SOLIDARIEDADE; Gustavo Santana, PL; Coronel Sandro, PSL	23/10/2019	
180	RQC 5.039/2019	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja incluída, nos estudos a serem realizados a respeito das ferrovias mineiras, a implantação do trem de passageiros ligando a capital do Estado ao Município de Conselheiro Lafaiete, através do denominado Ramal Paraopeba.	Glaycon Franco, PV	23/10/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
181	RQC 5.041/2019	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja realizado um estudo para a implantação do contorno ferroviário em Juiz de Fora com os trilhos que atravessam o município, sendo preservados para o transporte de passageiros.	Delegada Sheila, PSL	23/10/2019	
182	RQC 5.042/2019	Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre os valores atualizados, segundo cálculos do órgão, que seriam necessários para a ampliação da malha metroviária da RMBH, detalhados por trecho/linha.	João Leite, PSDB; Betinho Pinto Coelho, SOLIDARIEDADE; Gustavo Santana, PL; Coronel Sandro, PSL	23/10/2019	Ofício 118/19 – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
183	RQC 5.043/2019	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para a inclusão, no Plano Estratégico Ferroviário, da análise do trecho Divinópolis- Bom Sucesso para operação de trem turístico.	Gustavo Mitre, PSC	23/10/2019	
184	RQC 5.044/2019	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja incluída, no Plano Estratégico Ferroviário, a análise do trecho São Sebastião do Rio Verde a Passa-Quatro para operação de trem turístico.	Gustavo Mitre, PSC	23/10/2019	
185	RQC 5.045/2019	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja incluído, no Plano Estratégico Ferroviário, estudo do trecho Belo Horizonte-Divinópolis para transporte de passageiros.	Gustavo Mitre, PSC	23/10/2019	
186	RQC 5.329/2019	Requerem seja encaminhado ao superintendente do Patrimônio da União em Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em relatório com a indicação dos imóveis ferroviários, sob a guarda desse órgão, que podem ser objeto de cessão para o governo do Estado, prefeituras e organizações não-governamentais, para fins de implantação de novos projetos ferroviários.	João Leite, PSDB; Cleitinho Azevedo, CIDADANIA; Professor Irineu, PSL	31/10/2019	Ofício 58535/2020 – Ministério da Economia
187	RQC 5.330/2019	Requerem seja encaminhado à Fundação Dom Cabral pedido de providências para que seja incluído nos estudos do Plano Estratégico Ferroviário um estudo sobre a viabilidade de destinação de um trem turístico para região do Circuito da Rota da Revolução.	João Leite, PSDB; Cleitinho Azevedo, CIDADANIA; Gustavo Mitre, PSC; Professor Irineu, PSL	31/10/2019	
188	RQC 5.331/2019	Requer seja realizada audiência pública com o objetivo de ouvir a Vale sobre a possibilidade de ampliar as viagens de seus trens, que pertencem à Estrada de Ferro Vitória Minas, sobre a definição dos novos horários e sobre sua disposição em transportar, por ferrovia, cargas e produtos dos produtores locais de cidades atendidas pela referida ferrovia, com o objetivo de promover o desenvolvimento local.	Celise Laviola, MDB	31/10/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
189	RQC 5.333/2019	Requer seja realizada audiência pública para debater com a VLI Logística a viabilização da ligação férrea do norte de Minas Gerais pela Ferrovia de Integração Oeste Leste – Fiol -, que permitirá a exportação de bens e produtos da região, especialmente os dos Projetos Jaíba e Gorutuba, através do Porto de Ilhéus, na Bahia.	Tadeu Martins Leite, MDB	31/10/2019	
190	RQC 5.334/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater com o ex-ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, a importância das ferrovias para os rumos da agricultura no país.	João Leite, PSDB; Tadeu Martins Leite, MDB Glaycon Franco, PV Gustavo Mitre, PSC	31/10/2019	
191	RQC 5.441/2019	Requerem seja formulado voto de congratulações com a Superintendência Regional do Dnit em Minas Gerais pela postura de atuar na preservação do patrimônio ferroviário do Estado, em consonância com a Lei nº 23.230, de 4/1/2019, que reconhece como de relevante interesse cultural as linhas e os ramais ferroviários existentes em Minas Gerais.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Professor Wendel Mesquita, SOLIDARIEDADE; Raul Belém, PSC; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	7/11/2019	
192	RQC 5.442/2019	Requer seja realizada visita ao trecho ferroviário da concessionária VLI Logística, no Município de Santa Luzia, para avaliar suas condições e a viabilidade de implantação de um trem de passageiros ligando esse município a Belo Horizonte.	Professor Wendel Mesquita, SOLIDARIEDADE	7/11/2019	
193	RQC 5.443/2019	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade o abaixo-assinado de moradores de Santa Luzia, entregue à comissão durante a 25ª Reunião Ordinária, a favor da implantação do trem de passageiros ligando esse município a Belo Horizonte.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Professor Wendel Mesquita, SOLIDARIEDADE; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	7/11/2019	Ofício 4/2019 – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
194	RQC 5.444/2019	Requerem sejam apresentadas emendas ao Projeto de Lei nº 1.166/2019, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2020-2023, com o objetivo de restaurar ações propostas pela comissão em 2018 e concentrar todas as políticas públicas referentes às ferrovias em um único programa estratégico.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Professor Wendel Mesquita, SOLIDARIEDADE; Gustavo Mitre, PSC	7/11/2019	
195	RQC 5.445/2019	Requerem seja encaminhado à VLI Logística pedido de providências para que não sejam colocados empecilhos aos pleitos para utilização da linha do ramal do Matadouro para implantação do trem turístico BH-Inhotim, solicitações essas do conhecimento da empresa.	João Leite, PSDB; Professor Wendel Mesquita, SOLIDARIEDADE	7/11/2019	
196	RQC 5.446/2019	Requerem seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para abrir procedimento investigatório visando apurar responsabilidades pelo asfaltamento que está sendo feito pela Prefeitura de Viçosa sobre linha ferroviária localizada na Avenida São João Batista, no Bairro Vale do Sol, em frente ao supermercado Epa.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Professor Wendel Mesquita, SOLIDARIEDADE	7/11/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
197	RQC 5.507/2019	Requerem sejam encaminhadas à Câmara Municipal de Santa Luzia, à Prefeitura Municipal de Santa Luzia, à VLI Logística/Ferrovia Centro-Atlântica, à Fundação Dom Cabral, à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade as notas taquigráficas da 25ª Reunião Ordinária, que teve por finalidade debater a possibilidade de implantação de transporte ferroviário de passageiros entre os Municípios de Santa Luzia e Belo Horizonte, tendo em vista que a ferrovia já existe e está sendo administrada pela concessionária Ferrovia Centro-Atlântica – FCA.	João Leite, PSDB; Professor Wendel Mesquita, SOLIDARIEDADE; Gustavo Mitre, PSC; Osvaldo Lopes, PSD	14/11/2019	
198	RQC 5.508/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater a importância de ser viabilizada a ligação do Aeroporto de Confins com os corredores ferroviários do Estado, de forma a ampliar sua competitividade para receber e exportar cargas.	João Leite, PSDB Gustavo Mitre, PSC; Osvaldo Lopes, PSD	14/11/2019	
199	RQC 5.509/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater a experiência das unidades de lazer do sistema Sesc/Senac na utilização de trens turísticos e a possibilidade de doação de locomotivas para projetos de linhas turísticas em Minas Gerais.	João Leite, PSDB Gustavo Mitre, PSC; Osvaldo Lopes, PSD	14/11/2019	
200	RQC 5.536/2019	Requer seja encaminhado à Vale S.A. pedido de providências para que seja permitido o embarque de animais domésticos, junto com seus tutores, nas viagens realizadas nos trens da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM.	Osvaldo Lopes, PSD	14/11/2019	
201	RQC 5.537/2019	Requer sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade o estudo de viabilidade técnica e econômica "Trens das serras de Minas", produzido pelo Circuito Ferroviário Vale Verde, e o estudo "Revitalização da linha férrea e implantação do veículo leve sobre trilhos no Município de Viçosa", produzido pela Universidade Federal de Viçosa, para que essa secretaria os encaminhe à Fundação Dom Cabral, que está desenvolvendo, junto com esse órgão, o Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais.	João Leite, PSDB	14/11/2019	Ofício 6/2019 – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
202	RQC 5.644/2019	Requerem seja encaminhado à Superintendência de Infraestrutura Ferroviária da Secretaria de Estado Infraestrutura e Mobilidade o Ofício nº 114886/2019/UFBEL da Unidade Ferroviária do Dnit, em Belo Horizonte.	João Leite, PSDB Gustavo Mitre, PSC; Osvaldo Lopes, PSD	21/11/2019	Ofício 132/2020 – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
203	RQC 5.645/2019	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade o Ofício PRES.023/2019, do Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais.	João Leite, PSDB Gustavo Mitre, PSC; Osvaldo Lopes, PSD	21/11/2019	
204	RQC 5.646/2019	Requerem seja encaminhada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade a correspondência, recebida pela comissão, do Museu do Café – Acervo Ferroviário Machadense, datada de 20 de novembro de 2019.	João Leite, PSDB Gustavo Mitre, PSC; Osvaldo Lopes, PSD	31/12/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
205	RQC 5.648/2019	Requerem seja encaminhado aos deputados estaduais e aos representantes das ONGs parceiras na discussão das questões ferroviárias do Estado o Ofício Seinfra/GAB n° 364/2019, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade.	João Leite, PSDB Gustavo Mitre, PSC Osvaldo Lopes, PSD	21/11/2019	Ong Movimento Nacional Amigos do Trem
206	RQC 5.649/2019	Requerem seja encaminhada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, à Agência de Desenvolvimento da Rede Metropolitana de Belo Horizonte, ao escritório brasileiro da empresa Deutsche Bahn, à Prefeitura de Santa Luzia e à Presidência da Câmara Municipal de Santa Luzia a Carta n° 127/2019 Gearc-Gacoc da Ferrovia Centro-Atlântica.	João Leite, PSDB Gustavo Mitre, PSC; Osvaldo Lopes, PSD	21/11/2019	
207	RQC 5.801/2019	Requerem seja encaminhado ao ministro da Infraestrutura e ao presidente da República pedido de informações sobre a possibilidade de expansão de linha férrea de Vitória a Itaobim.	Sávio Souza Cruz, MDB; Doutor Jean Freire, PT; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	Ofício 6692/2019 – Presidência da República
208	RQC 5.801/2019	Requerem seja encaminhado ao ministro da Infraestrutura e ao presidente da República pedido de informações sobre a possibilidade de expansão de linha férrea de Vitória a Itaobim.	Sávio Souza Cruz, MDB; Doutor Jean Freire, PT; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	Ofício 87/2020 – Ministério Infraestrutura
209	RQC 5.801/2019	Requerem seja encaminhado ao ministro da Infraestrutura e ao presidente da República pedido de informações sobre a possibilidade de expansão de linha férrea de Vitória a Itaobim.	Sávio Souza Cruz, MDB; Doutor Jean Freire, PT; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	Ofício 214/2020 – Ministério Infraestrutura
210	RQC 5.802/2019	Requerem seja encaminhado ao ministro da Infraestrutura e ao presidente da República pedido de informações sobre a existência de um plano de expansão das ferrovias e, em caso positivo, de envio de cópia desse plano à comissão.	Sávio Souza Cruz, MDB; Doutor Jean Freire, PT; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	Ofício 214/2020 – Ministério Infraestrutura
211	RQC 5.802/2019	Requerem seja encaminhado ao ministro da Infraestrutura e ao presidente da República pedido de informações sobre a existência de um plano de expansão das ferrovias e, em caso positivo, de envio de cópia desse plano à comissão.	Sávio Souza Cruz, MDB; Doutor Jean Freire, PT; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	Ofício 6692/2019 – Presidência da República
212	RQC 5.803/2019	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e à Fundação Dom Cabral pedido de providências para que inclua no Plano Estratégico Ferroviário estudo de viabilidade e de planejamento do retorno da Ferrovia Bahia-Minas.	Sávio Souza Cruz, MDB; Doutor Jean Freire, PT; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	Ofício 550/2020 – Secretaria de Estado de Governo

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
213	RQC 5.804/2019	Requerem que seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que o trecho de linha férrea entre Belo Horizonte e Rio de Janeiro, passando pela Zona da Mata mineira (antiga Linha Mineira), seja reativado para transporte de passageiros, tendo em vista sua inclusão no Plano Estratégico Ferroviário, e para que as obras necessárias sejam executadas no referido trecho.	Sávio Souza Cruz, MDB; Gustavo Mitre, PSC; Delegada Sheila, PSL	28/11/2019	Ofício 1175/2020 – Secretaria de Estado de Governo
214	RQC 5.805/2019	Requerem seja realizada visita à Fundação Dom Cabral, no Município de Nova Lima, para conhecer a equipe e o local de trabalho bem como acompanhar o andamento do Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais, em desenvolvimento pela instituição.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	
215	RQC 5.806/2019	Requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora pedido de providências para que, em parceria com a empresa MRS Logística, proceda à melhoria da iluminação pública da ponte de ferro da Avenida Rivelli, no Bairro de Lourdes, que é utilizada como passagem pública de pedestres.	Sávio Souza Cruz, MDB João Leite, PSDB Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	
216	RQC 5.807/2019	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para a inclusão, no Plano Estratégico Ferroviário, de estudo da viabilidade da integração do Distrito de Antônio Pereira, do Município de Ouro Preto, no projeto do Ferroanel de Belo Horizonte.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	Ofício 1143/2020 – Secretaria de Estado de Governo
217	RQC 5.808/2019	Requerem seja encaminhado ao DEER-MG pedido de providências para apurar denúncias de condições precárias em vários veículos das linhas 316R e 313M, principalmente em dias de chuva.	Sávio Souza Cruz, MDB; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	
218	RQC 5.809/2019	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que realize a integração entre os terminais Sarzedo e Ibirité do transporte metropolitano, garantindo à população um deslocamento mais ágil e barato e contribuindo para uma melhor integração metropolitana.	Sávio Souza Cruz, MDB; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	Ofício 2179/2020 – Secretaria de Estado de Governo
219	RQC 5.810/2019	Requerem sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade as notas taquigráficas da 14ª Reunião Extraordinária como subsídio à elaboração do Plano Estratégico Ferroviário, a cargo da Fundação Dom Cabral.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	
220	RQC 5.811/2019	Requerem seja realizada visita ao ramal ferroviário semiabandonado entre as Estações Barreiro e Eldorado, nos limites dos Municípios de Belo Horizonte e Contagem.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
221	RQC 5.812/2019	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para priorizar a análise, no Plano Estratégico Ferroviário, da implantação de trens de passageiros entre Conselheiro Lafaiete e Belo Horizonte, passando pelo Vale do Paraopeba, e entre as estações Barreiro, em Belo Horizonte, e Eldorado, em Contagem.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	Ofício 4/2020 – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
222	RQC 5.812/2019	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para priorizar a análise, no Plano Estratégico Ferroviário, da implantação de trens de passageiros entre Conselheiro Lafaiete e Belo Horizonte, passando pelo Vale do Paraopeba, e entre as estações Barreiro, em Belo Horizonte, e Eldorado, em Contagem.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	Ofício 1176/2020 – Secretaria de Estado de Governo
223	RQC 5.814/2019	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, como subsídio à elaboração do Plano Estratégico Ferroviário, o Ofício nº 03/2019, da Associação Trem Bão de Minas – ATBM.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	Ofício 4/2020 – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
224	RQC 5.816/2019	Requerem seja encaminhado à VLI Logística pedido de providências para a retirada de vagões e outros materiais abandonados no Município de Oliveira, bem como para a limpeza, capina e manutenção permanente da faixa de domínio do trecho ferroviário que corta o município.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	
225	RQC 5.822/2019	Requerem seja encaminhado à VLI Logística pedido de providências para a instalação de passagens de nível para o atendimento ao Bairro Oscar de Faria e para a ligação do Bairro das Graças ao Bairro Segredo, no Município de Oliveira.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	
226	RQC 5.824/2019	Requerem seja realizada audiência pública no Município de Oliveira para debater a situação precária da malha ferroviária que atravessa a localidade, de responsabilidade da concessionária Ferrovia Centro-Atlântica/VLI, bem como as obras necessárias para garantir a mobilidade diária da população da cidade, e para avaliar os resultados das ações acordadas durante a audiência pública realizada em 28/11/2019.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	
227	RQC 5.825/2019	Requerem seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres pedido de informações substanciadas nos dados referentes às cargas transportadas na última década no ramal ferroviário que atravessa o Município de Oliveira, de responsabilidade da concessionária Ferrovia Centro-Atlântica.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	Ofício 431/2020 – Agência Nacional de Transportes Terrestres

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
228	RQC 5.826/2019	Requerem seja realizada visita aos trechos ferroviários de responsabilidade da concessionária Ferrovia Centro-Atlântica, no Município de Oliveira, para avaliar as condições da infraestrutura ferroviária e suas interfaces com a malha viária urbana da localidade.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	
229	RQC 5.827/2019	Requerem seja encaminhado ao presidente da Ferrovia Centro-Atlântica pedido de informações sobre os motivos pelos quais essa empresa não capta cargas no Município de Oliveira, uma vez que ela possui trechos ferroviários operacionais e há grandes empresas já em operação nessa localidade.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	28/11/2019	
230	RQC 5.828/2019	Requerem seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres pedido de informações sobre se houve o atingimento, pela concessionária Ferrovia Centro-Atlântica – FCA –, das metas regulatórias estipuladas no contrato de concessão assinado entre ela e a União, especificamente quanto aos trechos ferroviários do Município de Oliveira e entorno.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Andréia de Jesus, PSOL	28/11/2019	Ofício 431/2020 – Agência Nacional de Transportes Terrestres
231	RQC 5.829/2019	Requerem seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres e ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte pedido de informações sobre se há pedidos de devolução de trechos ferroviários que atravessam o Município de Oliveira, oficializados pela concessionária Ferrovia Centro-Atlântica.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Andréia de Jesus, PSOL	28/11/2019	Ofício 817/2020 – Agência Nacional de Transportes Terrestres
232	RQC 5.829/2019	Requerem seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres e ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte pedido de informações sobre se há pedidos de devolução de trechos ferroviários que atravessam o Município de Oliveira, oficializados pela concessionária Ferrovia Centro-Atlântica.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Andréia de Jesus, PSOL	28/11/2019	Ofício 4652/2020 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
233	RQC 5.830/2019	Requerem sejam inseridos nos anais da Casa relatórios apresentados na 28ª Reunião Ordinária da comissão e as apresentações feitas nessa reunião, que demonstram o total abandono dos ramais ferroviários no Município de Oliveira.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Andréia de Jesus, PSOL	28/11/2019	
234	RQC 5.971/2019	Requerem seja encaminhado à VLI Logística pedido de providências para que sejam realizadas as obras de restauração e manutenção dos trechos ferroviários que ligam Lavras, Três Corações e Varginha, com vistas a viabilizar a retomada de sua operação.	João Leite, PSDB Gustavo Mitre, PSC; Osvaldo Lopes, PSD	5/12/2019	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
235	RQC 5.972/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater o planejamento da concessionária VLI Logística referente à sua malha ferroviária no Estado, incluindo planos de expansão e restauração de linhas, bem como trechos que podem ser repassados para o Estado, municípios e entidades interessadas na retomada do transporte ferroviário.	João Leite, PSDB Gustavo Mitre, PSC; Osvaldo Lopes, PSD	5/12/2019	
236	RQC 5.973/2019	Requerem seja encaminhado à VLI Logística pedido de providências para que conclua a ligação ferroviária entre os Municípios de Chiador e Cataguases e que promova as medidas necessárias para que seja retomada a operação dessa linha férrea.	João Leite, PSDB Gustavo Mitre, PSC; Osvaldo Lopes, PSD	5/12/2019	
237	RQC 5.975/2019	Requerem sejam encaminhados à Superintendência da Receita Federal da 6ª Região Fiscal – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais – e à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para que sejam efetuadas melhorias operacionais na fiscalização do transporte intermodal de mercadorias entre rodovias, ferrovias e aeroportos, visando a agilizar processos e a evitar a bitributação, e as notas taquigráficas da 29ª Reunião Ordinária, que teve por finalidade debater a importância de ser viabilizada a ligação do Aeroporto de Confins com os corredores ferroviários do Estado, de forma a ampliar sua competitividade para receber e exportar cargas.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT Gustavo Mitre, PSC	5/12/2019	
238	RQC 5.976/2019	Requerem sejam encaminhados à VLI Logística, em Belo Horizonte, pedido de providências para que seja viabilizado o transporte ferroviário de cargas do Aeroporto Industrial de Confins, que se localiza a apenas 5km da Estação Dr. Lund, na linha administrada pela concessionária, e as notas taquigráficas da 29ª Reunião Ordinária da comissão, que teve por finalidade debater a importância de ser viabilizada a ligação do Aeroporto de Confins com os corredores ferroviários do Estado, de forma a ampliar sua competitividade para receber e exportar cargas.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Gustavo Mitre, PSC	5/12/2019	
239	RQC 5.977/2019	Requerem seja realizada audiência pública para debater a análise do Tribunal de Contas da União sobre os estudos de viabilidade da renovação antecipada da concessão das ferrovias Estrada de Ferro Vitória a Minas e Estrada de Ferro Carajás.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Gustavo Mitre, PSC	5/12/2019	
240	RQC 6.121/2019	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que seja incluída nos estudos do Plano Estratégico Ferroviário a ligação ferroviária entre Uberaba, Uberlândia, Araguari, Ituiutaba, Santa Vitória e Chaveslândia.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Cleitinho Azevedo, CIDADANIA	6/2/2020	Ofício 1140/2020 – Secretaria de Estado de Governo
241	RQC 6.333/2020	Requerem seja realizada audiência pública no Município de Oliveira para debater a construção de passagens de nível das linhas férreas da localidade.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Cleitinho Azevedo, CIDADANIA	6/2/2020	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
242	RQC 6.334/2020	Requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para que sejam autorizadas as intervenções necessárias para a construção de passagens de nível nas linhas férreas no Município de Oliveira.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Cleitinho Azevedo, CIDADANIA	6/2/2020	
243	RQC 6.335/2020	Requerem seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para que sejam autorizadas as intervenções necessárias para a construção de passagens de nível nas linhas férreas do Município de Oliveira.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Cleitinho Azevedo, CIDADANIA	6/2/2020	Ofício 6850/2020 – Agência Nacional de Transportes Terrestres
244	RQC 6.336/2020	Requerem seja encaminhado à VLI Logística em Belo Horizonte pedido de providências para que sejam realizadas, nos trechos ferroviários no Município de Bambuí, limpeza e manutenção, instalação de cancelas em todas as passagens de nível dentro do perímetro urbano, abertura de novas passagens de nível para melhor fluidez do trânsito de automóveis e atendimento à Lei Municipal nº 2.538, de 2018, notadamente o disposto no art. 1º, § 1º.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Cleitinho Azevedo, CIDADANIA	6/2/2020	
245	RQC 6.337/2020	Requerem seja realizada audiência pública para que a Superintendência de Transporte Ferroviário da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – apresente estudos elaborados sobre a viabilidade de uma linha de trem de transporte de passageiros entre Brumadinho (Instituto Inhotim) e Belo Horizonte (Belvedere e Praça da Estação).	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Cleitinho Azevedo, CIDADANIA	6/2/2020	
246	RQC 6.338/2020	Requerem seja realizada audiência pública para ouvir o Sr. Jairo Cordeiro sobre o processo de renovação antecipada da concessão da ferrovia Vitória a Minas.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Cleitinho Azevedo, CIDADANIA	6/2/2020	
247	RQC 6.339/2020	Requerem seja encaminhado à MRS Logística pedido de providências para solucionar a questão do curso d'água do Córrego Ibaté, no Bairro Praia, no Município de Carandaí, uma vez que está indo ao encontro da ponte sobre a linha ferroviária utilizada pela empresa e causando inundação nas casas dos moradores que residem nas proximidades do local.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Cleitinho Azevedo, CIDADANIA	6/2/2020	Ofício 182/GREG- MRS/2020 – MRS Logística S.A.
248	RQC 6.340/2020	Requerem seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para a reativação da linha ferroviária de Lambari, no trecho entre o Parque Estadual Nova Baden e o Município de Três Corações.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Cleitinho Azevedo, CIDADANIA	6/2/2020	Ofício 6850/2020 – Agência Nacional de Transportes Terrestres

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
249	RQC 6.341/2020	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que, por meio da Superintendência de Transporte Ferroviário, seja buscada a reativação da linha ferroviária de Lambari, no trecho entre o Parque Estadual Nova Baden até o Município de Três Corações.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Cleitinho Azevedo, CIDADANIA	6/2/2020	Ofício 1138/2020 – Secretaria de Estado de Governo
250	RQC 6.342/2020	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que seja resgatada e transportada para o Município de Machado uma locomotiva a vapor atualmente localizada no Sesc de Grussaí, distrito do Município de São José da Barra (RJ).	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Cleitinho Azevedo, CIDADANIA	6/2/2020	Ofício 1139/2020 – Secretaria de Estado de Governo
251	RQC 6.468/2020	Requer seja encaminhado à Fundação Dom Cabral pedido de providências para que reconsidere e reveja a classificação hierárquica dos projetos ferroviários em estudo, apresentada no 1º Workshop do Plano Estratégico Ferroviário, de forma a priorizar o transporte ferroviário de passageiros da Região Metropolitana de Belo Horizonte.	Marília Campos, PT	13/2/2020	
252	RQC 6.469/2020	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja realizado um "workshop" nesta Casa com a finalidade de elaborar o plano estadual ferroviário.	Marília Campos, PT	13/2/2020	
253	RQC 6.470/2020	Requerem seja realizada visita ao evento sobre "Transição justa", que será realizado em Belo Horizonte, nos dias 18 e 19 de março de 2020, com a finalidade de acompanhar as discussões relacionadas com o transporte ferroviário.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT Gustavo Mitre, PSC	13/2/2020	
254	RQC 6.471/2020	Requerem seja realizada audiência pública, com a presença de representante da Confederação Nacional dos Transportes, para debater as possibilidades de integração entre os modais aéreo, rodoviário e ferroviário na região do Aeroporto de Confins, de forma a fomentar a logística para o transporte de cargas intermodal.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT Gustavo Mitre, PSC	13/2/2020	
255	RQC 6.551/2020	Requerem sejam informados ao presidente desta Casa os temas a serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão do secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade relativa ao ano de 2019, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.	Marília Campos, PT Glaycon Franco, PV Gustavo Mitre, PSC	19/2/2020	
256	RQC 6.552/2020	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de inclusão dos Municípios de Santa Vitória, Gurinhatã, Ituiutaba, Capinópolis, Canápolis, Monte Alegre de Minas, Tupaciguara, Uberlândia e Araguari no Plano Estadual Ferroviário, com o objetivo de implantação de um entreposto de cargas no Distrito de Chaveslândia, em Santa Vitória.	Marília Campos, PT	19/2/2020	Ofício 703/2020 – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
257	RQC 6.553/2020	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que o contorno ferroviário de Itaúna seja contemplado no Plano Estratégico Ferroviário.	Marília Campos, PT Gustavo Mitre, PSC	19/2/2020	Ofício 704/2020 – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
258	RQC 6.664/2020	Requerem seja realizada visita à sede da Vale, no Município de Nova Lima, para discutir com a sociedade civil e a Consultoria Sysfer os projetos de trem turístico e de passageiros entre Belo Horizonte e Brumadinho.	Gil Pereira PP; João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade; Coronel Henrique, PSL	4/3/2020	
259	RQC 6.665/2020	Requerem seja encaminhada aos deputados federais e senadores da República por Minas Gerais cópia da correspondência do Ministério da Infraestrutura destinada a esta comissão, que sugere a inclusão de emendas ao orçamento para o custeio de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e de projetos básicos e executivos para a extensão de trecho ferroviário ligando o Município de Itaobim, em Minas Gerais, ao Município de Vitória, no Espírito Santo.	Gil Pereira PP; João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade; Coronel Henrique, PSL	4/3/2020	
260	RQC 6.666/2020	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para a inclusão no Plano Estratégico Ferroviário da análise de viabilidade de extensão de trecho ferroviário entre o Município de Itaobim e o Município de Vitória (ES).	Gil Pereira PP; João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade; Coronel Henrique, PSL	4/3/2020	Ofício 702/2020 – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
261	RQC 6.667/2020	Requerem seja encaminhado à Procuradoria da República no Estado pedido de providências para a dilação do prazo para implementação das medidas constantes na Recomendação nº 25/2019, elaborada por esse órgão.	Gil Pereira PP; João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade; Coronel Henrique, PSL	4/3/2020	
262	RQC 6.679/2020	Requerem seja prorrogado o prazo de funcionamento da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras nos termos do art. 115-A, § 3º, I, do Regimento Interno.	João Leite, PSDB; Sargento Rodrigues, PTB; Glaycon Franco, PV; Coronel Henrique, PSL; Coronel Sandro PSL	5/3/2020	
263	RQC 6.819/2020	Requerem seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres pedido de informações sobre os critérios estipulados pelo órgão para a valoração e contabilização dos ativos da Estrada de Ferro Vitória a Minas e que devem ser utilizados no processo de renovação antecipada dessa ferrovia, especialmente aqueles considerados controversos pela análise do Tribunal de Contas da União.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Gustavo Mitre, PSC	12/3/2020	Ofício 19172/2020 – Agência Nacional de Transportes Terrestres

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
264	RQC 6.820/2020	Requerem seja encaminhado ao ministro da Infraestrutura pedido de informações sobre os motivos da não adoção dos critérios de cálculo da tarifa de transporte, estipulados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade –, no processo de renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Gustavo Mitre, PSC	12/3/2020	Ofício 721/2020 – Ministério Infraestrutura
265	RQC 6.821/2020	Requerem seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – e ao presidente da Câmara dos Deputados pedido de providências para que realize consultas ou audiências públicas sobre os aspectos levantados pelo Tribunal de Contas da União como passíveis de regulamentação, todos eles levantados pelo TCU na análise do processo de renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Gustavo Mitre, PSC	12/3/2020	Ofício 19169 – Agência Nacional de Transportes Terrestres
266	RQC 6.822/2020	Requerem seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres pedido de informações sobre os motivos da não adoção dos critérios de cálculo da tarifa de transporte estipulados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade – no processo de renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Gustavo Mitre, PSC	12/3/2020	Ofício 19172/2020 – Agência Nacional de Transportes Terrestres
267	RQC 7.037/2020	Requerem seja realizada audiência pública para que seja apresentado e discutido o relatório técnico do Tribunal de Contas da União que versa sobre a antecipação da renovação da concessão do trecho ferroviário que liga Vitória (ES) a Minas Gerais e sejam apresentados os trabalhos relativos ao Plano Estratégico Ferroviário, a ser elaborado pela Fundação Dom Cabral.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade, AVANTE; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	19/6/2020	
268	RQC 7.063/2020	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que sejam incorporados e priorizados nos estudos do Plano Estratégico Ferroviário o projeto de criação do Anel Ferroviário da RBMH e os demais projetos citados em debates realizados nesta comissão, em 19/6/2020; e sejam encaminhadas as notas taquigráficas dessa reunião ao referido órgão.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade, AVANTE; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	19/6/2020	Ofício 01/2020 – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
269	RQC 7.064/2020	Requerem seja realizada audiência pública para debater a destruição do patrimônio público ferroviário e a retirada de linhas férreas e outros componentes em Minas Gerais.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade, AVANTE; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	19/6/2020	
270	RQC 7.065/2020	Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações consubstanciado na relação de todos os projetos ferroviários em estudo pelo Plano Estratégico Ferroviário, com o custo estimado de cada um.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade, AVANTE; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	19/6/2020	Ofício 02/2020 – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
271	RQC 7.098/2020	Requer seja apreciado com especial atenção o Ofício nº 78/2020, da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Caxambu, no qual se argui a justa inclusão do trecho Caxambu-Baependi no Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais.	Dalmo Ribeiro Silva; PSDB	13/7/2020	
272	RQC 7.130/2020	Requerem seja realizada audiência pública para analisar os avanços dos estudos da implantação e operação do desenvolvimento ferroviário do Estado que foram apresentados pela Fundação Dom Cabral, durante a segunda edição do "workshop" do Plano Estratégico Ferroviário – PEF.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade, AVANTE; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	13/7/2020	
273	RQC 7.172/2020	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que sejam incluídos no Plano Estratégico Ferroviário os estudos de viabilidade do tramo ferroviário localizado entre Janaúba e Moçambinho, ligação ferroviária do Norte de Minas à Ferrovia Norte-Sul e ao Porto de Ilhéus, e o do contorno ferroviário de Montes Claros, permitindo-se, neste caso, a liberação dos trilhos para o transporte de passageiros urbanos.	Zé Reis, PODE	13/7/2020	Ofício 4/2020 – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
274	RQC 7.173/2020	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que seja incluído o trecho ferroviário constante do Requerimento em Comissão nº 7.098/2020, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, nos estudos do Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais.	Celise Laviola, MDB; João Leite, PSDB; Dalmo Ribeiro Silva; PSDB; Zé Reis, PODE	13/7/2020	Ofício 6/2020 – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
275	RQC 7.174/2020	Requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Vale S.A., em Nova Lima, pedido de informações sobre a situação atual do transporte de passageiros e cargas regionais pela Estrada de Ferro Vitória a Minas, solicitando-se, em especial, esclarecimentos sobre a possibilidade de aumento do número de viagens diárias entre Belo Horizonte e Vitória, bem como sobre o atendimento à produção local, especialmente a partir da estação de Governador Valadares, que é destacada no Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais como entreposto para escoar a produção trazida da região de Teófilo Otôni e do Leste de Minas.	Celise Laviola, MDB	13/7/2020	Ofício Vale S.A.
276	RQC 7.175/2020	Requer seja encaminhado à Mesa da Assembleia pedido de providências com vistas a que seja disponibilizado no portal da ALMG, e dele seja impressa uma centena de cópias, o memorial encaminhado por esta Casa ao Tribunal de Contas da União, no bojo do processo de renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas.	João Leite, PSDB	13/7/2020	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
277	RQC 7.176/2020	Requer sejam encaminhadas à Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade, à Fundação Dom Cabral, por meio da equipe envolvida na elaboração do Plano Estratégico Ferroviário, e à ONG Trem a apresentação e as notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade analisar os avanços dos estudos de implantação e de operação do desenvolvimento ferroviário no Estado, que foram apresentados pela Fundação Dom Cabral durante a segunda edição do "workshop" do Plano Estratégico Ferroviário.	João Leite, PSDB	13/7/2020	
278	RQC 7.210/2020	Requerem seja realizada audiência pública para discutir os investimentos nas ferrovias do Estado.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade, AVANTE; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	23/9/2020	
279	RQC 7.284/2020	Requerem seja realizada audiência pública para debater a retomada da Linha Mineira para o Porto do Açú.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade, AVANTE; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	23/9/2020	
280	RQC 7.285/2020	Requerem seja realizada audiência pública para debater a participação da ANTT no processo de renovação da concessão ferroviária da Vale S.A., com vistas a entender esse processo.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade, AVANTE; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	23/9/2020	
281	RQC 7.302/2020	Requerem seja realizada audiência pública para debater com o procurador federal Fernando Martins a homologação, por parte do juiz federal, da multa referente ao abandono dos trechos ferroviárias concedidos à Vale S.A.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade, AVANTE; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	23/9/2020	
282	RQC 7.303/2020	Requerem seja realizada audiência pública para que seja feita pela Fundação Dom Cabral e pela Agência Nacional de Transporte Ferroviário uma atualização sobre os estudos do Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade, AVANTE; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	23/9/2020	
283	RQC 7.337/2020	Requerem seja realizada visita à obra de ampliação da Ferrovia Oeste-Leste no Lote 6, em Correntina (BA), com a finalidade de conhecer e entender a logística, uma vez que o recurso utilizado nessa obra está sendo retirado da outorga da Estrada de Ferro Vitória-Minas, que interliga a Região Metropolitana de Vitória, no Espírito Santo, a Belo Horizonte, porém o Estado de Minas Gerais está sendo deixado de lado nessa importante obra.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade AVANTE; Gustavo Mitre, PSC; Zé Reis, PODE; Coronel Henrique, PSL	23/9/2020	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
284	RQC 7.338/2020	Requerem seja realizada visita ao Município de São João da Barra (RJ), para conhecer as dependências e o funcionamento do Porto do Açú, que pode potencializar trechos ferroviários do Estado com os quais tem ligações, em especial a conhecida Linha Mineira.	Carlos Pimenta, PDT; João Leite, PSDB; Roberto Andrade, AVANTE; Gustavo Mitre, PSC; Zé Reis, PODE; Coronel Henrique, PSL	23/9/2020	
285	RQC 7.340/2020	Requer seja realizada audiência pública para debater com a Superintendência do Patrimônio da União em Belo Horizonte sobre o ramal ferroviário Águas Claras, que corta a Serra do Curral ligando o Município de Brumadinho à Estação Águas Claras, atualmente na divisa do Bairro Belvedere e o Município de Nova Lima.	João Leite, PSDB	28/9/2020	
286	RQC 7.341/2020	Requer seja realizada audiência pública para debater a atuação do Tribunal de Contas da União na fiscalização do setor ferroviário.	João Leite, PSDB	28/9/2020	
287	RQC 7.342/2020	Requer seja realizada audiência pública para debater com o secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e com o advogado-geral do Estado as articulações com o governo federal para garantir a utilização em projetos de infraestrutura ferroviária em Minas Gerais dos valores da multa imposta à Ferrovia Centro Atlântica – FCA – devido ao abandono de trechos ferroviários no Estado.	João Leite, PSDB	28/9/2020	
288	RQC 7.391/2020	Requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei do Senado nº 261/2018, que trata do marco legal das ferrovias.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Zé Reis, PODE	2/10/2020	
289	RQC 7.392/2020	Requerem seja realizada audiência pública para debater, com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e com a equipe responsável pela elaboração do Plano Estratégico Ferroviário do Estado, os impactos e as oportunidades promovidos pelo Decreto Federal nº 10.161, de 2019, que regulamenta a alienação ou a disposição dos bens móveis ferroviários inservíveis do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Zé Reis, PODE	2/10/2020	
290	RQC 7.396/2020	Requerem seja realizada audiência pública para debater a participação da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – no processo de renovação das concessões ferroviárias.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade, AVANTE; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	9/10/2020	
291	RQC 7.417/2020	Requerem seja realizada audiência pública para debater o aprimoramento da escola ferroviária do Município de Lavras.	João Leite, PSDB; Marília Campos, PT; Roberto Andrade AVANTE; Gustavo Mitre, PSC	9/10/2020	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
292	RQC 7.435/2020	Requerem seja realizada audiência pública para conhecer e discutir a possibilidade de doação dos bens vinculados a trechos e serviços ferroviários desativados que estão sob a guarda e gestão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit –, com a participação de representantes desse departamento, das entidades da sociedade civil e da iniciativa privada do setor ferroviário e da Superintendência Ferroviária do Estado de Minas Gerais.	João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	9/10/2020	
293	RQC 7.436/2020	Requerem seja realizada audiência pública para debater o Plano Estratégico Ferroviário e realizar seu terceiro "workshop" no ambiente da comissão.	João Leite, PSDB Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	9/10/2020	
294	RQC 7.478/2020	Requerem seja encaminhado à VLI Logística e à MRS Logística pedido de providências para que essas empresas criem programas de apoio ao transporte, até o destino final, de bens ferroviários móveis doados ou cedidos para fins de implantação de trens turísticos no Estado; e sejam encaminhadas aos referidos órgãos as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater os impactos e as oportunidades promovidos pelo Decreto Federal nº 10.161, de 2019.	Carlos Pimenta PDT; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	15/10/2020	
295	RQC 7.479/2020	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e à Fundação Dom Cabral pedido de providências, anexando-se as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária da comissão, para que o Plano Estratégico Ferroviário do Estado de Minas Gerais contenha propostas para o aproveitamento de bens móveis e imóveis que poderão ser disponibilizados para projetos ferroviários no Estado, com base no Decreto Federal nº 10.161, de 2019.	Carlos Pimenta, PDT; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	15/10/2020	
296	RQC 7.480/2020	Requerem seja encaminhado ao secretário do Patrimônio da União pedido de informações consubstanciadas em um catálogo com a relação de todos os bens imóveis ferroviários não-operacionais localizados no Estado, incluindo terrenos e prédios históricos.	Carlos Pimenta, PDT; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	15/10/2020	
297	RQC 7.481/2020	Requerem seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de informações consubstanciadas em um catálogo que contenha a relação de todos os bens móveis ferroviários não-operacionais localizados no Estado.	Carlos Pimenta, PDT; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	15/10/2020	
298	RQC 7.482/2020	Requerem seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres pedido de informações consubstanciadas em um catálogo que contenha a relação dos bens móveis e imóveis ferroviários vinculados a contratos de arrendamento que serão extintos, nos termos do Decreto nº 10.161/2019.	Carlos Pimenta, PDT; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	15/10/2020	
299	RQC 7.483/2020	Requer seja realizada audiência pública para debater, com o Município de Pirapora, a ampliação da Ferrovia Centro-Atlântica, no Norte de Minas, controlada pela VLI, e a reativação do transporte de passageiros.	Gil Pereira, PSD	15/10/2020	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
300	RQC 7.484/2020	Requer seja realizada audiência pública para debater, com o Município de Monte Azul, a ampliação da Ferrovia Centro-Atlântica, no Norte de Minas, controlada pela VLI, e a reativação do transporte de passageiros.	Gil Pereira, PSD	15/10/2020	
301	RQC 7.485/2020	Requer seja realizada audiência pública para debater, com o Município de Montes Claros, a ampliação da Ferrovia Centro-Atlântica, no Norte de Minas, controlada pela VLI, e a reativação do transporte de passageiros.	Gil Pereira, PSD	15/10/2020	
302	RQC 7.486/2020	Requer seja realizada audiência pública para debater, com o Município de Janaúba, a ampliação da Ferrovia Centro-Atlântica, no Norte de Minas, controlada pela VLI, e a reativação do transporte de passageiros.	Gil Pereira, PSD	15/10/2020	
303	RQC 7.487/2020	Requer seja realizada audiência pública para debater, com a comunidade de Bocaiuva, a ampliação da Ferrovia Centro-Atlântica, no norte de Minas, controlada pela VLI, e a reativação do transporte de passageiros.	Gil Pereira, PSD	15/10/2020	
304	RQC 7.490/2020	Requerem seja encaminhado à Diretoria de Infraestrutura Ferroviária do DNIT pedido de providências para que seja garantindo o uso exclusivo para projetos ferroviários, identificados na cláusula terceira do Termo de Cessão nº 12/2019/DIF/DNIT, do terreno da antiga RFFSA, situado no Bairro Boa Vista (Horto Florestal), em Belo Horizonte.	Carlos Pimenta, PDT; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	15/10/2020	
305	RQC 7.494/2020	Requerem seja realizada audiência pública para debater, com a concessionária VLI Logística, com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e com a comunidade interessada, a implantação do trem turístico de Além Paraíba.	Carlos Pimenta, PDT; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	15/10/2020	
306	RQC 7.584/2020	Requerem seja realizada audiência pública para debater a preservação de linhas ferroviárias no Horto Florestal, em Belo Horizonte, evitando sua erradicação e destinação para outras finalidades.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	29/10/2020	
307	RQC 7.585/2020	Requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para que sejam dadas as devidas respostas aos Ofícios nºs 23/Oscip/2019, de 16 de agosto de 2019, e 27/Oscip/2019, de 19 de setembro de 2019, elaborados pela Oscip Apito, que tratam da liberação de áreas de terreno no Horto Florestal, em Belo Horizonte; e seja enviada cópia desse expediente ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	Sávio Souza Cruz, MDB; João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	29/10/2020	
308	RQC 7.586/2020	Requer seja realizada audiência pública para debater a situação atual das negociações do Estado com a Vale S.A., relativas à implantação de ramal ferroviário entre Belo Horizonte e Brumadinho como parte das indenizações e reparações devidas pela referida mineradora pelo rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, para a qual seja convidado o secretário adjunto de Estado de Planejamento e Gestão.	João Leite, PSDB	29/10/2020	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
309	RQC 7.587/2020	Requer seja encaminhado à Ferrovia Centro-Atlântica em Belo Horizonte e à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária, para que sejam tomadas as devidas medidas, com urgência, para permitir a utilização do trecho ferroviário entre Além Paraíba e Cataguases, pedido esse já anteriormente encaminhado tanto pela comissão, por meio dos Requerimentos nºs 4.339/2019 e 3.089/2020, quanto pelas entidades interessadas na operação de trens turísticos no trecho.	João Leite, PSDB	29/10/2020	
310	RQC 7.588/2020	Requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Ferrovia Centro-Atlântica pedido de informações consubstanciadas na relação dos trechos ferroviários sob sua gestão que devem ser devolvidos à União por serem antieconômicos.	João Leite, PSDB	29/10/2020	
311	RQC 7.589/2020	Requer seja realizada visita às instalações ferroviárias sob a guarda da Ferrovia Centro-Atlântica, no Município de Além Paraíba, com a finalidade de conhecer a importância do patrimônio ferroviário existente no município e região, para a qual seja convidado o secretário de Estado de Cultura e Turismo.	João Leite, PSDB	29/10/2020	
312	RQC 7.591/2020	Requer seja realizada audiência pública para debater o desenvolvimento logístico da Região Geográfica Intermediária de Varginha, para a qual sejam convidados o Porto Seco Sul de Minas, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres e as concessionárias VLI Logística e MRS Logística.	João Leite, PSDB	29/10/2020	
313	RQC 7.635/2020	Requerem seja encaminhado à Superintendência do Patrimônio da União, em Belo Horizonte, pedido de providências para que, após entendimentos com as associações de moradores do Bairro Belvedere, seja criado um parque na área do ramal ferroviário de Águas Claras.	João Leite, PSDB; Sargento Rodrigues, PTB; Gustavo Mitre, PSC	5/11/2020	
314	RQC 7.636/2020	Requerem seja realizada visita à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e à Cohab para discutir a realocação das famílias de desabrigados que se encontram na região do ramal ferroviário de Águas Claras, no Bairro Belvedere, em Belo Horizonte.	João Leite, PSDB; Sargento Rodrigues, PTB; Gustavo Mitre, PSC	5/11/2020	
315	RQC 7.637/2020	Requer seja encaminhado ao superintendente do Patrimônio da União em Belo Horizonte pedido de informações consubstanciadas em um catálogo com os imóveis sob administração dessa superintendência da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – Casemg -, que, mediante autorização contida na Lei nº 12.422, de 27 de dezembro de 1996, e na Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, foi federalizada como ente da administração pública indireta da União.	João Leite, PSDB	5/11/2020	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
316	RQC 7.667/2020	Requer sejam apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.201/2020, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2021, emendas oriundas de discussões com entidades do setor ferroviário com vistas a estruturar o programa Ferrovias Mineiras.	João Leite, PSDB	12/11/2020	
317	RQC 7.669/2020	Requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para que altere os termos dos instrumentos de cessão de linhas ferroviárias para prefeituras, determinando, de forma clara e explícita, a vedação da prática de supressão de trilhos e demais elementos necessários à operação dos trechos.	João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	12/11/2020	
318	RQC 7.670/2020	Requerem sejam encaminhadas ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – as notas taquigráficas, em formato impresso, da 13ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade conhecer e debater a possibilidade de doação dos bens vinculados a trechos e serviços ferroviários desativados e que estão sob a guarda e gestão da citada autarquia.	João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	12/11/2020	
319	RQC 7.671/2020	Requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para que atue junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte com vistas à retomada de terreno situado no Bairro do Horto, que é de fundamental importância para o desenvolvimento do transporte de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte.	João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	12/11/2020	
320	RQC 7.672/2020	Requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para que seja interrompida a prática de cessão de trechos de linhas ferroviárias para prefeituras municipais, com vistas a evitar a supressão de trilhos e demais estruturas ferroviárias.	João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	12/11/2020	
321	RQC 7.673/2020	Requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para que seja interrompida a prática de cessão, supressão ou erradicação de linhas férreas anteriormente concedidas e que foram devolvidas ao poder concedente.	João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	12/11/2020	
322	RQC 7.674/2020	Requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para que seja interrompida a prática, pelas concessionárias ferroviárias, de supressão e sucateamento de locomotivas de menor porte e sua troca por locomotivas de maior porte e para que, caso ainda haja a troca ou devolução de locomotivas, sejam elas devolvidas ao poder concedente em estado operacional.	João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	12/11/2020	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
323	RQC 7.675/2020	Requerem sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – as notas taquigráficas, em formato impresso, da 13ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade conhecer e debater a possibilidade de doação dos bens vinculados a trechos e serviços ferroviários desativados e que estão sob a guarda e gestão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.	João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	12/11/2020	
324	RQC 7.676/2020	Requerem seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para que seja interrompida a prática, pelas concessionárias ferroviárias, de supressão e sucateamento de locomotivas de menor porte e sua troca por locomotivas de maior porte e para que, caso ainda haja a troca ou devolução de locomotivas, sejam elas devolvidas ao poder concedente em estado operacional.	João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	12/11/2020	
325	RQC 7.677/2020	Requerem seja encaminhado ao Ministério da Infraestrutura pedido de providências para que seja interrompida a prática, pelas concessionárias ferroviárias, de supressão e sucateamento de locomotivas de menor porte e sua troca por locomotivas de maior porte e para que, caso ainda haja a troca ou devolução de locomotivas, sejam elas devolvidas ao poder concedente em estado operacional.	João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	12/11/2020	
326	RQC 7.708/2020	Requerem seja realizada audiência pública no Município de Formiga, para debater os transtornos causados pelo tráfego de trens da Ferrovia Centro-Atlântica na área urbana do município e as medidas necessárias para a mitigação dos problemas.	João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC	19/11/2020	
327	RQC 7.719/2020	Requerem seja realizada audiência pública para debater com a comunidade da região dos Municípios de Ponte Nova e Dona Euzébia a retomada das operações da estrada de ferro da Linha Mineira.	João Leite, PSDB; Gustavo Mitre, PSC; Coronel Henrique, PSL	19/11/2020	
328	RQC 7.851/2020	Requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações Estrada e Rodagem - DER - pedido de providências para que se realizem intervenções urgentes na MG-338, no trecho que liga os Municípios de Ibertioga e Barbacena, uma vez que a estrada se encontra em estado crítico, com muitos buracos e irregularidades na pista.	Cristiano Silveira, PT	19/11/2020	
329	RQC 7.852/2020	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o impacto da pandemia na prestação de serviços de transporte intermunicipal e metropolitano e o planejamento para garantia dos serviços de transporte público e dos empregos dos rodoviários neste momento de crise.	Celinho Sintrocel, PCdoB	27/11/2020	
330	RQC 7.853/2020	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o motivo de as obras da MG-425, que liga Revés do Belém a Vargem Alegre, ainda não se terem iniciado, esclarecendo-se quais são os atuais entraves, as medidas que estão sendo tomadas para viabilizar a pavimentação dessa rodovia, qual a previsão de início e o planejamento e o cronograma das obras.	Celinho Sintrocel, PCdoB	27/11/2020	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
331	RQC 7.854/2020	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as medidas e soluções propostas pelo governo do Estado ao Dnit para a rápida reparação da BR-381 Norte, que desde junho está com as obras de duplicação paralisadas em função de desmoronamentos ocorridos em 14 pontos no lote 3.1, segmento do Km 288,4 até Km 317.	Celinho Sintrocel, PCdoB	27/11/2020	
332	RQC 7.856/2020	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - Seinfra - pedido de providências para que essa pasta se envolva nos debates em torno do Projeto de Lei Complementar nº 50/2020, que institui o PDDI na Região do Vale do Aço, com base nos estudos feitos pela Unileste, colabore na sua correção e construção e ajude na sua aprovação.	Celinho Sintrocel, PCdoB	27/11/2020	
333	RQC 7.857/2020	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - Seinfra - e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de providências para agilizar a efetivação relativa às obras de recuperação funcional dos trechos rodoviários das MG-105 e MG-409, de Pavão a Águas Formosas, bem como o Entroncamento da BR-116 (até Pavão), considerando-se que o assunto foi tratado no Assembleia Fiscaliza, especificamente na reunião do dia 15 de outubro de 2019, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Pública desta Casa, ocasião em que o secretário de Estado Infraestrutura e Mobilidade e o Diretor-geral do DER-MG assumiram o compromisso de realização das obras em 2020.	André Quintão, PT	27/11/2020	
334	RQC 7.874/2020	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - Seinfra - pedido de providências com vistas ao início das obras no Aeroporto Regional do Vale do Aço; à manutenção do pavimento do trecho da MG-105 entre Bertópolis e Águas Formosas; à priorização de investimentos nas rodovias de acesso e escoamento da produção do Projeto Jaíba, inclusive de ponte sobre o Rio São Francisco; à priorização do uso, no Norte de Minas, dos recursos arrecadados pelo Estado com a concessão da BR-135, como, por exemplo, na BR-479; à suspensão da ordem de desocupação do estádio do Mineirinho pelas federações esportivas mineiras e da cobrança de água e luz do prédio das federações esportivas em Belo Horizonte até 1 ano após o término do decreto de calamidade pública decorrente da pandemia da covid-19.	Raul Belém, PSC; Coronel Henrique PSL	27/11/2020	
335	RQC 7.883/2020	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - Seinfra - e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências com vistas à realização urgente de manutenção e cascalhamento dos seguintes trechos rodoviários, que se encontram em situação lastimável de trafegabilidade: BR-135 entre o Distrito de Rancharia e o Município de Manga, MGC-479 entre Januária e Chapada Gaúcha, MG-402 entre Pintópolis e Urucuia, e MGC-251 entre Coração de Jesus e Ibiaí.	Zé Reis, PODE	27/11/2020	

#	Proposição	Ementa	Autoria	Data de Recebimento	Ofício de resposta
336	RQC 7.884/2020	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - Seinfra - e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para que seja inserida entre as prioridades do Estado a execução das seguintes obras, utilizando-se como fonte de investimento os recursos auferidos por meio da concessão da BR-135: pavimentação da Rodovia MGC-479, entre Januária e Chapada Gaúcha, especificamente o trecho localizado entre Januária e o Distrito de Pandeiros, e pavimentação da BR-135, entre São João das Missões e Itacarambi, especificamente o trecho de 11 km localizado entre São João das Missões e o Distrito de Rancharia.	Zé Reis, PODE	27/11/2020	
337	RQC 7.917/2020	Requer sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Infraestrutura e à Fundação Dom Cabral as notas taquigráficas da 15ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater as atualizações dos estudos do Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais.	João Leite, PSDB	27/11/2020	
338	RQC 7.918/2020	Requer seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado - AGE - pedido de providências com vistas a que intervenha judicialmente para que o processo de renovação antecipada da Estrada de Ferro Vitória-Minas não seja realizado nos termos atuais definidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.	João Leite, PSDB	03/12/2020	
339	RQC 7.928/2020	Requer seja realizada visita ao Município de Rio Acima para promover inspeção em um galpão onde estão vagões do patrimônio ferroviário e averiguação do seu estado de conservação e das instalações físicas ferroviárias desse município.	João Leite, PSDB; Gustavo Santana, PL	03/12/2020	
340	RQC 7.945/2020	Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para seja criada uma força-tarefa a fim de se iniciar imediatamente a requisição pelo Estado de bens ferroviários móveis e imóveis sob a guarda do Dnit, da Secretaria do Patrimônio da União e outros órgãos afins para sua utilização em projetos do Plano Estratégico Ferroviário e preservação em consonância com as normas culturais e ambientais de preservação do patrimônio ferroviário.	Celise Laviola, MDB; João Leite, PSDB; Gustavo Santana, PL	10/12/2020	

ANEXO III – RESUMOS DAS AUDIÊNCIAS REALIZADAS PELA COMISSÃO

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 2/4/2019

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 2/4/2019 o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente, deputado Gustavo Mitre, e os deputados Coronel Henrique, Marília Campos, Glaycon Franco e Antonio Carlos Arantes.

Também participaram da audiência a assessora da Vice-Governadoria, Luísa Cardoso Barreto, o procurador do Estado de Minas Gerais, Valmir Peixoto Costa, o diretor da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip – Apito, Sérgio Motta de Mello, e o coordenador da Minas Trilhos, Antônio Augusto Moreira de Faria.

Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião destinava-se a debater com a coordenadora do Comitê Gestor Pró-Brumadinho as compensações da Vale, em virtude do rompimento da barragem no Município de Brumadinho, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a realizar audiência pública.

A assessora da Vice-Governadoria e coordenadora do Comitê Gestor Pró-Brumadinho, Luísa Cardoso Barreto, iniciou sua apresentação explicando as motivações para a criação do comitê gestor e o papel desempenhado por ele na busca de uma reparação econômica e ambiental da empresa Vale pelo desastre em Brumadinho. Luísa Barreto ainda apresentou algumas questões jurídicas envolvidas no processo de negociação com a empresa Vale. A assessora esclareceu ainda que entre os projetos idealizados para essa reparação está a implantação da linha entre a capital e Brumadinho e que estão sendo realizados estudos para que seja alcançado o melhor formato para esse projeto.

O procurador do Estado, Valmir Peixoto Costa, enfatizou a importância da continuidade da participação da Assembleia, da sociedade civil e das organizações não governamentais para a reparação do trecho ferroviário entre a capital do Estado e Brumadinho. Segundo ele, essa iniciativa traz reparações socioeconômicas para a localidade afetada. Por fim, o procurador esclareceu que o Estado de Minas Gerais é bastante rico e atrativo e que é necessário que sua exploração turística seja mais eficaz.

Para a deputada Marília Campos, o Estado não possui mecanismos para, de fato, realizar o processo de negociação com a empresa Vale. Segundo ela, se esses mecanismos de controle e cobrança existem, o Estado ainda não os utiliza. A deputada ressaltou que os processos judicializados tendem a retardar bastante a solução do caso. Lembrou a situação de Mariana, que ainda não teve um desfecho, desde o rompimento da barragem em 2015.

Para o coordenador da Minas Trilhos, Antônio Augusto Moreira de Faria, é necessário urgência na implementação de trens da ligação entre Belo Horizonte e Brumadinho, com capacidade para atender 290 milhões de passageiros. Ele defendeu, ainda, que os Municípios de Conselheiro Lafaiete e Congonhas também sejam contemplados nesses projetos.

Segundo o diretor da Oscip Apito, Sérgio Motta de Mello, a organização já dispõe de um projeto completo para a implementação de um trem turístico de ligação da capital até o Instituto Inhotim. Ele esclareceu que, após o desastre em Brumadinho, passou a avaliar a importância da existência de um trem que atenda a população que trabalha na região. Segundo o diretor, é necessária a autorização da concessionária que opera a linha para a implementação desse projeto.

A vereadora do Município de Brumadinho, Renata Parreiras, acredita ser necessário reconstruir Brumadinho e repensá-lo para além da questão da mineração. Um caminho, em sua opinião, é alavancar o turismo. Nesse sentido, acredita que o projeto do trem de passageiros de integração deveria prever uma estação de embarque e desembarque no centro de Brumadinho, com vistas a fomentar o turismo no município. Segundo a vereadora, Brumadinho possui muitos atrativos, como o comércio, a gastronomia e a cultura de povos tradicionais, que poderiam ser mais bem explorados. A assessora da Vice-Governadoria, Luísa Barreto, esclareceu que no projeto há previsão de uma estação no centro de Brumadinho e que a extensão da linha para outras cidades poderá ser avaliada. Segundo a assessora, o restabelecimento da economia da região para além da mineração é importante. Ela ressaltou que o turismo é um caminho importante para essa diversificação.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 3/4/2019

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 3/4/2019 o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente, deputado Gustavo Mitre, a deputada Marília Campos e os deputados Roberto Andrade, Gil Pereira, Dalmo Ribeiro Silva, Inácio Franco e Celinho Sintrocetel.

Os parlamentares foram acompanhados pelos convidados Diogo Oscar Borges Prosdocimi, subsecretário de Regulação de Transportes da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop; Carlos Isaildon Mendes, prefeito de Janaúba; Antônio Augusto Moreira de Faria, coordenador da ONG Minas Trilhos; Sílvio Cunha Moraes, diretor comercial da empresa Setrans; Marco Venício Gomes Pinto, da Comercial Setrans; Evandro da Silva Soares, representando Jamil Megid Júnior, chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres; Ismael Trinks, diretor do Departamento Ferroviário da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres – SNTT; e André Luiz Ludolfo da Silva, coordenador-geral da SNTT.

Relato

O presidente da comissão informou que o objetivo da reunião era debater a priorização de trechos ferroviários a serem reativados ou ampliados no Estado, com a participação da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres.

Os convidados de Brasília mencionaram seu contentamento com os esforços de Minas Gerais para essa reativação, além do empenho em lutar pelo capital oriundo das concessões dos trechos ferroviários. O convidado Ismael Trinks mencionou que o Estado está avançado no planejamento estratégico de transportes, o que é difícil de se encontrar nas demais unidades da Federação. Além disso, foi mencionado que tramita no Senado Federal o Projeto de Lei nº 261/2018, que trata de um novo modelo de construção e operação de ferrovias pela iniciativa privada. Esse projeto cria um modelo simplificado de autorização à iniciativa privada ou aos consórcios para construir e operar linhas ferroviárias.

Por sua vez, os parlamentares apresentaram aos convidados da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres vários pleitos, como a reativação do ferroanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, entre Divinópolis e Sete Lagoas, incluindo uma linha de passageiros; a recuperação da Linha Mineira, abandonada pela Ferrovia Centro-Atlântica – FCA –, que liga a RMBH ao Porto do Açu, no Rio de Janeiro; a revitalização da linha entre Patrocínio e Prudente de Moraes, para transporte de grãos, com melhorias no trecho da Serra do Tigre; a reativação da Estrada de Ferro Bahia-Minas, de Belo Horizonte à Bahia, passando por Montes Claros; a construção de um terminal de cargas em Ipatinga, prioridade apresentada pelo deputado Celinho Sintrocel; a construção de uma linha ferroviária entre Pirapora e Unai; e a construção de um eixo ferroviário entre Belo Horizonte e São Paulo, margeando a BR-381.

Ao final, parlamentares e convidados se mostraram contentes com a disposição do governo federal de ouvir e analisar as demandas e os projetos apresentados pelo Estado. Além disso, cobraram a inclusão de Minas Gerais no planejamento ferroviário do Ministério da Infraestrutura para a realização de obras de ampliação e recuperação de ferrovias, seja por meio de verbas oriundas do orçamento, seja por meio de recursos advindos de concessões de trechos ferroviários.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 11/4/2019

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 11/4/2019 o vice-presidente da comissão, deputado Gustavo Mitre, a deputada Marília Campos, e os deputados Roberto Andrade e Coronel Henrique.

A reunião teve como convidados Diogo Oscar Borges Prosdocimi, subsecretário de Regulação de Transportes da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas; Eriênio Jaderson de Souza, diretor de Monitoramento do Sistema Intermunicipal da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas; Sérgio Vitarelli, Jershon Ayres de Moraes e José da Silva Ramos Filho, respectivamente, presidente, vice-presidente e tesoureiro do Circuito Turístico Serra de Minas; Marcos Antônio de Almeida, vereador de Sarzedo e membro da Associação Trem Bão de Minas; Sérgio Motta de Mello, diretor da Associação de Preservação das Tradições e do Patrimônio Cultural de Santa Bárbara; e André Louis Tenuta Azevedo, diretor da ONG Trem.

Relato

No início dos trabalhos, o vice-presidente da comissão esclareceu que a reunião foi destinada a ouvir o subsecretário de Regulação de Transportes de Minas Gerais sobre o prognóstico de projetos ferroviários para o Estado e a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Nesse contexto, o subsecretário Diogo Oscar Borges Prosdocimi apresentou os planos da Setop. São três blocos de projetos, que incluem carga, passageiros e mobilidade, além de outros fins. No Plano Estratégico de Logística de Transportes – Pelt –, foram identificadas as principais iniciativas a serem avaliadas: reativação do trecho Corinto-Pirapora; construção dos ramais Pirapora-Unai, Patrocínio-Prudente de Moraes, Dolores do Indaiá-Franklin Sampaio e Rio Paranaíba-Ibiá; implantação da travessia de Belo Horizonte; e construção dos contornos de Itaúna, Divinópolis e Santo Antônio do Monte. Ao todo, são estimados mais de R\$30 milhões em investimentos.

Na sequência, o convidado apresentou os planos de logística do Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT –, do governo federal, que inclui mais quatro projetos de mobilidade: contornos ferroviários de Itaúna (42km), Divinópolis (30km) e Santo Antônio do Monte (18km); Ferrovia do Aço – Iguatama-Barra Mansa (RJ); Ferrovia na Serra do Tigre – Ibiá-Sete Lagoas e entre Pratinha e Tapiraí; ligação da Fico, de Campinorte até Macaé (RJ).

Por fim, o subsecretário apresentou os projetos para mobilidade urbana na RMBH, que são: a modernização de extensão da Linha 1 e a construção das linhas 2, 3 e 4 do metrô de Belo Horizonte. Outros projetos mencionados foram o Trem da Cerveja; o Trem do Inhotim e os Trens Regionais BNDES.

O subsecretário informou ainda que deve ser realizada uma reunião com a Oscip Apito, técnicos do governo e a Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras para discutir trâmites, providências, estudos e análises técnicas necessários para dar início à operação do trem turístico entre Belo Horizonte e Inhotim. O Sr. Sérgio Motta Mello explicou que a previsão é utilizar dois vagões em três horários de viagens por dia, a partir de dois pontos, Belo Horizonte e Inhotim, às 6, 12 e 18

horas. O percurso será feito em até 1h30min. Atualmente, as viagens de ônibus demoram mais de 2 horas.

Ao final da audiência, parlamentares e participantes concordaram que o retorno do trem turístico reforça a chance de se exigir que a mineradora Vale reabra as linhas férreas que desativou em Minas Gerais, como medida compensatória pelos danos que causou com o rompimento de suas barragens em Brumadinho e Mariana. Além disso, comemoraram os projetos realizados e apresentados pelo convidado, porém cobraram dele esforços para a captação de verbas para a implementação do Pelt e do PNLT no Estado, além dos projetos para a Região Metropolitana.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 25/4/2019

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 25/4/2019, o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente da comissão, deputado Gustavo Mitre, as deputadas Marília Campos e Celise Laviola e o deputado Roberto Andrade.

Os deputados foram acompanhados pelos convidados Priscila Braga Santiago, coordenadora de Economia da Confederação Nacional do Transporte – CNT –, representando Bruno Batista; Sérgio Vitarelli, presidente do Circuito Turístico Serras de Minas; Fernando Antônio Leite, conselheiro da ONG Trem; André Louis Tenuta, diretor da ONG Trem; Luciano Murta, diretor da ONG Trem; José da Silva Ramos Filho, tesoureiro do Circuito Turístico Serra de Minas; Sílvio Cunha Moraes, diretor comercial da Setrans; Marco Venício Gomes Pinto, da Setrans; Ana Maria Nogueira Rezende, historiadora e mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável; e Raul Messias Franco, ex-deputado constituinte.

Relato

Primeiramente, o presidente da comissão informou que a reunião foi destinada a ouvir o presidente e o diretor executivo da Confederação Nacional do Transporte sobre o Plano CNT de Transporte e Logística, que trata do desenvolvimento do setor, inclusive do modal ferroviário.

A convidada Priscila Braga Santiago começou sua apresentação comentando que o plano da CNT foi desenvolvido para o País como um todo e que a necessidade de investimento em redes de transportes pelo Brasil ultrapassa R\$1 trilhão. Para o sistema ferroviário, a necessidade chega a R\$530 bilhões. Essa verba seria necessária para o desenvolvimento de 440 projetos, entre os quais a construção de trem de alta velocidade – TAV – e de ferrovias, a eliminação de gargalos e a construção, duplicação e recuperação de ferrovias. O modal ferroviário corresponde a 29.000km de

trilhos e apresenta diversos gargalos. Entre esses gargalos está a diferença de bitolas entre as linhas. As concessões ferroviárias se mostraram benéficas para salvar o restante de trilhos ferroviários no Brasil e diminuir o índice de acidentes, principalmente devido aos R\$100 bilhões investidos pelas concessionárias nos trechos.

De acordo com o documento, do volume de investimentos citado, aproximadamente R\$78 bilhões correspondem a iniciativas relevantes para o modal ferroviário no Estado. Entre as 327 intervenções, para a RMBH estão a construção da Linha 3 do metrô em Belo Horizonte; da Linha 2, do metrô da capital a Ibitaré; e de linhas de Belo Horizonte a Ribeirão das Neves e a Santa Luzia. Também foram mencionados a construção da variante de Juiz de Fora e os contornos ferroviários de Divinópolis e Montes Claros.

Ao final da audiência, o deputado João Leite lembrou que o modal ferroviário não anula o rodoviário, eles se complementam. O parlamentar também abordou o Plano CNT, que, em sua opinião, é denso, por tratar de diversos modais. A deputada Marília Campos lembrou que 22 cidades da RMBH contam com linhas de trem. Por isso, conforme disse, investimentos nesse modal são importantes. A deputada Celise Laviola disse que Minas tem o privilégio de contar com ferrovias e que elas devem ser mais bem utilizadas.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 16/5/2019

Apresentação

Participaram da audiência pública, o vice-presidente da comissão, deputado Gustavo Mitre, a deputada Marília Campos e o deputado Raul Belém.

Também participaram da audiência Flávio Henrique Rodrigues Pereira, Gerente de Relações Institucionais da VLI Logística, Lígia Cristina Lazarini, Gerente de Patrimônio da VLI Logística, Francisco Donizetti Naves, Vereador da Câmara Municipal de Oliveira, Antônio Ananias de Souza, Vereador da Câmara Municipal de Oliveira, Sérgio Motta de Mello, Diretor da Associação de Preservação das Tradições e do Patrimônio Cultural de Santa Bárbara, Maria Amanda Vargas de Almeida Sardinha, Vereadora da Câmara Municipal de Oliveira, Maria Conceição Pinheiro de Campos, Membro da Diretoria do Circuito Cultural Campos das Vertentes e Ex-secretária Municipal de Cultura de Oliveira, Luciano Murta, Diretor da ONG TREM

Relato

Inicialmente, o presidente da reunião anunciou que a audiência se destinava a debater o suposto deslocamento de vagões do Município de Oliveira para o pátio da empresa Valor Logística Integrada - VLI - no Município de Bom Sucesso, com a finalidade de desmanche e sucateamento dos vagões.

O gerente de Relações Institucionais da VLI, Flávio Pereira, confirmou que os vagões abandonados no local estão sendo removidos e destruídos. Ele esclareceu, no entanto, que esses vagões foram adquiridos originalmente pela própria VLI, não fazendo parte de qualquer concessão federal. Além disso, são vagões para transporte de calcário, sem valor histórico. Por esses motivos, não há restrição legal a seu desmanche.

Flávio Pereira afirmou, além disso, que a remoção dos vagões abandonados foi solicitada pela própria Prefeitura de Oliveira e pela Câmara de Vereadores, em razão de eles estarem se transformando em foco de uso de drogas ou de proliferação do mosquito da dengue.

As informações da VLI foram confirmadas pelo vereador Antônio Ananias de Sousa, de Oliveira, que considerou necessária a remoção dos vagões. No entanto, ele apresentou outras reivindicações à VLI, principalmente a recuperação de dois pontilhões e quatro túneis da linha férrea que isola seis bairros do município. Ele ressaltou a necessidade da construção de passagem de nível ou alternativas de acesso a esses bairros, uma vez que as opções atuais estão em más condições ou não permitem a passagem de caminhões ou ônibus.

O deputado Gustavo Mitre, disse ter visitado o município de Oliveira e que considerava necessárias algumas intervenções ao longo dos trechos sob responsabilidade da VLI, com o objetivo de atender a comunidade.

Flávio Pereira disse que a VLI iniciará nos próximos dias a manutenção de um pontilhão ferroviário em Oliveira e solicitou a formalização das demais reivindicações. Com relação à passagem de nível, ele esclareceu que o local sugerido originalmente não é viável, por cruzar a área de um pátio de manobras, o que é proibido. No entanto, a empresa apresentou uma alternativa à Prefeitura, mas aguarda resposta.

Integrante da Diretoria do Circuito Cultural Campos das Vertentes, Maria Conceição Pinheiro de Campos apresentou o projeto Trem das Vertentes, uma linha turística ligando Oliveira a Divinópolis, que atenderia outros seis municípios. O projeto inclui a criação do Museu da Imigração de Oliveira. Para isso, Maria Campos solicitou à VLI a doação de quatro vagões, um deles para exposição e os outros três para transporte de passageiros na linha turística.

A gerente de Patrimônio da VLI, Lígia Lazarini, disse que tanto a Ferrovia Centro Atlântica – FCA –, controlada pela VLI, quanto o Departamento Nacional de Infraestrutura de

Transportes – Dnit – estão abertos a ceder vagões fora de uso a entidades culturais ou prefeituras. No entanto, ela esclareceu que os vagões que ainda permanecem em Oliveira não se prestam a projetos culturais. Ela se dispôs a analisar opções que pudessem atender à solicitação da entidade.

Na reunião foi anunciada uma boa notícia para o Município de Contagem. Uma antiga reivindicação local, a revitalização da Estação Bernardo Monteiro, inaugurada em 1910 pelo então presidente da República, Venceslau Brás, será finalmente restaurada pela VLI, disse Lígia Lazarini.

O prédio tem importância histórica para Contagem, pois em torno dele se iniciou um dos primeiros núcleos urbanos do Município. Após a construção da Via Expressa, cortando a cidade, a estação ficou isolada e abandonada. A notícia da recuperação do prédio foi comemorada pela deputada Marília Campos, ex-prefeita de Contagem.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 22/5/2019

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada em Ouro Preto o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente, deputado Gustavo Mitre, a deputada Marília Campos e o deputado Alencar da Silveira Júnior.

Também participaram Júlio Ernesto de Grammont Machado de Araújo, prefeito de Ouro Preto; Gilberto Fernandes, professor da Universidade Federal de Ouro Preto – Ufop; Duarte Eustáquio Gonçalves Junior, prefeito de Mariana; Valmir Peixoto Costa, procurador do Estado de Minas Gerais; Juliano Ferreira, presidente de Câmara Municipal de Ouro Preto; Áurea dos Santos Pereira, responsável pela Unidade Ferroviária de Minas Gerais do Dnit; Antônio Marcos Generoso Cotta, secretário municipal Meio Ambiente de Itabirito; André Louis Tenuta Azevedo, diretor da ONG Trem; Rosangela Bessa, gerente de Compliance Regulatório de Portos e Ferrovias da Vale; Cristiano Silva Vilas Boas, vereador da Câmara Municipal de Mariana; e Ubirajara Tadeu Malaquias Baía, analista técnico da CBTU.

Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião destinava-se a debater a importância da reativação do trecho ferroviário que liga Belo Horizonte a Ouro Preto e Mariana.

O debate foi promovido pela Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias em clima de apreensão e em caráter de urgência, em função do risco de rompimento de barragens da Vale que atingiriam a BR-356, que leva à região. Prefeitos, vereadores e outras lideranças políticas e sociais

lotaram o plenário da Câmara Municipal de Ouro Preto para reivindicar providências, em face do risco que enfrentam, e a reativação do trecho ferroviário de Belo Horizonte a Mariana.

Atualmente, a BR-356 já tem trechos demarcados pela Vale como zona de perigo. O alerta vem, sobretudo, das Barragens de Vargem Grande, com 13.000.000m³ de rejeitos – semelhante à de Brumadinho que ruiu– e de Maravilhas, com 93.000.000m³. Mas há 14 barragens na região sem laudo de estabilidade, segundo o diretor da ONG Trem, André Tenuta.

O trecho ferroviário em discussão é parte da chamada Linha Mineira, em seu trecho final, e passa também por Rio Acima, Itabirito e Ouro Preto, antes de chegar a Mariana. São cerca de 100km abandonados na década de 1990 pela Ferrovia Centro-Atlântica e devolvidos à União. No passado, essa linha ligava a região Central de Minas Gerais ao Rio de Janeiro.

A demanda pela retomada do aludido trecho ferroviário está incluída em ação civil pública apresentada pela Advocacia-Geral do Estado – AGE –, em função do risco de interdição da BR-356. O procurador estadual Valmir Peixoto Costa citou também a demanda pelo trem de BH a Brumadinho como outra compensação solicitada. Segundo ele, a ação judicial tem laudo da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam – atestando que o rompimento da Barragem de Vargem Grande inutilizaria a BR-356.

Para viabilizar o projeto, segundo o diretor da ONG Trem, André Tenuta, deve-se levar em conta que há alguns trechos com linhas e outros nos quais os trilhos foram arrancados. A mineradora Vale teria que disponibilizar composições de cargas e passageiros e melhorar o traçado em alguns pontos.

A deputada Marília Campos, que solicitou a reunião, destacou que a comissão está agindo de forma preventiva, uma vez que as cidades da região podem ficar ilhadas em caso de rompimento de alguma barragem. Mas está também buscando uma reparação pela tragédia humana, ambiental e econômica causada pelos rompimentos em Mariana e Brumadinho.

A responsável pela Unidade Ferroviária de Minas Gerais do Dnit, Áurea dos Santos Pereira, explicou que o trecho abandonado está sob tutela desse órgão, que, segundo ela, está pronto para ceder a linha novamente à Vale. Disse que, no entanto, isso requer um entendimento com municípios aos quais foram cedidos trechos.

O deputado Gustavo Mitre, vice-presidente da comissão, lamentou o descaso das classes política e econômica com as ferrovias nas últimas décadas.

O prefeito de Ouro Preto, Júlio Pimenta, afirmou que a cidade sofre com a queda no turismo, com o desemprego e com a falta de perspectiva. Disse ainda que a volta da ferrovia traria um alento e poderia minimizar os impactos na região, depois de tantos lucros obtidos pela Vale.

Segundo ele, estudos comprovam que o trem turístico que liga Mariana a Ouro Preto, mesmo operando apenas nos finais de semana, leva o turista a ficar mais tempo na região. Júlio Pimenta citou ainda que algumas minas da Vale já não operam mais em Ouro Preto e que a empresa pode deixar a cidade apenas com os problemas.

O prefeito de Mariana enfatizou a importância da diversificação do transporte na região. Ele cobrou uma resposta do Judiciário em relação ao desastre no município, mas também defendeu a volta das operações da Samarco, com a mineração a seco. Segundo ele, a mineração responsável é necessária para o município. De acordo com o chefe do Executivo Municipal, além da falta de empregos, Mariana deixa de arrecadar mensalmente R\$3 milhões, decorrentes das operações da Samarco.

Antônio Cotta, secretário de Meio Ambiente de Itabirito, também relatou impactos no município e o anseio pela ferrovia. Vereadores de diversos municípios solicitaram a inclusão de distritos na rota do trem e salientaram a importância das ferrovias para a memória afetiva dos mineiros.

Com imagens e mapas, o engenheiro Ubirajara Baía, da ONG Trem, mostrou sua tese sobre os trens regionais que poderiam ser implantados em 65 trechos abandonados pelas concessionárias no País. Um deles é justamente o da Linha Mineira. Ele apresentou, inclusive, as sugestões de retificações de trechos sinuosos entre BH e Mariana. Segundo ele, no mundo inteiro o transporte de passageiros convive com o de cargas, mas isso não acontece no Brasil.

Por sua vez, o professor da Ufop Gilberto Fernandes lembrou o caráter coletivo das ferrovias e a economia de energia e de custo que elas trazem. Ele defendeu, porém, que é preciso retirar o caráter turístico da Linha Mineira, em nome do atendimento de toda a população.

Rosângela Bessa, gerente de Ferrovias da Vale, afirmou que representantes da empresa estiveram atentos a tudo o que foi dito e tomaram notas que serão levadas à mineradora. A companhia foi duramente criticada por participantes da audiência.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 30/5/2019

Apresentação

Participaram da audiência pública o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente, deputado Gustavo Mitre, a deputada Marília Campos e os deputados Coronel Henrique, Glaycon Franco, Mauro Tramonte e Fernando Pacheco.

Participaram dos trabalhos Miguel da Silva Marques, superintendente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos; Luiz Ayres de Lima Neto, gerente regional de Planejamento da CBTU;

César Mori Júnior, presidente do Circuito Ferroviário Vale Verde; Antônio Augusto Moreira de Faria, coordenador da Minas Trilhos; Nilce Flor de Maio de Andrade Pereira, Caio Magno Lima Campos, Leonardo Roberto Barbera, Hamilton Cesar Martins e João Arilson Alvares de Andrade, vereadores de Igarapé; Aécio Pinto Rodrigues, vereador de São Joaquim de Bicas; Godofredo José Caldeira Reis, prefeito de Carmo da Cachoeira; Silvânio Alves Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Moeda; Marcos Antônio de Almeida, vereador de Sarzedo, Renata Mariliam Parreiras e Soares, vereadora de Brumadinho, Frederico Alexandre Costa Alves, engenheiro civil da Comunidade Marinhos, de Brumadinho; Gladson Reis, presidente da Associação de Moradores e Empreendedores da Vila Betânia e representante do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte; José Augusto de Oliveira, presidente da Associação Trem Bão de Minas; Jose Evandro Soares, membro da Comissão de Transportes de São Joaquim de Bicas; Leonardo Augusto Moura Braga, prefeito de Moeda; e Otacílio Alves Moreira, de Moeda.

Relato

Inicialmente, o presidente da comissão informou que a reunião se destinava a conhecer os projetos ferroviários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Em sua fala, o superintendente da CBTU, Miguel da Silva Marques informou que a companhia pretende investir o montante de R\$1 bilhão destinado pela União ao metrô de Belo Horizonte na Linha 2, do Calafate ao Barreiro. A obra foi iniciada em março de 1998 e paralisada em 2004, por falta de recursos. A linha priorizada pela CBTU terá, segundo o projeto executivo, 10,5km, com cinco estações: Amazonas, próximo à Funed; Salgado Filho; Vista Alegre; Ferrugem; e Barreiro, próximo à PUC e ao Via Shopping. Segundo ele, boa parte da obra já foi feita, como 64% da infraestrutura. O projeto executivo, de acordo com Miguel Marques, está pronto, mas sofrerá readequações. Há também novas invasões na faixa de domínio, que deverão ser regularizadas. A obra deve durar de três a quatro anos. O montante de R\$ 1 bilhão para o metrô foi anunciado pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, no dia 11 de abril.

O coordenador da Minas Trilhos, Antônio Augusto Moreira de Faria, lembrou que outras capitais, como Recife, receberam investimentos, enquanto Belo Horizonte perdeu quilometragem de linhas.

Para o deputado João Leite, a contrapartida da Vale para o Estado, no caso da renovação da EFVM, tem que ser substancial, até mesmo em função das barragens construídas no Estado. No entanto, ele lembra que a intenção da União e da própria empresa é levar os recursos para outros estados, no chamado investimento cruzado.

O deputado Glaycon Franco enfatizou que a luta é para que Minas Gerais tenha seus interesses atendidos no processo de renovação das concessões. Já o deputado Coronel Henrique se disse otimista com a volta das ferrovias.

Os deputados comemoraram a criação, na estrutura do governo de Minas, de uma superintendência ferroviária, ligada à Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade, que substituirá a Secretaria de Transporte e Obras Públicas. A análise da comissão é de que o diálogo será facilitado.

Lideranças políticas e de instituições ligadas às ferrovias participaram da audiência e trouxeram as demandas de seus municípios. Uma delas foi sobre o lixo e os casos de violência justamente na faixa de domínio da linha inacabada Calafate-Barreiro do metrô.

Durante a reunião, o deputado João Leite mencionou ainda outras propostas em discussão, como o trem de passageiros de Belo Horizonte a Brumadinho e o trem turístico do Belvedere a Inhotim. Essas obras seriam pagas pela Vale, em reparação aos danos causados pelos rompimentos de barragens.

A deputada Marília Campos citou a luta pelo trem de passageiros de Belo Horizonte a Ouro Preto-Mariana, na Região Central, também como compensação da Vale, e o ferroanel da RMBH, este com recursos da renovação da concessão pela União. Para a deputada, todos os projetos, incluindo a expansão do metrô, têm que ser pensados de forma integrada, entre si e com outros modais.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 6/6/2019

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 6/6/2019, o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente da comissão, deputado Gustavo Mitre, as deputadas Celise Laviola e Marília Campos e o deputado Roberto Andrade.

Os deputados foram acompanhados pelos convidados Fernando de Almeida Martins, procurador da República em Minas Gerais; Luiz Eduardo Pereira de Oliveira, assessor da Procuradoria da República; Rosângela de Mendonça Guimarães, representando Célia Maria Corsino, chefe de gabinete no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Valmir Peixoto Costa, procurador do Estado de Minas Gerais; José da Silva Ramos Filho, tesoureiro do Circuito Turístico Serra de Minas – Sede em Viçosa; Marcelo Antônio Gomes, maquinista do Circuito Ferroviário Vale Verde – Lavras; Eriênio Jaderson de Souza, diretor de Monitoramento do Sistema Intermunicipal da Setop; Edelson Borges da Silva, Instituto Machadense de Artes e Ciências – Imac; Sérgio Motta de Mello, diretor da Associação de Preservação das Tradições e do Patrimônio Cultural de Santa Bárbara;

André Louis Tenuta Azevedo, diretor da Apito; César Mori Junior, presidente do Circuito Ferroviário Vale Verde; Wilson Araujo de Paulo, assessor do deputado federal Vitor Hugo e deputado estadual de Goiás, Major Araujo; Nelson de Mello Dantas Filho, diretor da ONG Trem – Transporte e Ecologia em Movimento.

Relato

Primeiramente, o presidente da comissão anuncia que a reunião foi destinada a debater, com a presença do Ministério Público Federal, o calendário de liberação da multa aplicada às concessionárias de transporte ferroviário, em razão do abandono das linhas férreas, bem como a metodologia de aplicação.

O convidado Sr. Fernando de Almeida Martins começou sua explanação comentando que o País hoje utiliza apenas 12.000km de linhas ferroviárias, contra 48.000km em outros tempos. Logo após, comentou sobre a revitalização de trechos abandonados pelas concessionárias e sobre a Resolução nº 4.131, de 2013. Ela tratava da divisão dos trechos ferroviários, principalmente daqueles sob posse da FCA-VLI, em economicamente viáveis – cerca de 4.000km – e inviáveis – 722km. Os viáveis teriam que ser devolvidos ao governo, sem ressarcimento, para aplicação de obras custeadas pelo Estado. A lógica dessa resolução era vincular uma dívida das concessionárias ao setor ferroviário, com obras selecionadas para as companhias privadas realizarem. Porém, apenas algumas dessas obras foram realizadas. Essas obras não realizadas são, em sua maioria, de conflitos urbanos, com desapropriações a serem realizadas.

As soluções apresentadas foram a criação de um fundo ferroviário, respeitando a aplicação dos recursos do fundo no modal ferroviário e a criação de uma conta blindada, para que a concessionária deposite recursos de suas dívidas, e que os recursos seriam destinados a essas obras e desapropriações.

O Sr. Fernando anunciou a criação do fundo, ao qual será destinado cerca de R\$1,35 bilhão, a ser aplicado no modal ferroviário. Os recursos são fruto da indenização acordada com a VLI. Cerca de 70% desse valor será destinado para Minas Gerais. Em 15 dias, será criado um sistema blindando, um fundo vinculado ao Ministério da Infraestrutura, para garantir que ele seja usado exclusivamente para beneficiar o modal ferroviário.

Ao final da audiência, os parlamentares e convidados se mostraram otimistas e surpreendidos com o anúncio do fundo. Além disso, pediram um esforço a Procuradoria da República para que garantam que o fundo seja blindado de fato, que os recursos sejam de fato destinados para Minas Gerais e que porcentagens sejam criadas para cada finalidade do fundo, seja patrimônio histórico, seja recuperação de trechos abandonados, seja desapropriação.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 27/6/2019

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 27/6/2019, o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente da comissão, deputado Gustavo Mitre, e os deputados Coronel Henrique, Marília Campos e Raul Belém.

Os deputados foram acompanhados pelos convidados Marcelo Almeida Pinheiro Chagas, diretor de Infraestrutura Ferroviária do departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit; Flávio Henrique Rodrigues Pereira, gerente de Relações Institucionais da VLI Logística; José Geraldo de Azevedo Lima, gerente-geral de Relações Institucionais da VLI; André Louis Tenuta, diretor da ONG Trem, Sérgio Motta de Mello, diretor da Associação de Preservação das Tradições e do Patrimônio Cultural de Santa Bárbara; Eriênio Jadson de Souza, diretor de Monitoramento do Sistema Intermunicipal da Setop; Diogo Oscar Borges Prosdocimi, subsecretário da subsecretaria de Transportes e Mobilidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade; Luíz Leonel Filho, vereador da Câmara Municipal de Itapagipe; e Luiz Eduardo Pereira de Oliveira, assessor da Procuradoria da República do Ministério Público Federal.

Relato

Primeiramente, o presidente da comissão anuncia que a reunião foi destinada a debater com a VLI Multimodal S.A. a possibilidade de investimentos na região do Triângulo Mineiro como compensação por danos materiais, sociais e ambientais supostamente provocados pela empresa.

O deputado Raul Belém apresentou, a partir de um vídeo, a realidade das estradas do Município de Araguari que se ligam ao terminal ferroviário da VLI. O aumento do tráfego de caminhões pesados utilizados para o escoamento da produção no município tem danificado as estradas e impactado as despesas da prefeitura, que recorrentemente deve realizar a manutenção dos trechos. Além disso, o aumento do fluxo de caminhoneiros no Bairro Novo Horizonte provocou o aumento de violência, tráfico de drogas e prostituição na região. O deputado Raul Belém questionou os representantes da VLI sobre a possibilidade da criação de um pátio em outra região ou a viabilidade de se construir um novo viaduto na cidade para melhorar o acesso ao terminal.

O deputado João Leite comunicou a criação de uma mesa permanente para a discussão de questões sobre o escoamento da produção mineira. Entre os convidados a participar da mesa estão as empresas MRS logística e VLI, o secretário de Infraestrutura e Planejamento do Estado, a Advocacia-Geral do Estado e o Ministério Público. O projeto prevê a criação de metas de curto, médio e longo prazos e que serão vinculadas, respectivamente, à Lei Orçamentária, ao Plano Plurianual de

Ação Governamental – PPAG – e ao Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI. Por fim, o deputado informou que será criado, em parceria com a Fundação Dom Cabral o Plano Estratégico Ferroviário – PEF.

A deputada Marília Campos sugeriu a formalização um requerimento para a ANTT, para a realização de uma nova audiência pública em Minas Gerais, que seja mais representativa no acolhimento das demandas do Estado com o objetivo de discutir a renovação da concessão das linhas à MRS, bem como a inclusão ao contrato da permissão do uso da linha para trem de passageiros. O deputado Raul Belém ressaltou a importância de se pensar as questões locais e que a renovação da concessão deve ser feita em melhores termos para Minas Gerais.

O subsecretário, Diogo Oscar Borges Prosdocimi, acredita que a retomada do Planejamento do Transporte de Minas Gerais que inclua o transporte ferroviário no planejamento logístico e na priorização de investimentos, com a criação de uma carteira de projetos e planejamento de longo prazo, será importante para balizar as decisões do Legislativo.

O gerente-geral das Relações Institucionais da VLI, José Geraldo de Azevedo Lima, informou que a empresa promove constantemente cursos de capacitação e especialização para os jovens das regiões em que a empresa possui operações. Em resposta às solicitações apontadas pelo deputado Raul Belém, o gerente informou que o pátio de triagem não pertence à VLI, ele é operado por uma empresa parceira. Informou ainda que a empresa faz constantemente campanhas na região com o intuito de conscientizar os caminhoneiros para não utilizarem as vias urbanas até o pátio da empresa. E que a VLI faz constantemente obras de tapa-buraco, sinalização e projetos sociais nas escolas do bairro próximo ao terminal.

Quanto à criação de outros pátios, José Geraldo informou que a empresa tem o interesse de discutir com outros parceiros a construção de pontos alternativos de recepção de cargas rodoviárias, todavia não há o intuito de construir um terminal próprio, já que os entrepostos não são a finalidade da empresa. Segundo ele, a empresa conseguiria minimizar os impactos no município com a parceria com outros *players* municipais. José Geraldo de Azevedo Lima informou que a VLI também se dispõe a discutir o projeto de um novo viaduto, principalmente em um contexto que envolva a participação de outras instituições, como o Dnit.

O diretor de Infraestrutura Ferroviária do Dnit, Marcelo Chagas, se dispôs a visitar o Município de Araguari, conhecer o ramal, a operação e verificar como o Dnit poderia, a partir de um projeto de obra futuro, atuar para melhorar a situação do município. Informou ainda que o órgão faz regularmente projetos de viadutos ferroviários como uma das alternativas para resolver conflitos multimodais de transporte, tais como o que se configura em Araguari, e que se houver algum outro

conflito no Município de Araguari o Dnit vai providenciar um estudo e prever nas leis orçamentárias futuras recursos para realizar as obras.

Marcelo Chagas acrescentou que já está em andamento, no Dnit, um procedimento para cessão de imóveis que integram esse patrimônio ferroviário para Araguari, algo que vem sendo reivindicado pela prefeitura há algum tempo.

Ao final da audiência, os parlamentares concordaram que as renovações de concessões dos trechos administrados por Vale, VLI e MRS devem ser mais representativas e pensadas localmente, no sentido de promover o atendimento das necessidades locais. Os representantes das concessionárias se mostraram dispostos a colaborar com a melhoria da infraestrutura dos municípios.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 2/7/2019

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 2/7/2019, o presidente da comissão, deputado João Leite, o relator, deputado Roberto Andrade, e os deputados Coronel Henrique, Marília Campos e Celinho Sintrocel.

Os deputados foram acompanhados pelos convidados Frederico Amaral da Silva, diretor de Logística da Secretaria de Estado de Desenvolvimento econômico, Marcelo Nogueira de Moraes, coordenador da Área Jurídica Tributária e Legislativa da Fecomércio, Sérgio Motta de Mello, Coordenador da Associação de Preservação das Tradições e do Patrimônio Cultural de Santa Bárbara, Geraldo Magela da Silva, analista institucional do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais, Evaldo Moreira de Matos, presidente da Federação das Cooperativas de Transporte do Estado de Minas Gerais – Fetranscoop –, Roberto Simões presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, Sérgio Vitalli, presidente do Circuito Turístico Serras de Minas e Ronaldo Amaral Santana, gerente de negócios do BDMG.

Relato

Primeiramente, o presidente da comissão anunciou que a reunião foi destinada a debater possíveis investimentos e linhas de crédito para o modal ferroviário em Minas Gerais, com a presença do secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, do presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg – e do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais – Faemg.

O deputado João Leite ressaltou a dificuldade do escoamento da produção no Município de Araguari e que o modal ferroviário na região poderia ser uma alternativa para melhorar

esse processo. O deputado evidenciou sua expectativa para o desenvolvimento do plano estratégico ferroviário, que deve abarcar linhas turísticas, de passageiros e de carga em geral, mas para isso seriam necessários recursos para a execução das obras.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, Roberto Simões, ressaltou sua preocupação quanto à infraestrutura do escoamento da produção do Estado de Minas. Em relação à renovação da concessão da Vale no trecho de Vitória-Minas, se mostrou preocupado, uma vez que os recursos que seriam entregues ao governo federal já estariam destinados às ferrovias localizadas em Goiás e Mato Grosso, sem, portanto, abarcar o Estado de Minas Gerais. Informou que a federação está à disposição e engajada para o desenvolvimento do modal ferroviário de Minas Gerais e para a recuperação de recursos a serem investidos nos trechos mineiros. Simões defendeu a ideia da criação de um corredor chamado corredor leste-oeste, de ligação entre os Municípios de Unaí e Vitória (ES). Ele acredita que o projeto tem grande potencial para investimento privado, uma vez que a região Noroeste é grande produtora de agrícola e a demanda seria alta pelo transporte das cargas. Simões cobrou mais empenho do governo do Estado na busca de investimentos e financiamentos para projetos de infraestrutura em Minas Gerais. O deputado João Leite se mostrou impressionado com a ideia do corredor e a tratará como prioridade no Plano Estratégico Ferroviário.

O deputado Coronel Henrique ressaltou a importância de retirar do papel os projetos ferroviários em Minas Gerais, uma vez que acredita que a logística será determinante no futuro do Estado, passando pelo modal ferroviário. A deputada Marília Campos ressaltou a importância de se discutirem novos parâmetros para a renovação da concessão para as empresas ferroviárias e de que a negociação deve ser benéfica ao Estado, não apenas às empresas.

O gerente de Negócios do BDMG, Ronaldo Amaral Santana, informou que o banco, a partir do presidente Sérgio Gusmão, está buscando novas fontes de financiamento com instituições financeiras chinesas para novas linhas de financiamento para Minas, em especial na área de infraestrutura e que está na expectativa de que o banco abra novas fontes de financiamento alinhadas aos projetos e demandas do Estado.

De autoria da deputada Marília Campos, foi aprovado um requerimento solicitando ao BDMG que busque novas linhas de créditos com parceiros chineses e outras instituições internacionais, linha de créditos específicas para projetos ferroviários em Minas Gerais. O deputado João Leite apresentou um requerimento para que o BDMG e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico realizem um estudo para captação e recepção de projetos ferroviários para linhas de passageiro, de carga, turística ou terminais de embarque.

Ao final da audiência o representante do BDMG se mostrou disposto a auxiliar os municípios e empresas na busca de financiamentos. Os parlamentares se mostraram dispostos a cobrar

dos órgãos pertinentes informações quanto aos possíveis financiamentos para o desenvolvimento do modal mineiro e esperam que as parcerias externas, principalmente as que estão sendo buscadas pelo BDMG se concretizem no Estado de Minas Gerais.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 16/8/2019

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 16/8/2019 o presidente da comissão, deputado João Leite, e o deputado Noraldino Júnior.

Participaram também Luiz Otávio Fernandes Coelho, presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, Alex Fernandes Santiago, promotor de justiça da Comarca de Juiz de Fora, Luiz Gustavo Bambini de Assis, diretor de Relações Institucionais da MRS, Eduardo Pompeiano Facio, secretário municipal interino de Transporte e Trânsito de Juiz de Fora, Cyntia Nascimento Leite, presidente da ONG Amigos do Trem – Juiz de Fora, Antônio Pastori, coordenador da Associação Fluminense de Preservação Ferroviária – AFPF, Mauricio Lima Correa, sócio-voluntário da ONG Amigos do Trem, Vanderlei Tomás, líder comunitário do Bairro Araújo, Lúcio Sá Fortes, secretário de Planejamento da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, Tenente Bruno Nívio, comandante de Pelotão da 30ª Cia. de Polícia Militar de 2º BPM, Aloísio Penido, professor e pastor, Sérgio Henrique Carrato, consultor de Relações Institucionais da MRS Logística S.A., Hitler Vagner Candido de Oliveira, vereador da Câmara Municipal de Juiz de Fora, João Kennedy Ribeiro, vereador da Câmara Municipal de Juiz de Fora, José Márcio Lopes Guedes, vereador da Câmara Municipal de Juiz de Fora, Juraci Scheffer, vereador da Câmara Municipal de Juiz de Fora, Carlos Alberto de Mello, vereador da Câmara Municipal de Juiz de Fora, Júlio Francisco de Oliveira, vereador da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Relato

A Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras foi a Juiz de Fora para realizar audiência pública para debater a renovação da concessão da malha ferroviária no município.

Cortada no Centro e em vários bairros por ferrovia para o transporte de carga da MRS, Juiz de Fora, com mais de 500 mil habitantes, sofre com externalidades negativas da operação ferroviária na cidade, como, por exemplo, engarrafamentos no trânsito causados pela passagem dos trens. São necessárias obras viárias e um anel de contorno ferroviário para reduzir esses impactos.

A concessão da MRS está em processo de renovação com a União, sendo uma das maiores preocupações da comissão o temor de que recursos advindos de empresas que operam o

modal ferroviário mineiro sejam aplicados em outros estados, conforme frisou na reunião o deputado João Leite.

O diretor de Relações Institucionais da MRS, Luiz Gustavo Bambini, disse que Minas receberá investimentos vultosos com a renovação. Ele não mencionou cifras quanto a esses investimentos, mas desmentiu que eles seriam destinados à construção de um ferroanel em São Paulo, o que, segundo ele, consumiria todos os recursos da operação.

Ele frisou que, no processo de renovação, São Paulo e Rio serão contemplados, mas ressaltou que Minas terá um plano estratégico da empresa e a outorga para, por exemplo, prever terminais intermodais de transporte. Bambini ainda disse que o centro operacional da MRS deverá continuar em Juiz de Fora, desfazendo temor em contrário.

Quanto a reivindicações pelo fim dos transtornos urbanos causados pela ferrovia em Juiz de Fora, o diretor da empresa não descartou que num futuro ainda imprevisível se possa cogitar a implantação do contorno ferroviário de Juiz de Fora. Com fala semelhante, ele respondeu a indagações sobre a possibilidade de implantação de linha para passageiros. “Vamos estudar onde cabe, mas não é algo trivial”, disse.

Moradores da cidade ainda levantaram outras questões, como a inutilidade de algumas passarelas instaladas sobre linhas, que não seriam usadas por pedestres por falta de segurança, e ainda sobre a poluição sonora gerada pelo sistema e a necessidade de alternativas para a passagem de linha, no cruzamento da malha com rua ou estrada.

Moradores ainda denunciaram que suas casas, próximas à malha ferroviária, sofriam também com paredes rachadas e até com fendas, em função do transporte pesado.

Bambini disse que esses pontos seriam reavaliados. “A presença do trem gera sim impactos negativos. O desafio não é simples”, argumentou, ao admitir que os atropelamentos que ainda ocorrem nas linhas são motivo de tristeza. Nesse sentido, ele disse que a empresa faria esforços para melhorar a sinalização ou mesmo automatizá-la, inclusive de forma coordenada à sinalização geral da cidade.

A alternativa de uma sinalização automatizada, segundo ele, poderá inclusive vir a ser adotada em pontos na área urbana em que a vedação não seja possível para isolar a linha, de forma que a cancela não seja manual e que não haja buzina.

Apesar das limitações mencionadas pela MRS, o deputado Noraldino Júnior reivindicou que, dentro do processo de renovação em andamento e com os recursos aí previstos, sejam elaborados projetos prevendo a implantação do contorno ferroviário nas cidades em situação semelhante à de Juiz de Fora.

Os deputados Noraldino Júnior e João Leite conclamaram a câmara municipal e demais entidades a ingressarem no movimento pró-ferrovias, frisando que todas as contribuições sobre o assunto vão subsidiar a construção do Plano Estratégico Ferroviário de Minas.

Para o presidente da câmara, vereador Luiz Otávio Fernandes Coelho, a concessão pode até ser renovada, mas cobrou investimentos em Juiz de Fora.

O secretário municipal de Planejamento de Juiz de Fora, Lúcio Sá Fortes, disse que para melhorar a mobilidade em Juiz de Fora seria preciso fazer a transposição da linha de carga que passa dentro da cidade, de forma a mudar a localização da malha. Segundo ele, o município tem até o dia 13 de setembro para formalizar suas demandas relacionadas à renovação antecipada da concessão.

Conforme anunciado pela MRS, Juiz de Fora terá revitalizadas as margens do Rio Paraibuna, com a instalação de bicicletário, pista de ciclismo e caminhada e centro de convivência.

De acordo com o engenheiro da empresa Sérgio Carrato, os projetos estão sendo desenvolvidos em fases pela MRS, sendo a primeira delas partindo da margem entre o viaduto Augusto Franco até a ponte Santa Terezinha. Haverá duas pistas para ciclistas e uma para pedestres, com muro de proteção na Avenida Brasil. E ainda estacionamentos especiais, iluminação, quiosques e assentos para usuários.

Para a comissão, a ação por parte da empresa é bem-vinda, mas deve ser vista como medida adicional, fora do rol de medidas e contrapartidas que caberão à MRS por força da renovação antecipada da concessão.

O promotor de justiça Alex Santiago acrescentou que esse ponto quanto à revitalização pode vir a ser consignado num documento de parceria ou termo de compromisso, fora do processo de antecipação e de compensações.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 19/9/2019

Apresentação

Em 19/9/2019, a Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras realizou audiência pública na Assembleia para conhecer os projetos ferroviários do Executivo para o Estado e a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Participaram o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente da comissão, deputado Gustavo Mitre, os deputados Antonio Carlos Arantes e Coronel Henrique e a deputada Marília Campos.

Os convidados para a audiência foram Charliston Marques Moreira, gerente de Planejamento Metropolitano da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – ; José Antônio Silva Coutinho, vice-presidente Relações Institucionais e Coordenador da Comissão Técnica de Transportes – Sociedade Mineira de Engenheiros; Antônio Augusto Moreira de Faria, coordenador da Minas Trilhos; André Louis Tenuta, diretor da ONG Trem; Luciano Medrado; diretor técnico do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas no Estado de Minas Gerais; Adriano Nascimento Manetta, conselheiro do Copam, vice-presidente da Câmara do Mercado Imobiliário; Felipe Bertelli, analista de Negócios da Fiemg; Peterson Pedrosa, Analista de Projetos da Fiemg; Mila Batista Leite Corrêa da Costa, diretora-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte; Romeu José Machado Neto, presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais; Nelson de Mello Dantas Filho, diretor da ONG Trem – Transporte e Ecologia em Movimento; Marco Venício Gomes Pinto, Comercial Setrans; Silvio Cunha Moraes, diretor Comercial da Setrans e Ubirajara Tadeu Malaquias Baía, membro da Comissão de Transportes SME.

Relato

A audiência pública teve início com uma exposição de Charliston Marques Moreira, gerente de Planejamento Metropolitano da Agência RMBH, sobre o projeto Trem, iniciado em 2011. Segundo ele, tudo começou com a diretriz do Plano diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI – e o programa de adequação e implantação da estrutura ferroviária e que dá diretrizes para o uso da malha ferroviária existente para o transporte de passageiros. Foram contratados estudos de viabilidade técnica e financeira da utilização dos trilhos. Diversos desdobramentos desses estudos foram expostos, entre os quais a definição dos quatro lotes do PMI – Procedimento de Manifestação de Interesse –, com o lote 1 sendo de Sete Lagoas à Divinópolis, o lote 2 de Águas Claras até Brumadinho, o lote 3 do Bairro Horto, em Belo Horizonte, até Conselheiro Lafaiete, com ramal para Ouro Preto, e o lote 4, na região metropolitana do Vale do Aço. No arranjo final de linhas proposto pela agência, o projeto traz uma linha férrea entre Águas Claras e Betim – Linha A; outra entre o Horto e Nova Lim – Linha B; e a terceira entre o Horto e Sete Lagoas, passando pelo Aeroporto de Confins – Linha C.

Juntas, as três linhas atendem 17 municípios, com previsão de 200 mil passageiros/dia. As linhas já consideram a possibilidade de integração com o metrô da região metropolitana e com demais projetos de mobilidade urbana para a RMBH. Além das discussões com a Vale, que englobam também a elaboração de um Plano de Segurança Hídrica para a RMBH, esses projetos ferroviários ganharam uma sobrevida em função da iminente renovação das concessões ferroviárias.

O gerente de Planejamento Metropolitano da Agência RMBH apresentou, ainda, o projeto do ferroanel, elaborado em parceria com a MRS. Embora não integre o projeto Trem, o

ferroanel tiraria parte do volume de cargas da RMBH, liberando trilhos para passageiros. Com 82 quilômetros e custo de R\$1,5 bilhão, estimados em 2014, sairia de Sarzedo e chegaria a Pedro Leopoldo. Outra proposta apresentada durante a audiência é o Plano de Mobilidade Urbana da Região Metropolitana, que está sendo elaborado pela Agência RMBH e pela Secretaria de Infraestrutura e deve ser concluído também em 2020. Trata-se de um projeto maior, com três grandes eixos: sistemas viários, transporte coletivo e logística urbana.

Segundo Charliston, o transporte ferroviário transportou em média 35 milhões de toneladas por mês em 2017. Já o rodoviário transportou em média 12 milhões de toneladas. Esses dados enfatizam a importância do escoamento de cargas por ferrovias no Estado. Há um projeto de uso de cargas elaborado pela agência, para identificar problemas no fluxo e potencializar o crescimento econômico.

Os convidados presentes na audiência deram sugestões para os projetos apresentados. Uma delas foi a inclusão da linha que vai de BH a Caeté, passando por Sabará, nas demandas apresentadas à Vale. O traçado do ferroanel foi criticado por não trazer grandes benefícios ao transporte de passageiros, apenas ao escoamento de cargas. Romeu Neto enfatizou que o sistema tarifário deveria ser repensado, devido à limitação da população que irá utilizá-lo, graças aos aumentos recorrentes nas passagens. Os usuários estão optando por meios alternativos de transporte, como bicicletas, devido ao preço elevado nas tarifas.

Ao final da audiência, o deputado João Leite anunciou uma série de audiências que serão realizadas no Estado para recolher sugestões para o plano. A deputada Marília Campos enfatizou que o direito de ir e vir está prejudicado na RMBH em função da falta de mobilidade e que faltam investimentos em Minas. A convidada Mila Batista disse que a RMBH é responsável por cerca de 34% do PIB de Minas Gerais, mesmo com todos os problemas de mobilidade citados. Portanto, mostra-se fundamental a adequação dos transportes em torno da capital para um maior aproveitamento do potencial da região.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 27/9/2019

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 27/9/2019, o presidente da comissão, deputado João Leite, e o deputado Glaycon Franco.

Os deputados foram acompanhados pelos convidados Mário Marcus Leão Dutra, prefeito de Conselheiro Lafaiete; Washington Fernando Bandeira, presidente da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete; Crispim Ribeiro, presidente da Sociedade de Engenheiros e Arquitetos de

Conselheiro Lafaiete e Região – Sorear; Daniel de Oliveira Santos, gerente de Controle e Fiscalização de Infraestrutura e Serviço da ANTT, representando Alexandre Porto Mendes de Souza; Sérgio Henrique Carrato, consultor ferroviário da MRS Logística S.A.; Alan Teixeira de Carvalho, Carla Maria Sássi de Miranda, Carlos Aparecido da Silva, José Lúcio de Souza Barbosa e Pedro Americo de Almeida, vereadores de Conselheiro Lafaiete; Célio Pereira de Souza, prefeito de Queluzito; e Fernando Mendes Henriques, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Conselheiro Lafaiete.

Relato

O objetivo da audiência foi debater a importância da reativação do transporte ferroviário de passageiros entre Conselheiro Lafaiete e Belo Horizonte. O presidente, após abrir oficialmente a reunião, agradeceu a presença dos convidados e demais autoridades, fez um relato breve dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, informou que a audiência se inseria no objetivo maior da comissão que é resgatar o modal ferroviário do Estado, e que o retorno dos trens de passageiros entre Lafaiete e Belo Horizonte é há muito aguardado. Discorreu também sobre o processo de renovação da concessão da MRS Logística, sobre o Plano Estratégico Ferroviário – PEF –, que seria realizado pelo Estado graças à pressão da comissão, e também comunicou a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 43/19, que poderia garantir maiores investimentos ferroviários no Estado.

O deputado Glaycon Franco também defendeu a importância do retorno desse trem de passageiros, chamado de ramal Paraopeba, falou da importância da ferrovia para o município e informou que o processo de renovação antecipada da concessão da MRS Logística seria uma oportunidade para se trazer investimentos para a localidade e seu entorno.

Várias autoridades presentes falaram das memórias familiares ligadas à ferrovia, da importância do trem de passageiros para se reduzir o fluxo e conseqüentemente os acidentes, no trecho da BR-040 até a capital do Estado, e para alavancar o turismo e que, ainda, aproveitar melhor os trilhos para o transporte de carga geral também seria muito importante para o desenvolvimento econômico de todo o Campo das Vertentes.

O prefeito de Conselheiro Lafaiete, por sua vez, informou que a renovação antecipada da concessão ferroviária da MRS Logística iria trazer investimentos para o município, como por exemplo, a construção de várias passagens em desnível para se reduzir os gargalos no trânsito.

Para os representantes da ANTT e da MRS o direito de passagem estaria garantido nos trilhos da concessionária, porém, não havia solicitação formal de interessados para operar trens de passageiros entre Conselheiro Lafaiete e Belo Horizonte e que, para isso, alguns problemas de

segurança relacionados ao transporte de carga, como a duplicação de trechos da linha, teriam que ser resolvidos.

Por fim, lideranças de Conselheiro Lafaiete presentes entregaram à comissão um documento com um estudo de viabilidade técnica do trecho até Belo Horizonte, feito pela Universidade Federal de Minas Gerais. O presidente da comissão, ao encerrar a reunião, informou que ele seria analisado no âmbito do PEF, pediu que todos acompanhassem os trabalhos que seriam ali realizados e agradeceu a presença de todos.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 15/10/2019

Audiência conjunta com outras comissões e relacionada ao evento Assembleia Fiscaliza 2019. Mais detalhes, como notícias, apresentações das autoridades, recomendações, compromissos e desdobramentos em:

<https://www.almg.gov.br/acompanhe/eventos/hotsites/2019/assembleia-fiscaliza/segundo-quadrimestre-mai-ago/>

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 23/10/2019

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 23/10/2019 o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente, Gustavo Mitre, e os deputados, Roberto Andrade, Coronel Sandro e Gustavo Santana.

Também participaram da audiência o secretário da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Marco Aurélio de Barcelos Silva, a subsecretária da Subsecretaria de Transportes e Mobilidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Monica Salles Lanna, a superintendente de Transporte Ferroviários do Estado de Minas Gerais, Vânia Silveira de Pádua Cardoso, o gerente técnico da ANTF, Heider Augusto da Silva Gomes, o vice-presidente Relações Institucionais e coordenador da Comissão Técnica de Transportes da Sociedade Mineira de Engenheiros, José Antônio Silva Coutinho, o consultor do Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais, Nacib Hetti, o diretor da Associação de Preservação das Tradições e do Patrimônio Cultural de Santa Bárbara, Sérgio Motta de Mello, o presidente do Circuito Ferroviário Vale Verde, César Mori Júnior, o professor titular da Fundação Dom Cabral e doutor pela University of Illinois – System, Paulo Tarso Vilela de Resende, o professor e pesquisador da Fundação Dom Cabral, Ramon Victor Cesar, o conselheiro da ONG Trem, Antônio Augusto Moreira de Faria, o gerente de

Planejamento Metropolitano da Agência de Desenvolvimento da RMBH, Charliston Marques Moreira, o representante da comissão Técnica de Transporte da SME, Elzo Jorge Nassaralla e os deputados Celise Laviola, Gustavo Valadares, Luiz Humberto Carneiro, Betinho Pinto Coelho e Tadeu Martins Leite.

Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião destinava-se a debater a assinatura do termo de cooperação para a elaboração do Plano Estratégico Ferroviário do Estado de Minas Gerais, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a realizar audiência de convidados.

O secretário da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, Marco Aurélio de Barcelos Silva, agradeceu o espaço aberto pela Assembleia para discussão e vazão das atividades do Plano Estratégico Ferroviário. Segundo o secretário, um dos objetivos da reunião é o de galgar e amear novas contribuições sobre os projetos que serão objetos de estudo pelo PEF. Além disso, acrescentou que o relatório da Comissão Pró-Ferrovias e requerimentos aprovados na reunião serviram de base para o estudo. Marco Aurélio indicou que o portfólio do Plano trará as iniciativas priorizadas e os valores delas. Segundo ele, assim será possível a discussão com a União sobre os recursos advindos da renovação antecipada das concessões da malha ferroviária que passam por Minas. Para o secretário, por não ter portos, o Estado precisa das ferrovias para escoar e receber os produtos e, assim, garantir a internacionalização dos negócios.

O gerente técnico da ANTF, Heider Augusto da Silva Gomes, apresentou o escopo técnico do plano de trabalho que possui cronograma para atuação prevista até 2035 para o transporte de cargas e passageiros. Segundo o gerente, em Minas Gerais existem aproximadamente 4,7 km de malha ferroviária operadas pelas concessionárias MRS, Vale e VLI. E, segundo ele, 88% dos municípios mineiros estão localizados a, no máximo, 100 quilômetros da linha férrea, e em 2018, foram transportados, pela ferrovia Vitória a Minas, aproximadamente 1,1 milhão de passageiros. Heider também ressaltou a importância do PEF, tendo em vista o processo de renovação das concessões das ferrovias e as novas oportunidades de investimento e investimento no ramal ferroviário.

O professor da FDC, Paulo Resende, iniciou sua apresentação esclarecendo que as análises de alguns dados do projeto já foram realizadas e que pretende realizar entregas parciais para um melhor acompanhamento e monitoramento do projeto. Segundo Paulo Resende, diversos projetos ferroviários serão testados pela FDC na mais avançada plataforma de estudos de transporte da América Latina, a qual possui o maior banco de dados de controle de vias. Paulo Resende esclareceu que a instalação da FDC conta com softwares de última geração para avaliação de diversos cenários e de diversas variáveis como viabilidade, demanda, efeitos econômicos do projeto além do

georreferenciamento. Segundo ele, todos os projetos sugeridos entrarão na análise e o software terá condições de analisar os projetos que poderão ser executados do ponto de vista da sustentabilidade. Concluiu que os gargalos e soluções faltantes também serão identificados e comporão o portfólio final. Tudo será precificado, permitindo avaliação sobre a pertinência de investimentos privados ou a necessidade de recursos públicos.

Segundo o professor, atualmente a FDC está trabalhando com 558 zonas de tráfego internas e com 19 zonas externas. Ele apresentou alguns dados comparativos sobre a produção e o transporte de produtos via ferrovias no Estado e concluiu que é preciso investir em novos trechos ferroviários. Segundo Paulo Resende, há uma predominância da cadeia do minério de ferro nos trens de Minas, com 94% de todo o transporte, mas, segundo os dados dos estudos, é possível uma maior diversificação desse transporte para que as ferrovias mineiras não se justifiquem apenas para o escoamento de minério.

Por fim, o professor concluiu que os levantamentos apresentados no estudo são os primeiros relativos ao PEF e os dados já revelam que Minas Gerais perde em relação ao transporte da chamada carga geral de manufaturados industrializados, que têm maior valor agregado e menor peso bruto. Também deixa de transportar grãos agrícolas, entre outros produtos.

Os parlamentares se posicionaram ressaltando a importância da malha ferroviária e da grande demanda pelo transporte ferroviário nos municípios mineiros, reforçando, assim, a importância de que a renovação das concessões das ferrovias leve essas questões em consideração. O conselheiro da ONG Trem, Antônio de Faria, reforçou a ideia de que, no processo de renovação de concessões, devem ser estabelecidas metas para o transporte de passageiros.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 24/10/2019 – 9h30

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 24/10/2019, o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente, Gustavo Mitre, e o deputado Cleitinho Azevedo.

Os deputados foram acompanhados pelos convidados Vânia Silveira de Pádua Cardoso, superintendente de Transporte Ferroviários do Estado de Minas Gerais, Gustavo Mendes Martins, secretário Municipal de Divinópolis, Rafael Pinto Nogueira, secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Divinópolis, Flávio Henrique Rodrigues Pereira, gerente de Relações Institucionais da VLI Logística, Flávio Gomes de Oliveira, analista de Relações Institucionais da VLI, Roberto Maximiro Santos Pinto, da assessoria de parcerias da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Vicente Lourenço vereador na Câmara Municipal de Bom Sucesso,

Nem Campos Oliveira, diretora executiva do Circuito Turístico de Campos das Vertentes, Ana Carolina Oliveira Senna Jeronymo, chefe da Unidade Ferroviária de Belo Horizonte, Élcio Lélis de Melo Jorge, vice-prefeito do Município de Cláudio, Wirley Rodrigues Rei, prefeito de Itapeçerica, Almir Resende Júnior, prefeito de Carmo da Mata, Sinval Elias Rodrigues, vice-prefeito de Carmo da Mata, Ignácio Loyola Chaves Horta, da equipe técnica do Dnit, Clóvis Eduardo Santos Castro, da equipe técnica do Dnit, Wallace Vieira Santos, representante da Secretaria de Turismo da cidade de Bom Sucesso.

Relato

Primeiramente, o presidente da comissão anunciou que a reunião foi destinada a debater a criação de um trem turístico entre Divinópolis e Bom Sucesso.

A diretora executiva do Circuito Turístico Campos das Vertentes, Nem Campos Oliveira, ressaltou os variados destinos turísticos de Minas Gerais com destaque para aqueles que compõem o Circuito Campos das Vertentes. A diretora acredita que a existência do trecho ferroviário entre os Municípios de Divinópolis e Bom Sucesso facilitaria a implementação de um trem turístico na região; para a diretora a existência de uma grande oficina ferroviária no Município de Divinópolis é um ponto de destaque para a concretização dessa ideia. De acordo com Nem Campos, o objetivo futuro do projeto é ligar o Circuito das Vertentes ao Município de Lavras. Para a concretização da ideia a diretora solicitou à VLI, concessionária que administra o trecho da ferrovia, que ceda o maquinário necessário para o andamento do projeto.

O prefeito de Itapeçerica, Wirley Rodrigues Reis, apresentou as etapas envolvidas no planejamento do projeto, como cada município seria contemplado e como cada um deles contribuiria para o seu desenvolvimento. Além disso, ressaltou o grande potencial turístico da região, que possui atividades religiosas, artísticas, gastronômicas, que poderiam ser alavancadas com a implantação do trem turístico.

O deputado João Leite informou que com a criação da superintendência ferroviária a regulação do transporte ferroviário no Estado ficará sob responsabilidade do órgão, a partir do Dnit, nas atribuições da superintendência e da subsecretaria de regulações ferroviárias.

O deputado Cleitinho Azevedo apresentou um requerimento para que seja incluído no Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais um estudo sobre a viabilidade de um trem turístico no Circuito Campo das Vertentes entre os Municípios de Divinópolis e Bom Sucesso.

O prefeito de Carmo da Mata, Almir Resende Júnior, acredita que a região possui variadas opções para atração turística. Citou a Cruz de Todos os Povos, que está sendo construída em Divinópolis e o maior museu de automóveis antigos do País em Carmo da Mata. O prefeito destacou

que a cultura folclórica e a gastronomia da região seriam alavancadas com o desenvolvimento da linha turística. Informou que está sendo estudada a possibilidade da construção de uma faculdade de cinema em Carmo da Mata e que o projeto já está bem desenvolvido.

A chefe da Unidade Ferroviária de Belo Horizonte, Ana Carolina Oliveira Senna, informou que o entendimento do Dnit é favorável à revitalização as ferrovias mineiras. Ana Carolina se prontificou a ser uma intermediadora com a Diretoria de Infraestrutura Ferroviária – DIF – nas questões de cessão, repasse de informações e requerimentos. A chefe da Unidade Ferroviária pediu às prefeituras que zelem pelo patrimônio cedido e que apresentem projetos comprovando a utilização correta dos bens ferroviários. Solicitou ainda que sejam realizados alguns estudos e projetos de segurança nas estações, com a previsão de cercas, rampas de acesso, placas de sinalização que ajudem a prevenir os acidentes. Ressaltou ainda que, com o início do processo de implantação dos trens, é preciso que as prefeituras solicitem ao Dnit a cessão dos bens ferroviários que estejam nessas localidades.

Clóvis Eduardo Santos Castro, da equipe técnica do Dnit, informou que o órgão não tem condição de manter a fiscalização dos trechos cedidos devido à falta de mão de obra do órgão e de recursos e que as cessões seriam uma alternativa para que o gerenciamento do patrimônio seja mais efetiva.

O gerente de Relações Institucionais da VLI, Flávio Henrique Rodrigues Pereira, lembrou que o referido trecho ferroviário de 130km de Divinópolis a Bom Sucesso, é concessão da FCA e é considerada uma linha operacional e estratégica apesar de não ter uma operação regular. Portanto, ainda são realizadas nela inspeções de auto de linha, manobras e retiradas de locomotivas. Ressaltou ainda que a VLI é responsável pela operação logística de cargas e não de passageiros.

Flávio Henrique informou que o projeto do trem turístico entre Divinópolis e Bom Sucesso deve apresentar um estudo de viabilidade econômica e técnica e que as premissas operacionais e técnicas com relação à segurança devem ser muito bem desenhadas. O gerente da VLI acredita que a Fundação Dom Cabral terá um papel muito importante nesse processo, pois somente a partir da elaboração do plano, e da viabilidade do trecho, a empresa poderia ceder algum maquinário. Esclareceu ainda que a concessão de bens de passageiros ficaram com o Dnit e que a VLI possui apenas os bens de carga.

A superintendente Vânia Cardoso acredita que o plano estratégico ferroviário é uma demonstração muito firme do comprometimento do Estado com as questões ferroviárias e que ele contemplará todos os projetos já discutidos e incluídos no relatório final da comissão. O plano prevê projetos para aplicação de curto, médio e longo prazo e a otimização dos transportes de carga. O estudo será de grande utilidade para sustentar os investimentos futuros na área da ferrovia.

Ao final da audiência, os representantes do Dnit e da VLI se mostraram dispostos a auxiliar os municípios e solucionar qualquer dúvida que estejam relacionadas às suas atividades. Os presentes na audiência concluíram que os trens turísticos têm uma enorme importância para o desenvolvimento municipal e estão empenhados em buscar melhorias para a concretização desse tipo de transporte.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 24/10/2019

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 24/10/2019 o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente, deputado Gustavo Mítre, e o deputado Ulysses Gomes.

Os deputados foram acompanhados pelos convidados Luiz Cláudio Barros Magalhães, vereador de Itanhandu, Jeferson Rubens da Costa, vereador de Itanhandu, Paulo Henrique Pinto Monteiro, vereador de Itanhandu, José Aldair Marinho, vereador de Itanhandu, Renato de Souza Costa, diretor de Fomento à Mineração, Energia e Infraestrutura da Codemig, Frank Alves Nunes, superintendente do Patrimônio da União em Minas Gerais, Sandro Lisboa Martins, prefeito de São Sebastião do Rio Verde, Natanael Paulino de Oliveira, vereador de São Lourenço, Helson de Jesus Salgado, vereador de São Lourenço, Helson de Jesus Salgado, vereador de São Lourenço, Eriênio Jaderson de Souza, superintendente de Transporte Intermunicipal e Metropolitano, Bruno Crivelari Sanches, diretor-presidente da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF, Érik Bruno Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Pouso Alto, Ricardo Augusto Pinto Costa, engenheiro da Prefeitura de São Sebastião do Rio Verde, Vânia Silveira de Pádua Cardoso, superintendente de Transporte Ferroviários do Estado de Minas Gerais, Cristina Costa Figueiredo Motta, gestora da Associação Terras Altas da Mantiqueira, Evaldo Ribeiro de Barros, prefeito de Itanhandu, Juliano Cláudio da Silva, prefeito de Pouso Alto, Cleberson José Guimarães Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Itanhandu, Ana Carolina Oliveira Senna Jeronymo, chefe da Unidade Ferroviária de Belo Horizonte, Alexandre Carnevalli Motta, procurador jurídico da Prefeitura de São Sebastião do Rio Verde, Luís Otávio Pereira Lopes, consultor de Projetos da Prefeitura de São Sebastião do Rio Verde, Newton José de Carvalho, secretário de Governo da Prefeitura de Jacutinga, Ignácio Loyola Chaves Horta, da equipe técnica do Dnit, Clóvis Eduardo Santos Castro, da equipe técnica do Dnit, Rosângela de Mendonça Guimarães, chefe de Gabinete do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Joana Maria Teixeira Coelho Moreira, secretária municipal de Turismo de São Lourenço.

Relato

Primeiramente, o vice-presidente da comissão anunciou que a reunião foi destinada a debater a extensão da ferrovia conhecida como Trem das Águas ao Município de Itanhandu.

Os vereadores e o prefeito de Itanhandu ressaltaram a importância do estudo de viabilidade desenvolvido pela Fundação Dom Cabral para os municípios e destacaram a importância histórica do modal ferroviário para a região.

O deputado Ulysses Guimarães ressaltou o papel estratégico e de desenvolvimento regional exercido pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemig –, no trem turístico de ligação de Soledade de Minas a São Lourenço. Questionou a possibilidade de a Instituição realizar novos financiamentos, a partir da solução do impasse com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM –, a respeito da exploração do nióbio em Araxá. De acordo com deputado, a partir da resolução desse impasse o Estado terá disponível maiores recursos para investimento no modal ferroviário.

O prefeito de São Sebastião do Rio Verde, Sandro Lisboa Martins, ressaltou a importância do trem turístico para alavancar o desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Compartilhou com os presentes o processo desenvolvido pelo município para a concretização da obra, que está em andamento, com cerca de 65% do projeto já concluído, as dificuldades enfrentadas pelo ente para a adequação do projeto, a aquisição de maquinários, trilhos e das autorizações pertinentes para a execução do projeto e ressaltou que foram necessários cortes de gastos inicialmente previstos e incorporação de outros. O prefeito de São Sebastião do Rio Verde acredita que a implementação do projeto trouxe reflexos importantes para o município, além disso despertou o interesse de outras localidades para a volta do trem turístico na região. O engenheiro do município Ricardo Augusto Pinto Costa explicou o passo a passo percorrido pela equipe de engenharia para a entrega do projeto à Codemig.

O prefeito de Pouso Alto, Juliano Cláudio da Silva, agradeceu o testemunho do prefeito Sandro e reiterou que tem o sonho de que o Município de Pouso Alto também seja agraciado com o trem turístico.

Bruno Crivelari Sanches, diretor-presidente da ABPF, empresa que opera os trechos de Soledade de Minas a São Lourenço e Passa-Quatro até a divisa com São Paulo, além de outros trens turísticos no País, apresentou a história da empresa, suas operações, trechos e como essas operações podem beneficiar os municípios. Relatou que apenas no Sul de Minas a empresa gera cerca de 50 empregos diretos, diversos empregos indiretos e é responsável pelo fomento do comércio local.

A empresa ainda cuida de 80km de trilhos e de 22 estações com recursos próprios e realiza operações compartilhadas com concessionárias.

Cristina Costa Figueiredo Motta, gestora da Associação Terras Altas da Mantiqueira, informou que está sendo elaborado um projeto para captação de recursos para restauração e revitalização do trecho da estrada de ferro Minas-Rio compreendido entre os Municípios de Passa-Quatro, Itanhandu, Pouso Alto e São Sebastião do Rio Verde com abrangência de 26km a 28 km.

Ignácio Loyola Chaves Horta, da equipe técnica do Dnit, ressaltou a importância da solicitação correta dos materiais ao Dnit, porque as solicitações incorretas geram gastos, ineficiência e perda de patrimônios importantes para Minas Gerais. Além disso, ressaltou a importância da fiscalização dos trechos, para garantir a segurança e proteção do patrimônio ferroviário.

O Sr. Frank Alves Nunes, superintendente do Patrimônio da União em Minas Gerais, acredita que os problemas gerados com os imóveis da parte não operacional herdados da rede ferroviária devem ser tratados em parceria com os municípios a partir de um acordo de cooperação técnica. Por meio desse acordo, o município teria a responsabilidade de levantar e mapear todos os imóveis da rede ferroviária de interesse e após esse levantamento as doações seriam feitas respeitando-se o interesse público.

Frank Nunes comunicou que está em busca de parcerias com a Secretaria de Segurança para garantir a fiscalização dos imóveis distribuídos aos municípios do Estado. Informou ainda que a SPU não criará dificuldades para repassar os imóveis e trechos de interesse aos municípios ou instituições caracterizadas como Oscips.

Rosângela de Mendonça Guimarães, chefe de Gabinete do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, informou que foi apresentado ao Iphan o plano de valoração das estações e dos bens a serem valorados e que só após a valoração poderá ser repassado o patrimônio ao município. Todavia, o repasse é condicionado à existência de um plano de gestão municipal. Caso o município não tenha um plano de gestão o bem não poderá ser doado. Ressaltou ainda que é necessária a manifestação de interesse dos municípios.

Ana Carolina Oliveira Senna Jeronymo, chefe da Unidade Ferroviária de Belo Horizonte – Dnit –, ressaltou a importância das parcerias entre os órgãos para a fiscalização das regiões na preservação dos bens públicos. Ela se comprometeu a auxiliar os municípios na obtenção de autorizações necessárias para ser donatário de um bem e intermediar as relações do município com a diretoria de Infraestrutura Ferroviária em Brasília.

O diretor de Fomento à Mineração, Energia e Infraestrutura da Codemig, Renato de Souza Costa, salientou que os recursos provenientes da exploração de nióbio em Araxá pertencem ao

Estado. Prometeu realizar esforços para viabilizar os projetos como o do Município de São Sebastião do Rio Verde, que segundo ele, só serão analisados após a decisão governamental favorável ao investimento.

Ao final da audiência, os parlamentares se mostraram dispostos a lutar pela recuperação dos trens turísticos em Minas. Os representantes do Dnit e da Codemig se disponibilizaram a ajudar aos municípios em questões técnicas e legais para a disponibilização de bens públicos para os municípios.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 31/10/2019

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 31/10/2019, o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente, deputado Gustavo Mitre, e os deputados Glaycon Franco, Professor Irineu, Tadeu Martins Leite e Cleitinho Azevedo.

Os deputados foram acompanhados pelos convidados Luiz Antônio Athayde Vasconcelos, consultor de estratégia econômica e presidente da Héstia Consultoria e Governança Econômica e Sandro Lisboa Martins e prefeito de São Sebastião do Rio Verde.

Relato

Primeiramente, o presidente da comissão anunciou que a reunião foi destinada a debater a importância do desenvolvimento econômico do Estado no tocante à utilização dos recursos provenientes da antecipação das renovações das concessões ferroviárias.

O prefeito de São Sebastião do Rio Verde, Sandro Lisboa Martins, comentou sobre a restauração de cerca de 20km do trecho da via que liga o Município de São Lourenço à São Sebastião do Rio Verde. O trecho restaurado compreende dois circuitos, o circuito das águas e o circuito das terras altas da Mantiqueira.

Luiz Antônio Athayde Vasconcelos, consultor de estratégia econômica e presidente da Héstia Consultoria Governança Econômica, realizou um breve retrospecto do modal ferroviário no País. Em suas análises, o prefeito comparou os níveis de importância atribuída ao transporte ferroviário ao longo do tempo e como o investimento e desenvolvimento de novas formas de descolamento de pessoal e de carga, alteraram o cenário da mobilidade no País. O presidente da Héstia Consultoria, entretanto, acredita que há um movimento crescente no País para a valorização do modal ferroviário como alternativa para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Luiz Antônio defende que a questão ferroviária em Minas Gerais deve ser analisada sob uma perspectiva mais ampla, para ele, a questão mais importante é entender o papel de Minas Gerais para o modal ferroviário brasileiro. Ele acredita que o Estado não tem aproveitado de forma efetiva do seu posicionamento geográfico estratégico, no território brasileiro, por essa razão o estudo sobre a representação dos três modais para Minas Gerais seria necessário, como forma de orientar o retorno do desenvolvimento para Minas Gerais.

Athayde defende que o Estado precisa oferecer ao Brasil a principal plataforma de infraestrutura para fazer com que o País aumente a dimensão do modal ferroviário, principalmente no transporte de alimentos e de passageiros. Na sua visão, é necessário tornar o território mineiro mais competitivo.

O consultor destaca que a ampliação das discussões sobre o modal ferroviário no País é uma grande oportunidade para se ampliar os acordos em relação à antecipação das concessões ferroviárias pela União. Alerta que a agenda política caminha à frente dos projetos e tem que ser tratada imediatamente, uma vez que esses recursos serão destinados à região Centro-Oeste do País, para pagamento da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste – Fico.

Luiz Antônio enfatiza a necessidade de se voltar o olhar para Minas Gerais a partir das renovações das concessões da VLI-FCA e da MRS Logística. Para ele, é necessária uma ação coordenada da ALMG com a bancada federal na Câmara e no Senado, além do governo de Minas, para mostrar à União, detentora dos recursos, a importância estratégica das áreas produtoras mineiras no novo cenário mundial de segurança alimentar. Só assim, o Estado passaria a ser contemplado na agenda federal.

O consultor acredita que uma ligação entre a ferrovia Norte-Sul, passando pelo Triângulo Mineiro, seria a espinha dorsal do sistema ferroviário, enquanto a vazão da produção do Estado ocorreria também por outras “vértebras”. O consultor considera as intercessões muito importantes para o escoamento, principalmente, de medicamentos e produtos alimentícios produzidos no Norte de Minas, e para a redução de custos e desperdícios. Para confirmar suas análises Luiz Antônio afirma que ferrovia de Vitória a Minas hoje tem capacidade instalada de 154 milhões de toneladas, com ociosidade atual de aproximadamente 30 milhões de toneladas, porém após a RMBH, em direção ao Triângulo e ao Norte, a capacidade cai para 5 a 6 milhões de toneladas. Nesse sentido, Athayde acredita que as regiões mineiras precisam se articular e pensar em como atrair os recursos da União para elas, cita o exemplo do Triângulo Mineiro e Noroeste de Minas, que precisam pensar no escoamento das produções de proteínas animal e vegetal.

De acordo com Luiz Antônio o novo modelo das ferrovias não passa pelo financiamento público, o que significa que quem poderá investir nesse modal serão as próprias

concessionárias e, por isso, a pressão para o investimento deve ser feita no momento da renovação dos contratos. O consultor salienta que é importante que Minas Gerais haja projetos pensados para essa área.

O consultor afirma que o PEF será um importante instrumento para as escolhas estratégicas dos representantes públicos e das concessionárias que administram os trechos, além disso, ressaltou a importância da parceria com a Fundação Dom Cabral para a elaboração do estudo. O consultor argumenta que modal ferroviário deve ser pensado de maneira ampla e não apenas para o transporte de cargas. Para Athayde o País não pode abrir mão do transporte ferroviário de passageiros, uma vez que a estrutura física dos trechos em algumas regiões já está pronta, necessitando somente pequenas intervenções, que devem ser pensadas de maneira conjunta com o de transporte de cargas.

O deputado João Leite concorda com o posicionamento do consultor Luiz Antônio Athayde sobre o papel que a ALMG deve desempenhar junto à União. De acordo com um levantamento feito pelo deputado, o valor que a MRS logística paga de outorga para a União seria aproximadamente de R\$ 400 milhões por ano, mas que nenhuma parte desse recurso é investida em Minas Gerais. O deputado Tadeu Martins Leite reforçou a importância geográfica de Minas Gerais, como ligação das diversas regiões do País, além da necessidade de se utilizar da melhor maneira as ferrovias do Estado.

Ao final da audiência, os parlamentares se mostraram dispostos a desempenhar um papel mais incisivo junto à União no intuito de mostrar a importância das ferrovias e assim buscar recursos para ampliar os trechos ferroviários de Minas Gerais. Os parlamentares concordaram que o transporte de passageiros também deve ser pauta das discussões no processo de renovação das concessões ferroviárias.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 7/11/2019

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 7/11/201, o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente, deputado Gustavo Mitre, e os deputados Coronel Henrique, Marília Campos, Professor Wendel Mesquita e Raul Belém.

Os deputados foram acompanhados pelos convidados Mila Batista Leite Corrêa da Costa, diretora-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Charliston Marques Moreira, gerente de Planejamento da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Vânia Silveira de Pádua Cardoso, superintendente de Transporte Ferroviários do Estado de Minas Gerais, Flávio Henrique Rodrigues Pereira, gerente de Relações

Institucionais da VLI Logística, Ignácio Loyola Chaves Horta, da equipe técnica do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit, Ana Carolina Oliveira Senna Jeronymo, chefe da Unidade Ferroviária de Belo Horizonte UFBEL, Aline Alves Mendes, Advogada, Vagner José Alves, vereador de Santa Luzia, Maurício Kelley Pinheiro Cunha, da diretoria de Comunicação e Institucional da VLI Logística, Andréa Aon Martins Cardoso, gestora de Patrimônio da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Minas Gerais e Nilson Martins da Conceição, vereador da Câmara Municipal de Santa Luzia.

Relato

Primeiramente, o presidente da comissão anuncia que a reunião foi destinada a debater a possibilidade de implantação de transporte ferroviário de passageiros entre os Municípios de Santa Luzia e Belo Horizonte, tendo em vista que a ferrovia já existe e está sendo administrada pela concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S.A. – FCA.

O deputado Professor Wendel Mesquita afirmou que a utilização do trecho ferroviário entre os Municípios de Santa Luzia e Belo Horizonte para transporte de passageiros beneficiaria muito a população residente nesses locais. O deputado ressaltou que as dificuldades enfrentadas pelos moradores de Santa Luzia para acessar a região de Belo Horizonte pelo modal rodoviário é agravada pela precariedade do transporte público. Acredita que o transporte ferroviário seria a melhor alternativa para a resolução do problema, uma vez o trecho de ligação entre os dois municípios já existe e que não há nenhum impedimento jurídico com o contrato de concessão da VLI para administrar esse tipo de transporte. O deputado entregou à comissão um abaixo-assinado com mais de 6 mil assinaturas, para a implementação do trecho. Além disso, solicitou que a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – realize um estudo de viabilidade econômica do trecho para assegurar que é um percurso viável para as empresas.

A deputada Marília Campos destacou que o desenvolvimento do modal ferroviário impacta no desenvolvimento econômico do Estado e que é preciso recuperar a malha ferroviária de Minas Gerais. Além disso, a deputada acredita que o problema do transporte coletivo particularmente na região metropolitana poderá ser resolvido com o aproveitamento do anel ferroviário, que passa por 22 cidades metropolitanas. Com relação à questão da viabilidade do trecho Santa Luzia a Belo Horizonte, a deputada sugere que seja realizada uma interligação com vários trechos da região metropolitana a fim de atender ao maior número de passageiros e cidades.

Os vereadores do Município de Santa Luzia reforçaram a importância do trecho ferroviário para os residentes e cobram que o trecho de ligação do município a Belo Horizonte, já existente, seja mais bem utilizado.

A advogada do Município de Santa Luzia, Aline Alves Mendes, pontuou que os trens são símbolos do Estado de Minas Gerais e parceiros do turismo e que Santa Luzia como uma cidade histórica tem um grande potencial turístico a ser desenvolvido.

A diretora-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Mila Batista Leite Corrêa da Costa, destacou a existência do Escritório de Mobilidade do Executivo, criado a partir de um termo de cooperação entre a Agência Metropolitana a Secretaria de Infraestrutura e a Superintendência de Ferrovias para viabilizar os projetos de mobilidade do Estado. A diretora ressaltou a importância de se pensar um projeto de integração e conexão modal entre as cidades.

A superintendente de Transporte Ferroviário do Estado de Minas Gerais, Vânia Silveira de Pádua Cardoso, informou que o trecho Belo Horizonte-Santa Luzia já faz parte do Plano Estratégico Ferroviário, portanto, já foi repassado para estudo da Fundação Dom Cabral.

Ana Carolina Oliveira Senna Jeronymo, chefe da Unidade Ferroviária de Belo Horizonte – Ufbel –, reforçou o apoio do Dnit na revitalização das ferrovias, não só dos trens turísticos como também de passageiros. Ana Carolina informou ainda que é de responsabilidade dos municípios donatários o cuidado, manutenção e segurança nos trilhos e trechos cedidos pelo Dnit.

Flávio Henrique Rodrigues Pereira, gerente de Relações Institucionais da VLI Logística, ponderou que o contrato de concessão firmado entre a empresa e o governo federal permite que a empresa apenas transporte carga em geral, portanto a empresa não possui autorização para operar o transporte de passageiros. Caso necessário, informou que a VLI pode ceder essas linhas para outro operador, desde que seja um projeto viável e que esse operador tenha concessão para esse tipo transporte. A alteração desse cenário apenas poderá ser resolvida no processo das concessões, renovação ou antecipação de concessão.

Ao final da audiência, os participantes se mostraram dispostos a buscar estudos que demonstrem a viabilidade dos trechos para o transporte de passageiros. Os deputados se mostraram dispostos a incorporar as questões do transporte de passageiros no processo de renovação das concessões junto às empresas e à União.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 12/11/2019

Apresentação

A audiência foi realizada na sede da Sociedade Mineira dos Engenheiros – SME. Participaram da audiência pública realizada no dia 12/11/2019 o presidente da comissão, deputado João Leite, e a deputada Marília Campos.

Também participaram da audiência como convidados Ronaldo José Lima Gusmão, presidente da SME; Vander Francisco Costa, presidente da Confederação Nacional do Transporte – CNT; Vânia Silveira de Pádua Cardoso, superintendente de Transporte Ferroviário do Estado de Minas Gerais; André Louis Tenuta Azevedo, diretor da ONG Trem; Mila Batista Leite Corrêa da Costa, diretora-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e Maria Elvira Salles Ferreira, presidente da Associação Caminhantes da Estrada.

Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião destinava-se a apresentar um relato dos trabalhos para a Sociedade Mineira de Engenheiros – SME – e participar da palestra "As reformas governamentais e a intermodalidade dos transportes" a ser ministrada pelo Sr. Vander Francisco Costa, presidente da Confederação Nacional do Transporte – CNT.

Em sua palestra, Vander Francisco Costa, presidente da CNT, destacou a importância da intermodalidade dos transportes para o desenvolvimento econômico do País. Falou da importância de se regulamentar, com cláusulas bastante claras, o direito de passagem nas concessões ferroviárias atuais e futuras. Com isso, seriam viabilizadas muitas operações de trens turísticos, urbanos e *short lines* de transporte de carga, principalmente nos trechos subutilizados ou abandonados pelas atuais concessionárias.

Falou também da importância de se facilitar a entrada de novos operadores ferroviários, inclusive estrangeiros, por meio de regimes de operação mais flexíveis. Sobre o processo de renovação antecipada das concessões, reforçou a necessidade de que, se ocorresse a renovação, seria o momento de alterar os contratos, privilegiando a concorrência e garantindo o direito de passagem para terceiros.

Por fim, falou também da necessidade de a Vale indenizar Minas Gerais por meio da construção e operação de trens de passageiros para atender Brumadinho e municípios próximos e de que a ANTT fiscalize melhor suas concessionárias, usando como base não só informações das próprias empresas, mas também de auditores independentes contratados especialmente para esse fim.

O presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros, Ronaldo José Lima Gusmão, disse que a categoria estaria ansiosa pelo desenvolvimento do transporte ferroviário de passageiros e contava com a pressão feita por parlamentares e políticos comprometidos com a causa.

A superintendente estadual de Transporte Ferroviário, Vânia Silveira de Pádua Cardoso, explicou o que transporte ferroviária tinha se tornado uma prioridade do governo estadual, e que o plano estratégico ferroviário que estava sendo iniciado seria apenas o primeiro passo. Defendeu o incremento das ferrovias como solução logística para o País, reduzindo o tráfego pesado nas rodovias.

A deputada Marília Campos falou da importância do investimento na malha ferroviária para se diversificar a economia mineira e da prioridade que o Legislativo Mineiro estava dando à questão.

Já o presidente, deputado João Leite, deu aos presentes um panorama dos trabalhos da comissão até o momento. Falou também da importância de várias demandas lá discutidas, como o anel ferroviário da RMBH, a ligação ferroviária entre Pirapora e Unaí e os horários adicionais do trem de passageiros da EFVM. Fez referência ainda ao processo de antecipação da concessão ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas, que estava se desenhando muito danoso a Minas Gerais nos termos até então conhecidos. Conclamou todos para defenderem os interesses do Estado e deu por concluída a reunião.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 21/11/2019

Apresentação

A audiência foi realizada no Centro de Referência da Pessoa Idosa de Sarzedo. Participou da audiência pública realizada no dia 21/11/2019 o presidente da comissão, deputado João Leite.

Também participaram da audiência como convidados, o prefeito de Sarzedo, Marcelo Pinheiro do Amaral; o presidente da Câmara Municipal de Sarzedo, Paulo Antônio Ribeiro Gomes; a superintendente de Transporte Ferroviário do Estado de Minas Gerais, Vânia Silveira de Pádua Cardoso; o vereador de Sarzedo, Marcos Antônio de Almeida; a especialista em relações institucionais da MRS Logística S.A., Tathiane Miranda, representando Luiz Gustavo Bambini de Assis; o gerente de Planejamento da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Charliston Marques Moreira; o presidente da Associação Trem Bão de Minas, José Augusto de Oliveira; e o conselheiro da ONG Trem, Antônio Augusto Moreira de Faria.

Relato

Inicialmente, o presidente da comissão, deputado João Leite, após abrir a reunião, informou que o encontro visava debater a possível extensão de ramais ferroviários de passageiros

para atender Sarzedo e outras cidades do seu entorno. Apresentou também um relato dos trabalhos desenvolvidos pela comissão até aquele momento e ressaltou o momento importante por que Minas Gerais estava passando, com a possibilidade concreta da reativação de vários trechos ferroviários e com a importância da retomada do planejamento ferroviário, por parte do próprio Estado, por meio do Plano Estratégico Ferroviário. Relembrou, por fim, os trens de passageiros com destino ao Rio de Janeiro e o trem urbano de passageiros até Belo Horizonte, que outrora atendiam Sarzedo e adjacências.

O prefeito de Sarzedo, Marcelo Pinheiro do Amaral, e vários moradores que se manifestaram durante a audiência afirmaram que implementar novamente o transporte de passageiros por trens poderia contribuir para melhorar o trânsito na RMBH, além de ajudar os trabalhadores que diariamente precisam se deslocar para a capital, reduzindo o tempo significativamente o tempo gasto com transporte. O prefeito ressaltou que a cidade fez sua parte, restaurando a edificação da estação de Sarzedo localizada no centro, prédio este que possui mais de 100 anos.

O presidente da Associação Trem Bão de Minas, José Augusto de Oliveira, por sua vez, além de corroborar as falas dos que o antecederam, afirmou acreditar que a instalação de um trem de passageiros na linha da MRS também poderia gerar um bom número de postos de trabalho no município.

A especialista em relações institucionais da MRS Logística, Tatiane Miranda, explicou que a concessão da empresa era para o transporte de cargas. Para transportar passageiros, seria possível ceder janelas horárias ao longo do dia para que outra empresa realizasse o serviço. Essa concessão, porém, teria que levar em conta questões operacionais e de segurança e demandaria algum nível de investimento, o qual não seria responsabilidade da empresa. Segundo ela, até aquele momento, ainda não teria sido autorizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres a cessão desses horários para nenhuma empresa ou organização. Ao final, ressaltou que a empresa colaboraria na elaboração do PEF e que estaria à disposição das autoridades para discutir a questão.

Ao longo da reunião foram também apresentadas várias queixas relacionadas ao transporte coletivo metropolitano por ônibus, principalmente relacionadas à escassez de horários, à falta de integração entre os terminais Ibirité e Sarzedo e a problemas de manutenção dos veículos.

Na etapa final da audiência, o presidente da comissão informou que as sugestões coletadas na reunião seriam encaminhadas pela comissão à Fundação Dom Cabral, que está conduzindo os estudos para elaboração do PEF, e que também seriam registradas e enviadas aos órgãos competentes as reclamações da população sobre o transporte metropolitano da região. Ressaltou, por fim, que foi importante a MRS ter desistido de propor investimentos no Ferroanel de São Paulo, em vez de em Minas Gerais, nas negociações relacionadas à renovação antecipada de sua

concessão e que a comissão tinha um compromisso de acompanhando os estudos e lutas para a volta dos trens de passageiros.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 28/11/2019

Apresentação

A audiência pública realizada no dia 28/11/2019 teve a participação do presidente da comissão, deputado João Leite, do deputado Gustavo Mitre, vice-presidente, da deputada Andréia de Jesus e do deputado Sávio Souza Cruz.

Participaram também Flávio Henrique Rodrigues Pereira, Gerente de Relações Institucionais da VLI Logística, Cassia Paula Campos Costa, Relações Institucionais - VLI Logística, Antônio Ananias de Souza, Vereador da Câmara Municipal de Oliveira, Aurélio Ferreira Braga, Coordenador de Exploração da Infraestrutura Ferroviária da Unidade Regional - Agência Nacional de Transportes Terrestres, José Barros Junior, da Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – no Estado de Minas Gerais, Clóvis Eduardo Santos Castro, da Equipe técnica do DNIT, Chicre José Abud Neto, Vice-Prefeito de Oliveira, Ederson de Souza da Silveira (Prico), Vereador da Câmara Municipal de Oliva, Ronaldo de Paula Gonçalves, Vereador da Câmara Municipal de Oliveira, Marlon Aurélio Machado, Vereador da Câmara Municipal de Oliveira, José Renato de Oliveira, Vereador da Câmara Municipal de Oliveira, Lucas Lasmar de Moura Costa Resende, Secretário Municipal de Saúde de Oliveira, Ana Carolina Oliveira Senna Jeronymo, Chefe da Unidade Ferroviária de Belo Horizonte – UFBEL – , Cristine Lasmar de Moura Resende, Prefeita Municipal de Oliveira, Daniel de Queiroz, Procurador-Geral Município de Oliveira, Alex Vilela, Secretário Municipal Desenvolvimento Econômico do Município de Oliveira, Ignácio Loyola Chaves Horta, Analista de Infraestrutura do DNIT, Geraldo Nicácio Junior, Presidente da Câmara Municipal de Oliveira.

Relato

O ramal existente em Oliveira está desativado há décadas e representa problemas para a população. Imagens e depoimentos dos moradores apontam a existência de vagões abandonados, que seriam pontos de tráfico de drogas. Há mato nas faixas de domínio, pontes com infiltração e ferragens aparentes e túneis estreitos. Estudantes, crianças e idosos são obrigados a cruzar a linha, diante da impossibilidade de transporte por ônibus.

O maior dano ao município, entretanto, é o impasse quanto ao local de construção de passagens de nível solicitadas pela população, mas inviáveis tecnicamente, segundo alega a VLI Logística, responsável pelo trecho. A linha que cruza Oliveira é mais alta que a cidade, o que dificulta

sua travessia. A solução mais viável tecnicamente, que seriam passagens inferiores, são caras. Por isso os moradores elegeram dois pontos “mais baixos” para demandar as passagens de nível. A VLI, no entanto, alega questões técnicas que a impediriam de fazer as obras. Uma delas, por exemplo, seria no pátio de manobras, o que seria proibido nas normas de concessão.

Cristine Lasmar, prefeita do município, detalhou que as passagens vão beneficiar os Bairros das Graças, Segredo e Oscar de Faria Lobato. Segundo ela, há também água empoçadas nos vagões, o que compromete o combate a zoonoses. Outro problema seria a falta de acesso de caminhões ao Distrito Industrial, também em função da ferrovia. Um trevo para intercessão à BR-494 foi solicitado ao Departamento Nacional de Infraestrutura Ferroviária (Dnit), como alternativa.

Flávio Henrique Pereira, gerente de Relações Institucionais da VLI Logística, afirmou que a empresa faz a limpeza rotineira do trecho abandonado e faz inspeções frequentes. Ainda segundo ele, 36 vagões da VLI já foram retirados da linha em Oliveira, restando, lá, provavelmente, ativos pertencentes ao Dnit. O órgão federal, por sua vez, se comprometeu a averiguar.

O presidente da comissão, deputado João Leite, pediu empenho à VLI, ao Dnit e à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – para que encontrem uma solução, como um novo local para as passagens de nível. Ele também rechaçou a possibilidade de retirada dos trilhos, uma vez que a comissão busca, justamente, a retomada das ferrovias no Estado. O deputado Gustavo Mitre reforçou a importância do retorno desse modal para o desenvolvimento de Oliveira.

Aurélio Ferreira Braga, que atua na fiscalização da ANTT, enfatizou que, do ponto de vista técnico, a passagem de nível pode representar problema por se tratar de uma barreira para os trens e pontos de conflito com pedestres, no que foi criticado pelo deputado Sávio Souza Cruz, pois a ferrovia que causa transtornos está desativada há 30 anos, segundo ele.

João Leite ponderou que a ANTT não pode aceitar a situação em que está a malha de Oliveira e deve fiscalizar, como agência reguladora que é. Segundo ele, se soluções não forem efetivadas após visita e audiência na cidade, a comissão pode acionar o Ministério Público e judicializar a questão. “O direito constitucional de ir e vir não está sendo respeitado”, justificou.

Diversas lideranças políticas de Oliveira, como vice-prefeito, vereadores e secretários participaram da audiência e reiteraram o apelo para a solução do problema de mobilidade urbana.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 2/12/2019

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 2/12/2019, o presidente da comissão, deputado João Leite, e o deputado Roberto Andrade, relator.

Participaram ainda dos trabalhos, Edson Teixeira Filho, prefeito de Ubá, André Louis Tenuta Azevedo, presidente do Instituto Cidades e diretor da ONG Trem, Taciano Oliveira da Silva, Pró-Reitor de Administração da Universidade Federal de Viçosa, José Manoel Ferreira Gonçalves, presidente da Ferro Frente, Marcílio Moreira Barros, prefeito de São Geraldo, Virgílio Furtado, Engenheiro da Rede Ferroviária, Roberto Willians, diretor da Escola Técnica Silva Freire, Rafael Hygino Tote, do Movimento Somos Todos Colônia, Jershon Ayres de Moraes, Vice-presidente do Circuito Turístico Terras de Minas e Antônio Pastori, coordenador da Associação Fluminense de Preservação Ferroviária.

Relato

Primeiramente, o presidente da comissão anuncia que a reunião foi destinada a debater, com os prefeitos e entidades da região, a retomada do transporte ferroviário. A audiência foi realizada no Município de Ubá, importante polo da indústria de móveis do País. O município está na região da chamada Linha Mineira, que passa por Ouro Preto e Mariana, na RMBH, Ponte Nova – Zona da Mata – e vai até próximo ao Porto do Açú, no estado do Rio de Janeiro. A reativação da linha mineira poderia dinamizar a logística da região.

O prefeito de Ubá, Edson Teixeira, Filho pontuou que a retomada da ferrovia na cidade exigiria algumas adaptações, uma vez que os trilhos estão dentro da malha urbana, mas destacou que essas dificuldades podem ser facilmente superadas com a tecnologia existente.

Outros participantes da audiência, como Taciano Silva, pró-reitor da Universidade Federal de Viçosa – UFV –, e o engenheiro ferroviário Virgílio Furtado ressaltaram que a demanda por esse modal de transporte na região é grande, impulsionada pela suinocultura e pela necessidade de escoamento da exploração de minério de ferro e bauxita.

Além da retomada da Linha Mineira, outro assunto que dominou os debates foi a possibilidade de a multa a ser paga pela concessionária FCA ser exclusivamente destinada para a construção da linha 2 do metrô da RMBH.

A FCA, controlada pela Vale, assinou um acordo com o Ministério da Infraestrutura, na última semana, para o pagamento de R\$ 1,2 bilhão em multas pelo abandono de ferrovias, tendo como contrapartida o encerramento de ações ajuizadas contra a empresa por essa prática. A bancada mineira no Congresso Nacional e o Executivo Estadual articulam, já há alguns meses, para que esses recursos sejam utilizados na criação da linha 2 do metrô da capital, que ligaria o Calafate ao Barreiro.

No entanto, outros estados atingidos pela má conservação de trechos da malha da FCA, prefeituras e movimentos em favor do transporte ferroviário alegam que não seria justa essa concentração da indenização em investimentos no metrô e exigem, por isso, que ela também financie outros projetos em Minas e no País.

Antônio Pastori, que veio do Rio de Janeiro para participar da reunião e é coordenador da Associação Fluminense de Preservação Ferroviária, ponderou que a indenização não é só de Minas, que ela deveria ser aplicada proporcionalmente na malha abandonada de cada estado. Considerando, ainda de acordo com Pastori, que Minas Gerais foi prejudicada em cerca de 500 quilômetros de linhas, caberia ao Estado aproximadamente R\$ 820 milhões da multa.

O presidente da Ferro Frente, José Manoel Gonçalves, lembrou que o Supremo Tribunal Federal analisaria, nos próximos dias, a constitucionalidade do investimento cruzado, modelo que permite a renovação antecipada das concessões ferroviárias mediante contrapartidas de investimentos ferroviários, inclusive em estados diferentes onde está a ferrovia objeto da renovação.

O deputado João Leite ratificou que a decisão do STF vai ser de suma importância para a definição da distribuição dos recursos. Ele relatou que participou de reunião em Brasília sobre a questão e traçou o panorama do contexto que envolve as discussões aos convidados da audiência.

Segundo o deputado João Leite, a bancada de deputados federais e senadores mineiros não está disposta a abrir mão da utilização da multa apenas em Minas como forma de compensação por grandes investimentos federais feitos em outros estados no passado, como as obras realizadas no Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2016. Eles entendem que Minas já foi muito prejudicada no passado.

Para reafirmar o compromisso da comissão com o setor e a constante disposição para o diálogo dos seus membros, o deputado lembrou algumas conquistas que vieram com a mobilização de todos os interessados, como a criação de uma Superintendência de Transporte Ferroviário.

O deputado Roberto Andrade, por sua vez, reafirmou que a comissão não irá esmorecer na luta pela valorização do modal ferroviário em todo o Estado.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 5/12/2019

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 5/12/2019 o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente, deputado Gustavo Mitre, a deputada Marília Campos e o deputado Osvaldo Lopes.

Os deputados foram acompanhados pelos convidados Marcos Brandão diretor-presidente – BH Airport – Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, Mila Batista Leite Corrêa da Costa diretora-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Vânia Silveira de Pádua Cardoso, superintendente de Transporte Ferroviários do Estado de Minas Gerais, Cristiano Dutra Horta Jardim, Relações Institucionais da BH Airport, Esterlino Luciano Campos Medrado, assessor da Federação das Empresas de Transportes de Carga do Estado de Minas Gerais, Charlston Marques Moreira gerente de planejamento da agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e Octávio Elísio Alves de Brito, presidente do Conselho Empresarial de Turismo da ACMinas.

Relato

Primeiramente, o presidente da comissão anuncia que a reunião foi destinada a debater a importância de ser viabilizada a ligação do Aeroporto de Confins com os corredores ferroviários do Estado, de forma a ampliar sua competitividade para receber e exportar cargas.

O deputado João Leite explicou que, a proximidade do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte da Estação Doutor Lund em Pedro Leopoldo, por onde passam os trens da VLI logística, possibilita a interligação dos modais terrestres ao aéreo. O deputado acredita que a utilização do Aeroporto Internacional de Confins proporcionaria um diferencial competitivo ao Estado de Minas Gerais para o escoamento de suas cargas.

O diretor-presidente da BH Airport, Marcos Brandão, informou que foi criada na empresa uma linha de negócios com foco em soluções logísticas, por meio da qual o aeroporto é pensado como a porta de entrada das cargas no Estado. Para garantir a eficiência da nova linha de negócios, o diretor-presidente informou que foi contratado um projeto de consultoria com o objetivo de entender o cenário logístico da movimentação de cargas aéreas, além disso será realizado um estudo das possibilidades de realização de parcerias com transportadoras terrestres. Brandão, porém, acredita que as parcerias só serão possíveis a partir do fortalecimento das ferrovias como meio para o escoamento de carga.

De acordo com Brandão, mais de 70% das cargas destinadas a Minas Gerais chegam através do transporte rodoviário vindo de São Paulo, o que na visão do diretor não é eficiente para Minas Gerais. Geograficamente, o Estado ocupa em uma posição estratégica no País, a menos de uma hora de voo de sete cidades que somam 80% do Produto Interno Bruto – PIB – nacional, fator que deveria ser mais bem aproveitado.

Além dos fatores geográficos, o diretor-presidente da Airport acredita que o modal ferroviário mineiro é um diferencial do Estado. Todavia, acredita ser necessária a criação de uma cultura de integração com o *trade* do comércio exterior.

Segundo Brandão, existem alguns incentivos fiscais para Confins, mas que não foram acessados pelas empresas devido à falta de divulgação dos benefícios. Por isso, informou que a BH Airport pretende realizar uma divulgação mais eficiente dessas informações.

Segundo os dados da BH Airport, o terminal de cargas de Confins ampliou sua capacidade de movimentação de cargas em 25%, muito acima da média nacional que foi de aproximadamente 3%, essa diferença segundo Brandão é resultado de investimentos e redução no tempo médio de liberação de cargas. O diretor-presidente divulgou ainda o aumento do número de destino diretos acessados por Confins, que subiu de 25 para 47 nos últimos quatro anos. Outra possibilidade, segundo ele, é o uso da “barriga” da aeronave para transporte de produtos, sem necessidade de cargueiros, já que os aviões hoje, viajam em média, com 60%, de ociosidade nesse espaço.

Brandão apresentou o conceito do aeroporto-indústria e afirmou que a sua homologação deve ser feita em breve. De acordo com o projeto, toda e qualquer empresa que operar em regime de aeroporto-indústria necessariamente fará a importação e exportação pelo Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, o que produzirá o fortalecimento do *hub* logístico, do Estado. De acordo com Brandão, o Aeroporto Internacional de Confins é o que opera para o maior número de destinos do País conectando a Região Sudeste à Região Nordeste. Segundo ele, para trazer um avião cargueiro de Miami a Confins, algumas companhias aéreas fazem o valor por quilo 15% menor do que no Aeroporto de Viracopos – Campinas/SP –, porém o Aeroporto de Confins não possui o volume de cargas que o aeroporto de Viracopos possui.

A diretora-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Mila Batista Leite Corrêa da Costa, informou que a criação do escritório de Mobilidade foi um grande avanço para o Estado de Minas Gerais e espera que o escritório consiga viabilizar uma parte relevante dos projetos de mobilidade da RMBH. Nesse contexto, a diretora acredita que a BH Airport seja um ator fundamental no planejamento metropolitano de Belo Horizonte. Ela sugeriu que fossem convidados para próximas reuniões da comissão representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

A superintendente de Transporte Ferroviários do Estado de Minas Gerais, Vânia Silveira de Pádua Cardoso, acredita que a parceria para a conectividade entre o aeroporto e o ramal ferroviário proporcionará enormes benefícios, tanto para as empresas concessionárias, quanto para a população mineira e de acordo com a superintendente o custo-benefício compensaria a parceria.

A deputada Marília Campos reforçou que o projeto de conexão da ferrovia com o Aeroporto deve atender não apenas o transporte de cargas, mas também o de passageiros. De acordo com a deputada, se os recursos das renovações de concessões ficarem em Minas Gerais será possível atender tanto o transporte de cargas quanto o de passageiros. Caso os recursos não fiquem, há empresas internacionais com interesse em investir nesse tipo de negócio.

Para o assessor da Federação das Empresas de Transportes de Carga do Estado de Minas Gerais, Luciano Campos Medrado, a logística de Minas Gerais é incompleta, já que o estado não possui capacidade de armazenagem das cargas. Esse fato restringe a capacidade de Minas de ser a principal plataforma de distribuição do Sudeste ao Nordeste e Norte do País. O assessor pontuou que o transporte rodoviário de cargas é competitivo apenas em curtas e médias distâncias, porém devido à falta de opção é o meio mais utilizado para o escoamento das produções no País. Medrado, citou o estudo da matriz de origem e destino de cargas, que tem sido realizado pela Agência de Desenvolvimento da RMBH, como um importante instrumento para a busca por cargas pela BH Airport.

Ao final da audiência, os parlamentares se mostraram dispostos a lutar pela conexão dos modais em Minas Gerais. Os participantes concordam com a importância de Minas Gerais no cenário nacional para o escoamento de cargas e transporte de passageiros.

RELATÓRIO DE VISITA de 6/12/2019

Locais visitados: 1 – Praça Canaan; 2 – Local onde será construído o viaduto que ligará a Avenida Coronel Belchior de Godoy aos Bairros Goiás (parte alta) e São Sebastião e à MG-223; 3 – Imóveis do complexo do acervo ferroviário, todos em Araguari.

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 3.073/2019, do deputado Raul Belém, a Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras visitou, no dia 6/12/2019, o Município de Araguari para conhecer o significativo acervo patrimonial ferroviário lá existente, o qual está se deteriorando devido à falta de uso e manutenção.

Participaram da visita o presidente da comissão, deputado João Leite, e o deputado Raul Belém. Eles foram acompanhados por Marcelo Pinheiro Chagas, diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit –; Francisco Mesquita,

coordenador de Construções Ferroviárias do Dnit; Eliézer Pestana, assessor de Relações Institucionais e Comunidades Sênior da VLI Logística em Araguari; e João Batista Carvalho, assessor de Serviços Técnicos de Engenharia da empresa.

Relato

A visita teve o intuito de conhecer o patrimônio ferroviário existente em Araguari, onde opera a Ferrovia Centro-Atlântica S.A. – FCA. A empresa obteve a concessão da malha Centro-Leste, em virtude do processo de desestatização da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA. Atualmente, a FCA é controlada pela empresa Valor da Logística Integrada – VLI.

Primeiramente, os participantes visitaram a Praça Canaan, onde será executada uma obra de compensação, a ser realizada pela VLI Logística, prevista para começar em 2020, com investimentos da ordem de R\$520 mil, oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Do projeto arquitetônico constam a construção de quadra poliesportiva, parque infantil e pista de caminhada, dotados de iluminação.

Em seguida, a comissão conheceu o local de outra obra de compensação em estudo, que, segundo o deputado Raul Belém, consiste em um viaduto que ligará a avenida Coronel Belchior de Godoy aos Bairros Goiás (parte alta) e São Sebastião e à MG-223. O Dnit se comprometeu a enviar técnicos para analisar o projeto dessa construção.

Posteriormente, os parlamentares foram aos imóveis do Complexo Ferroviário de Araguari, que, devolvidos pela concessionária, já foram transferidos ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit. Essas instalações serão cedidas à prefeitura, segundo o deputado Raul Belém.

A comissão constatou que o patrimônio ferroviário disponível em Araguari é constituído pelo chamado Palácio dos Ferroviários, além de oficinas e vagões da antiga Estrada de Ferro Goiás. Esses vagões, no entanto, apresentam sinais de deterioração devido à falta de uso e manutenção. O presidente da comissão, deputado João Leite, destacou que há uma proposta de se construir uma escola ferroviária na área das oficinas. Para ele, a concessionária VLI poderia oferecer essa obra a Araguari e, em parceria com o município, promover a capacitação de jovens para trabalhar na ferrovia.

O presidente da comissão acrescentou que a empresa solicitou ao Governo Federal a prorrogação antecipada da concessão por mais 30 anos. “O relatório da renovação da concessão prevê

também uma contrapartida para Araguari, que seriam a criação da escola ferroviária e a recuperação de toda essa estrutura, a maior do Brasil, que está aqui abandonada”, informou João Leite.

Conclusão

Ao final da visita, os deputados puderam constatar a magnitude do patrimônio ferroviário disponível em Araguari e destacaram a importância de esses imóveis serem preservados e utilizados pela sociedade, sobretudo após a sua cessão pelo Dnit para a Prefeitura de Araguari.

Sala das Comissões, de de .

, relator(a).

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 12/3/2020

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 12/03/2020 o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente Gustavo Mitre e a deputada Marília Campos.

Também participaram da audiência Jairo Misson Cordeiro, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária do Tribunal de Contas da União, Jean Mafra dos Reis, Superintendente da Infraestrutura e Serviços de Transportes Ferroviários de Cargas – ANTT –, Clóvis Eduardo Santos Castro, Equipe técnica do DNIT, Vânia Silveira de Pádua Cardoso, superintendente de Transporte Ferroviário da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Fernando Simões Paes, Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF –, Andreia Aon Martins Cardoso, Técnica do Iphan, Ana Carolina Oliveira Senna Jeronymo, Chefe da Unidade Ferroviária de Belo Horizonte – UFBEL, Charliston Marques Moreira, Diretor de Planejamento da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, André Louis Tenuta Azevedo, Presidente do Instituto Cidades e Diretor da ONG TREM, Sérgio Motta de Mello, Diretor da Associação de Preservação das Tradições e do Patrimônio Cultural de Santa Bárbara, Fabiana Aparecida de Sena Araujo, Advogada de Assuntos Legislativos do Sistema Fiemg, Peterson Rodrigues Pedrosa, Analista de Assessoria Estratégica do Sistema Fiemg, Luiz Eduardo Pereira de Oliveira, Assessor na Procuradoria da República/Ministério Público Federal, José da Silva Ramos Filho, Tesoureiro do Circuito Turístico Serra de Minas - Sede em Viçosa, Marcia Cristina Gomes, Diretora de Relações com o Governo de Políticas Públicas da Wabtec, José Augusto de Oliveira, Presidente da Associação Trem Bão de Minas

Relato

A reunião foi iniciada pelo presidente, que anunciou que sua finalidade era ouvir o Sr. Jairo Misson Cordeiro, secretário de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária do Tribunal de Contas da União, sobre o processo de renovação antecipada da concessão da ferrovia Vitória a Minas.

A comissão trouxe para Minas Gerais, de Brasília, o secretário de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária do Tribunal de Contas da União, Jairo Misson Cordeiro, que expôs a análise técnica que a sua secretaria fez sobre as propostas de renovação antecipada das ferrovias EFVM e Estrada de Ferro Carajás, no Pará, ambas para a Vale S.A. O relatório dessa secretaria não é conclusivo, pois a decisão final caberá aos Ministros do TCU. Entretanto, seus apontamentos técnicos são um elemento importante para a corte.

Segundo o secretário, cinco indagações preliminares do Tribunal de Contas da União travam, neste momento, o processo de prorrogação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) à companhia Vale. São dúvidas relativas a cálculos de demandas e valores de ativos e tarifas, entre outros pontos do estudo da renovação, e que poderiam impactar o preço do novo contrato.

O primeiro ponto diz respeito ao cálculo da base de ativos da EFVM. Esse item prevê uma indenização à Vale, estimada em R\$ 4,5 bilhões, por 15 mil itens que a empresa listou. A equipe técnica do TCU aponta assimetria nas informações e falta de condições da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para aferir o levantamento.

Jairo acrescenta que, ao contrário de outras linhas, que foram arrendadas às concessionárias, a EFVM foi vendida junto com a Vale. “É como se estivéssemos reestatizando tudo, mas sem a previsão de reversão ao poder público. Isso precisa ser apresentado com mais transparência porque, ao final, a sociedade é que vai pagar”, pontuou.

Segundo Jairo, falta uma regulamentação na ANTT sobre quais itens são indenizáveis. Isso porque, até 2017, a Agência vedava que despesas de manutenção fossem consideradas investimentos, mas a partir daí, com a revogação da norma, há um vácuo na legislação. Vários itens da base de ativos – em tese, imobilizados – têm a característica de substituição, pela análise do TCU.

Outro ponto citado pelo TCU diz respeito ao estudo de demanda da EFVM, feito pela própria Vale. Os gráficos apontam estabilidade nos últimos anos, o que gerou dúvidas no tribunal, já que a China, principal destino do minério de ferro, vem registrando crescimento anual de aproximadamente 10%. A demanda, assim, poderia estar subestimada.

No relatório prévio do TCU, o investimento cruzado também gera dúvidas. Por esse mecanismo, a Vale pode, por exemplo, renovar o contrato da EFVM, que cruza Minas e Espírito Santo, e destinar parte do pagamento a outro estado. Atualmente, dos R\$ 8,8 bilhões de investimentos previstos, R\$ 2,9 bi estão destinados a uma ferrovia no Centro-Oeste do País, a Fico.

O restante dos recursos seria investido na própria EFVM. Entre os vários itens, estão também desapropriações, projeto executivo e a resolução de conflitos urbanos, com a construção de 22 viadutos, 22 passarelas e seis passagens inferiores, entre outras obras.

A dúvida do TCU, porém, não é sobre a legalidade dessa transferência de recursos, mas sobre a operacionalização do investimento. Segundo Jairo, a ANTT e o Ministério da Infraestrutura entendem que a própria Vale vai construir a Fico. Mas para o tribunal, a obra, pública, deveria ser precedida de licitação.

O TCU questiona, ainda, o cálculo da tarifa de carga a partir de uma fórmula diferente daquela determinada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em 2008. Segundo Jairo, a ANTT fez uma média do lucro antes dos juros, dividido pela receita operacional líquida, em três concessionárias.

O secretário do TCU afirmou que valor médio da ANTT ficou bem próximo daquele calculado para a EFVM. Mas o Tribunal estaria preocupado com o valor apurado para a Ferrovia Carajás, que poderia resultar numa diferença de R\$ 14 bilhões na concessão.

Por fim, o TCU questiona a taxa de desconto, que mede a atratividade do negócio. Ela se baseia em muitos dados econômicos apurados em 2015, mas que sofreram variações nos últimos anos. Para os técnicos do Tribunal, caberia uma revisão. “No caso da Vitória a Minas, a variação de 1% no índice significa uma diferença de R\$ 770 milhões”, afirmou.

Fernando Simões Paes, diretor-presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF – representou a Vale na audiência e trouxe contrapontos ao TCU. Ele admitiu assimetrias na base de ativos, mas pontuou que ela é auditada por grandes empresas, já que a Vale tem ações na Bolsa de Valores. Fernando Simões salientou que o contrato deverá trazer a figura da outorga variável. Assim, em caso de aumento de demanda, como, por exemplo, o decorrente do carregamento de cereais pelo Fico, caberia um novo valor de outorga. Fernando Simões explicou que a obra da Fico será feita a partir de um processo executivo aprovado pelos órgãos públicos e que qualquer custo adicional, além do previsto no projeto, será arcado pela Vale. Ele também pontuou que a escolha pelo investimento na Fico é do governo federal e que, caso o investimento não fosse feito na Fico, os recursos correspondentes iriam para o caixa único da União. O representante da Vale argumentou, com relação à crítica à metodologia de cálculo de cargas, que o

critério adotado foi aprovado em audiências públicas, bem como a previsão de revisão do índice a cada três anos. A fórmula do Cade, defendida pelo TCU, segundo Fernando Simões, geraria valores maiores que o teto tarifário da ANTT. “O critério usado é razoável e mais oneroso do que nas ferrovias americanas”, disse. Afirmou ainda que foi o modelo de concessão integrada “mina-ferrovia-porto” que permitiu à Vale competir em escala global com as mineradoras australianas. Disse também que Minas Gerais, que agora está listando projetos prioritários, em grande medida pela atuação da Comissão Pro-ferrovias Mineiras, terá condições de atrair muitos investimentos ferroviários decorrentes das renovações antecipadas.

O deputado João Leite, presidente da comissão, voltou a defender investimentos em Minas Gerais, onde houve abandono de linhas pelas concessionárias, citando como exemplo a Linha Mineira. Ele criticou a opção pelo investimento na Fico, no Mato Grosso, e pontuou que várias regiões de Minas Gerais apresentam cargas que poderiam ser transportadas por ferrovias. Ele também disse que os critérios de avaliação das ferrovias devem levar em conta questões mais abrangentes, como os benefícios para toda sociedade. Citou como exemplo a própria EFVM, que circula passageiros ao lado de uma das rodovias mais perigosas do país, a BR-381 e onde anualmente morrem dezenas de pessoas nas rodovias. Disse ainda que a baixa participação das ferrovias nos transportes de cargas em geral no Brasil leva ao transporte pesado em grandes caminhões, que danificam as rodovias e contribui para os acidentes.

Na fase de debates, vários participantes alertaram para outras questões da renovação antecipada. André Tenuta, da ONG Trem, criticou, entre outros assuntos, os impactos do decreto sobre os arrendamentos citado pela ANTT, que, segundo ele, é altamente favorável para as concessionárias.

O superintendente da Infraestrutura e Serviços de Transportes Ferroviários de Cargas da ANTT, Jean Mafra dos Reis, por sua vez, argumentou que o decreto da União que extingue o arrendamento de bens veio para simplificar a fiscalização dos contratos, que deixa de ser feita item a item, assim substituir a metodologia antiga, de modo que a obrigação da concessionária devolver ao governo no final do contrato passa a ser a capacidade operacional das ferrovias.

Ao final, o secretário do TCU informou que, vencida a análise dos cinco pontos preliminares que ele citou, outras questões também serão analisadas.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 19/6/2020

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 19/6/2020 o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente, Gustavo Mitre, os deputados Roberto Andrade e Coronel Henrique e a deputada Marília Campos.

Também participaram da audiência a subsecretária da Subsecretaria de Transportes e Mobilidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Monica Salles Lanna, e os deputados Dalmo Ribeiro e Laura Serrano.

Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião destinava-se a apresentar e a debater o relatório técnico do Tribunal de Contas da União sobre a antecipação da renovação da concessão do trecho ferroviário Vitória-Minas Gerais, bem como para que sejam apresentados os trabalhos relativos ao Plano Estratégico Ferroviário, a ser elaborado pela Fundação Dom Cabral, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a realizar audiência pública.

A subsecretária de Transporte e Mobilidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, Mônica Salles Lanna, iniciou sua fala ressaltando a importância da temática para o Estado e destacando o trabalho integrado do Executivo e do Legislativo para o desenvolvimento do modal ferroviário mineiro. Segundo a subsecretária o Plano Estratégico Ferroviário – PEF – será um importante instrumento para que o desenvolvimento da malha ferroviária ocorra. Assim, apresentou questões relativas à construção do PEF desde o processo de recebimento de demandas e estudos pela Fundação Dom Cabral até a apresentação de um portfólio que contará com informações dos projetos prioritários para implantação de uma nova estrutura ferroviária no Estado. A subsecretária destacou o papel dos workshops para a identificação dessas prioridades.

Mônica Lanna esclareceu que a prioridade da gestão e das ações do governo é garantir os recursos para investimento nas ferrovias do Estado. Segundo a Subsecretária, a gestão estadual está pensando em estratégias para não deixar que o andamento do PEF seja impactado pela pandemia do Covid-19. Esclareceu que o plano já contém cerca de 60 propostas e que todas as propostas e solicitações apontadas na audiência serão levadas para apreciação do secretário.

Os parlamentares defenderam a implementação do Anel Ferroviário da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o que, segundo eles, traria melhorias no transporte de carga e também de pessoas na região. Segundo o deputado João Leite, a legislação garante que haja um indicativo dos investimentos que devem ser feitos e de um cronograma para que a renovação da concessão seja efetivada. A deputada Marília Campos corroborou a fala do deputado João Leite e acrescentou que a pandemia não pode ser um impeditivo para a perda dos recursos da renovação da concessão da ferrovia. Ressaltou que os recursos têm que ser direcionados a Minas Gerais. A

parlamentar se mostrou preocupada com os efeitos que a Covid-19 trará para o desenvolvimento e planejamento municipal, destacando que o investimento em transporte é essencial nesse cenário.

O deputado Roberto Andrade apresentou a importância de uma ligação ferroviária ao aeroporto de Confins, ressaltando que o gargalo de acesso ao aeroporto seria minimizado e que, para reduzir as dificuldades econômicas oriundas da pandemia Covid-19, investimentos nessa ligação são fundamentais.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 13/7/2020

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 13/07//2020 o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente Gustavo Mitre, a deputada Celise Laviola e os deputados Gil Pereira, Dalmo Ribeiro Silva, Betinho Pinto Coelho e Zé Reis.

Também participaram da audiência André Louis Tenuta Azevedo, Diretor da ONG Trem, Monica Salles Lanna, Subsecretária de Transportes e Mobilidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Vânia Silveira de Pádua Cardoso, Superintendente de Transporte Ferroviário da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e Ramon Victor Cesar, Professor e Pesquisador da Fundação Dom Cabral

Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião se destinava a analisar os avanços dos estudos da implantação e operação do desenvolvimento ferroviário do Estado que foram apresentados pela Fundação Dom Cabral, durante a segunda edição do "workshop" do Plano Estratégico Ferroviário - PEF.

O objetivo era estabelecer mais uma rodada de diálogo sobre o PEF, estudo conduzido pela Fundação Dom Cabral que está sendo custeado pela Associação Nacional de Transportadores Ferroviários, e que tem por escopo selecionar projetos para ampliar as ferrovias no Estado. Em audiência pública, deputados e especialistas fizeram ponderações sobre o andamento do plano, que deve ser concluído até o final deste ano.

O presidente da comissão, deputado João Leite afirmou que, apesar de confiar no trabalho da fundação, o resultado preliminar do PEF, apresentado recentemente, tem gerado muitas dúvidas. Ele e vários outros parlamentares se manifestaram questionando sobre trechos ou projetos ferroviários que não foram contemplados no estudo. Ao longo da reunião, foram aprovados vários requerimentos solicitando inclusão de trechos de ferrovias para análise, dentro do plano.

As críticas ao estudo vêm principalmente de organizações não governamentais que lidam com a questão e que compõem a chamada “Frente Ferroviária Mineira”, representada na reunião pelo diretor da ONG Trem, André Louis Tenuta Azevedo. Ele considera que o estudo tem sido feito de forma teórica, “dentro dos gabinetes, sem ouvir as pessoas e comunidades envolvidas com o assunto”. Na opinião dele, a lógica do plano continua sendo “meramente econômica”, privilegiando as grandes empresas que utilizam as ferrovias e apenas os corredores de exportação de minério e soja. André Tenuta criticou a metodologia da Fundação Dom Cabral, que inviabiliza os projetos para trens de passageiros. Ainda segundo ele, o estudo separa trens turísticos e trens regulares de passageiros em duas categorias distintas. Os turísticos ficaram no chamado “greenfield”, área verde, onde tudo teria que ser construído do zero; e os de passageiros ficam no “brownfield”, área onde já existe o traçado e as linhas teriam apenas que ser recolocadas. Outro erro seria o estudo ter ignorado as linhas já existentes, apontando para a construção de novas, o que ficaria muito mais caro.

A representante da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, a subsecretária Mônica Salles Lanna, afirmou que o plano é o consolidado de dados técnicos que vão subsidiar a política ferroviária, e que a definição do Executivo sobre esses projetos ainda está em construção.

A superintendente de Transporte Ferroviário da Seinfra, Vânia Silveira de Pádua Cardoso, garantiu que as entidades que tiverem interesse ainda podem se manifestar pelo email ferrovias@infraestrutura.mg.gov.br até o dia 17 de julho de 2020.

André Tenuta, que na reunião representou a Frente Ferroviária Mineira, também alertou para as opções de financiamento para o desenvolvimento do setor ferroviário. Na opinião dele, o governo de Minas precisa lutar por mais recursos na renovação das concessões para exploração de suas ferrovias, por exemplo. A outorga do trecho Vitória-Minas, avaliada em 640 milhões de reais, valeria segundo estudos citados por ele, entre 10 a 20 bilhões de reais.

Outras sugestões dadas por ele envolvem a desburocratização das regras para exploração de pequenos trechos de ferrovias por empreendedores individuais, para facilitar os investimentos em transporte de passageiros e de cargas locais.

Vários parlamentares solicitaram a inclusão de trechos considerados essenciais. O deputado João Leite voltou a cobrar do governo os estudos para implantação do Expresso do Rei, em Lavras (Sul), do trem de passageiros ligando o bairro Belvedere ao museu de Inhotim, em Brumadinho (RMBH), da ligação ferroviária entre os municípios de Pirapora (Norte) e Unai (Noroeste), entre outros trechos que ajudariam a escoar a produção de diversas regiões do Estado, "não só o minério, mas as carnes, a fruticultura, os cafés mineiros". Também defendeu a oferta de mais horários de trens de passageiros na ferrovia Vitória-Minas.

A deputada Celise Laviola reivindicou novos investimentos para a região de Governador Valadares (Rio Doce). "Nossa região é cortada pela linha férrea há muitos anos, mas não podemos ficar só com o pó do minério", afirmou, referindo-se a novos trechos que poderiam ser implantados para transporte de cargas e de passageiros.

O vice-presidente da comissão, deputado Gustavo Mitre, lembrou que a volta dos trens metropolitanos pode ajudar a resolver o problema de trânsito na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Também quis saber sobre o projeto para contorno ferroviário de Itaúna (Centro-Oeste) e o trecho entre São Lourenço e Passa-Quatro, no Sul de Minas.

Já o deputado Zé Reis (Pode), que é do Norte de Minas, solicitou, entre outras demandas, um ramal ferroviário ligando a cidade de Janaúba ao distrito de Mucambinho, na cidade de Jaíba, polo fruticultor do Estado. Outra reivindicação do deputado é para se construir um anel ferroviário no entorno de Montes Claros, se possível aproveitando-se os trilhos que ficam dentro da cidade para o transporte rápido de passageiros.

O professor e pesquisador da Fundação Dom Cabral, Ramon Victor Cesar, afirmou que há limitações econômicas para os estudos de elaboração do plano, que não consegue analisar a fundo todos os projetos e demandas de uma vez. "Temos que priorizar projetos que têm maior viabilidade econômica e social. Estamos apenas assessorando o governo, mas entendemos que o governo também terá que fazer escolhas", ponderou.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 23/9/2020

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 23/9/2020 o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente, deputado Gustavo Mitre, e os deputados Coronel Henrique, Hely Tarquínio, Carlos Pimenta e Zé Reis.

Também participaram da audiência o diretor de Terminais e Logística do Porto do Açu, João Paulo Araújo Braz e o gerente de logística do Porto Açu, Rômulo Calzavara de Souza.

Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião destinava-se a debater a retomada da Linha Mineira para o Porto do Açu, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a realizar audiência pública.

O diretor de terminais e logística do Porto do Açu, João Paulo Araújo Braz, iniciou sua fala com uma apresentação, do Porto do Açu, apresentando os players internacionais parceiros do

projeto. Destacou que a principal vocação do Porto do Açu é o trabalho com o setor de minério, petróleo e gás. Além disso, destacou alguns dados importantes do Porto: em 2019, o porto movimentou 43 milhões de toneladas, sendo que mais de 50% delas tiveram origem e destino em Minas Gerais, possuem aproximadamente 90km² de retroárea para instalação de indústrias e empresas e cerca de 7km de cais operacionais de expansão que hoje disponibilizam mais de 7 mil pontos de emprego. Segundo o diretor, o Porto do Açu tem cinco anos de operação, mas, atualmente, fica atrás do de Santos e do de Paranaguá. Também ressaltou que grande parte do sucesso do porto se dá pelo sucesso da indústria mineira e, assim que estiver totalmente ocupado, ele trará bastante relevância para o Estado de Minas Gerais.

O diretor afirmou que, atualmente, o porto é responsável pelo escoamento de aproximadamente 25% do petróleo exportado pelo Brasil e que o porto possui uma capacidade para movimentar 1,2 milhão de barris/dia. Esclareceu que ainda é uma terminação em expansão, com a construção de óleo dutos e terminais de estocagem de mais de 10 milhões barris. Ressaltou que o porto também tem vocação para os setores de gás e de energia e que ele representará o maior parque termoeletrico a gás natural da América Latina, com capacidade instalada de três gigawatts e início para 2021.

Segundo João Braz, o porto também está atuando no escoamento de fertilizantes por ações do T-Mult e vai começar a direcionar o escoamento da agroindústria para o ano de 2021, o que terá relevância para Minas principalmente pela cultura do café.

Em relação a sua conectividade, o diretor informou que o Porto está conectado por transporte marítimo, aeródromo, oleodutos e gasodutos, rodovias e ferrovias e que o melhoramento das vias, a partir de reforma e modernizações beneficiaria bastante o escoamento dos produtos. Por fim, acrescentou que, em sua opinião, a ferrovia representa uma conexão importante para longo prazo, que possibilitará a expansão do porto. Ressaltou, ainda, que o transporte ferroviário equilibra o sistema portuário brasileiro, uma vez que reduz os custos do agronegócio, da siderurgia e da construção civil, o que beneficia os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Goiás.

De acordo com o gerente de logística do Porto do Açu, Rômulo Calzavara de Souza, o porto de Vitória não suportará mais de sete milhões de toneladas de grãos e que o investimento na linha mineira com ligação ao Porto do Açu é essencial para o escoamento do excedente da produção de Grãos de Minas Gerais. Defendeu os investimentos na Linha Mineira ressaltando que uma ligação entre o Porto do Açu, a rodovia 118 e a linha férrea mineira, proporcionaria uma conexão de três pontos, que sairia “do sistema Vale”, e seria uma ótima oportunidade de escoamento da produção do Estado.

Durante a apresentação do projeto do Porto do Açú o deputado João Leite solicitou que o trecho da linha ferroviária de Minas, no Município de Recreio, fosse reestruturado. O parlamentar expôs sua expectativa para a retomada da Linha Mineira, sobretudo com a possibilidade de se conectar com o Porto do Açú, o que em sua visão seria uma excelente alternativa para escoar a produção da Zona da Mata mineira.

O deputado Roberto Andrade afirmou que a Zona da Mata está retomando o seu desenvolvimento, principalmente com o aumento da exploração mineral e, portanto, são necessárias alternativas para realizar o escoamento dessa produção para além da rodovia.

Os parlamentares presentes na audiência ressaltaram o belo trabalho desenvolvido pelo Porto do Açú, destacaram o potencial de produção do Estado de Minas Gerais e defenderam maiores investimentos em ferrovias para o escoamento dessa produção, afirmando que seu potencial produtivo deve ser explorado ao máximo.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 28/9/2020

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 28/9/2020 o presidente da comissão, deputado João Leite, a deputada Marília Campos e os deputados Roberto Andrade, Coronel Henrique, Carlos Pimenta, Gil Pereira e Zé Reis.

Também participou da audiência o procurador da República Fernando de Almeida Martins

Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião destinava-se a debater, com o procurador federal Fernando Martins, a homologação — pela Justiça Federal — da multa referente ao abandono dos trechos ferroviários concedidos à Vale AS, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a realizar audiência pública.

O procurador da República no Estado de Minas Gerais, Fernando de Almeida Martins, esclareceu que, ao longo de vários anos, foi realizado um processo de acompanhamento de não pagamento de verbas devidas pelo abandono de 750 km de ferrovias em Minas Gerais. Destacou que a primeira ação foi movida em 2004 e, nos últimos cinco anos, esclareceu que o governo está tentando entabular um acordo com a empresa e que tem sido bastante desgastante garantir o pagamento dessas verbas e, principalmente, manter as verbas/investimentos na área de infraestrutura. Informou que, ao final do processo, o acordo assinado no fim de 2019 foi de R\$1,2 bilhão com pagamentos feitos em

60 prestações mensais para serem aplicadas no metrô de Belo Horizonte. Porém, ressaltou que há uma disputa de diversos setores ligados à economia e à infraestrutura pelos recursos. Também afirmou que os valores estão sendo direcionados para o Tesouro Nacional sem a garantia de que serão destinados aos trilhos, ou seja, o acordo não está sendo cumprido. Em sua opinião, é necessária uma mobilização dos atores mineiros para que o acordo seja cumprido e para que os recursos sejam realmente direcionados ao metrô de Belo Horizonte. Para ele, tal fato representaria uma vitória para o modal ferroviário.

Para o procurador, é equivocada a postura assumida por alguns agentes públicos que defendem que esses recursos sejam direcionados a projetos específicos em Minas Gerais, destacando a possibilidade de perda dessa verba ou de que outros projetos semelhantes deixem de ser revertidos em investimentos e em infraestrutura. Para o procurador é de suma importância que o acordo seja cumprido, primeiro para que os recursos sejam destinados à obra do metrô da BH, segundo porque o seu descumprimento atingirá, necessariamente, a destinação das próximas verbas.

O deputado João Leite pontuou que o Estado perdeu muito com o abandono da chamada linha mineira e também defendeu importância da mobilização política para a garantia dos recursos ao metrô da capital mineira. O deputado Roberto Andrade, por sua vez, questionou o procurador sobre como mudar o que vem ocorrendo devido ao desvio da finalidade do acordo. Fernando Almeida informou que os instrumentos legais serão utilizados, mas acredita que a mobilização é essencial, afirmando que, se Minas Gerais perder esses recursos, haverá riscos de perda de outros recursos que deixariam de ser direcionados à infraestrutura.

A deputada Marília Campos ressaltou a importância da mobilização e da união dos atores mineiros em prol da garantia dos investimentos para o Estado de Minas Gerais.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 2/10/2020

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 2/10/2020 o presidente da comissão, deputado João Leite, e os deputados Roberto Andrade, Marília Campos, Sávio Souza Cruz, Alencar da Silveira Jr., Zé Guilherme e Zé Reis.

Também participou da audiência o secretário de fiscalização de infraestrutura portuária e ferroviária – Tribunal de Contas da União – TCU –, Jairo Mission Cordeiro.

Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião destinava-se a debater a atuação do Tribunal de Contas da União na fiscalização do setor ferroviário, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a realizar audiência pública.

Os parlamentares presentes apresentaram suas indignações com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. O deputado João Leite ressaltou que a agência reguladora do setor de transportes no Brasil foi criada com o objetivo de fiscalizar em favor da população, mas que, ao contrário, observa uma atenção às empresas e um descuido total com o patrimônio público. A deputada Marília Campos também reiterou a falta de fiscalização pela agência e ainda atribuiu o fato à falta de interesse político de quem comanda o País e o Estado nessa fiscalização.

O secretário de fiscalização de infraestrutura portuária do TCU, Jairo Cordeiro, iniciou sua fala com uma apresentação sobre a atuação do TCU no setor ferroviário. Primeiramente, relembrou o papel TCU na administração pública, ressaltando que ele é um órgão do governo Federal que auxilia o Congresso Nacional a fazer o controle externo de toda Administração Pública Federal. Ademais, destacou os limites das atribuições do tribunal em apontar alguns problemas de fiscalização nas empresas.

O secretário, em sua explanação, apresentou um retrospecto dos estudos de fiscalização da concessão do trecho Vitória a Minas à empresa mineradora Vale. Nesses estudos, identificaram-se alguns problemas nas propostas originais apresentadas pela ANTT. Segundo o secretário, os problemas gerais observados envolvem a dilapidação e o extravio do patrimônio concedido, a devolução irregular de trechos, a falta de fiscalização das cláusulas contratuais, a alteração de normas com ônus para a União, a cessão de trechos sem licitação e a falta de pagamento da concessão.

O secretário citou que, em 2012, a ANTT autorizou a concessionária MRS logística a substituir cerca de 55 locomotivas por 29 mais novas e 775 vagões por outros 550 com a alegação de que os novos equipamentos eram mais potentes, porém desconsiderou o fato de que eles estavam alienados, seja em empréstimo, seja em leasing. O impacto de tal ação, segundo ele, é de que, se a União precisar reverter a concessão, não terá como recuperar o patrimônio.

O secretário informou que a autorização para devolução de trechos da concessionária Ferrovia Centro-Atlântica – FCA –, hoje operada pela VLI logística, com a previsão inicial de devolução de quatro mil quilômetros de trechos antieconômicos e outros viáveis, ao custo total de R\$ 874 milhões, sofreu intervenção do TCU e do Ministério Público, e a devolução ficou restrita aos trechos antieconômicos, com o pagamento de R\$ 1,2 bilhão. O deputado João Leite ressaltou que 75% dos trechos devolvidos estão em Minas e que passam por cidades com grande produção de minérios

e outros produtos. Essa malha poderia facilmente ser ligada ao Porto do Açu (RJ), mas que não interessa à empresa Vale se conectar a um porto que não é dela.

Jairo Cordeiro esclareceu que a equipe técnica do TCU identificou irregularidades na base de ativos, no processo de concessão da EFVM à Vale, no estudo de demandas, no cálculo de tarifa para transporte de carga própria, na taxa de desconto e até mesmo na vantagem de renovar a concessão, em contraponto à nova licitação ao fim do contrato. Segundo ele, a base de ativos abrange todo o material rodante e as linhas, além disso, essa base geralmente entra em todos os processos de concessão, mas, no caso da concessão do trecho Vitória a Minas e da Estrada de Ferro Carajás, os ativos foram privatizados junto à Vale.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 9/10/2020

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 9/10/2020 o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente, Gustavo Mitre, e os deputados Roberto Andrade, Coronel Henrique, Sargento Rodrigues e Coronel Sandro.

Também participaram da audiência o diretor pedagógico da Escola Ferroviária de Lavras, Roberto Willians, e o presidente do circuito ferroviário Vale Verde, César Mori Júnior

Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião destinava-se a debater o aprimoramento da escola ferroviária do Município de Lavras, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a realizar audiência pública.

O deputado Sargento Rodrigues elogiou o trabalho da Comissão Pró-Ferrovias e destacou as oportunidades que Minas Gerais, por sua extensão territorial, possui para a exploração desse modal. Afirmou, ainda, que o Estado tem muito a ganhar com o transporte ferroviário. O deputado João Leite destacou a iniciativa do Município de Lavras para a abertura do diálogo com outros setores. Ele acredita que a Escola Ferroviária, a ser implantada em Lavras, será uma escola-modelo para o País. O deputado reforçou que existe uma enorme demanda no setor por mão de obra com formação e que a Constituição Federal determina que 25% dos recursos dos municípios sejam investidos em educação. Assim, sugeriu que fosse estabelecido um diálogo com a área para que esse investimento em educação seja realizado com foco em trabalho.

De acordo com César Morri, presidente do circuito ferroviário Vale Verde, a Escola Ferroviária a ser implantada em Lavras terá oferta de ensinamentos técnico e profissionalizante necessários

não apenas ao setor das ferrovias, mas também a outras áreas carentes de mão de obra, como indústria agrícola e turismo. O presidente do Circuito esclareceu que a Vale doou alguns equipamentos foram à escola e que eles são extremamente necessários para que o ensino profissionalizante ocorra. Dentre os equipamentos estão guindastes, locomotivas e dois carros de passageiros.

Segundo Cesar Motti, a escola será construída nos galpões históricos da antiga estação ferroviária da cidade e terá, ainda, áreas de convivência, alimentação, museu e biblioteca, o que contribuirá para a preservação e a valorização da memória ferroviária. Segundo ele, os visitantes terão a oportunidade de fazer um retorno ao passado com esses espaços. Informou que custo do projeto está orçado entre três e quatro milhões, valor que prevê a adaptação dos galpões, troca de piso, instalação de estruturas de apoio e pintura das instalações e equipamentos.

O diretor pedagógico da Escola Ferroviária de Lavras, Roberto Willians, indicou que um dos objetivos do projeto é desenvolver um termo de ajuste de conduta – TAC –, que conte com o envolvimento de empresas da região, com a oferta de uma educação híbrida. Segundo o diretor pedagógico, primeiramente serão ofertados cursos de profissionalização, os quais serão semipresenciais, de baixa duração, direcionados ao público em geral e a formar profissionais de várias especialidades, como exemplo eletricitista industrial, mecânico de motores e diesel. Com isso, esses profissionais poderão atender as indústrias, o setor agrícola e o de turismo, como pousadas, e depois serão ofertados cursos mais elaborados e específicos, como condutor de trem. Esclareceu, ainda, que os cursos apresentarão uma nova forma de integração entre empresas, instituições de Pesquisa e Escola Profissional e Tecnológica.

Segundo Roberto Willians, o planejamento do projeto também prevê a realização de um termo de ajustamento de conduta com empresas e parcerias com escolas de ensino médio para a oferta de opções profissionalizantes no contraturno escolar. Outra iniciativa será a capacitação de infratores de baixa periculosidade, para ressocialização desse público a partir de novas oportunidades profissionais. Acredita que o modelo de escola é capaz de mobilizar os setores e de promover o desenvolvimento econômico e profissional com a formação de uma gama de profissionais capacitados na área.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 15/10/2020

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 15/10/2020 o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente, Gustavo Mitre, a deputada Marília Campos e os deputados Carlos Pimenta, Gil Pereira, Gustavo Santana e Andréia de Jesus.

Também participaram da audiência a superintendente de transporte ferroviário da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra, Vânia Silveira de Pádua Cardoso, o coordenador-geral de patrimônio ferroviário do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit, Ariston Ayres Rodrigues, o superintendente substituto da Superintendência de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres – Sufer-ANTT, Jean Mafra dos Reis, o diretor da ONG Trem, André Louis Tenuta Azevedo, o gerente-geral de relações institucionais da VLI, Jose Geraldo Azevedo e a gerente de patrimônio da VLI Logística, Lígia Cristina Lazarini.

Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião destinava-se a debater os impactos e as oportunidades promovidos pelo Decreto Federal nº 10.161, de 2019, que regulamenta a alienação ou a disposição dos bens móveis ferroviários inservíveis do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit –, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a realizar audiência pública.

Em seguida, o deputado João Leite iniciou sua fala lamentando a não participação das empresas convidadas para a audiência, que alegaram outros compromissos, e destacou que o tema do transporte ferroviário une vários parlamentares da casa. Após sua fala, alguns representantes das concessionárias entraram em contato com a ALMG e puderam participar remotamente da reunião. Ressaltou que não será mais aceita a perda ferroviária do Estado. Segundo ele, já se perderam aproximadamente 8,5 mil quilômetros de trechos e que agora o Estado possui apenas três mil quilômetros em funcionamento, destacando que trechos importantes foram abandonados.

O coordenador-geral de Patrimônio Ferroviário do Dnit, Ariston Ayres Rodrigues, iniciou sua fala destacando o papel da Comissão Pró-Ferrovias nas tratativas de assuntos importantes para o modal ferroviário. Deu destaque às legislações que permitiram que vagões e locomotivas fora de operação pudessem ser doados ou cedidos para entidades e prefeituras a fim de viabilizar projetos de preservação do patrimônio e de equipar trens turísticos de passageiros. A partir dessas legislações, informou que o Dnit publicou a instrução normativa nº15 de 2020 buscando a destinação desses bens e que o Dnit possui uma carga de passivos, deixada pela Rede Ferroviária Federal – FCA –, muito grande e que, desde 2012, o Dnit vem buscando melhorar os procedimentos para a destinação desses bens. Contudo, esclareceu que o processo não tem avançado da maneira devida, citando que, algumas vezes, as solicitações são aprovadas pelo órgão, mas que as entidades e as prefeituras não recebem os bens por não terem infraestrutura ou recursos para transportá-los e revitalizá-los. Segundo ele, vagões, locomotivas e outros recursos costumam ficar estacionados nos pátios por mais de uma década sem que o requerente vá retirá-los.

Segundo o superintendente da ANTT, Jean Mafra dos Reis, a previsão do desfazimento dos bens das concessões foi previsto na Lei nº 3.448, de 2017, com a previsão da extinção dos contratos de arrendamento. Esclareceu, ainda, que o Decreto Federal nº 10.161, de 2019, prevê que os bens móveis arrendados só poderão ser objeto de alienação ao final do contrato de concessão se tiverem capacidade de transporte. Já em relação aos bens imóveis, informou que eles poderão ser alienados a partir de contrato de manutenção e gestão de uso.

Para a superintendente de transporte ferroviário da Seinfra, Vânia Silveira de Pádua Cardoso, o processo de cessão de bens considerados inservíveis é extremamente importante, uma vez que os bens considerados inservíveis, por alguns órgãos, são extremamente necessários a outros. A superintendente também destacou o problema de estrutura da retirada dos bens pelos requerentes indicando que o custo de viabilização do transporte é realmente caro e que alguns municípios não conseguem realizar o transporte. Sugeriu, assim, a criação de programas de apoio, por meio de empresas e de concessionárias, para viabilizar o transporte de bens ferroviários móveis doados ou cedidos aos seus novos destinos. Os parlamentares apresentaram um requerimento nesse sentido.

Para o diretor da ONG Trem, André Tenuta Azevedo, o Decreto Federal nº 10.161 de 2019 representa “uma pá de cal” sobre a implementação do Plano Estratégico Ferroviário – PEF. Para ele, o plano depende dos materiais que são considerados sucata pelo Dnit, o que torna os custos do projeto infinitamente menores, mas segundo ele, não existe apoio dos órgãos públicos para o transporte desses materiais aos seus destinos. Contudo, Ariston Ayres, coordenador-geral do Dnit, esclareceu que o apoio do órgão aos projetos ferroviários no Estado existe, mas os recursos orçamentários não são suficientes para esse fim.

No entanto, para a gerente de patrimônio da VLI Logística, Lígia Cristina Lazarini, o decreto federal será um facilitador e acelerará o processo de cessão de bens. Em sua visão, o decreto deu mais liberdade às concessionárias para o desfazimento dos bens que não são mais úteis a elas, por meio de disponibilização aos interessados. A gerente afirmou que concessionárias poderão contribuir, mas que o custo é elevado e que será necessário, também, o apoio das organizações da sociedade civil de interesse público – Oscips – e das organizações não governamentais – ONGs – para viabilizar esses programas.

O coordenador-geral de patrimônio ferroviário do Dnit, Ariston Ayres Rodrigues, esclareceu que, em 2015, foi realizado um trabalho no terreno do Horto Florestal para um estudo de readequação do traçado da linha, esclarecendo que o Dnit procurou, à época, dar uma destinação adequada à área para que ela não sofresse com a ação de invasores.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 22/10/2020

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 22/10/2020 o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente, Gustavo Mitre, e o deputado Mauro Tramonte.

Também participaram da audiência o analista regulatório da VLI, Ricardo Moura Fonseca, a superintendente de transporte ferroviário da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Vânia Silveira de Pádua Cardoso, o coordenador de infraestrutura e serviços de transporte ferroviários de cargas da unidade regional de Minas Gerais, Aurélio Ferreira Braga, o gerente-geral de relações institucionais da VLI, José Geraldo de Azevedo Lima, o diretor do Museu de História, Ciências Naturais de Além Paraíba, André Martins Borges e o diretor da Associação Brasileira Preservação Ferroviária, José Carlos Faria

Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião destinava-se a debater a implantação do trem turístico de Além Paraíba com a concessionária VLI Logística, com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e com a comunidade interessada, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a realizar audiência pública.

O diretor do Museu de História, Ciências Naturais de Além Paraíba, André Martins Borges, iniciou sua fala ressaltando a importância do projeto turístico para o Além Paraíba, bem como para o Estado de Minas Gerais, ressaltando que depende bastante da atenção e da parceria com a empresa VLI, que é a concessionária da região, para que o projeto possa sair do campo das ideias. Destacou, ainda, a importância da implementação do projeto para o fomento do turismo regional e para a criação de empregos e desenvolvimento dos municípios, destacando que, mesmo sem muita estruturação, as estações em Além Paraíba já recebem grande quantidade de turistas.

Em sua apresentação, o diretor do Museu explicou detalhes do projeto e enfatizou a necessidade da parceria e do diálogo com a VLI. Informou que foram encaminhados à empresa quatro ofícios e, até o momento da realização da audiência, não haviam obtido nenhuma resposta. Segundo ele, é necessária a autorização da empresa para utilização da linha e para a realização de testes com a locomotiva e com o vagão. Segundo o diretor, o objetivo do projeto é preservar os valores socioculturais oriundos da história da ferrovia no Município de Além Paraíba junto à sociedade, através da preservação do patrimônio ferroviário e arquitetônico, e tornar realidade o trem turístico com a Locomotiva a Vapor nº 51, dentro dos limites do Município de Além Paraíba, em trecho com 12 km. Inicialmente, André Martins apresentou algumas imagens da Locomotiva 51 a vapor e do

vagão de passageiros que foram recuperados com o trabalho de ex-ferroviários integrantes da ABPF e, segundo ele, algumas doações estariam prontas para utilização.

O diretor apresentou a demanda por um espaço coberto para a guarda da locomotiva e do vagão. Segundo ele, há uma oficina da Ferrovia Centro-Atlântica – FCA – que não está sendo utilizada a 50 metros do local onde está a locomotiva. Mesmo assim, todo o trabalho de recuperação e de construção desses bens teve que ser feito "no tempo" e a céu aberto porque a empresa determinou que fosse realizada uma solicitação de utilização do espaço. O diretor destacou a necessidade da realização de um laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros, na estação de Porto Novo, que vai completar 150 anos e que abriga um acervo de preservação de memória regional, inclusive, ferroviária. Contudo, não é possível o acesso ao laudo sem que a empresa faça a parte dela.

O coordenador Aurélio Ferreira Braga esclareceu que a agência tem trabalhado para fazer todo o possível para mediar os conflitos entre a concessionária e as entidades e que, desde 2018, tem despendidos esforços e realizado reuniões com os envolvidos no transporte ferroviário, informando, ainda, que foi solicitado à concessionária que se manifestasse sobre a destinação deles.

O gerente-geral de relações institucionais da VLI, José Geraldo de Azevedo Lima, esclareceu que foi realizado, internamente, um estudo de viabilidade de operação do trecho ferroviário de Além Paraíba em que foi constatada a inviabilidade econômica do trecho para a empresa. Com isso, a VLI protocolou um processo para a realização da devolução do trecho para a ANTT, mas ainda não se sabe se a União receberá o trecho de volta. Por isso, a empresa quer aguardar a conclusão do PEF para decidir que medidas tomar. José Geraldo esclareceu que, diante das várias demandas apresentadas pela comissão e pelo diretor do museu, André Martins Borges, o representante da empresa prometeu analisar as demandas mais simples, como a questão do pedido de laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros. No caso da guarda dos materiais, ele informou que vai encaminhar a demanda, mas que isso também depende de autorização federal, uma vez que a empresa não é a dona da área, apenas a concessionária. Nesse ponto, ressaltou a importância do Decreto 10.161 para flexibilizar as doações e cessões.

A superintendente de transporte ferroviário da Seinfra, Vânia Silveira de Pádua Cardoso, ressaltou a importância da preservação dos equipamentos e das estruturas dos trechos ferroviários, informado que as estruturas existentes irão contribuir para o Plano Estratégico Ferroviário – PEF – em desenvolvimento. Informou que o 3º workshop do Plano foi realizado com a participação do governo, de empresas concessionárias, de entidades ligadas à questão ferroviária, em Minas, e também da Comissão Pró-Ferrovias. A superintendente informou, ainda, que o Além Paraíba está entre os nove projetos de trens turísticos que estão em análise do PEF.

O deputado Gustavo Mitre destacou que o entusiasmo das pessoas, em todos os lugares que visita e aborda o tema da volta dos trens de passageiros, o que em sua visão mostra, aos parlamentares, que os trabalhos da comissão estão no caminho certo.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 29/10/2020

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 29/10/2020 o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente Gustavo Mitre e os deputados Coronel Henrique, Marília Campos, Carlos Pimenta, Sávio Souza Cruz e Sargento Rodrigues.

Também participaram da audiência a superintendente de transporte ferroviário da Secretaria de Estado de Infra Estrutura e Mobilidade – Seinfra, Vânia Silveira de Pádua Cardoso, o diretor da Oscip Apito, Sérgio Motta de Mello, o professor e pesquisador da Fundação Dom Cabral – FDC, Ramon Victor Cesar, o presidente do Circuito Ferroviário Vale Verde, César Mori Júnior, o secretário do Circuito Turístico Serras de Minas, Jershon Ayres de Moraes, o gerente técnico da Associação Nacional dos transportes Ferroviários – ANTF, Heider Augusto da Silva Gomes, o diretor do Núcleo de Infraestrutura e Logística da Fundação Dom Cabral, Paulo Rezende, o diretor da ONG Trem, André Louis Tenuta Azevedo, o assessor de relações institucionais do Porto Seco Sul de Minas, Igor Cândido de Oliveira, o coordenador administrativo do Iphan, Victor Fonseca Lucchesi, a assessora do vice-governador de Minas Gerais, Claudia Garcia Elias, a consultora da Fundação Dom Cabral, Sabina Skauark, e o supervisor de qualidade e líder de inovação da Porto Seco de Varginha, Otávio Paravizo Bregalda.

Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião destinava-se a debater os desdobramentos do 3º Workshop do Plano Estratégico Ferroviário, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a realizar audiência pública.

O gerente técnico da ANTF, Heider Augusto da Silva Gomes, colocou-se à disposição para auxiliar e para contribuir para a elaboração do estudo técnico em desenvolvimento pela Fundação Dom Cabral.

O diretor do Núcleo de Infraestrutura e Logística da FDC, Paulo Rezende, anunciou que será elaborado em parceria com a Fundação João Pinheiro um guia municipal para planejamento e captação de recursos em infraestrutura ferroviária. Será um caderno de orientações, distribuído a todos os gestores públicos, prefeitos e deputados e o seu intuito é servir de guia aos gestores para a

realização de propostas e de um projeto ferroviário no País. Esclareceu que o plano não envolve a hierarquização de projetos. Na concepção dele, todos os projetos têm sua importância para o Estado de Minas Gerais e, segundo ele, foi realizada uma parametrização dos projetos.

O professor e pesquisador da FDC, Ramon Victor Cesar, em sua apresentação, informou que um conjunto de serviços do PEF já foi concluído e que outro conjunto está em andamento. O professor apresentou uma lista desses projetos e de suas destinações. Para os trens turísticos, há projetos em Além Paraíba e outros no Sul de Minas, como a ligação de Lavras a Três Corações e Varginha. Já entre os projetos de trens de passageiros, estão os de ligação de Belo Horizonte a Montes Claros e a Conselheiro Lafaiete. Há, ainda, projetos para Uberaba e também um estudo para viagens adicionais na estrada de ferro de Vitória a Minas. Em relação aos trens metropolitanos, estão aqueles de ligação da capital mineira com Betim, Nova Lima e Confins, na Região Metropolitana. Esclareceu que os projetos avaliados para cargas teriam tanto trechos independentes, como a extensão da Ferrovia do Aço até Belo Horizonte, quanto grandes corredores levando a portos, além do ferroanel na RMBH. Para concluir, o professor informou que há projetos de remodelação de bitola larga de várias ferrovias cujo objetivo é criar um grande corredor logístico de integração nacional

O diretor da Oscip Apito anunciou a aprovação do projeto de trem de turismo para Inhotim, pelo Ministério do Turismo e afirmou que o próximo passo será a criação de um grupo de trabalho para definir as ações e para organizar a implantação do sistema do trem. Informou que o projeto possui estação em BH e carros da antiga estrada de ferro Vera Cruz. Segundo o diretor, a única pendência do projeto é o terreno no Bairro Horto, cedido pelo Dnit à prefeitura da capital. Segundo ele, é um terreno estratégico e essencial para os projetos de trem de passageiros.

O supervisor de qualidade e líder de inovação da Porto Seco de Varginha, Otávio Paravizo Bregalda, apresentou algumas críticas ao PEF para a região de Varginha indicando que os projetos foram segmentados para turismo, carga e passageiros, mas, na verdade, a intenção era de compartilhamento do trecho. César Mori, do Circuito Ferroviário Vale Verde, reforçou a crítica. Paulo Rezende da FDC esclareceu que os aspectos relacionados ao compartilhamento de linhas para transporte de cargas e de passageiros ainda estão em análise e deverão ser apresentados no próximo workshop do PEF a fim de complementar as informações de Ramon Victor Cesar esclareceu que terminais intermodais e plataformas logísticas serão um novo capítulo do plano.

A superintendente de Transporte Ferroviário da Seinfra, Vânia Silveira de Pádua Cardoso, agradeceu a contribuição de todos e reforçou que o intuito do workshop é de informar sobre o andamento dos estudos realizado pela FDC e de receber considerações para discussão para melhorar

o PEF, destacado que o plano será somente um ponto de partida para a discussão do modal ferroviário no Estado.

Para o diretor da ONG Trem, André Louis Tenuta Azevedo, é necessária uma revisão do PEF para a inclusão de novos projetos, principalmente no sentido de favorecer as linhas de transporte de trens de passageiros. Para o diretor, o plano, até o momento, tem um viés forte para a exportação de cargas com o foco em grandes corretoras. Os representantes da FDC afirmaram que o estudo realizado não deixa de lado o transporte de passageiros, mas que o plano, além de valorizar o transporte turístico, reconhece a importância dos corredores de importação e de exportação que é muito importante para Minas Gerais e para o País.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 5/11/2020

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 5/11/2020 o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente Gustavo Mitre e os deputados Coronel Henrique e Sargento Rodrigues.

Também participaram da audiência a superintendente de Transporte Ferroviário – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Vânia Silveira de Pádua Cardoso, o diretor da ONG Trem, André Louis Tenuta Azevedo, o diretor da Oscip Apito, Sérgio Motta de Mello, a diretora-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Mila Batista Leite Corrêa da Costa, o presidente da Associação dos Amigos do Bairro Belvedere, Ubirajara Pires Glória, o diretor de Planejamento da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o morador do Bairro Belvedere, Benny Cohen, e o superintendente do Patrimônio da União em Minas Gerais, Frank Alves Nunes.

Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião destinava-se a debater o ramal ferroviário Águas Claras, que corta a Serra do Curral ligando o Município de Brumadinho à Estação Águas Claro, atualmente na divisa entre o Bairro Belvedere e o Município de Nova Lima.

O deputado João Leite apresentou algumas características da região que, de certa maneira, configuram-se como impeditivas para a realização de obras e projetos de engenharia. Entre elas, destacam-se a preservação do manancial do cercadinho – que abastece hospitais e residências da região –, o tombamento histórico da visada da Serra do Curral – que impede a realização de obras que tirem sua vista –, a inscrição da Unesco da área em que os trilhos estão localizados, como a

reserva da biosfera da Serra do Espinhaço, e a Lei 23.230, de 2019, que reforça a proteção a memória ferroviária. O deputado também esclareceu que a linha que une o Bairro Belvedere ao Inhotim está inserida nos estudos do Plano Estratégico Ferroviário – PEF – em elaboração pela Fundação Dom Cabral.

O presidente da associação dos amigos do Bairro do Belvedere, Ubirajara Pires Glória, solicitou esclarecimentos do Sr. Frank Alves quanto à venda do terreno do antigo ramal, Águas Claras, para alguma empresa e indagou se há algum processo de licitação em curso. A informação repassada aos moradores foi a de que essas áreas seriam doadas aos municípios correspondentes e que seria de interesse dos moradores a criação de um parque linear que contasse com estruturas de lazer, área verde e uma estação, a qual futuramente poderá ser utilizada para embarques de trens com destino à Brumadinho – Inhotim, nos moldes do parque High Line, de Nova Iorque. Benny Cohen ressaltou que a infraestrutura do Bairro não é adequada para a prática de exercícios físicos e lazer. E, segundo ele, há empresários dispostos a injetarem recursos na estrutura. Esclareceram que a Associação tem feito um trabalho de cuidado e de ocupação dos espaços de forma inclusiva, realizando ações para desocupações irregulares.

A diretora-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Mila Batista Leite Corrêa da Costa, esclareceu que a linha férrea em pauta foi objeto de estudo de viabilidade, em 2012, pelo programa Projeto Trem, o qual visa a reativação de algumas linhas na região metropolitana. Esclareceu que a agência está sempre à disposição para a resolução de demandas e para a complementação de informações técnicas. Posteriormente, o diretor da ONG Trem, André Louis Tenuta Azevedo, apresentou uma proposta de ocupação da área com um parque linear, para aproveitar o espaço e a localização. Para o diretor, é necessário um melhor planejamento para a utilização da ferrovia no local, lembrando que o trecho já existe, mas que precisa ser mais bem explorado.

A superintendente de Transporte Ferroviário da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Vânia Silveira de Pádua Cardoso, indicou que a área em pauta é bastante estratégica para os projetos do PEF e ressaltou que a parceria com a SPU é necessária para que os projetos possam ser desenvolvidos em áreas de responsabilidade da SPU.

Frank Alves, superintendente do Patrimônio da União em Minas Gerais, esclareceu que houve um trabalho exaustivo da Superintendência para regularização legal da área, o que ocorreu somente há três meses. De posse dos registros, a SPU iniciou um processo na Justiça para a reintegração de posse, de desocupação e de realocação dos ocupantes de áreas irregulares. Esclarecendo o questionamento feito pelo presidente da associação dos amigos do Bairro do Belvedere, o superintendente afirmou que a posição da gestão atual é a de que é necessário dar

destinação aos imóveis para evitar novas ocupações. De acordo com Frank, não há servidores suficientes para realizar a fiscalização no Estado e, por isso, a alienação dos imóveis deveria ocorrer o mais rápido possível. Diante disso, ele ressaltou a necessidade de um projeto único para o espaço. Por fim, esclareceu que a Superintendência está aberta à negociação e ao diálogo. Esclareceu que a cessão da área para a associação dos Amigos do Bairro Belvedere não poderá ocorrer por ser uma entidade particular. Com isso, a questão da cessão para o Estado deve ser apresentada ao novo secretário para que se possa modelar uma forma para se chegar a uma solução.

Em seguida, o deputado João Leite apresentou requerimentos para apreciação e para a aprovação.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 12/11/2020

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 12/11/2020 o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente Gustavo Mitre e o deputado Coronel Henrique.

Também participaram da audiência o coordenador de Manutenção Ferroviária – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, Renan Oliveira Teixeira, o presidente – Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF –, de Cruzeiro (SP), Bruno Crivelari Sanches, a coordenadora de Patrimônio Ferroviário – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, Érica Rodrigues Zanon Silva, o diretor presidente da Oscip Apito, Sérgio Motta de Mello, o presidente – Circuito Ferroviário Vale Verde, César Mori Júnior, o diretor da ONG Trem, André Louis Tenuta Azevedo, o supervisor de Qualidade e Líder de Inovação da Porto Seco de Varginha, Otávio Paravizo Bregalda, o diretor – Museu de História, Ciências Naturais de Além Paraíba-MG, André Martins Borges, o secretário do Circuito Turístico Serras de Minas, Jershon Ayres de Moraes, o assessor de Relações Institucionais do Porto Seco Sul de Minas, Igor Cândido de Oliveira.

Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião destinava-se a conhecer, a debater a possibilidade de doação dos bens vinculados a trechos e serviços ferroviários desativados, os quais estão sob a guarda e a gestão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Dnit, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a realizar audiência pública.

O deputado João Leite iniciou sua fala ressaltando a importância da audiência, indicando que o motivo da reunião consiste no mau uso dos bens ferroviários em diversos municípios

do Estado. O deputado ainda complementou que, estão em tramitação na casa legislativa do Estado, diversas legislações e normas para regular as questões ferroviárias. João Leite acredita que deve ser dada maior atenção ao processo de cessão dos trechos rodoviários sob a guarda do Dnit, relatando que em diversos municípios há um mau uso desses bens. Exemplificou que, em diversas cidades, houve a retirada de trilhos das linhas ferroviárias, o que é expressamente proibido por lei. Para ele, tal ação dificulta a retomada ferroviária e de projetos previstos, como é o caso do Município de Raposos, onde há uma proposta de implantação de trem turístico. Para a mitigação desses problemas, o parlamentar sugeriu que o convênio do Dnit fosse realizado com o Estado e que extrapolasse os limites das cidades, mas desde que houvesse respeito à autonomia e à gestão do Dnit. Por fim, o deputado acrescentou que é de extrema necessidade um maior controle dos bens ferroviário, principalmente das locomotivas de menor porte, as quais são dispensadas pelas empresas, mas que serviriam bastante para o Estado. Para isso, sugeriu que fosse realizado um inventário dos bens que pudessem ser utilizados pelo Estado.

O presidente da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, Bruno Crivelari Sanches, ressaltou a importância da temática e da reunião, enfatizando que a preservação dos trilhos é fundamental para a viabilidade dos projetos de retomada e de reativação das linhas ferroviárias. Endossou a importância da manutenção das locomotivas de menor porte, uma vez que elas são utilizadas para serviços de manutenção de auto de linha com mais facilidade. Assim, o presidente da ABPF solicitou que o Dnit que reveja o processo de cessão e que abra um canal de comunicação com as entidades a fim de indicar a disponibilidade de locomotivas disponíveis para as entidades evitando, assim, o sucateamento desses equipamentos. Bruno também esclareceu que as associações possuem capacidade de realizar a retirada desses equipamentos que possam ser cedidos.

Para o diretor presidente da Oscip Apito, Sérgio Motta de Mello, é necessário um melhor aproveitamento da área ferroviária do Horto Floresta em Belo Horizonte, destacando que, entre os pátios da MRS-logística e FCA-VLI, há a linha de movimento do trecho Vitória-Minas, e, entre as Linhas de movimento e o muro de contenção da MRS-Logística, há a antiga linha do matadouro. Paralela a essa última linha, ainda existem mais duas abandonadas e que são utilizadas ocasionalmente para estacionamento de vagões pela MRS. Com isso, o diretor afirmou que esses espaços poderiam ser aproveitados para o recebimento de equipamentos oriundos de cessão e de doação. Ele acredita que a área é essencial para o projeto ferroviário na região inclusive para o projeto de implantação do trem turístico entre a capital e o museu de Inhotim, em Brumadinho. O presidente do Circuito Ferroviário Vale Verde, César Mori Júnior, reforçou as palavras do diretor presidente da Oscip Apito e ainda defendeu a implantação do trem turístico entre o Museu Inhotim, em Brumadinho, e a capital.

Para o diretor da ONG Trem, André Louis Tenuta Azevedo, o papel do Dnit é essencial para a manutenção dos equipamentos ferroviários e que a atuação do órgão deve ser responsável e condizente com esse objetivo. Em sua opinião, a questão ferroviária deve ser tratada nacionalmente, uma vez que os problemas da área não são exclusivos do Estado. O diretor acredita que é necessária a paralisação da política de troca de locomotivas pelo Dnit, uma questão que ocasiona perdas e impossibilita o lançamento de projetos e de operações menores. Por fim, André Tenuta reforçou a importância da retomada da área do Horto Florestal na capital, sendo esse um local estratégico para estacionamento de locomotivas.

O diretor do Museu de História e Ciências Naturais de Além Paraíba, da Zona da Mata, André Borges, abordou a implantação do projeto Locomotiva 51 na cidade. Ele comentou que conseguiu a cessão de um carro-restaurante de Juiz de Fora, na mesma região, mas que não pôde transportá-lo por falta de orçamento da prefeitura local. Assim, solicitou a abertura de um canal de comunicação com o Dnit para apresentação de algumas demandas junto ao departamento.

O representante do Circuito Turístico Serra de Minas, Jershon Ayres, ressaltou o mau uso das linhas e do patrimônio ferroviário pelas prefeituras do Estado. Segundo ele, são os criminosos que retiram os trilhos para vender. O representante acredita que a fiscalização não é trabalho do circuito e que espera que a situação melhore com a ação da atual gestão do Dnit.

O coordenador de Manutenção Ferroviária do Dnit, Renan Oliveira Teixeira, iniciou sua fala esclarecendo que todos os termos de cessão de uso de bens destinados a prefeitura são aprovados pela procuradoria e que é uma preocupação do departamento a preservação dos bens e entende que o desmantelamento das linhas é uma grande perda para o Estado. Esclareceu que o processo de cessão segue um padrão e, nesse processo, são solicitados documentos de comprovação da finalidade social do equipamento. O coordenador, todavia, afirmou que em alguns casos as prefeituras desmantelam linhas e retiram trilhos e que a proposta do Dnit é ampliar a fiscalização desse uso com a ideia de diminuir os desvios de função dos equipamentos cedidos.

Segundo o coordenador, o Dnit possui poucos recursos financeiros para a área ferroviária, principalmente para manutenção do patrimônio e de transportes dos bens e que os termos de cessão firmados já contemplam, como responsabilidade do requerente, a retirada desses bens das localidades. Para ele, a manutenção desses bens é de responsabilidade dos requerentes.

Segundo Renan, nos casos de denúncias de mau uso, dos equipamentos e trechos são realizadas inspeções no local e a polícia federal pode ser acionada nesses casos. Esclareceu que o departamento atua no sentido de tentar mitigar esse problema.

Em relação a solicitação feita em audiência para a paralisação das trocas de locomotivas pequenas por grandes, o coordenador esclareceu que as concessionárias têm essa prerrogativa contratual. Apesar disso, afirmou que o pleito é pertinente e que deve ser mais bem estudado inclusive envolvendo a ANTT.

Igor Cândido de Oliveira, assessor de Relações Institucionais do Porto Seco Sul de Minas, após a explanação do Coordenador do Dnit, defendeu que uma interlocução mais próxima com os municípios deve ser realizada para um melhor entendimento desses termos de cessão.

O coordenador do Dnit esclareceu, por fim, que todos os pleitos para cessão de bens e projetos desenvolvidos para as ferrovias devem ser encaminhados para o Dnit.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 19/11/2020

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 19/11/2020 o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente Gustavo Mitre e o deputado Coronel Henrique.

Também participaram da audiência o morador do Bairro Belvedere, Benny Cohen, o diretor-Executivo – Instituto Cultural Inhotim, Antônio Carlos Grassi, o presidente do Circuito Ferroviário Vale Verde, César Mori Júnior, o supervisor de Qualidade e Líder de Inovação da Porto Seco de Varginha, Otávio Paravizo Bregalda, o secretário adjunto de Planejamento e Gestão, Luís Otávio Milagres de Assis, o assessor de Relações Institucionais do Porto Seco Sul de Minas, Igor Cândido de Oliveira, o coordenador – Minas Trilhos, Antônio Augusto Moreira de Faria, a assessora do Inhotim, Paula Sulmonetti, o diretor da ONG Trem, André Louis Tenuta Azevedo, o secretário do Circuito Turístico Serras de Minas, Jershon Ayres de Moraes e o diretor presidente da Oscip Apito, Sérgio Motta de Mello.

Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião destinava-se a debater a situação atual das negociações do Estado com a Vale S.A. relativas à implantação de ramal ferroviário entre Belo Horizonte e Brumadinho como parte das indenizações e reparações devidas pela referida mineradora pelo rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, a receber, discutir, votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

O morador do Bairro Belvedere, em Belo Horizonte, Benny Cohen, iniciou sua fala apresentando o projeto da associação dos moradores da região para a construção de um parque linear, onde hoje está a linha de trem abandonada desde a extinção da rede ferroviária. Segundo ele, a área

compreende aproximadamente 2km na região do Belvedere e que, atualmente, sofre com um foco de ocupação ilegal e de incêndios. A proposta da associação de moradores é para que o parque seja implantado nos moldes do High Line, de Nova York abrigando estruturas de lazer, área verde e uma estação ferroviária do trem turístico para Inhotim. Segundo Benny, esse projeto seria uma alternativa importante para o acesso ao Inhotim, tendo em vista que as estradas que levam ao museu são perigosas e precárias. Ele concluiu sua fala ressaltando o desejo de que a empresa Vale assuma os custos do projeto como parte da compensação pelos danos provocados pela empresa, no Município de Brumadinho.

O coordenador da Minas Trilhos, Antônio Augusto Moreira de Faria, em sua fala, reivindicou maior atenção aos projetos que envolvam o trem metropolitano de passageiros com viagens diárias entre Belo Horizonte e o Município de Brumadinho, e que passe por outros municípios atingidos pela tragédia provocada pela empresa Vale. Segundo ele, “são dois trens diferentes e complementares”, um é o trem de Brumadinho à capital e o outro é o trem metropolitano, que segundo, ele está previsto a mais de dez anos pelo Projeto Trem. O deputado João Leite complementou a fala do coordenador informando que não há uma legislação que permita ao estado escolher um operador ferroviário, assim, o Estado fica na dependência da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Segundo ele, tal problema poderá ser mitigado com a criação do marco regulatório como a Proposta de Emenda à Constituição, PEC nº 43/2019, em tramitação na Assembleia. O parlamentar esclareceu que a partir das mudanças propostas pela PEC o Estado poderá explorar os serviços de transporte ferroviário em seus limites territoriais também por meio de permissão ou autorização. Hoje, o Texto Constitucional diz que compete ao Estado essa exploração diretamente ou mediante concessão. O deputado Gustavo Mitre, designado para analisar a PEC, esclareceu que o parecer deverá ser apreciado em breve.

O secretário de Estado Adjunto de Planejamento e Gestão, Luís Otávio Milagres de Assis, em sua fala, mostrou-se bastante interessado na proposta apresentada pela associação dos moradores do Bairro Belvedere, que envolve a criação do parque e da estação ferroviária, e se disponibilizou a aprofundar estudos e buscar opções mais viáveis do ponto de vista técnico, econômico e financeiro para a região. O secretário acredita que faz todo sentido, do ponto de vista de mitigar efeitos da tragédia de Brumadinho, os projetos pleiteados na audiência, todavia, ressaltou que o grande desafio é pensar como será a manutenção e operação do ramal, pensando em uma modelagem técnica, econômica e financeira que o viabilize. Justificou que essa modelagem é importante para que o investimento inicial do projeto se mantenha em operação após o investimento inicial. O secretário concluiu que se coloca à disposição para construir conjuntamente com a

Assembleia para a construção de um modelo sustentável para os projetos ferroviários apresentados em audiência.

O diretor executivo do Instituto Cultural Inhotim, Antônio Grassi, argumentou que melhorar o acesso ao museu terá como consequência o desenvolvimento de toda região de Brumadinho e do próprio Estado, ressaltando a importância do museu no cenário cultural do estado, segundo ele: “A pandemia evidenciou ainda mais a impotência da arte e da cultura para a saúde mental e para a economia e o incentivo do poder público é importante”.

O diretor da ONG Trem, André Louis Tenuta Azevedo, defendeu que o Estado não negocie com a empresa Vale projetos individualizados, e sim que seja negociada uma grande quantia que possa ser investida nos diferentes projetos ferroviários existentes para o Estado como um todo. Assim, acredita que a destinação correta dos recursos seria realizada sem que, contudo, algum projeto importante fique de fora da negociação. Concluiu que a sustentabilidade econômica do trem de Inhotim já teria sido demonstrada várias vezes e essa informação foi endossada por Jershon Ayres de Moraes, secretário do Circuito Turístico Serra de Minas, que argumentou que há vários estudos já feitos sobre a viabilidade do projeto e que considera lamentável toda a burocracia envolvida nessa questão. O diretor presidente da Oscip Apito, Sérgio Motta de Mello, informou que possuem um caderno com todo o estudo de viabilidade desse projeto que já foi disponibiliza para o governador do Estado. O deputado João Leite esclareceu que a modelagem é importante, uma vez que a legislação atual não permite esse tipo de transporte.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 27/11/2020

Audiência conjunta com outras comissões e relacionada ao evento Assembleia Fiscaliza 2020. Mais detalhes, como notícias, apresentações das autoridades, recomendações, compromissos e desdobramentos em:

<https://www.almg.gov.br/acompanhe/eventos/hotsites/2020/assembleia-fiscaliza/2020-ciclo2>

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 3/12/2020

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 03/12/2020 o presidente da comissão, deputado João Leite, o vice-presidente Gustavo Mitre, o deputado Zé Reis, a deputada, Celise Laviola, o deputado Antonio Carlos Arantes, o deputado Dalmo Ribeiro Silva, o deputado Mauro Tramonte, a deputada Laura Serrano.

Também participaram da audiência pública Fernando Scharlack Marcato, Secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Vânia Silveira de Pádua Cardoso, Superintendente de Transporte Ferroviário da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Domingos Sávio, Deputado Federal, Antônio Augusto Moreira de Faria, Professor da UFMG e Diretor do Minas Trilhos, André Louis Tenuta Azevedo, Diretor da ONG Trem, André Martins Borges, Diretor do Museu de História, Ciências Naturais de Além Paraíba/MG, Paulo Tarso Vilela de Resende, Diretor do Núcleo de Infraestrutura e Logística - Fundação Dom Cabral, Jershon Ayres de Moraes, Secretário do Circuito Turístico Serras de Minas, Heider Augusto da Silva Gomes, Gerente Técnico da Agência Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF, César Mori Júnior, Presidente do Circuito Ferroviário Vale Verde, Otávio Paravizo Bregalda, Gestor de Qualidade e Líder de Inovação da Porto Seco de Varginha.

Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião se destinava a debater as atualizações dos estudos do Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais – PEF.

O PEF está na fase final de sua elaboração. Coube ao diretor do núcleo de Infraestrutura e Logística da Fundação Dom Cabral – FDC –, Paulo Tarso Vilela de Resende, apresentar os resultados parciais das conclusões do plano. De acordo com ele, assim que for concluído, o plano será divulgado à população, para que todos os interessados, tanto potenciais usuários quanto empresas, tenham acesso aos detalhes de todas as análises, incluindo estudos de pré-viabilidade para o transporte de passageiros e estudos de demanda completo de todos os trens de cargas. Também consta do plano a implantação de trem metropolitano de passageiros, que atenderia a 13 cidades na Região Metropolitana de Belo Horizonte, integrado ao metrô.

A prévia da conclusão do plano apresentada à comissão da Assembleia também destaca a oportunidade de integração da malha ferroviária de Minas com portos, e outras redes de ferrovias e rodovias no resto do Brasil, com a retomada do transporte de passageiros, com o aproveitamento de malhas existentes e não operacionais, ou pelo compartilhamento com corredores de cargas.

Com relação ao transporte de passageiros, foram analisadas 40 propostas. Ao todo, os ramais selecionados, que incluem 11 trens turísticos, devem beneficiar 166 municípios e até 27 milhões de habitantes. O total seria de 3,310 km de linhas férreas, com um volume de investimentos de quase R\$ 10 bilhões nos próximos anos.

Sobre o transporte de cargas por trens, o estudo da Fundação Dom Cabral demonstra que, hoje, 84,7% das toneladas úteis transportadas por trem, no Brasil, são de minério de ferro. A recomendação do PEF é que se busque a expansão da carteira de produtos transportados, de modo

que, no prazo de 15 anos, o minério represente 51% da carga transportada; e que os outros 49% sejam de grânéis agrícolas, combustíveis e outros produtos manufaturados.

A grande recomendação do PEF é para que o Estado incentive as chamadas short lines, linhas menores, com trechos de no máximo 100 km de extensão, exploradas pela iniciativa privada, que depois podem ser interligadas a outras estruturas multimodais.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2019, e PL nº 1.699/2020, que tratam de ações para estimular a revitalização do sistema ferroviário, foram aprovados em 2º turno no Plenário da Assembleia, foram muito elogiados durante a audiência. Entre outras disposições, o projeto de lei citado autoriza o governo a conceder linhas ferroviárias, por 25 até 99 anos, para empreendedores que quiserem, por sua conta e risco, investir.

Na opinião do secretário Fernando Marcato, trata-se de um "marco legal histórico para o transporte ferroviário no Brasil". Ele acredita que Minas está liderando o processo de retomada do modal ferroviário no Brasil. "Infelizmente, as ferrovias foram deixadas de lado por muito tempo. Mas não há um único país desenvolvido que não tenha o modal ferroviário como o principal ou um dos mais importantes", ponderou. O secretário solicitou apoio técnico da ALMG para a elaboração do decreto de regulamentação desse novo marco legal.

Citando o PEF, Fernando Marcato disse estar especialmente otimista com relação a implantação das chamadas Short Lines ferroviárias, linhas de pequeno porte que deram muito certo nos Estados Unidos, que retomaram seu modal ferroviário, com grande sucesso, a partir da década de 80, com esse tipo de linha.

Fernando Marcato disse que a função do governo do Estado agora é apoiar o esforço que a comissão Pró-Ferrovias tem feito e se comprometeu com a regulamentação da PEC 43, para que possam começar, efetivamente, os investimentos.

O professor da UFMG, Antônio Augusto Moreira de Faria, fez algumas ressalvas ao PEF, por não ter contemplado um trem de passageiros diário, entre Ouro Preto e Mariana (ambos na Região Central), por exemplo, num trecho de 17 km onde a Vale já opera um trem turístico semanal. Ele também lamentou a não definição de um trem que ligasse Belo Horizonte a São Paulo ou à capital do Rio de Janeiro. Mas, no geral, o plano foi comemorado pelos participantes da audiência.

Os deputados Zé Reis, Gustavo Mitre, Roberto Andrade e a deputada Celise Laviola, também elogiaram o trabalho da comissão e o empenho do deputado João Leite no resgate das ferrovias mineiras. "Minas Gerais já está ganhando e ganhará ainda mais com esse trabalho. Uma tarefa brilhante e nobre, a de reativação e fortalecimento de nossas ferroviárias", ponderou o vice-presidente da ALMG, deputado Antônio Carlos Arantes.

O deputado federal e ex-deputado estadual Domingos Sávio, que também participou da audiência, elogiou o trabalho que vem sendo feito pela comissão, mas fez duras críticas à antecipação das concessões que estão em curso no País.

No caso da ferrovia Vitória a Minas, segundo ele, o contrato com a empresa Vale, que está prestes a ser assinado pela União e permite que a empresa explore a ferrovia por mais 30 anos, é altamente lesivo à nação e só atenderia aos interesses da empresa, pois não há previsão de diversificação de cargas, nem de implantação de trens de passageiros, nem a resolução de conflitos causados aos moradores, ao longo da linha.

O deputado federal ainda afirmou que a renovação para exploração da ferrovia Centro-Atlântica também teria uma proposta inicial da VLI “irrisória, igualmente prejudicial para o Estado de Minas Gerais”, com o dinheiro da outorga ainda sendo direcionado para investimentos em outros Estados.

A comissão aprovou requerimento para que seja enviado ofício à ANTT, solicitando interrupção imediata do processo de assinatura do contrato relativo à concessão da Vitória-Minas.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DE 10/12/2020

Apresentação

Participaram da audiência pública realizada no dia 10/12/2020 o presidente da comissão, deputado João Leite, e os deputados Gustavo Mitre, Gustavo Santana, Celise Laviola, Mauro Tramonte e Sargento Rodrigues.

Também participaram da audiência Renan Oliveira Teixeira, representando Ariston Ayres Rodrigues, Coordenador-Geral de Patrimônio Ferroviário Substituto do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit –, Sérgio Motta de Mello, diretor da Oscip Apito, André Louis Tenuta Azevedo, diretor da ONG Trem, Antônio Augusto Moreira de Faria, professor da UFMG e diretor do Minas Trilhos.

Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião destinava-se a debater a preservação de linhas ferroviárias no Horto Florestal, em Belo Horizonte, evitando sua erradicação e destinação para outras finalidades. A audiência foi motivada porque a área do Horto atualmente é de responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, mas foi cedida à Prefeitura de Belo Horizonte, em 2019, sem especificação sobre qual será a destinação que o Executivo municipal pretende dar à área.

A área ferroviária em questão era utilizada para manobra da maioria dos trens e locomotivas que circulavam na Região Central. Segundo o deputado João Leite dar destinação para área diferente da ferroviária é inaceitável, citando a Lei estadual nº 23.320, de 2019, que reconheceu a importância do patrimônio ferroviário mineiro, e proibiu sua dilapidação, bem como a Lei Federal de Crimes Ambientais – Lei nº 9.605, de 1998 –, que define como crime em seu art. 63 “alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida”.

Segundo relatos de especialistas ouvidos na audiência, sem a preservação do terreno e do material que ainda se encontra no horto florestal, não há como implantar trens de passageiros na Região Metropolitana da capital, nem a maioria dos trens regionais, mesmo que os projetos estejam incluídos no Plano Ferroviário Estratégico de Minas Gerais.

O engenheiro ferroviário e diretor da Oscip Apito, Sérgio Motta de Melo, relatou à comissão a luta que as entidades que compõem a Frente Ferroviária Mineira travam, desde o ano passado, para fazer com que o Dnit reverta a cessão do terreno à prefeitura de Belo Horizonte, impedindo que ele seja utilizado para outros fins.

O professor da UFMG, Antônio Augusto de Faria, diretor da Minas Trilhos, fez um relato histórico, lembrando que ali também funcionou uma das maiores e mais antigas escolas ferroviárias do País. Além da importância histórica e patrimonial da área, pelo que houve ali no passado, ele reforçou que se trata da única opção viável para o futuro das ferrovias, na região.

André Tenuta Azevedo, da ONG Trem, fez duras críticas ao processo de privatização das ferrovias brasileiras, e ainda ao Dnit e demais órgãos envolvidos na questão ferroviária no Brasil, por causa da morosidade nos processos envolvendo as questões ferroviárias. Ele chamou atenção para duas outras áreas, uma no Bairro Belvedere, na capital, e outra em frente à estação de Sabará, que também precisam ser preservadas.

O Dnit foi representado na audiência por Renan Oliveira Teixeira, que falou em nome do coordenador-geral de patrimônio ferroviário do órgão, Ariston Ayres Rodrigues. Segundo ele, infelizmente, o Dnit não tem condições materiais, nem recursos humanos para manter e guardar todas as áreas ferroviárias do País, e o terreno do Horto corria sério risco de ser invadido.

Ele explicou que as tratativas para cessão do terreno para a prefeitura da capital tiveram início antes da entrada em vigor das legislações mais recentes sobre o assunto e antes de o Dnit ter conhecimento sobre o PEF mineiro. "Não tivemos alternativa. Se a área fosse invadida, aí sim, nunca

mais conseguiríamos reaver", disse Renan Teixeira. Pelo mesmo motivo, o representante do Dnit informou que não se pode simplesmente revogar a cessão, retirando o terreno da guarda da prefeitura, enquanto não houver quem cuide dele, enquanto não houver um projeto de curto prazo para a área, já aprovado e em condições de ser executado.

O presidente da comissão, deputado João Leite, reforçou o papel importante do Dnit que, apesar de todas as limitações, até hoje guardou boa parte do patrimônio ferroviário do País. Mas fez um apelo para que o Dnit envie ofício à Prefeitura de Belo Horizonte, imediatamente, informando que a área do Horto será destinada a projetos ferroviários.

Tanto o representante do Dnit quanto os deputados da Comissão Pró-Ferrovias lamentaram o fato de a prefeitura não ter enviado nenhum representante para participar da audiência pública, apesar de o prefeito Alexandre Kalil ter sido convidado.

Por meio de requerimento assinado pelos deputados João Leite, Gustavo Santana e pela deputada Celise Laviola, será encaminhado ofício ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Fernando Marcato, pedindo ao Estado que requisite, imediatamente, não só a área do Horto, mas todos os bens ferroviários móveis e imóveis sob a guarda do Dnit, da Secretaria do Patrimônio da União e outros órgãos afins, para sua utilização em projetos do PEF e para preservação, de acordo com as normas culturais e ambientais de preservação do patrimônio ferroviário.